

ANTROPOLÍTICA

Nº 38 - 1º semestre 2015

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	n. 38	p. 1 - 381	1. sem. 2015
---------------	---------	-------	------------	--------------

Catalogação-na-Fonte (CIP)

A636 Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — n. 38, 1º sem. 2015, (n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: Editora da UFF, 2015.

v. : il. ; 23 cm.

Semestral.

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

ISSN 2179-7331

1. Antropologia Social. I. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Sidney Luiz de Matos Mello

Vice-Reitor

Antonio Claudio da Nóbrega

Pró-Reitor de Pesquisa,

Pós-Graduação e Inovação

Antonio Carlos Lucas de Nóbrega

Comissão editorial da Antropolítica

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA / UFF)

Simoni Lahud Guedes (PPGA / UFF)

Fábio Reis Mota (PPGA / UFF)

Daniel Bitter (GAP/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA / UFF)

Gisele Fonseca Chagas (PPGA / UFF)

Arthur Pecini (UQAM)

Secretária executiva

Ana Fontes

Conselho Editorial da Antropolítica

Luiz de Castro Faria (PPGA/UFF) (*In memoriam*)

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM – Argentina)

Anne Raulin (Paris X – Nanterre)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Charles Lindholm (Boston University)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Daniel Cefai (Paris X – Nanterre)

Edmundo Daniel C. dos Santos (Ottawa University)

Eduardo Diatary Bezerra de Meneses (UFCE)

Eduardo Rodrigues Gomes (PPGCP/UFF)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Lícia do Prado Valladares (IUPERJ)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB)

Marc Breviglieri (EHES)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UNB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Raymundo Heraldo Maués (UFPA)

Roberto Augusto DaMatta (PUC)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnica (UBA)

Esta edição contou com recursos provenientes do Edital Auxílio Editoração Proppi/UFF 2015.

EDITORA FILIADA À



NOTA DOS EDITORES:	7
APRESENTAÇÃO:	9
Jorge de La Barre e Marco Antonio da Silva Mello	

DOSSIÊ

CAPTURADOS PELA CIDADE: PERSPECTIVAS EM ESTUDOS DE CULTURA URBANA	17
Blagovesta M. Momchedjikova	
APRENDENDO COM BOSTON: REPARAÇÕES TARDIAS DO NÃO-DIREITO À CIDADE NAS EXPROPRIAÇÕES URBANAS DO SÉCULO XX	27
Clarissa da Costa Moreira	
IDENTIDADES URBANAS NA ERA DA GENTRIFICATION: RIO, PARIS E NOVA YORK	39
Pedro Paulo Thiago de Mello	
GANGSTA' RAP: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS E TIPO SOCIAL	61
Daniel Hirata	
A INVERSÃO DIALÉTICA DO COTIDIANO. SITUANDO CAPTURADOS PELA CIDADE NA TEMÁTICA URBANA CONTEMPORÂNEA	69
Jorge de La Barre	
GENTRIFICATION: UM EXAME ATUALIZADO DA LITERATURA	87
Silva Mathema	
UMA MARCA CHAMADA BROOKLYN	99
Norman Oder	
PROXIMIDADE ESPACIAL E DISTÂNCIA SOCIAL. OS GRANDES CONJUNTOS E SUA POPULAÇÃO ...	107
Jean-Claude Chamboredon Madeleine Lemaire	
ELEMENTOS PARA UMA NOVA REFLEXÃO SOBRE O HABITAR	147
Maité Clavel	
ALÉM DAS RUÍNAS: A ARQUEOLOGIA URBANA COMO MODO DE RECONHECER E FAZER CONHECER A CIDADE	169
Felipe Berocan Veiga Marco Antonio da Silva Mello	
LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA URBANA/MUSEU NACIONAL: PROPOSTA DE PROJETO	207
Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello	

ARTIGOS:

OS FRUTOS PUROS ENLOUQUECEM. PERCURSOS DE ARTE E ANTROPOLOGIA221

Chiara Pussetti

A VIDA DE UM MONUMENTO: ARQUITETURA, MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO245

Rachel Paterman

CIRCO, MURGA E TANGO EM BUENOS AIRES: PROCESSOS DE RESSURGIMENTO E ARTE POPULAR DA
PÓS-DITADURA (1983)271

Hernán Morel, Julieta Infantino

TORNAR-SE MESTRE DE CAPOEIRA EM LONDRES. MESTRE FANTASMA E A RELOCALIZAÇÃO DA CAPOEIRA
NA EUROPA.

Daniel Granada

A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA NA FAVELA: DESCONSTRUINDO A “AUSÊNCIA DO ESTADO”

Marcella Carvalho de Araujo Silva

CONTENTS 38

DOSSIER ALESSANDRA BARRETO

YOUTHS, PROJECTS AND CAREERS: DIALOGUES BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL7

Presentation: Alessandra Barreto

"WE REPRESENT A SLUM, MANO". B-BOYS OVERCOMING STEREOTYPES.....13

Otávio Raposo

"BECOMING OTHER PERSON": NARRATIVES OF SUBJECTIVE TRANSFORMATION AND PROCESSES OF DISTINCTION AMONG THE YOUNG ERASMUS STUDENTS IN LISBON.....21

Daniel Malet Calvo

BETWEEN FINE ARTS AND THE ARTS OF TATTOOING: NEW ITINERARIES OF TRANSITION TO LABOUR MARKET AMONG YOUNG TATTOOISTS IN PORTUGAL51

Vitor Ferreira

TRAJECTORIES AND PROFESSIONAL ASPIRATIONS OF YOUNG PORTUGUESE ENTREPRENEURS79

Rachel Almeida e Stefan Klein

DOSSIER MARCOS OTÁVIO

DEVELOPMENT PROJECTS, PUBLIC ADMINISTRATION AND POPULATIONS 107

Presentation: Deborah Bronz e Marcos Otavio Bezerra

LIKE FISH OUT OF WATER: THE CASE OF PROFESSIONAL FISHERMEN IN THE FOZ DE CHAPECÓ HYDRO-ELECTRIC PLANT131

Arlene Renk ,Gilberto Luiz Agnolin e Silvana Winckler

NETWORKS OF SPIRITUAL COMMUNICATION AND THE BUREAUCRACY OF ENVIRONMENTAL LICENSING IN THE TELES PIRES RIVER 137

Frederico César Barbosa de Oliveira

"CONNECTING THE DOTS": OIL, ENVIRONMENTAL EDUCATION AND QUILOMBOLA MOBILIZATION IN "CAMPOS BASIN", BRAZIL..... 157

Paula S. Dias

BEYOND THE PROJECT: FORMS OF ACTION AND GOVERNMENT IN CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY POLICIES..... 183

João Vicente Marques Lagüéns

THE EXPLOITATION OF HYDROCARBON IN PATAGONIA AS A LARGE-SCALE ENTERPRISE PROJECT209

Analía García

ARTICLES

"ROÇA" AND THE MULTIPLE MEANINGS FOR RURAL IN BRAZIL 261

Lidiane Nunes da Silveira, Ana Louise de Carvalho

WHEN ALTERNATIVE RIGHTS BECOME OBLIGATORY. BUREAUCRACY AND TUTELAGE IN CONFLICTS ADMINISTRATION. 287

Bárbara Gomes Lupetti Baptista, Maria Stella de Amorim

"PRESENT!": AN ETHNOGRAPHIC PERSPECTIVE ON THE SOCIAL PLACE OF THE DEAD IN BUENOS AIRES ... 319

Flavia Medeiros

LOOKING FOR A POLITICAL INTERLOCUTOR: BETWEEN NEGOTIATIONS AND TESTS OF JUSTICE. THE UNION TEACHERS CONFLICT IN ARGENTINA (1987-88) 339

Gabriel Andrés Nardacchion

MULTIPLE MEANINGS OF INDIGENOUS AND ENVIRONMENTAL CONSTRAINTS: REFRAMING THE GOALS AND PRODUCTS OF THE ANTHROPOLOGICAL REPORT 371

Ronaldo Lobão

EXCHANGING PERCEPTIONS

THE ROAD(S) TO DAMASCUS: REFLECTIONS ON FIELDWORK EXPERIENCES IN A MIDDLE EASTERN SOCIETY. 403

Gisele Fonseca Chagas

REVIEWS

MEMORY AND IDENTITY: DIALECTICS AND LIMITS 427

Antonio Agenor Barbosa

NOTA DOS EDITORES

Neste número 38 da Antropolítica, relativo ao primeiro semestre de 2015, permanecemos com o compromisso de ampliar e de democratizar o acesso à produção acadêmica, acolhendo a contribuição de pesquisadores, professores e alunos tanto do Programa de Pós-graduação em Antropologia, quanto a de pesquisadores e discentes de outras instituições acadêmicas.

Iniciamos este número com o Dossiê Capturados pela cidade. Perspectivas em pesquisa urbana: Nova York, Paris, Rio de Janeiro, organizado por Jorge de La Barre e Marco Antonio da Silva Mello. Trata-se de uma eclética coletânea de textos distribuídos em três eixos temáticos: *Sobre estudos de cultura urbana*, *Sobre gentrification e capitalismo espetacular* e *Revisitando arqueologias urbanas*. O dossiê constitui-se de uma relevante contribuição para os estudos interdisciplinares sobre as cidades e suas transformações, a partir dos casos destas grandes cidades que são Nova York, Paris e Rio de Janeiro.

Na seção Artigos, contamos com o texto de Chiara Pusseti, intitulado *Os frutos puros enlouquecem. Percursos de arte e antropologia*, no qual a autora busca refletir sobre a distinção disciplinar entre antropologia e arte, destacando a “arte como forma de pesquisa e a etnografia como fonte de inspiração artística”. Já o artigo de Rachel Paterman toma o Palácio Gustavo Capanema e a produção de memórias a ele associadas como foco de sua análise. Através de sua etnografia, a autora argumenta que as “memórias cotidianas” que são construídas acerca do monumento, estando em constante elaboração, se contrastam com as produzidas pela “memória monumental”, a qual “privilegia as imagens abstratas do projeto para este edifício e depende de sua estabilidade material”. Paterman conclui que no cotidiano de conservação do referido monumento arquitetônico, ambos conceitos de memória – monumental e cotidiana – “participam das mesmas ações, fazendo-se em curso de modo inseparável na rotina de seus agentes”. Em seguida, os antropólogos argentinos Hernán Morel e Julieta Infantino nos apresentam em seu artigo *Circo, murga e tango em Buenos Aires: Processos de ressurgimento e Arte Popular da pós-ditadura (1983)* as distintas narrativas sobre o “ressurgimento” de tais gêneros

artísticos no contexto político da transição democrática iniciada em 1983 na Argentina. Embora tais narrativas tenham pontos em comum, o argumento dos autores é que “cada um destes gêneros populares se caracteriza pelo desenvolvimento de uma formação cultural particular”.

Fechando a seção, o artigo de Marcella Carvalho de Araujo Silva nos traz uma análise sobre os dilemas colocados aos moradores de favela que se transformam em agentes estatais ao serem contratados para trabalharem em programas de urbanização nas áreas em que residem. A autora questiona o discurso de “vazio institucional” nas favelas, “atribuído à crise de legitimidade que associações de moradores enfrentam desde o início da articulação do tráfico de drogas”, chamando atenção para a “transformação da política” que está em jogo.

Na seção Olhares Cruzados deste número, a antropóloga Shirley Torquato aborda sua experiência como aluna de doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Como parte do processo de internacionalização da Antropologia Brasileira que vem sendo implementado pelos docentes e discentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF em parceria com instituições internacionais de pesquisa, a autora nos relata sua vinculação ao Acordo Capes-Cofecub de 2010, coordenado pelo Professor Marco Antonio da Silva Mello (PPGA/UFF), assim como sua preparação para o intercâmbio e inserção na instituição receptora. A autora destaca as contribuições que tal experiência acadêmica e etnográfica trouxeram à sua formação e à elaboração de sua tese de doutoramento em Antropologia, defendida em 2013 no PPGA/UFF.

Continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em regime de fluxo contínuo. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para contato e indicamos o site em que estão disponíveis os demais números da revista <http://www.uff.br/antropolitica/antropolitica-numeros.html>. As submissões podem ser encaminhadas por meio do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações.

APRESENTAÇÃO

Jorge de La Barre e Marco Antonio da Silva Mello

Os elementos do presente dossiê foram reunidos inicialmente no quadro do projeto de pesquisa intitulado “Renovação urbana no Rio de Janeiro: perspectivas antropológicas”, integrado ao PPGA-UFF e ao LeMetro-IFCS/UFRJ sob a supervisão do Professor Marco Antonio da Silva Mello, no quadro do programa Pesquisador Visitante da FAPERJ. Em julho de 2014, foi necessário interromper esse projeto após apenas dois meses de andamento, por ter Jorge de La Barre tomado posse no cargo de Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (GSO/ICHF-UFF). Apesar do encerramento da bolsa FAPERJ, a publicação desses elementos em *Antropolítica* um ano depois quase *jour pour jour* deve-se apenas à persistência das nossas conversas sobre a importância de fortalecer as pontes acadêmicas entre os vários horizontes disponíveis diante de nossos olhos, considerando a urgentíssima e inevitável questão da *gentrification*. Pensamos no tempo, e pensamos no espaço – aqueles ao alcance da nossa experiência vivida, pelo menos: Rio de Janeiro, Paris e Nova York. Bastante eclético é o resultado contido neste caleidoscópio urbano, como não poderia deixar de ser. O presente dossiê “*Capturados pela cidade. Perspectivas em pesquisa urbana: Nova York, Paris, Rio de Janeiro*” reflete uma dupla preocupação espaço-temporal e tem três segmentos: “Sobre Estudos de cultura urbana”, “Sobre *gentrification* e capitalismo espetacular” e “Revisitando arqueologias urbanas”.

O primeiro segmento deve-se à tentativa de consolidar uma ponte entre o Rio e Nova York: o livro editado por Blagovesta M. Momchedjikova, professora da *New York University* – *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies* (cujo título, é inútil lembrar, inspirou largamente o nome do presente dossiê), é um estímulo para qualquer pesquisador fascinado por cida-

de(s) e interdisciplinaridade(s). A introdução-manifesto do livro, aqui traduzida, lança um desafio maior para a etnografia urbana, mas não revelaremos qual: é uma surpresa! Limitamo-nos a lembrar-lhes o quanto, de Henri Lefebvre ao *smartphone*, o único ponto de vista crítico sobre o cotidiano continua sendo o *aqui e agora*, com todas as suas potencialidades...

Convidamos nossos colegas Clarissa da Costa Moreira (UFF/EAU), Pedro Paulo Thiago de Mello (LeMetro-IFCS/UFRJ) e Daniel Veloso Hirata (UFF/GSO), para um exercício arquitetônico, pois nós somos *capturados pela cidade* aqui também: vamos criar pontes?! Moreira faz uma ponte entre as remoções descritas por Lois Ascher, ocorridas no *West End* de Boston, em 1958, e as remoções em curso, quase diariamente no Rio de Janeiro para receber os mega-eventos esportivos, da Zona Portuária à Vila Autódromo. A partir do estudo de Tolonda M. Tolbert sobre a *gentrification* num bairro de Brooklyn, a ponte de Thiago de Mello nos leva para as etnografias do bairro parisiense de Aligre e do carioca Botafogo, cuja identidade ligada ao samba vai sendo confrontada por outras identidades que os novos moradores estão trazendo para lá. Hirata explora, a partir do artigo de E. Jerry Persaud sobre o *gangsta' rap*, as possibilidades analíticas de uma ponte entre a violência nas letras e na linguagem da “hood” ou “quebrada”, e uma bibliografia brasileira sobre favela e periferia. Sem dúvida, curtos ecos das nossas “capturas” urbanas brasileiras irão estimulando mais interdisciplinaridades e mais estudos de cultura urbana no Brasil. Por seu turno, La Barre em “A inversão dialética do cotidiano: situando *Capturados pela cidade* na temática urbana contemporânea”, acompanha esse desejo com uma leitura comparada entre os *Estudos de cultura urbana* de Blagovesta M. Momchedjikova, e os *Estudos culturais urbanos* de Benjamin Fraser, também muito recentes. Os dois reiteram a relevância de Michel de Certeau e Henri Lefebvre na pesquisa urbana contemporânea – embora por motivos diferentes, como veremos.

No segundo segmento, a ideia inicial era apresentar a atualidade do debate sobre *gentrification* no mundo anglo-saxônico (Estados Unidos e Reino Unido), a partir de uma série de traduções de artigos da revista *City, analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, especializada na questão. De-

pois de meses de negociação com os editores da Taylor & Francis (proprietários da *City* e também da Routledge, entre várias outras prestigiosas edições acadêmicas), a publicação dos seis artigos que tínhamos selecionado e traduzido para o dossiê, como sendo dos mais emblemáticos do debate atual sobre *gentrification*, infelizmente não foi autorizada. Tudo bem, nos divertimos traduzindo! E para quem lê inglês, guardamos as referências, todas disponíveis *online* no site da *City*.¹ Para além desses debates fascinantes, o artigo de Silva Mathema faz um balanço importante da literatura sobre a questão nos Estados Unidos até 2013.

Quanto ao artigo de Norman Oder sobre Brooklyn, já seria um clássico, não fosse a triste banalidade do processo de *gentrification*, agora na sua vertente esportiva e *espetacular* – desenvolvimento mais recente do capitalismo do mesmo nome.² Muito para refletir, pensando em pontes cariocas à hora das Olimpíadas de 2016... O megaprojeto *Atlantic Yards* condensa todos os elementos que já cansamos de contabilizar pensando nos megaempreendimentos destinados a transformar radicalmente o espírito dos lugares (transformar por que? Para quem?). Deixaremos o leitor apreciar a descoberta; vamos nos limitar a dar aqui um palpite sobre o *Barclays Center*, o estádio-sede dos *Nets* situado em pleno *downtown* Brooklyn (do nome do banco inglês patrocinador do projeto, em falência atualmente). E os *Nets*: o time “ancestral” de basquete, recém-renascido graças ao fórceps mercadológico do banco acima referido, e no entanto representando (para os EUA, para o mundo) o mesmo Brooklyn de sempre, tão *real*, tão autêntico.

¹ MARCUSE, Peter. From critical urban theory to the right to the city. *City*, v. 13, n. 2, p. 185-197, 2009; SLATER, Tom. Missing Marcuse: On gentrification and displacement. *City*, v. 13, n. 2, p. 292-311, 2009; HAMNETT, Chris. The new Mikado? Tom Slater, gentrification and displacement. *City*, v. 13, n. 4, p. 476-482, 2009; SLATER, Tom. Still missing Marcuse: Hamnett's foggy analysis in London town. *City*, v. 14, n. 1, p. 170-179, 2010; HAMNETT, Chris. On gentrification. “I am critical. You are mainstream”: a response to Slater. *City*, v. 14, n. 1, p. 181-186, 2010; MARCUSE, Peter. On gentrification. A note from Peter Marcuse. *City*, v. 14, n. 1, p. 187-188, 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/toc/ccit20/current#.VaUF1_IViko>. Acesso em: 5 jul. 2015.

² Ver por exemplo BARBROOK, Richard. *Class Wargames. Ludic Subversion against Spectacular Capitalism*. Brooklyn, NY: Minor Compositions/Autonomea, 2014; BERGMANN, Alexander (ed.). *Music-City, Sports-City, Leisure-City. A reader on different concepts of culture, creative industries and urban regeneration attempts*. Bauhaus-Universität Weimar: Institut für Europäische Urbanistik, 2008; GILMAN-OPALSKY, Richard. *Spectacular Capitalism*. Guy Debord & the Practice of Radical Philosophy. Brooklyn, NY: Minor Composition/Autonomea, 2011.

Finalmente, o segmento “Revisitando arqueologias urbanas” apresenta, com três textos e um anexo, mais um aspecto da perspectiva espaço-temporal já evocada: as cidades de hoje, desde a Paris dos anos 1970-80 e o Rio de Janeiro dos anos 1980 – lembrando o quão permanente e transversal a transformação urbana pode ser... Publicado na *Revue française de sociologie* em 1970, “*Proximité spatiale et distance sociale, les grands ensembles et leur peuplement*” é uma referência obrigatória em sociologia urbana. O artigo trata de um capítulo importante da sociedade francesa cuja modernização é refletida por uma urbanização rápida. Iniciado logo no pós-Guerra e ao longo dos anos 1950, o *boom* das “*banlieues nouvelles*” (novos subúrbios) vai se mantendo durante a década seguinte, acompanhado por grandes esperanças sobre uma sociedade francesa em plena formação na qual os grandes conjuntos habitacionais iriam precisamente simbolizar um novo modelo de desenvolvimento integrado – econômico, social e cultural.

Pensando em outra referência importante da sociologia urbana francesa decidimos incluir um artigo que há tempo alimentava nossas conversas sobre a dimensão vivida, antropológica e não apenas urbanística, do *habitat*. Publicado em 1982 nos *Cahiers internationaux de sociologie*, “Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar”, da socióloga Maïté Clavel, constitui, até hoje, uma rara ocasião para visitar uma noção esquecida: o *habitar*. Nesse texto sugestivo, a reflexão vai se espalhando a partir da Paris dos grandes conjuntos habitacionais dos anos 1970, à Londres “verde” dos anos 2000 – o país “de lugar nenhum” imaginado por William Morris em 1890, cujos habitantes vão (re)descobrimdo as delícias do campo –, passando pela poética da casa-refúgio da infância (atemporal?) de Gaston Bachelard. Talvez implicitamente, a socióloga da Universidade de Paris X-Nanterre estivesse invertendo uma tendência inexorável dos nossos tempos, (re)passando *do urbano ao rural*. É justamente isso que permite a vigência da noção-fronteira de habitar: uma passagem, uma circulação entre rural e urbano.

Last but not least, o artigo de Felipe Berocan Veiga e Marco Antonio da Silva Mello nos leva de volta ao Rio de Janeiro do início dos anos 1980, quando uma tentativa de aproximação e diálogo entre estudos urbanos de várias

áreas – antropologia e sociologia, história e arqueologia, arquitetura e urbanismo – estava sendo pensada para um possível *Laboratório de Arqueologia Urbana*, no Museu Nacional. Os autores retraçam detalhadamente o contexto e os desdobramentos de um projeto inovador (porém não implementado), inspirado nomeadamente pela então recente experiência etnográfica de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello no bairro do Catumbi (*Quando a rua vira casa*, 1980). Projeto cujo espírito e ambição ajudam a pensar melhor nos tempos ambíguos quando, paradoxalmente, a sempre renovada exigência de *patrimonialização* vem acompanhando e justificando uma *renovação urbana e humana* frenética, muitas vezes violenta, da Zona Portuária e suas adjacências à Praça Tiradentes. Junto com seu anexo – o Projeto em questão, escrito em 1982 por Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello – essa contribuição tira do esquecimento um pedaço importante da história urbana contemporânea do Rio de Janeiro, fechando assim o presente dossiê *en toute beauté* – isto é, *além de todas as ruínas*.

AGRADECIMENTOS

- Ao Patrick Burglin, pela revisão das traduções dos artigos de Blagovesta M. Momchedjikova, Silva Mathema, e Norman Oder;
- À Clarissa da Costa Moreira, pela revisão da tradução do artigo de Maïté Clavel, e pela revisão do artigo de Jorge de La Barre;
- À Maíra Machado-Martins, pela revisão da tradução do artigo de Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire.

Dossiê

TRADUÇÃO

Capturados pela cidade: perspectivas em Estudos de cultura urbana¹

Blagovesta M. Momchedjikova

Doutora em Performance Studies (New York University, 2006). Atualmente é professora da New York University, e diretora da área de pesquisa “Cultura urbana” da MACAPA (Mid-Atlantic Popular and American Culture Association).

O que é Estudos de cultura urbana?

As cidades são organismos vivos: elas crescem, mudam ou por vezes desaparecem. Elas são fascinantemente porosas, deixando por dentro quem quiser ficar, e de fora quem não quiser. Elas podem abraçar mas também rejeitar. Podem ser robustas e saudáveis, mas também doentes. Podem ser loucamente felizes, mas também tristemente deprimidas. São vários e complexos os processos – planejados ou acidentais – que sustentam, aceleram ou desaceleram o pulso da cidade, afetando infinitamente os seus moradores, tendo eles ou não precipitado esses processos. Os Estudos de cultura urbana visam sentir e estudar o pulso da cidade – irregular por vezes, sempre complexo, nunca falso.

Estudos de cultura urbana é, falando simplesmente, uma amálgama de disciplinas, abordagens e metodologias cujo interesse comum reside na cidade – qualquer cidade: mundana, fragmentada e monótona, mas também e ao mesmo tempo extraordinária, coerente e polifônica. Envolve a forma urbana, colorida e contraditória – o ambiente físico (um edifício, um bairro, um parque), e suas reverberações em outros mundos, físicos ou não (uma memória, um sentimento, um som) – a partir de uma variedade de perspectivas tradicionais – sociológica, antropológica, histórica, linguística, fotográfica – além de contar com as conversas interdisciplinares já iniciadas pelos mais recentes estudos culturais, visuais, de *performance*, e de cultura popular.

¹ Blagovesta M. Momchedjikova (2013), “Introduction: Urban Culture Studies”, em *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*, editado por Blagovesta M. Momchedjikova, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 1-7. Publicado com a permissão da Cambridge Scholars Publishing. Traduzido por Jorge de La Barre. Revisão de Patrick Burglin.

Ao contrário da disciplina estabelecida de Estudos urbanos por exemplo, que lida com a cidade como um objeto e é reservada para o grupo mais exclusivo de planejadores urbanos, formuladores de políticas e arquitetos, a disciplina de Estudos de cultura urbana atualmente em formação abraça a cidade como um encontro dinâmico, um empenho artístico, um evento, uma prática, uma *performance*, uma interação, e está aberta a acadêmicos de vários campos, artistas tanto como especialistas. Em última análise, ela tenta conquistar o seu próprio campo de investigação com base na pluralidade de perspectivas sobre a cidade que vão se complementando e nos concedem uma melhor compreensão das cidades – por que sonhamos com elas, por que nos congregamos nelas, as desenvolvemos, negociamos nelas, as deixamos ou retornamos a elas – e das vidas complexas, contraditórias, que vivemos nelas.

Por que agora?

A cidade tem preocupado gerações de pensadores, poetas, planejadores, e decisores políticos. De Georg Simmel a Richard Sennett, de Walter Benjamin a Michel de Certeau, do Barão Haussmann a Robert Moses, de Italo Calvino a Yi-fu Tuan, de Jane Jacobs a Sharon Zukin, a cidade tem sido considerada um lugar legítimo, seja com seus problemas ou maravilhas, mas quase sempre com suas experiências inigualáveis. A proliferação das mídias sociais na última década, no entanto, tem-se consituído em desafio especial para a forma como pensamos sobre o lugar e portanto sobre as cidades e sobre nós mesmos vivendo nelas. Facebook, Twitter e Skype nos permitem habitar muitos lugares diferentes ao mesmo tempo. Hoje, a famosa caminhada de de Certeau, que ligava o “cá” e o “lá” na rua da cidade, tornou-se um clique de *mouse* e desmoronou o “cá” para o “lá”: eles são simplesmente uma e a mesma coisa.

Quer tomemos emprestado o termo “lugar híbrido” do geógrafo André Blum ou o “não-lugar” do antropólogo Marc Augé para descrever esse estado de vida virtual em vários lugares ao mesmo tempo, uma coisa é certa: enquanto euforicamente fazemos amizades, enviamos mensagens de texto ou *chateamos*, estamos cada vez menos presentes no único lugar que pode nos proporcionar sensações e experiências tangíveis: o imediato e urgente *aqui*. Navega-

mos na *world wide web* mais do que exploramos as ruas da cidade; andamos desconectados da cidade viva, porém estamos *LinkedIn*. Assim, a cidade tornou-se prestadora de serviços para *posts*, *blogs* e *tweets* – uma derrotada frente a essas talvez mais seguras representações virtuais. E nós, consumindo *sites*, atualizando perfis, *i-tocando* frios eletrônicos, nos orgulhamos dos nossos múltiplos *self*. Desagrilhados pelos desafios da urbanidade da vida real, todos esses *self* vagam pelas nossas cidades, qual fantasmas – *self* híbridos, não-*self*?

Os Estudos de Cultura Urbana permitem-nos abordar a difusão do lugar, e a resultante difusão do *self*, como processos de natureza reversível. Com sua ênfase nas conexões tangíveis entre pessoas, lugares e interações, eles oferecem uma abordagem holística e humanitária para o *self* urbano e o lugar urbano que pode ajudar a nos reposicionarmos no mundo da informação global para um renascimento tanto do *self* como do lugar. Nesse reposicionamento, podemos recuperar nossa experiência do lugar e do *self*, precisamente devido à interação entre lugar físico e virtual, entre *self* físico e virtual – não apesar dela. Enquanto combinação de disciplinas e metodologias, os Estudos de Cultura Urbana não fomentam *interfaces* mas sim trocas e comunidades cara-a-cara – verdadeiros antídotos contra os efeitos alienantes do consumismo virtual. E isso também contribui para tornar nossas cidades mais saudáveis.

Por que *Capturados pela cidade*?

Mas, à medida que nos expandimos para novos locais e novos *self* graças a inovações tecnológicas sem fim, desastres – naturais e provocados pelo homem – continuam a redesenhar a paisagem das cidades no mundo inteiro – desenraizando pessoas, apagando lugares. Tais desenvolvimentos adversos afetam a forma como experimentamos, preservamos e lembramos das cidades e de nós próprios nelas. Equipados com cartões de memória e *pen drives*, transmitimos e armazenamos nossas memórias em *bytes*, como se nossos dispositivos eletrônicos fossem, de fato, responsáveis por uma das mais distintas experiências humanas: a de lembrar. Engajar-se no ato de lembrar significa evocar uma experiência visceral e tangível – de uma pessoa, um local, um objeto, um evento, ou a combinação de alguns ou todos estes, assim co-

mo dos sentimentos que provocaram. Tais atos de lembrar localizam-nos no tempo e lugar e criam assim nossa identidade pessoal e cultural: eles fazem de nós quem realmente somos.

Esses atos de lembrar, no entanto, estão lentamente nos escapando porque vivemos mais a vida virtual do que a real, mesmo que, ao final do dia, não guardemos nenhuma prova tangível dessa existência virtual, e tampouco nenhuma memória. É assim que *Capturados pela cidade: Perspectivas em Estudos de cultura urbana* veio à luz. É um esforço para lembrarmos que, embora prefiramos abraçar a internet, a cidade real ainda nos abraça: é ela que ainda nos cobra o aluguel, a calefação, a eletricidade, o gás, a água, o cabo, o lixo, o ônibus, o metrô, as taxas; ela ainda alimenta nossos desejos, as nossas esperanças, as nossas decepções; ela ainda nos deixa perplexos, surpresos, fascinados. Este livro é um sério lembrete de que ainda continuamos presos na teia de ideias, conexões e contradições da cidade real, *aqui mesmo*.

Em última análise, *Capturados pela cidade* pretende reencenar para seus leitores – tal como o fez para seus colaboradores – a arte de estar presente para a cidade, que é um pré-requisito para recordar, desfrutar, imaginar e planejar a cidade. Este é o principal objetivo do livro e seu trunfo maior. Estar presente sugere que se está *aqui* e que se está *aqui agora* – que se está conscientemente conectado aos seus arredores imediatos, processando o que lhe está acontecendo no contexto desses mesmo arredores. Esta coleção também espera inspirar os seus leitores a despertarem para o presente, e se envolverem em sua própria arte de estar presente, o que ajuda a restaurar o valor das conexões e comunidades humanas reais, em vez daquele consumo virtual entorpecente – um verdadeiro avanço para a disciplina dos Estudos de Cultura Urbana.

Como está organizada esta coleção?

Composta por dezoito ensaios, esta coleção representa as possibilidades de leitura, pensamento e escrita críticos, proporcionadas pelos Estudos de Cultura Urbana enquanto disciplina. Tematicamente, os ensaios deste volume abrangem uma vasta gama: a preservação do lugar na memória; o bem-sucedido uso cotidiano dos espaços públicos; a relação entre identidade pessoal,

comunal e cultural; *gentrification*, desenvolvimento urbano e desastre; imigração, viagem e deslocamento do *self*; a encenação do pertencimento através de quotidianos ou programados *performances*, linguagem, e som. Estilisticamente, os textos representam uma mistura de gêneros – estudos históricos ou etnográficos de locais e eventos públicos; evocações poéticas de geografias pessoais nas cidades; explorações de eventos altamente orquestrados ou improvisados em designadas áreas urbanas. Considerados em conjunto, os textos reencenam o princípio básico da disciplina dos Estudos de Cultura Urbana: a interconectividade.

A estrutura do volume em três partes – Lugares, Pessoas, e *Performances* – com seis ensaios em cada parte é, em certa medida, arbitrária, pois lugares, pessoas e *performances* (programadas, espontâneas, ou mundanas) são sempre interligados e interdependentes: não se pode considerar um sem os outros. No entanto há alguns fatores dominantes como prioridades e perspectivas dentro de cada texto que permitem que eles sejam agrupados dessa forma particular, provocando conexões dinâmicas dentro de cada parte. Ao mesmo tempo, são também esperadas e desejadas conexões dinâmicas entre as três partes. Em ambientes urbanos vivos, aliás, é também de se esperar que assim seja: tudo está sempre conectado a todo o resto. São essas conexões na cidade que, através de nossos estudos esperamos iluminar, através da combinação das diferentes perspectivas promover, e através da vida de cada texto em sua proximidade a outros neste volume provocar.

Única nesta coleção é a seção introdutória formal de dois parágrafos a cada ensaio. Enquanto o primeiro parágrafo descreve do autor sua disciplina, metodologia e envolvimento especial com o urbano em geral, o segundo detalha o projeto específico do ensaio. O propósito desses parágrafos reflexivos é duplo: posicionar cada colaborador, por um lado, dentro de um determinado campo de investigação (digamos, sociologia, antropologia, história, estudos visuais), e por outro, no espectro mais amplo e abrangente da Cultura Urbana. São esses dois parágrafos que explicitamente conectam todos os ensaios uns aos outros, e ao projeto mais amplo deste livro – o de estabelecer a legitimidade e urgência da nova disciplina de Estudos de Cultura Urbana. Embora

existam muitos livros importantes oferecendo estudos interdisciplinares fascinantes dentro da disciplina, assim ampliando o âmbito de aplicação da mesma, *Capturados pela cidade* oferece um exame transdisciplinar (fotográfico, sociológico, histórico, arquitetônico, antropológico, linguístico, teatral, etc.) do tema urbano comum, alargando assim o âmbito dos Estudos de Cultura Urbana como campo em si.

Lugares, pessoas, performances

Primeira parte: Lugares na cidade: Na memória, na história, e em tempo real lida com a preservação, desenvolvimento e melhoramento do lugar. Ines Rae nos convida a considerar o modo como a memória do lugar é construída: comparando fotografias de Preston, Inglaterra, com as memórias que elas produzem, ela pergunta se a memória pertence às pessoas, aos lugares, imagens, ou histórias. A proposta de Lois Ascher é que, frente à destruição, a memória resida nos museus, tal como o criado por ex-moradores do West End de Boston (notória vítima do desenvolvimento urbano). Para David Michalski no entanto, as memórias urbanas existem em fragmentação e colagem, tais como as que ele tem de Buffalo, Nova York – sua cidade natal. Ainda assim, apesar de fragmentado, qualquer ato de lembrança nos permite reclamarmos a cidade, como qualquer outra prática na cidade. Uma dessas práticas é o *street-postering*, observado por Tara Milbrandt quando a ameaça de proibição dos cartazes de rua divide a cidade de Toronto e seus moradores. Outra é a construção de um parque na cidade de Nova York que, como mostra Matthew Postal, pode ser bastante bem-sucedida quando os interesses dos decisores políticos e dos frequentadores do parque coincidem. Mas, para criar locais públicos úteis, alerta Nathalie Boucher, temos que prestar atenção às nossas necessidades contemporâneas em termos de lugar público, e não necessariamente ao que a história nos ensina; assim, em muitos lugares públicos “malditos” no centro de Los Angeles, ela encontra uma vivacidade inesperada.

Segunda parte: Identidades de cidade: Em trânsito e in situ explora o que acontece com o *self* urbano frente à mudança econômica, geográfica, e social. Margarita Kompelmahler observa os imigrantes soviéticos em Twin Cities,

Minnesota, que lutam pela preservação da sua identidade nacional através de práticas como a dança social, tentando ao mesmo tempo permanecerem publicamente invisíveis na cidade de adoção. O caso oposto acontece no estudo de Tolonda Tolbert sobre os “*Gatekeepers*” – um agrupamento de homens de ascendência afro-caribenha que abertamente protegem sua comunidade contra as forças da *gentrification* num quarteirão de Brooklyn, Nova York. J. Emmanuel Raymundo mostra-nos como, em momentos de crise urbana (tal como evidenciado por desastres e representação cinematográfica), certas identidades podem desaparecer rapidamente – os Afro-Americanos vitimados pelo furacão de Nova Orleans no início do século 21, ou os Asiático-Americanos no filme apocalíptico *San Francisco* (1936). O desaparecimento e o deslocamento temporários (e temporais), o subsequente refazer do *self*, são testemunhados por Michelle Dent durante o seu contrato de ensino em Abu Dhabi; é também o que Steve, ferreiro *mohawk* de Montreal, conta na etnografia de Samuel Neural em Nova York; e o que Keisha Gaye-Anderson experimenta como jovem mulher jamaicana querendo fazer sucesso na *Big Apple*.

Terceira parte: Performando a cidade: Vozes e práticas estuda as interações entre pessoas e lugares, tal como evidenciadas em atividades quotidianas ou programadas, e como elas contribuem para o próprio sentido de pertencimento à cidade. Joe Trotta considera como o lugar gera certas expressões linguísticas, e como dialetos urbanos se formam e desenvolvem como resultado do habitar determinados lugares. Isto é desenvolvido no estudo de Ronald Dorris sobre a musicalidade da fala dos moradores de Nova Orleans e como ela se formou historicamente. Para E. Jerry Persaud, é o caso do *hip hop*, que ao mesmo tempo reflete e perpetua o gueto do centro da cidade: lugar físico, estado de espírito, estilo de vida, léxico, e fluxo. Mathew Hawkins e Marta Rabikowska mostram como as cidades provocam a criação artística, quando revelam suas práticas cinematográficas num bar de Plumstead, Inglaterra, numa tentativa de descobrir a comunidade mais ampla daquela área em particular, à qual eles também querem pertencer. Melanie Sovern, também, estuda como a improvisação teatral e a *performance* de rua permitem a uma trupe de teatro se envolver e celebrar Nova York. Finalmente, o auto-retrato de Ra-

faela Santos contempla-nos enquanto lemos as sentidas histórias de uma *Latina* negra do Bronx, Nova York, determinada a quebrar o ciclo de pobreza em que ela cresceu, e deixar sua marca na cidade apesar de todas as dificuldades.

Metas

Capturados pela cidade: Novas Perspectivas em Estudos de Cultura Urbana é um compêndio, um manual, e uma ferramenta de navegação para aqueles intrigados com tudo aquilo que é urbano, aqueles curiosos por entender a gama de possibilidades que este campo de formação recente apresenta, e para aqueles que se dedicam ao desenvolvimento e expansão adicionais do mesmo. Como coleção de diferentes disciplinas, assuntos, ferramentas, metodologias, abordagens e estilos de escrita, este livro pode ser útil para professores e estudantes, acadêmicos e artistas, independentemente de suas filiações específicas porque demonstra não o avanço de uma disciplina única, mas como diferentes disciplinas se cruzam para formar um novo campo de estudo: os Estudos de Cultura Urbana, por natureza transdisciplinares. Como tal, *Capturados pela cidade* é fundacional: é uma nova rubrica que ajuda seus leitores a se aproximarem da cidade multifacetada a partir de uma variedade de ângulos e vê-la sob o prisma dos Estudos de Cultura Urbana: através de todas as suas partes.

Os professores podem utilizar este volume para ensinar a cidade a partir de uma miríade de perspectivas, e de várias perspectivas ao mesmo tempo. Ao abordar criticamente as complexidades das cidades, os professores podem ensinar aos alunos como serem melhores leitores, pensadores e escritores, e como melhorar o futuro das cidades. *Capturados pela cidade* pode ser útil manual para aqueles dedicados ao ensino dos Estudos de Cultura Urbana; pode também ser de interesse para as diversas disciplinas representadas – sociologia, antropologia, história, linguística, história arquitetural, urbanismo, estudos americanos, estudos afro-americanos, estudos do Caribe, estudos pós-coloniais, estudos críticos da mídia, estudos fotográficos, estudos de cinema, inglês, literatura comparada, poética documentária, escrita, estudos culturais, estudos de teatro, estudos de dança, estudos de *performance*, etnografia feminista, criminologia racial e cultural. Os alunos podem utilizar es-

te volume para aprender a ver a cidade como uma entidade dinâmica e tão rica que, a fim de compreendê-la em sua integralidade, é preciso abraçar uma multiplicidade de abordagens e disciplinas. Isso pode levar os alunos a pensarem criticamente sobre os seus próprios papéis na *performance* quotidiana da cidade. Além disso, pode oferecer aos estudantes modelos de investigação e interconectividade, ajudá-los a identificar oportunidades de pesquisa e apresentar diferentes abordagens para escrever sobre a cidade.

Em última análise, *Capturados pela cidade: Novas Perspectivas em Estudos de Cultura Urbana* tem como objetivo criar uma troca viva de pontos de vista entre acadêmicos, professores, artistas e estudantes. É um esforço no sentido de preparar o terreno para a fundação de um Centro de Estudos de Cultura Urbana em futuro próximo, onde a troca viva de pontos de vista continuará através de oficinas, aulas, simpósios, publicações e *performances*. Muito me agradou coligar este volume e convido você a compartilhar a minha alegria à medida que percorrer os ensaios, aprender mais sobre a muitas vezes misteriosa interação entre ambientes construídos, interações pessoais e infraestrutura em cidades. Espero que você entenderá por que e como todos nós neste livro ficamos intrigados, obcecados, surpresos, fascinados e totalmente capturados pela cidade, para que, por sua vez, isto se convirta em convite para você pensar sobre sua própria relação com a cidade.

Aprendendo com Boston:reparações tardias do não-direito à cidade nas expropriações urbanas do século XX

Clarissa da Costa Moreira

Doutora em Filosofia da Arte e da Arquitetura (Universidade Paris I Panthéon-Sorbonne, 2007). Atualmente é professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF/EAU), membro do Laboratório de Grandes Projetos Urbanos (PPGAU/GPDU), e integrante da rede Universidade Nômade.

Resumo

A pesquisa de Lois Ascher sobre a comunidade de West End em Boston cinquenta anos depois da remoção integral do bairro no final da década de 1950 apresenta um grande interesse como perspectiva para pensar a questão do direito à cidade face aos violentos processos de expropriação urbana em curso ainda hoje. O presente artigo busca repensar o direito à cidade contemporânea, num contexto de acumulação e exploração econômico-financeira como podemos observar no Rio de Janeiro atualmente, onde um novo gerenciamento da violência estatal vem sendo colocado em ação.

Palavras-chaves: Cidade e bem comum, Grandes projetos e remoções, Porto do Rio de Janeiro, West End de Boston, Direito à cidade

Abstract

Lois Ascher's research on Boston's West End community fifty years after the full removal of the neighborhood in the late 1950s is of great interest as a perspective to think about the right to the city facing the ongoing and violent processes of urban expropriation. This article seeks to rethink the contemporary right to the city in a context of accumulation and economic/financial exploitation, as one can witness in the city of Rio de Janeiro, where a new management of State violence is currently under way.

Keywords: City and the commons, Great projects and removals, Port of Rio de Janeiro, Boston's West End, Right to the city

West End, Boston: mais de cinquenta anos resistindo

Depois da *tabula rasa* que arrasou grande parte do West End de Boston no final da década de 1950 por operações visando a destruição e reconstrução de áreas consideradas degradadas ou favelizadas (*slums*), uma pesquisa feita com antigos moradores do lugar traz à luz testemunhos, memórias e lamentos que ainda hoje não assumiram a relevância necessária na maior parte das políticas urbanas mundiais.

Os relatos falam do West End de antes da destruição como sendo um bairro operário de imigrantes cheio de vida, onde solidariedade e espírito de vizinhança eram a tônica das relações comunitárias, lembrando um pouco o caso de West Village em Nova York, mundialmente conhecido graças à militância e ao pensamento de Jane Jacobs (2000), que apesar da vitória na manutenção da população por um certo tempo (e do patrimônio edificado até hoje), é hoje um dos bairros mais caros de Nova York.

No caso de West End, os proprietários foram prevenidos antecipadamente, a fim de que não mais investissem em melhorias em seus imóveis, acelerando assim a decadência das construções (ASCHER, 2013, p. 27). Os grandes prejudicados foram, portanto, os locatários. As lutas e mobilizações comunitárias não resultaram na interrupção do processo, feito à revelia da população local, a destruição das casas ocorrendo diante dos olhos de famílias inteiras, inclusive crianças. No entanto, tudo começou, como sempre nestes casos, com grandes promessas.

Primeiro, prometeram aos residentes do West End novas quadras habitacionais de locação de caráter social a serem construídas no próprio West End. O Departamento de Habitação garantiu que “famílias deslocadas pelo Projeto West End”, teriam prioridade absoluta no acesso à habitação social produzida pelo Estado de acordo com a lei de 1951 que estabelecia que qualquer habitante deposto pelo domínio eminente teria o direito de retornar à propriedade, quando pronta e antes de ser recolocada em locação, se tivessem recursos suficientes. Com o desenvolvimento do projeto, referências à habitação se tornaram escassas até que finalmente, nos mandados de desocupação entregues na primavera de 1958, não restava qualquer menção a habitação social de baixo custo. (op. cit., p. 30 – tradução nossa).

Se o relato geral das circunstâncias de expulsão parece se repetir, com particularidades na maior parte das situações envolvendo expulsão de famílias pobres de suas comunidades, há um desenrolar surpreendente no exemplo de Boston, cuidadosamente pesquisado por Lois Ascher, que traz uma nova luz ao processo.

Expulsas, as pessoas dessa comunidade tentaram continuar em contato entre si, mandando notícias de filhos e netos, de nascimentos e mortes (op. cit., p. 31). Muitas mortes pelo choque da expulsão e perda de suas casas, laços e vidas anteriores foram relatadas, mas a resiliência ainda assim foi tal que cinco décadas depois, a memória do que foi vivido por esta comunidade conseguiu ser hoje parcialmente reunida através de um museu participativo que apresenta fragmentos da época.¹ O museu foi fundado em 2004, e, segundo os moradores no relato de Ascher, lhes permite reencontrar algo de um mundo desaparecido, um passado expropriado e destruído, refazendo laços e reestruturando histórias comuns.

O museu, no entanto, tem ainda um outro papel a desempenhar na continuação da cruzada contra o uso de iniciativas de renovação urbana para tornar pessoas órfãs nas grandes metrópoles. Os que são jovens demais para lembrar consideram os eventos com descrédito, em parte porque realmente tudo foi tão inacreditável. A história se lê como um exemplo de notícia de mídias sensacionalistas: o governo mentindo para residentes enquanto deliberadamente fabricava um processo de degradação físico-espacial a partir de um bairro popular atrativo; o governo recusando realizar a coleta do lixo e em seguida divulgando imagens de lixo nas ruas em fotografias de jornal; crianças arrancadas de suas casas, idosos, que “perderam seu pequeno casulo, seu apoio, entre os quais muitos morreram”. A triste situação desta “população enlutada” é mantida “viva”, para que o resto de nós possa entender o resultado de um planejamento urbano indiferente sobre as populações afetadas. Assim, as atividades dos “contadores de história do West End” se tornam atos de resiliência comunitária, a fim de nos ensinar as terríveis lições que emergem das crenças equivocadas “de que o futuro pode ser escrito como se não tivesse existido um passado”. Deste modo, sociedades futuras poderão reconhecer que esco-

¹ The West End Museum. Home of a historic neighborhood: <http://thewestendmuseum.org/visit/mission-statement/>.

lhas envolvendo a renovação urbana impactam mais que infraestrutura e edifícios. Como Jim Campano, fundador do museu, diz a estudantes de planejamento urbano no final de suas palestras: “Suas decisões podem afetar a vida das pessoas.” (op.cit., p. 35 – tradução nossa).

Neste sentido, o processo de resistência desta comunidade ultrapassa o fato da destruição e subsiste ao destroçamento do lugar, um fenômeno único e possível talvez exclusivamente num contexto de melhores condições gerais de vida, como no caso norte-americano. Longe de significar a superação da violência e uma apropriação estética da dor, como ocorre comumente nestes processos, o que emerge principalmente neste caso da conquista de um museu dedicado ao processo sofrido pela comunidade de West End, é o fato de que as pessoas nunca esqueceram nem aceitaram a violência sofrida. Criar o museu parece o modo de fixar e afirmar sua existência na cidade, uma afirmação tardia do direito à cidade e ainda um marco que deveria servir como questionamento para aqueles que pensam o deslocamento de populações como um direito do Estado.

Rio de Janeiro, não-direito e museificação da violência estatal

Seja por desconhecimento das experiências traumáticas ligadas às remoções no Brasil e no mundo ou por considerá-las irrelevantes diante dos ganhos especulativos que as remoções possibilitam, em 2009-2010 são mais uma vez iniciadas expropriações e remoções de cerca de 67.000 pessoas considerando apenas o Rio de Janeiro, na ocasião dos grandes jogos: Copa e Olimpíadas (FAULHABER, 2015, p.36). O exemplo de Boston ecoa em diversas passagens dolorosas vividas pelos cariocas nos últimos anos. Ele nos remete, por exemplo, às promessas feitas às comunidades de Vila Autódromo em 2013 e tão festejadas pelos movimentos locais e violentamente descumpridas ao longo de 2014 e 2015, até a recente preparação dita participativa de um plano de habitação social no Porto do Rio, onde se perfila uma estratégia que não parece muito distinta daquela, com moradores dos bairros portuários assistindo a propostas cuja indefinição é grande e a viabilidade parece nenhuma ou se-

quer é mencionada,² no quadro do grande projeto de renovação urbana conhecido como Porto Maravilha (SANCHEZ e BROUDEHOUX, 2013; MESSENTIER e MOREIRA, 2014).

De fato, políticas urbanas de renovação/expulsão largamente utilizadas nos anos 1970 “retornaram” simplesmente, como se o tempo não tivesse passado, como se experiências passadas não fossem consideradas relevantes, como se a “dor dos outros” de que fala Sontag (2003), fosse ainda hoje um efeito colateral aceitável para as grandes renovações da cidade. Apesar do registro em importantes e incontáveis trabalhos que vão de pesquisas científicas,³ a músicas populares como o famoso samba *Opinião* de Zé Ketí (1964),⁴ esses saberes e memórias de nada serviram ao soarem novamente as grandes oportunidades de negócio. Neste sentido, recentemente, é ainda maior a quantidade de relatos, documentários e outras formas de sensibilização que vem tomando corpo desde o recomeço das remoções na cidade e que constituem uma memória cada vez mais consistente destes processos. Destacamos ainda o Museu da Maré, ameaçado recentemente de fechamento, e o Museu do Horto, também estruturado no contexto das lutas para permanência da centenária comunidade, no bairro do Jardim Botânico, Rio de Janeiro. No Morro da Providência, também objeto de ameaças de remoção, existe ainda a Casa Amarela, iniciativa cultural promovida pelo fotógrafo Maurício Hora e pelo artista francês conhecido como JR.

O aspecto repetitivo e genérico da expropriação do bem comum urbano faz com que o relato dos moradores recolhido por Ascher seja terrivelmente similar ao que pudemos pessoalmente presenciar durante visita à campo no Porto do Rio de Janeiro, em março de 2015. Em um grupo formado por estudantes, pesquisadores e professores da Universidade Federal Fluminense, pas-

² Refiro-me às reuniões do Plano de Habitação Social no Porto do Rio de Janeiro, dirigido pela CDURP/PCRJ, ocorridas semanalmente em junho-julho de 2015, com a presença de moradores e entidades. (SANTOS e WERNECK, 2015).

³ Como os do geógrafo Maurício de Abreu (2010), do arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, 1988) e Paola Berenstein-Jacques (2001), das sociólogas Maria Laís Pereira da Silva (2005), Lícia Valladares (1978, 2005), e Janice Pearlman (1977), e mais recentemente Rafael Gonçalves (2014), para citar apenas alguns numa infinidade de produções importantes ao longo do tempo.

⁴ “Podem-me prender / Podem me bater / Podem, até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro/ Eu não saio, não”.

samos em um local onde casas haviam sido destruídas no início da mesma manhã, durante uma das várias desocupações que vem correndo na área, na hora em que as pessoas ainda dormiam. Especialmente tocantes eram os olhares chocados de crianças de poucos anos de idade que tinham toda sua vida e seu futuro ali, graças à relativamente boa infraestrutura urbana e de serviços no bairro, se comparada aos bairros mais distantes do Centro, e a oferta de esporte, educação e cultura, apesar das más-condições de habitabilidade (que demandam outro tipo de solução que não a simples expulsão). Enviados para abrigos localizados a mais de 40 kms, tendo recusado a se juntar aos demais moradores expulsos que aceitaram a decisão governamental, foram deixados com todos os móveis do lado de fora da casa.

No entanto, no caso carioca, com a exceção dos moradores já expulsos, algumas pesquisas e entrevistas de campo realizadas esporadicamente por estudantes de arquitetura e urbanismo indicam que os moradores da área tendem a mostrar-se confiantes em sua permanência e no projeto como um todo, assimilando o discurso do *marketing* público, que aparentemente pouco ou nada explica sobre fenômenos de valorização imobiliária e substituição de população (*gentrification*), e até o momento não apresenta qualquer proposta sobre como conter este movimento (SANTOS e WERNECK, 2015). O mesmo se constatou em reunião pública convocada na ocasião da discussão do plano de Habitação de Interesse Social (HIS) do Porto, onde os moradores presentes, apesar da desconfiança, não se mostram ainda cientes do grau de risco em que se encontram face à operação urbana em curso, sem saber que poderão estar em algum ponto do processo, na lista dos que não conseguirão permanecer no Porto.

É importante ainda destacar a questão das remoções na favela do Morro da Providência, lugar de extrema importância na história carioca (MOREIRA e BAUTÉS, 2014), tendo como alvo um universo de 832 casas,⁵ o que poderia chegar a mais de 30% da comunidade em termos da população afetada. Neste

⁵ Segundo os dados do “Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades” (SANTOS e ASEVEDO, 2011).

caso a mobilização popular apoiada por diversas entidades da sociedade civil obteve uma vitória jurídica importante que deteve o processo durante alguns anos, reiniciando em 2015 sobre a parte mais precarizada da comunidade, conhecida como Pedra Lisa, conforme informações dos moradores do local.⁶

Além desta vitória jurídica inicial de grande relevância, neste processo específico das remoções e destruições no Morro da Providência, surge também a figura de um Museu, o Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em março de 2013, cujo funcionamento e objetivos parecem bastante distintos, quase opostos, daquele museu no West End em Boston. Ao passo em que vemos este último surgir da luta de antigos moradores para refazer laços comunitários e ainda sensibilizar em relação à questão da destruição urbana, no caso carioca, o museu de origem público-privada é diretamente associado à grande operação financeira-urbanística.

Nele, observa-se uma atuação artística e teórica de caráter pacificador e naturalizador, e de cima para baixo. O oposto, portanto, de um museu comunitário, assumindo deliberadamente um caráter mais global e midiático, gerenciado pela fundação ligada à maior rede de televisão brasileira (Fundação Roberto Marinho), o MAR funciona como uma antena avançada do processo de renovação urbana, sendo seu primeiro fato construído. Em muitas exposições e textos, percebe-se o museu trabalhando ao lado da operação urbana, buscando descodificá-la, problematizá-la esteticamente, mas naturalizá-la como fato, inclusive em relação às remoções (LA BARRE, 2015; MOREIRA, 2015). A ideia de uma inexorabilidade do desenvolvimento da cidade e de suas transformações aparece de forma recorrente, direta ou indiretamente, nas exposições, ainda que os trabalhos artísticos em si se prestem a interpretações mais complexas e extrapolem o enquadramento proposto pelo Museu. De todo modo, esvaziada de sua vibração e de sua força de resistência e de vida, a vida local vai aos poucos sendo “museografada”, tornando-se memória de um passado ainda presente, em destruição, como se não restasse outra opção senão dizimá-la e guardá-la para fins de registro. É como se o museu fizes-

⁶ Dados ainda inéditos resultantes de entrevistas realizadas em junho de 2015 com moradores do Morro da Providência, no âmbito de projeto de pesquisa sobre planejamento em situações de conflito, dirigida pelo ETTERN/IPPUR/UFRJ e o GPDU-/UFE.

se um acompanhamento do processo de destruição do Porto em “*real time*”, num processo quase perverso de registro da violência e da desmedida estatal.

Do não-direito à reparação?

Coloca-se assim ainda hoje, a situação do não-direito à cidade para os trabalhadores antes operários e hoje precarizados, seduzidos e ludibriados quando não simplesmente expulsos nos processos de retomada de territórios pelas elites nacionais e internacionais, sob justificativa de que vivem em áreas degradadas, a solução sendo invariavelmente a de mandá-los para fora do perímetro urbano mais valorizado do ponto de vista imobiliário. Os removidos são portanto duplamente penalizados pela condição de explorados, quando não diretamente criminalizados.

O consenso sobre o qual se assentam grande parte dos técnicos, empreendedores, políticos e mesmo partes da população atingida e principalmente da população mais abastada das cidades, é que as transformações urbanas fazem parte da vida da cidade é, na verdade, a naturalização inquestionada do violento modelo de desenvolvimento urbano dominante, conforme o processo acima explicitado, de expulsão e apropriação de territórios pelas classes dominantes quando assim lhes parece interessante. Ou seja, naturalizar a opressão das classes operárias de ontem e precarizadas/terceirizadas de hoje, pela sua expulsão de locais que virarão nobres, chamar a isso de inexorabilidade da transformação urbana como fizeram alguns teóricos e curadores no caso do MAR (MOREIRA, 2014), estabelecendo o museu como uma espécie de apaziguador cultural da destruição, é algo muito grave e mostra a indisposição em testar alternativas, que existem e foram bem sucedidas em outros contextos.

O caso do Porto do Rio é singular por incluir a um só tempo o tema da renovação urbana, da reurbanização de áreas carentes de infraestrutura urbana e da recuperação de áreas históricas. No entanto, em todas estas frentes de atuação observa-se a questão do não-direito atuando de diversas formas, notadamente, pela forma das desocupações, que haviam sido paralizadas mas que recomeçam às vésperas das Olimpíadas.

No caso das favelas, o Brasil foi um dos países pioneiros em programas de reurbanização mundialmente premiados e hoje, abandonados, como o Favela Bairro onde as remoções não podiam ultrapassar 5 % da população total da comunidade e deveriam ser reassentadas no local. Ou seja, tanto há, como já houve, alternativas. No caso de centros históricos como o Porto do Rio, temos por exemplo a experiências de reabilitação urbana na França com mecanismos testados e conhecidos de fixação da população local pós-recuperação de áreas da cidade, sobretudo históricas (SALIN, 2005).

O que o exemplo de Boston mostra, através da análise de Ascher, de forma altamente significativa no contexto atual brasileiro e principalmente, carioca, é o de que a violência da despossessão da cidade, da usurpação da casa e da estrutura social, como já havíamos verificado com as remoções de favelas na década de 1970, é um ataque ao bem comum materializado nas partes das cidades e suas comunidades (ASCHER, op. cit., p. 26), e não uma ação em prol do bem público. Que esta comunidade tenha buscado enfrentar o processo e resistir, e que receba um espaço no novo museu, para além dos riscos da patrimonialização e da estetização do trágico vivido, atesta o valor do lugar para além do financeiro, do pertencimento ao lugar e à comunidade, para além das ideologias urbanísticas e dos interesses financeiros de cada tempo. Um processo de autoreparação cujo efeito extrapola em muito o local e que nos remete ainda a iniciativas fundamentais que recebem pouquíssimo apoio financeiro estatal, como o Instituto dos Pretos Novos na região portuária do Rio, que registra e estuda a questão da escravidão e do tráfico humano perpetrado contra os povos africanos, para citar apenas um exemplo.

A dimensão da cidade como bem comum, lembrada por Ascher, é muitas vezes vilipendiada pela ideia mais duvidosa e recorrente no âmbito do direito urbano de que o interesse público suplanta o interesse privado. Tal é a justificativa jurídica genérica utilizada em escala mundial para grande parte das desapropriações urbanas, o que é dramático principalmente em contextos onde o chamado interesse público é um outro nome para o interesse exclusivo do Estado e de seus protegidos. Neste sentido o bem comum suplantaria a ideia do bem público (MATTEI, 2011), sendo criado por aqueles que

o vivem e produzem e indo além da mediação ou controle estatal, compondo assim um campo mais amplo para o direito urbano e complexo e solicitando modos de operação mais capazes de respeito e escuta, e de consideração de um direito real à cidade. O tema lefebvriano do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), que segue absolutamente ignorado na maior parte das políticas urbanas atuais é, não por acaso, a grande pauta comum subjacente às manifestações ocorridas em diversas partes do mundo, verdadeiros termômetros da importância da cidade como campo de disputa no mundo atual (HARDT, 2014; MOREIRA, 2015).

REFERÊNCIAS

1. ASCHER, Lois, Preserving Community: Boston's West End. In: MOMCHEDIKOVA, Blagovesta M. (ed.), *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 25-36.
2. FAULHABER, Lucas, e AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015.
3. GONÇALVES, Rafael. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013
4. JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (ed. orig. 1961).
5. LA BARRE, Jorge de. O espaço carioca entre espetáculo e resistência. *Anais da II Jornadas Internacional de Antropologia do Conflito Urbano: Conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: LeMetro-IFCS/UFRJ, 2015 (em preparação).
6. LEFEBVRE, Henri, *O direito à cidade*, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.
7. PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. *Favelas Cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
8. PEARLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
9. MATTEI, Ugo. Por uma Constituição baseada nos bens comuns. *Le Monde Diplomatique*, 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1065>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

10. MESENTIER, Leonardo Marques de, e MOREIRA, Clarissa da Costa. Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 1, 2014, p. 35-50. Disponível em: <<http://unu.hospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/4822>>. Acesso em: 5 jul. 2015.
11. MOREIRA, Clarissa da Costa, e BAUTÉS, Nicolas. A pé ao oratório ou a caminhada impossível. *Redobra*, n. 12, p. 69-77, 2014.
12. MOREIRA, Clarissa da Costa. Da cidade cúmplice à cidade insurgente: sobre o Rio de Janeiro, desde junho de 2013. *Redobra*, n. 13, p. 251- 262, 2015.
13. MOREIRA, Clarissa da Costa. The Creativity of Streets and the Urbanism of the Disaster. In: COCCO, Giuseppe, e SZANIECKY, Barbara (eds.), *Creative Capitalism, Multitudinous Creativity: Radicalities and Alterities*, Lanham, MA: Lexington, 2015 (em preparação).
14. BERENSTEIN-JACQUES, Paola. A Estética da Ginga. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2001.
15. SALIN, Élodie. La réhabilitation des centres anciens dans les grandes villes du sud : entre maintien des populations pauvres et tentative de gentrification ? In: GRAVARI-BARBAS, Maria (dir.). *Habiter le patrimoine. Enjeux, approches, vécu*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 281-295, 2005. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/2249>>. Acesso em: 5 jul. 2015.
16. SANTOS, Orlando Alves dos Santos Jr., e WERNECK, Mariana. Morar no Porto Maravilha. Por um plano participativo de habitação de interesse social. *Observatório das metrópoles*, 11 de junho de 2015. Disponível em:
17. <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1225%3Apor-um-plano-de-habita%C3%A7%C3%A3o-de-interesse-social-no-porto-maravilha&Itemid=180>. Acesso em: 5 jul. 2015.
18. _____. Plano de HIS do Porto Maravilha: que diagnóstico? Que participação? *Observatório das metrópoles*, 25 de junho de 2015. Disponível em:
19. <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1241%3Aplano-de-his-do-porto-maravilha-que-diagn%C3%B3stico%3F-que-participa%C3%A7%C3%A3o%3F&Itemid=180&lang=en>. Acesso em: 5 jul. 2015.
20. SÁNCHEZ, Fernanda, e BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-Events and Urban Regeneration in Rio de Janeiro: Planning in a State of Emergency. *International Journal of Urban Sustainable Development*, v. 5, n. 2, p. 132-153, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19463138.2013.83945>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

21. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
22. _____. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EdUFF / São Paulo: Projeto, 1988.
23. SANTOS, Maurício Campos dos, e ASEVEDO, Marcos de Faria. Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades. *Fórum Comunitário do Porto, Blog do Fórum Comunitário do Porto do Rio*, 2011. Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.
24. SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
25. VALLADARES, Lícia do Prado, *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Identities urbanas na era da *gentrification*: Rio, Paris e Nova York

Pedro Paulo Thiago de Mello

Doutor em Antropologia (Universidade Federal Fluminense, 2009). Atualmente é pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana), e jornalista no jornal O Globo.

Resumo

O presente artigo discute aspectos de três pesquisas etnográficas realizadas em Botafogo (Rio de Janeiro) e Place d'Aligre (Paris) pelo autor, tendo como caso empírico de comparação a etnografia de Tolonda Tolbert sobre Prospect Lefferts Gardens, no Brooklyn nova-iorquino. Todas as três áreas passam por agudos processos de *gentrification*, o que tem gerado conflitos e proporcionado inesperadas afirmações sobre identidades culturais relacionadas a territórios urbanos e bairros. Também discute a contribuição epistemológica dos Estudos de Cultura Urbana para a reflexão da cidade de pesquisas multidisciplinares, incluindo o campo das artes.

Palavras-chaves: *Gentrification*, Identidades urbanas, Rio, Paris, Nova York.

Abstract

This article discusses aspects of three ethnographic researches: Botafogo (Rio de Janeiro) and Place d'Aligre (Paris) by the author, in comparison with Tolonda Tolbert's ethnography of Prospect Lefferts Gardens, a neighborhood in Brooklyn, New York. All three areas are going through an important process of gentrification, which has generated conflicts between residents and unexpected claims about cultural identities related to neighborhoods and urban territories. The article also discusses the epistemological contribution of Urban Culture Studies to the observation and analysis of complex urban issues.

Keywords: Gentrification, Urban Identities, Rio, Paris, New York

INTRODUÇÃO

O presente ensaio trata da discussão de identidades culturais urbanas constituídas em um enclave de Botafogo, na zona Sul do Rio de Janeiro; na região da Place d'Aligre, no 12^{ème} *arrondissement* de Paris; e em uma área de Prospect Lefferts Gardens (PLG), no Brooklyn nova-iorquino. Estes trechos de bairros, localizados em três países dessemelhantes entre si, vivem em comum um aguçado processo de *gentrification*¹ (GLASS, 1963), que ganhou corpo a partir das últimas décadas do século passado². A espinha dorsal dessas pesquisas foi o trabalho de campo, a partir da observação direta, da observação participante e do mergulho no cotidiano dos residentes das regiões investigadas.

A partir da etnografia foi possível empreender uma análise dos fenômenos urbanos mediante o diálogo com disciplinas e saberes sobre a cidade. Sem contradição com a dialética colocada pela ordem social, pode ser frutífero observar tais ocorrências pelo microscópio da vida cotidiana, buscando perceber como os atores incorporam, interpretam e reagem criativamente às contingências sociais. Ou seja, estes não são meros agentes passivos tangidos pela ordem estrutural da sociedade. Para falar como Isaac Joseph, há uma sociologia nestas interações do dia a dia que merece ser analisada (JOSEPH, 2001).

Os processos urbanos apresentam novas complexidades bem como aprofundam antigas neste início de século XXI. A hegemonia do capitalismo em sua fase neoliberal consolidada a partir do marco simbólico da queda do Muro de Berlim, aliada ao surgimento de tecnologias sem precedentes, como a internet e a robótica, possibilitaram o fenômeno da globalização com efeitos sobre todas as áreas humanas, do mercado de trabalho à administração das metrópoles. Por outro lado, apesar dos ajustes cognitivos necessários à chamada “era digital”, em que as relações humanas se expandem para campos inéditos.

¹ Conceito criado por Ruth Glass para se referir à substituição da população original por outra, invasora, de maior renda.

² Os dados etnográficos referentes a Botafogo e Aligre provêm de pesquisa de pós-doutorado, realizada em 2011 no âmbito do acordo Capes-Cofecub, e incluiu uma etapa de pesquisa em Paris financiada por bolsa da Capes. Registro aqui os devidos agradecimentos à Capes e aos coordenadores do projeto Capes-Cofecub na ocasião e meus orientadores, os professores doutores Marco Antonio da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA-UFF) e Laurent Thévenot (EHESS-GSPM).

ditos por meio da realidade virtual, nunca se valorizou tanto a vivência local, como forma de diferenciação cultural num mundo extremamente conectado.

Do ponto de vista epistemológico, tal complexidade estimulou formas multidisciplinares de olhar a cidade que derivam ou se somam a métodos consagrados³, como a Ecologia Humana (PARK, 1967; PIERSON, 1970), ritos de interação (GOFFMAN, 1999; 1963; 1967), usos de linguagem, análise de histórias de vida, perspectivas comparadas, entre outros. A riqueza do debate urbano e seus desdobramentos inesperados permitem até mesmo interlocuções proveitosas com a arte conceitual, a literatura, a poesia, a música, o cinema etc. Este diálogo vem sendo realizado pelos chamados Estudos de Cultura Urbana (MONCHEDJIKOVA, 2013), que se debruçam sobre variadas narrativas acerca da cidade, compondo uma abordagem que ilumina vislumbres da realidade social em sua multiplicidade. São, em suma, leituras que emergem de um mundo complexo e multifacetado.

Este é o caso, por exemplo, de Tolonda Tolbert, que recorreu à literatura comparada, estudos de performances e à própria Antropologia para analisar uma área do Brooklyn que reúne distintas interseções culturais (TOLBERT, 2013). A pesquisadora faz uma leitura das performances de engajamento para obter *insights* “daquilo que está em jogo” na proximidade física com o outro em áreas ocupadas por grupos distintos em meio a processos de desenvolvimento urbano (Idem, p. 119), isto é, em rápida transformação.

A pesquisa sobre Botafogo e Aligre seguiu um caminho diverso, partindo da análise ecológica, como delineada por Robert Ezra Park e seus colegas de Chicago (Op. cit.), assim como o olhar interacionista proposto por Erving Goffman (Op. cit.). A abordagem pragmatista me pareceu adequada, no mínimo, por reforçar a noção de que os atores atuam, interferem e transformam o dia a dia com suas estratégias de ação, seus conflitos e suas leituras da realidade. Sabem se posicionar segundo as situações em que estão inseridos e pos-

³ Apesar de pressões ideológicas, no sentido de formulações de crítica social, os métodos em Ciências Sociais tendem a ser utilizados cada vez mais como ferramentas que o pesquisador escolhe conforme as determinações empíricas. Inverte-se, assim, a ordem das coisas: em vez de levar ao campo uma explicação filosófica da realidade, opta-se por deixar que as situações sugiram as abordagens teóricas apropriadas para a descrição e análise pretendidas. É desse modo, ademais, que se pode construir uma crítica social enraizada no cotidiano das pessoas.

suem variados repertórios de ações e atitudes que utilizam de modo automático segundo as conveniências das experiências compartilhadas com os outros.

Tal abordagem tem a vantagem de se desembaraçar de certo determinismo ideológico no processo de pesquisa, que, ao fim e ao cabo, termina por minar exatamente seu propósito como instrumento de denúncia de iniquidades sociais. Não se trata de ignorar ou minimizar a crítica social, mas situá-la onde aparece, como questão, para os atores sob investigação. Isto significa, como sugere Howard S. Becker (1999), deixar que o campo aponte as questões que são pertinentes, e não o inverso. A partir da percepção das representações e dos valores morais que tomam vida nas situações cotidianas é possível compreender como os processos sociais mais abstratos e invisíveis ganham a forma concreta das relações sociais.

Por esse caminho, a etnografia põe carne e sangue na ossatura da grande ordem social. Trata-se de uma densidade que ganha corpo a partir da observação e interação com os atores no campo, indo bem além de mero empirismo, no sentido de um impressionismo antropológico. No caso das etnografias em Botafogo e Aligre, tal encontro me colocou diante das ações e discursos dos atores desses bairros, fossem eles moradores tradicionais ou residentes recém-chegados. Isso permitiu observar as arenas públicas, no sentido que Daniel Cefaï dá à expressão (2002), que surgiram de interseções, desencontros, contrastes, conflitos, expressos por meio de justificações morais (THÉVENOT e BOLTANSKI, 1991) reconhecidas tanto pelos atores envolvidos, como por aqueles outros, testemunhas das situações.

O vínculo com o samba, no caso carioca, apareceu em vários momentos como um elemento forte de ligação cultural e identidade no bairro para os moradores mais antigos, estabelecidos na região a partir da primeira metade do século XX. No caso de Aligre, a brevidade do tempo disponível para a etnografia permitiu-me apenas delinear os variados grupos sociais que convivem na região, bem como o choque de sonhos e visões de mundo entre eles, material suficiente para uma perspectiva comparada com Botafogo. Para isso investi nas instituições associativas do bairro, acompanhando suas atividades de conagração, e nas interações nos espaços públicos compartilhados, co-

mo o mercado coberto, a feira, a praça e os cafés e bistrôs.

Devido às limitações de espaço que um artigo impõe, não vou proceder aqui a um meticuloso relatório etnográfico, mas simplesmente tecer algumas considerações gerais que o trabalho de campo permitiu observar em Botafogo e Aligre, relacionando-as às observações de Tolbert em seu artigo sobre o Brooklyn⁴.

Botafogo

Foram vários os estímulos para o movimento de substituição da população “nascida e criada” em Botafogo por uma leva de moradores mais ricos que se instalou, na maior parte dos casos, em novos condomínios “fechados e exclusivos”, erguidos a partir da demolição do casario antigo do bairro. Vilas, casas, sobrados, galpões e prédios de poucos andares, sem elevador, deram lugar a construções com padrão arquitetônico semelhante: a colocação de grades isolando da calçada e da rua a construção; pelo menos dois andares de garagem, *playground* com instalações variadas para o lazer: piscina, sauna, jardins com bancos, lavanderias, pátio com brinquedos infantis, bar, salões de festa, churrasqueiras, entre outros equipamentos típicos de clubes sociais. Por outro lado, os apartamentos tendem a ser extremamente exíguos em sua divisão interna, com pé-direito baixo e varanda. Segundo o *marketing* dos panfletos das imobiliárias, seus condomínios são uma forma de habitar que além de um espaço de moradia oferecem uma “experiência” de sofisticação e segurança, provenientes da oferta de serviços que reduzem a necessidade dos residentes circularem pelo bairro.

Em contraste com o processo de *gentrification* em Aligre, a substituição da população em Botafogo veio acompanhada pela demolição do conjunto arquitetônico pré-construído, tornando mais dramática e evidente a transformação da região. O impacto dessa mudança foi particularmente agudo no enclave composto pelas ruas da Passagem, Álvaro Ramos, Arnaldo Quintela e General Polidoro e suas transversais, tomadas como o espaço de pesquisa.

⁴ Um relato mais completo sobre as etnografias de Botafogo e Aligre poderá ser encontrado no ensaio “Botafogo e Aligre: Sotaques da gentrificação” (THIAGO DE MELLO, 2015).

A área permanecera relativamente preservada da onda de construções que tomou conta do resto do bairro (e da cidade) durante os anos 1990 devido às incertezas geradas pela possível abertura de uma saída do Metrô à rua Álvaro Ramos. As imobiliárias e os incorporadores, em suas prospecções por bons negócios, preferiram não investir na aquisição de terrenos nessa área e correr o risco de tê-los desapropriados pelo Poder Público para a eventual construção de uma estação de Metrô. Quando, enfim, definiu-se de uma vez por todas que tal projeto não seria realizado, as construtoras encontraram um campo fértil para investir, num bairro já completamente saturado de condomínios.

Com a economia a pleno vapor, aumentaram os investimentos da Prefeitura em equipamentos urbanos no bairro. Por outro lado, a autoridade municipal e o corpo de vereadores instituíram gabaritos, limitando o número de pavimentos a dez andares, e a obrigatoriedade de ampliação das calçadas. Além disso, as construtoras foram beneficiadas por uma conjuntura extremamente favorável. No espaço de dez anos, o enclave de nove ruas viu surgir mais de 20 condomínios na área. Até hoje, o bate estaca das construções ecoa pelo bairro, atijando sentimentos contraditórios em seus residentes, que veem a paisagem mudar.

No plano estadual, o governo atacou o problema da segurança pública, investindo em pacificação de favelas, mediante as chamadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Isso gerou, pelo menos num primeiro momento, a percepção de uma redução dos níveis de delinquência nas ruas de Botafogo, onde a favela Santa Marta foi a primeira a receber uma UPP (MELLO e CUNHA, 2012). Fonte de notícias de crime e tráfico de drogas, a favela ocupa um lugar negativo no imaginário urbano carioca, como atestam, por contraste, eufemismos de toda sorte, como “comunidade”, “parque proletário” e “bairro popular”, ou mesmo os termos técnicos da burocracia estatal, como a definição dada pelo IBGE de “aglomerado urbano subnormal”. E, apesar disso, a favela faz parte da paisagem urbana carioca, inclusive em bairros ditos de “classe média”, como é o caso da Santa Marta em Botafogo.

Pode-se imaginar, assim, a força que a ideia de pacificação da Santa Marta teve sobre a cidade em geral, e Botafogo, em particular. Quase que por encan-

to disseminou-se a percepção de que a paz que a ocupação levava à favela se estendia ao resto do bairro. Do mesmo modo, uma noção de integração entre morro e asfalto, embora precária e desconfiada, apareceu com certo ânimo nos discursos, a partir da formalização de escrituras de terrenos e mediante programas de substituição de eletrodomésticos e normalização dos fornecimentos de serviços públicos, especialmente energia elétrica. A Santa Marta tornou-se um ponto turístico. Mesmo assim, considerando o princípio de realidade, a permanência de preconceitos longamente assentados na sociedade brasileira e as distâncias sociais contradizem estas representações de feliz integração.

Na esfera federal, estímulos a programas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida, e concessão de alívio fiscal a imobiliárias e incorporadoras, com o objetivo de gerar emprego na construção civil, se somaram à mudança da legislação que regula os contratos de aluguel comercial e residencial, tornando mais ágil a retomada de imóveis e precária a posição dos inquilinos. A justificativa dos parlamentares que apresentaram a proposta de lei para a fragilização da posição dos inquilinos era a de que a medida descongelaria o mercado de aluguéis ao torná-lo mais ágil, resultando no aumento de oferta e consequente redução de preços. O que se viu, porém, foi o oposto. Houve uma onda de despejos, os preços dos aluguéis dispararam e os locatários ficaram extremamente vulneráveis.

Todos esses elementos combinados impulsionaram o processo de demolições de casas, vilas, prédios antigos, galpões, entre outros tipos de imóveis tradicionais, que deram lugar a condomínios vendidos com a promessa de proporcionarem “uma experiência de exclusividade” (THIAGO DE MELLO, 2015). Conforto, luxo e segurança se tornaram uma espécie de código que designava igualmente o *status* de seus moradores. Autossuficientes, essas construções ofereciam ainda serviços como lazer (piscina, *playground*, sauna, bar, salões de festa, jardins, churrasqueiras, área infantil e variados serviços).

A lógica por trás dessas representações é simples: a cidade é um lugar perigoso e hostil, portanto é uma vantagem que o condomínio, lugar privado, fechado e protegido, ofereça serviços e produtos que possam suprir as necessidades do residente sem que ele tenha que recorrer ao comércio do bair-

ro. Nos prospectos publicitários de alguns desses projetos imobiliários é sugerida, implícita ou explicitamente, a ideia de que se trata de um bairro dentro do condomínio. Assim, não estamos falando apenas de um conjunto de imóveis, mas de um estilo de morar, adequado à identidade de seus residentes, que em geral se referem a ela como um estilo sofisticado, moderno e individualizado, em contraste com formas de habitar mais coletivas, pobres e precárias. Marco Antonio da Silva Mello, ao se referir ao conjunto habitacional Selva de Pedra, nos mostra que a ideia de morar nesses condomínios faz parte de um projeto de vida para seus residentes que vai além do aspecto puramente material (MELLO, 2001).

Composto por pessoas da chamada “classe média alta”, os residentes que foram se instalando nos condomínios recém-construídos no bairro, trouxeram consigo em geral uma visão de mundo mais individualista, se comparada à dos moradores tradicionais do bairro, onde todos se conhecem e participam em algum grau da vida uns dos outros. Assim, o processo de aburguesamento de Botafogo não se tratou de mera substituição de população de renda inferior por outra com uma situação financeira mais estável e próspera, mas de um desencadeamento mais complexo de transformação da morfologia social da região, inclusive em seus aspectos subjetivos, isto é, no que se refere aos sonhos e expectativas dos moradores em relação ao bairro.

Embora generalizações sejam perigosas, pode-se dizer que as áreas populares de Botafogo guardam um vínculo forte com a história da região e suas raízes. Vínculo que aparece nos discursos e em expressões que denotam orgulho, como “nascido e criado”. Por outro lado, os recém-chegados se voltam para uma ideia de futuro, veem a si próprios — e são vistos por antigos residentes de maior poder aquisitivo, e representantes do Poder Público e do mercado imobiliário — como agentes de transformação e melhoramento do bairro. As expressões valorizadas se voltam, portanto, para um futuro promissor e próspero, em adjetivos como “renovação”, “melhoria” e “modernização” de Botafogo⁵.

Dona Marly, de 72 anos, uma antiga moradora do bairro de renda está-

⁵ Se o passado emerge na forma de narrativas sobre mitos fundadores do bairro, o futuro constrói um enredo no gerúndio, sempre prestes a se completar.

vel, não se incomoda com a abrupta substituição de antigos sistemas construídos por novos projetos imobiliários. Ela aprovou a demolição de uma série de oficinas e duas vilas em sua rua, para dar lugar a um imenso condomínio luxuoso de dez andares. Indagada se não temia que a rua ficasse mais isolada, sem o burburinho dos antigos comércios e vilas, ela se mostrou surpresa com a pergunta: “Aquela bagunça é que era perigosa, juntando mendigo, morador de rua e pivete. Agora vai ter ordem.” Vê-se, portanto, que, na lógica defensiva, a heterogeneidade social sugerida por Jane Jacobs, como fator saudável para a vida urbana, não faz sentido (JACOBS, 2001). Além disso, mostra que a “cidade partida”, de que nos fala Zuenir Ventura, não é apenas o resultado de políticas públicas, mas tem raízes profundas em preconceitos sociais, amplamente disseminados (VENTURA, 1994).

A associação da pobreza à ideia de caos, sujeira e perigo não é incomum. A representação de riqueza, inversamente, se liga a noções de organização, limpeza e pureza (DOUGLAS, 1966). Um sistema abastecido de serviços públicos, um cotidiano seguro e ordenado, a família nuclear e um modo de vida essencialmente individualista, reforçando a noção surgida na modernidade de “sujeito”, isto é, alguém pleno de subjetividade. O oposto do olhar que se deita preconceituosamente sobre as áreas “infestadas” por pessoas “mal-educadas”, “sem escolaridade”, “perigosas” e emboladas numa convivência coletiva e “promíscua”, onde a família extensa ainda prevalece como modo cultural dominante. Isto gera um tipo de convivência em que todos se envolvem mais diretamente na vida uns dos outros, por meio de ritos de interação e repertórios de atitudes que valorizam formas tradicionais que ganham vida em expressões como “consideração” e “respeito” e em antônimos, como “esculacho” (PIRES, 2011). São estratégias de coletividade para sobreviver às intempéries.

Essas generalizações e dualidades, é preciso ressaltar, são extremamente precárias como categoria de análise, e quase sempre acabam desmontadas à medida que o trabalho de campo se desenrola permitindo emergir complexidades menos perceptíveis ao olhar superficial. Porém, embora sejam construções estereotipadas, essas representações aparecem com frequência como categorias nativas. São discursos percebidos e vividos como reais e, portan-

to, como diria o nosso caro William James, são reais em suas consequências.

A questão da insegurança atrelada à pobreza é central nos discursos dos residentes que se identificam com os novos moradores do bairro. E os condomínios fechados que proliferaram na região, com sua estrutura defensiva em relação ao bairro, de certo modo respondem a uma demanda (ou talvez mesmo a gerem, enquanto engrenagens que vendem concepções de modos de morar) de enobrecimento do bairro⁶. O condomínio fechado é o resultado físico de uma visão de cidade ou, nas palavras de Antonio Risério:

Do ponto de vista físico, um segmento do espaço urbano com habitações protegidas por trincheiras, cercas, alarmes, sensores, câmeras, muros ou grades. Mas o ponto de vista físico não dá conta de seu significado social e cultural. O condomínio fechado além de pertencer ao espaço antes específico da engenharia de guerra, é expressão visível de uma realidade imaterial. Cristaliza, no espaço da cidade, uma nova visão ou ideologia da violência urbana, da segurança pública e do medo. Esses condomínios instituíram novos focos ou uma nova modalidade de segregação socioespacial nas principais cidades do país. (RISÉRIO, 2012, p. 306)

Bem antes da definição de Risério, porém, os pesquisadores do Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM, envolvidos no complexo estudo “Quando a rua vira casa”, pioneiro tanto por seu caráter multidisciplinar bem como pelo tipo meticuloso de etnografia urbana nele desenvolvida (SANTOS, VOGEL e MELLO, 1981), já haviam apontado o dilema entre a rua tradicional e o condomínio fechado como representações extremas de sociabilidade urbana, sem, no entanto, cair em maniqueísmos simplificadoros:

A lição que tiramos da análise detida do Catumbi e da Selva de Pedra, nos diz, em primeiro lugar, que só podemos compreendê-los enquanto tipos e modos de vida urbana, quando os vemos na posição relativa que ocupam sobre o eixo contínuo da evolução do Rio de Janeiro. Aí um dos polos pode ser representado pelo Catumbi. É o Rio do século XIX, que continua a existir fragmentariamente nesse tipo de centro de

⁶ Ou seja, para eles, gentrification, ao contrário do uso irônico proposto por Ruth Glass em 1963, quando inventou o neologismo, tem uma conotação positiva. Concepção, diga-se de passagem, que alicerça os discursos e as justificações morais de atores como o Poder Público e os agentes imobiliários.

bairro, cada vez mais confinado, e identificado com o gênero de vida que a Zona Sul rejeitou. No outro estariam os condomínios exclusivos que pululam na Barra da Tijuca e são o lugar-comum mais recente do *marketing* habitacional da modernidade, apregoada como concepção de vida. A incorporação a esse meio urbano se fez através da propriedade imobiliária. Para ser cidadão, nesta “cidade feita sob encomenda” e que “você compra pronta”, é preciso antes corresponder a uma ficção do planejador, do arquiteto e do empresário que lhe oferecem essa “opção irresistível.” (SANTOS, VOGEL e MELLO, 1981, p. 140).

Na verdade, a rejeição da Zona Sul ao estilo, digamos, “Catumbi” embora permaneça vigorosamente impregnada no imaginário da população carioca, ela parecia ser mais evidente nos idos dos anos 1970-80, quando a pesquisa de campo para o IBAM foi realizada. De lá para cá, cresceu também a parcela da população que valoriza o estilo de vida “mais puro” e “humano” da proximidade entre vizinhos. Nesse sentido, aos olhos de muitos residentes “nascidos e criados” (SIMÕES, 2010), os recém-chegados são “invasores” de Botafogo, que se multiplicam em meio à especulação imobiliária, pondo em perigo, com seus valores individualistas, não só as tradições e raízes do bairro, mas sobretudo essa forma próxima de morar⁷.

Segundo certo segmento de imprensa, cujos leitores podem ser classificados predominantemente como sendo da “Zona Sul”, as mudanças recentes estão transformando Botafogo numa espécie de SoHo carioca, em referência aos bairros *chic* de Manhattan, em Nova York, e de Londres (LEMOS, 2014; BALSTON, 2015). As reportagens de Renato Lemos e Catherine Balston, no entanto, incomodaram alguns moradores pelos estereótipos que emergem de ambos os textos, como certas representações de sofisticação, ligadas não apenas à ideia de bairro *cool* e sofisticado, como o SoHo, mas igualmente aos hábitos de consumo: livrarias, cinemas, barzinhos especializados (em gastrono-

⁷ Há inclusive um movimento crescente de jovens, solteiros ou casais sem filhos de renda média e escolaridade universitária, que buscam um estilo de vida mais “comunitário” e “saúdável” em áreas consideradas tradicionais, sobretudo no Centro da cidade e em bairros heterogêneos na Zona Norte. São, em geral, áreas identificadas com raízes populares (rodas de samba, boemia etc.) e de tradição histórica, como, por exemplo, a zona portuária do Rio, com fortes referências históricas afrodescendentes. Essa busca e as contradições sociais que gera são recorrentes em Paris, como veremos no caso de Aligre, e foram bem estudadas por Chalvon-Demersay (1984).

mias específicas, cervejas, vinhos etc.) e programas culturais. Mas igualmente, por contrastes, em relação às imagens associadas aos moradores tradicionais, como suburbanos em plena Zona Sul da cidade.

Segundo a mentalidade racionalista do urbanismo carioca, a história da ocupação territorial da Zona Sul, tendo o Centro da cidade como ponto de partida, acabou por colocar Botafogo no meio do caminho. Tal posicionamento, mais simbólico do que geográfico, pode ser resumido numa das expressões que define o bairro: “de passagem”. Como ponto de ligação entre o Centro e a valorizada orla da Zona Sul, Botafogo permaneceu durante décadas visto como uma espécie de Zona Norte — com sua representação de “subúrbio”, comunidade, ruralidade, *Gemeinschaft*, mas igualmente pobreza — na Zona Sul. Mais pesado do que “Zona Norte”, porém, é o simbolismo que a expressão “de passagem” carrega. Implica de cara uma certa precariedade, algo que está continuamente em mutação e que, portanto, não é confiável. Um lugar para passar, não para morar.

Durante décadas, Botafogo foi o ponto final do Metrô na Zona Sul, reforçando seu papel de área de conexões e ligações com outras partes da cidade. O bairro funcionava sobretudo como uma fronteira moral da “cidade partida”, demarcando fisicamente margens subjetivas e distâncias sociais. Esta condição de caminho entre o Centro e a orla também tornou a região relativamente invisível aos olhos do Poder Público, dos planejadores urbanos e do mercado imobiliário, que preferiram se voltar para bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea e Jardim Botânico, verdadeiros objetos do desejo das elites e das chamadas “classes médias”.

Quanto à renda média de sua população, Botafogo se desenvolveu, ao longo do século passado, como bairro proletário de classe média baixa. Abrigou um amplo e variado comércio de proximidade, e desenvolveu um conjunto construído que estimulava o contato entre seus residentes. O dia a dia em suas calçadas, praças e becos era em geral marcado por uma vivaz interação entre os “usuários” do bairro, para recorrer a uma expressão cunhada por Michel de Certeau (2003). No campo cultural, desenvolveu-se uma forte identidade relacionada ao samba e ao futebol.

Com relação a este último, a recuperação da sede do Botafogo de Futebol e Regatas, o palacete de General Severiano, é uma narrativa mítica que os torcedores do clube contam e recontam, relacionando a agremiação como um patrimônio do bairro. Com o imóvel vendido à Vale em 1976 por um ex-presidente, o clube ficou sem um campo de treinamento no bairro que lhe dera o nome. Coincidentemente, o Glorioso viveu décadas de decadência, após a desastrosa operação. E justamente, após o período de ouro do time, nos anos 1960-70, quando teve em seu elenco, nomes como Garrincha, Nilton Santos, Gérson, Zagallo, Jairzinho, Amarildo e Manga. Assim, com a volta da sede para o palacete, em 1994, desfez-se o sortilégio e o Botafogo reencontrou o caminho de casa.

Mas é o samba que agrega a Botafogo sua identidade singular, diferenciando-o dos vizinhos. Além de ser o único bairro da Zona Sul que abriga uma escola de samba, Botafogo mantém até hoje um calendário de atividades e eventos que reforçam esses laços. Tem em sua velha guarda personalidades conhecidas do bairro, como Vavá, Mical, Adelina e outros. O Cantinho da Fofoca, uma pensão que funcionava como bar, e possuía uma “frente de quintal”, abrigou dos anos 1950 a 1980, uma das principais rodas de samba de terreiro da região. A única da Zona Sul a ter importância como tal (ZELAYA, 2015).

A praça Mauro Duarte, por sua vez, nomeada em homenagem ao grande compositor, é palco de iniciativas culturais populares o ano inteiro, como carnaval, festas juninas, rodas de samba, capoeira, entre outras atividades. Por acolher uma comunidade sul-americana, sobretudo uruguaios, paraguaios e argentinos, o bairro também tem uma forte ligação com tradições culturais desses países, como, por exemplo, os tambores de candombe. Nas vilas e sobrados, saraus, rodas de chorinho e samba e MPB também são extremamente frequentes. Mas é o samba que domina nas áreas mais populares.

Com o processo acelerado de *gentrification* do bairro, parte desses eventos culturais e expressões artísticas estão sendo substituídos por novos hábitos, considerados mais “sofisticados”, como vimos, pela imprensa. No plano gastronômico, botequins dão lugar a barzinhos pés-limpos; cervejarias artesanais; restaurantes especializados em cozinhas exóticas. No plano cultural, o

surgimento de casas de *shows* abre espaço para o jazz, o rock e performances contemporâneas. Além disso, há outras atrações como cinemas, teatros, livrarias sofisticadas, que atraem um público distinto e com dinheiro.

Se, por um lado, ainda é possível observar a convivência dessas expressões variadas compartilhando o mesmo território, por outro, do choque de visões, às vezes, emergem conflitos interessantes em suas consequências, pois obrigam de algum modo os atores a dar tratos à bola sobre essas diferenças de percepções, enriquecendo e aguçando as sensibilidades culturais⁸. O problema é que a velocidade do processo parece indicar que não se trata da formação de um território heterogêneo e culturalmente diverso em sua morfologia social, mas sim de uma substituição pura e simples de população.

Project Lefferts Gardens (Brooklyn, NYC)

Tolonda Tolbert se debruçou sobre o que ela própria denominou de “guardiões” do Project Lefferts Gardens (PLG). Antes de sua constituição atual, a região foi ocupada predominantemente por profissionais liberais de classe média e empregados de empresas, a maioria deles brancos, oriundos de famílias de imigrantes holandeses, irlandeses e italianos, que ali se estabeleceram a partir das primeiras décadas do século XX. Em meados dos anos 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, com aumento vertiginoso da densidade populacional das metrópoles americanas, os residentes do bairro acompanharam a tendência nacional de transferência para os subúrbios das grandes metrópoles, considerados mais tranquilos e seguros⁹.

O vazio gerado por este movimento acabou por reduzir o custo de vida no bairro, que foi sendo paulatinamente ocupado por uma população de baixa renda, especialmente negros e imigrantes oriundos da região do Caribe. De certo modo, deu-se o inverso do que se classifica hoje como *gentrification*: com o custo de vida mais barato, a região atraiu populações com menor poder aquisitivo. Este ciclo de ocupação territorial se deu de tal forma que, a

⁸ Exatamente um dos efeitos positivos da heterogeneidade observados por Jacobs (op. cit.).

⁹ Invertendo a concepção dominante no início do século XX, em que os grupos de renda mais precária se instalavam nos subúrbios e periferia.

partir dos anos 1960, o bairro tornou-se predominantemente negro, composto por imigrantes com raízes no Caribe¹⁰. Tal processo, explica Tolbert, não foi pacífico. Houve conflitos e disputas, antes que a nova configuração socio-cultural se estabilizasse como dominante (TOLBERT, 2013).

Nos últimos anos, porém, inverteu-se o processo mais uma vez, acompanhando o aburguesamento do Brooklyn. Assim, mais que classificar como *gentrification*, considerando-se os ciclos históricos de ocupação da região, é melhor observar este fenômeno pelo viés ecológico, como propôs Park: ciclos de invasão, conflito, sucessão e dominância, num processo ora acelerado ora estável, mas sempre constante. Nas palavras de Park: “*Parece que o estudo da sucessão não envolve apenas o ciclo da vida dos tipos individuais de instituição e sociedade, mas afinal um estudo dos processos pelos quais, finalmente, uma nova ordem social emerge do seio da antiga.*” (PARK, 1970, p. 324).

E mais:

Abordando o estudo da sociedade pelo aspecto apresentado pela sua subestrutura biótica, a Ecologia Humana presume que a origem da mudança social, se fosse possível traçá-la até sua fonte, achar-se-ia na luta pela existência e no crescimento, na migração, na mobilidade e na distribuição territorial e ocupacional de povos que esta luta produziu. A Ecologia concebe a sociedade como sendo fundamentalmente uma organização tanto territorial quanto cultural. Na medida em que esta concepção é válida, ela presume que a maior parte, senão todas as mudanças culturais na sociedade, estão correlacionadas com as mudanças em sua organização territorial e que toda mudança na distribuição territorial e ocupacional da população ocasionará mudanças nas culturas existentes (idem, p. 324-325).

Os territórios urbanos, por esta ótica, estão em constantes transformações, engendradas por uma relação dialética com forças sociais, econômicas e políticas. A análise dos conflitos que estes processos sociais põem em evidência é fundamental para uma caracterização dos modos particulares como

¹⁰ É interessante observar que a questão étnica aparece com mais frequência nos discursos dos residentes do PLG e em Aligre, do que em Botafogo, onde o nível social é o elemento mais destacado, reforçando a percepção de que a questão racial — e o racismo — no Brasil continuam sendo um problema latente.

os atores envolvidos reagem de forma original. É esta originalidade que permite vislumbrar a extensão da criatividade humana diante das vicissitudes da realidade social.

Nesse sentido, Tolbert nos mostra que, nos últimos dez anos, a região atraiu um grupo crescente de negros de classe média alta, que se instalaram organizados em famílias nucleares ou residentes individuais, de perfil tanto heterossexual como LGBT. Mas também cresceu rapidamente a miscigenação dessas famílias, dando ao bairro um ar de espaço multirracial (Op. cit.).

Em sua etnografia, a pesquisadora se volta para o grupo de homens negros que ocupam a calçada à saída do Metrô que dá entrada para as ruas do PLG. Classificados por ela como *gatekeepers* (“guardiães da entrada”), porque eles se veem como sentinelas do bairro, esses atores formam um corredor humano à saída do Metrô, pelo qual os transeuntes que por ali saem têm que passar para acessar o bairro. Essa convivência na calçada mantém o grupo informado do que ocorre em PLG. Trata-se de histórias que são contadas e por meio das quais os atores reafirmam seus valores, raízes étnicas, história no bairro, entre outros valores que são cotidianamente reiterados. Nas palavras de Tolbert: *“Neste reino da calçada, aqueles com maior habilidade para contar histórias possuem o maior ativo social e são vistos como figuras de autoridade.”* (Idem, p. 125 – tradução nossa).

A explosão da bolha imobiliária americana, em 2006, e a crise econômica global que se seguiu, em 2008, explica Tolbert, teve forte impacto sobre as famílias mais pobres do bairro, levando muitos deles a retornarem para o Caribe e abrindo espaço para a chegada de residentes com maior poder aquisitivo. Segundo a pesquisadora, a sensação oriunda do risco de deslocamento forçado pelas circunstâncias econômicas e a falta de políticas públicas em prol de moradias populares reforçou entre os residentes antigos do bairro a necessidade de marcar culturalmente o território.

Isso levou a ações de hostilidade contra novos residentes ou qualquer um percebido como uma ameaça aos valores culturais do PLG. Tolbert classifica a presença desses “guardiões” à saída do Metrô como uma performance nesse sentido. É como se a aglomeração de homens, como que formando

um simbólico “corredor polonês”, servisse como um sinal de proteção da área. Não é incomum que o grupo de homens até mesmo fechem a passagem, gerando conflitos com novos residentes e contrariando a legislação municipal, que proíbe o impedimento do livre transitar pelas calçadas.

Além disso, a comunicação entre os “guardiões” se dá por meio de dialetos de origem afro-caribenha. O dialeto aparece aqui, portanto, como uma forma de identidade cultural e expressão de nacionalidade, “*que serve tanto para indicar vínculos de parentesco, como para excluir, criando simultaneamente uma intimidade e uma distância, dependendo do nível de alfabetização cultural*” (idem, p. 128 – tradução nossa). A pesquisadora, no entanto, afirma que em seu trabalho de campo nunca presenciou a escalada de conflitos entre os distintos grupos de residentes ao ponto de uma confrontação física.

Aqui é possível fazer uma comparação entre o uso do idioma como um demarcador cultural que separa “nós” e “eles” no território do PLG e as histórias do samba, em Botafogo. O domínio da língua se compara ao conhecimento das histórias de raízes do bairro carioca em torno do ritmo que ganhou *status* de identidade nacional (VIANNA, 1999). As histórias que são contadas às mesas de botequins em Botafogo ou nas esquinas do Brooklyn reforçam laços de pertencimento, ritualizam interações que confirmam engajamentos e criam patrimônios. Todos esses elementos dão autoridade àqueles que dominam essas linguagens, sejam o samba de Botafogo ou os dialetos caribenhos do bairro nova-iorquino.

Place d’Aligre (12^{ème} arrondissement, Paris)

Ao iniciar o trabalho de campo em Aligre uma categoria nativa se impôs: a expressão *bobo* (pronuncia-se: bobô), a contração de *bourgeois* e *bohème*, burguês e boêmio em francês. O termo foi inventado pelo jornalista americano David Brooks (colunista do *New York Times*) para se referir exatamente ao americano branco, culto (nível universitário) e jovem, que retornava dos subúrbios para os grandes centros urbanos. Brooks via nessa personagem uma união improvável, pois burguês e boêmio, segundo ele, eram tipos culturais irreconciliáveis (BROOKS, 2000). Brooks, que passara um longo período co-

mo correspondente na França, percebera esse novo tipo ao retornar aos Estados Unidos nos anos 1990.

A definição ideológica do bobô é mais complexa do que categorias como “esquerda” ou “direita” podem expressar, afirma o autor. O bobô é bem preparado para ter sucesso no mundo dos negócios, mas é igualmente preocupado com o meio ambiente e tem posições progressistas no que se refere a comportamento civil: em geral, apoia a descriminalização da maconha, a união entre homossexuais, a igualdade de gênero, entre outras bandeiras dos movimentos sociais. Mas é igualmente a favor do mercado e tem ambições profissionais que os vinculam lealmente às empresas onde trabalham.

Essas definições, evidentemente, são frouxas o suficiente para englobar todo tipo de pessoa com perfil universitário residente nos centros urbanos. Em Paris, ela passou a definir um tipo culto, individualista, alguém que domina as linguagens tecnológicas, se veste com apuro, mas ao mesmo tempo possui uma visão crítica da vida acelerada das grandes cidades, e busca residência em áreas consideradas “autênticas” no sentido de expressarem modos de vida mais sustentáveis. Sem abrir mão de seus aparatos tecnológicos e bens de consumo que, de certo modo, contradizem os hábitos que eles próprios valorizam.

A dicotomia que Brooks reúne na expressão bobô é extremamente problemática. Para começar a ideia de uma oposição entre os dois tipos é questionável. O boêmio não é o extremo oposto do burguês. Se formos considerar o nascimento deste último na tradição ocidental junto com a modernidade, veremos que o boêmio tem mais um papel de *enfant gâté*, um filho de papai, que se rebela contra o sistema, mas não o recusa totalmente. No fim, aceita-o e sofre a melancolia que afoga na bebida e na vida de bar. No caso brasileiro, poderíamos dizer que o verdadeiro contraste ao burguês é o malandro. Este sim, uma figura fora do sistema, que, em geral, acaba massacrada por sua resistência.

No entanto, como expressão nativa, em Aligre, a expressão é usada por residentes antigos do bairro para se referir à leva de moradores que nos últimos 10 a 15 anos começaram a se instalar na região. Eles implicam um paradoxo social muito bem observado por Chalvon-Demersay (1984), em sua etnografia sobre o XIV^{ème} *arrondissement* de Paris. A chegada desses novos resi-

dentes provoca mudanças na morfologia social do bairro não só pelos novos costumes que eles introduzem, com hábitos e demandas de consumo distinta, o que gera modificações no comércio de proximidade. Do mesmo modo, provocam o aumento do custo de vida, sobretudo nos preços relativos à habitação. Trata-se do que, na Ecologia Humana, definiu-se como invasão, sucção e transformação, um processo complexo, porém extremamente comum nos centros urbanos.

O bairro originalmente foi ocupado por trabalhadores manuais, em geral marceneiros, e, ao longo do século passado, foi sendo ocupado por imigrantes de origem magrebina, sobretudo argelinos que ali se instalaram após a guerra de independência da Argélia. A área, relativamente barata, atraiu residentes de renda modesta, e manteve no bairro um ar bucólico, que gira em torno do *Marché d'Aligre*, um mercado medieval, que se tornou o epicentro do *quartier*. Ao seu redor, há toda sorte de comércio de proximidade, especialmente cafés, bistrôs, restaurantes, livrarias, padarias, peixarias, quiosques de revistas e jornais, tabacarias, entre outros.

Com a chegada dos bobôs, houve uma especialização do comércio, com padarias especiais, com produtos naturais; as livrarias se especializaram, como, por exemplo, em arquitetura e urbanismo; o mercado ganhou lojas específicas de um só produto, como azeites de vários tipos ou queijos de cabra, açougues de carnes de caça, variados tipos de chocolate e cacau, entre outros. Aos domingos, há uma grande movimentação na área, atraindo pessoas de outros bairros, que aproveitam as compras para almoçar ou simplesmente desfrutar do bairro, bebendo uma taça de vinho ou um copo de cerveja. O número de turistas e visitantes, nem sempre apreciados pelos residentes, cresce a cada ano e o Aligre, que era relativamente desconhecido, vai cada vez mais se tornando um bairro turístico.

As associações de bairro, como a *Commune Libre d'Aligre*, têm um desempenho político organizado em torno das demandas de determinados grupos de residentes, realizando toda sorte de atividades sociais, como festas, debates, projeções de filmes, petições, organizações de protestos, jardins comunitários, entre outros. Os residentes de origem magrebina, no entanto, raramente se engajam nas atividades das associações, permanecendo relativamente isolados.

CONCLUSÃO

As pesquisas de campo apresentadas neste artigo revelam formas originais como as populações lidam com fenômenos urbanos, como o aburguesamento de bairros, classificado atualmente pelo conceito de *gentrification*. As razões dialéticas que põem em marcha tais mudanças fazem parte da realidade das metrópoles, como bem assinalaram os estudos de Ecologia Humana. A cidade está em constante transformação. Em algumas áreas vê-se formação de favelas, em outras, aburguesamento. Outras ainda perdem seu caráter de zona de comércio para se transformarem em área industrial, ou vice-versa. O planejamento urbano de caráter racionalista e centralizador, que predominou ao longo do século XX, focando no escoamento de trânsito e no embelezamento de áreas de interesse, associou-se ao mercado imobiliário para “vender” modelos de vida na cidade.

Sucede que as populações, que quase sempre têm pouca voz nos processos decisórios envolvendo reformas urbanas, alteram, pervertem, transformam os planos dos nossos “deuses” arquitetos e urbanistas, com seu uso cotidiano do bairro e suas formas de sociabilidade. Os exemplos de Botafogo, Aligre e PLG, assim como os de Catumbi e Selva de Pedra, mostram que esses processos têm sua forma definida no plano das vivências cotidianas, das quais, não raro, emergem formas originais e inovadoras.

REFERÊNCIAS

1. BALSTON, Catherine. “Botafogo, the in-between neighbourhood, making its mark on Rio”. *The Guardian*, 21 march 2015.
2. BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
3. BROOKS, David. *Les Bobos, Les bourgeois bohèmes*. Paris: Florent Massot, 2000.
4. CEFAÏ, Daniel. “Qu’est-ce qu’une arène publique? Quelques pistes pour une perspective pragmatiste”. In: CEFAÏ, Daniel, et JOSEPH, Isaac (eds.). *L’héritage du pragmatisme*. La Tour d’Aigues: Éditions de l’Aube, p. 51-83, 2002.

5. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 (ed. orig. 1980).
6. CHALVON-DEMERSAY, Sabine. *Le triangle du XIV^{ème}. De nouveaux habitants dans un vieux quartier de Paris*. 2^a édition. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1998 (ed. orig. 1984).
7. DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. London: Routledge, 1966.
8. GLASS, Ruth. *Introduction to London: Aspects of Change*. London: Center for Urban Studies, 1963.
9. GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places: Notes on the Social Organization of Gatherings*. New York: The Free Press. 1963.
10. _____. *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. New York: Pantheon Books. 1967.
11. _____. *A representação do eu da vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
12. JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
13. JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microsociologia*. Rio de Janeiro: FGV. 2000.
14. LEMOS, Renato. “Botafogo, o bairro que se renova: Opções gastronômicas e culturais fazem surgir o SoHo carioca”. *Revista O Globo*, 21 setembro 2014.
15. MELLO, Marco Antonio da Silva. “Selva de Pedra: Apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro”. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter, e GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, p. 205-228, 2001.
16. _____, e CUNHA, Neiva Vieira da. “A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta: notas de campo”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva, SILVA, Luiz Antonio Machado da, FREIRE, Leticia de Luna, e SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
17. PARK, Robert Ezra. “A cidade: Sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 29-72, 1967.
18. _____. “Sucessão”. In: PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 316-338, 1970.
19. PIERSON, Donald (org.). *Estudos de ecologia humana — Tomo I de Leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1970.
20. PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha! Uma etnografia dos usos dos trens da Central do Brasil*. Niterói: EdUFF, 2011.

21. RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.
22. SANTOS, Carlos Nelson F, VOGEL, Arno, e MELLO, Marco Antonio da Silva (coords.). *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um Centro de bairro*. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.
23. SIMÕES, Soraya Silveira. *Histoire et ethnographie d'une cité de Rio: La Cruzada São Sebastião*. Paris: Éditions Karthala, 2010.
24. THÉVENOT, Laurent, e BOLTANSKI, Luc. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
25. THIAGO DE MELLO, Pedro Paulo. "Botafogo e Aligre: Sotaques da gentrificação". In: KANT DE LIMA, Roberto, MELLO, Marco Antonio da Silva, e FREIRE, Leticia de Luna (orgs.). *Pensando o Rio: Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto, p. 97-134, 2015 (no prelo).
26. TOLBERT, Tolonda M. "Occupation of the Crossroads: Negotiation of Identity in Contested Spaces of Urban Development". In: MONCHEDIKOVA, Blagovesta M. (ed.). *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 119-133, 2013.
27. VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
28. VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Editora UFRJ, 1999.
29. ZELAYA, Ivy. *Valeu, passista! Samba de Botafogo: registro e memória*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2015.

Gangsta' rap: possibilidades analíticas e tipo social

Daniel Hirata

Doutor em Sociologia (Universidade de São Paulo, 2010). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF/GSO) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (UFF/PPGSD). Pesquisador do NECVU-UFRRJ (Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana), do LAPS-USP (Laboratório de Pesquisas Sociais), e do NUCEC/UFRRJ (Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia).

Resumo

A partir da leitura do texto “Language and Lyrical Violence: A Criminalized Romanticism of the Ghetto”, de E. Jerry Persaud, o artigo procura prospectar criticamente algumas das suas possibilidades analíticas à luz de uma bibliografia brasileira acerca das periferias e favelas brasileiras: em primeiro lugar o uso das letras dessas músicas como ferramenta analítica e, em segundo, a construção da figura do *gangsta' rapper* como tipo social.

Palavras-chaves: Gangsta' rap, Rap, Violência urbana, Sujeição criminal, Periferia

Abstract

From the reading of “Lyrical Language and Violence: A Criminalized Romanticism of the Ghetto”, by E. Jerry Persaud, the article is an attempt to explore critically some of its analytical possibilities in the light of a Brazilian literature on the Brazilian peripheries and slums: firstly the use of lyrics in these songs as an analytical tool, and secondly, the construction of the *gangsta' rapper* as a social type.

Keywords: Gangsta' rap, Rap, Urban violence, Criminal subjection, Periphery

O texto “Language and Lyrical Violence: A Criminalized Romanticism of the Ghetto”, de E. Jerry Persaud, como todo o livro *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*, editado por Blagovesta M. Momchedjikova, é uma agradável leitura para todos aqueles que se interessam pelos estudos urbanos. O livro é resultado da formação de um coletivo transdisciplinar, o “Urban Culture Collective”, que envolve pesquisadores, artistas e ativistas em uma perspectiva atenta aos dilemas e possibilidades que a cidade contemporânea comporta. No bojo dessa proposta, o texto de Persaud é um pequeno achado cujas potencialidades gostaria de explorar sucintamente neste artigo, procurando de forma talvez pouco heterodoxa e muito interessada, aproximá-lo de um conjunto de pesquisas brasileiras sobre as favelas e periferia.

A tentativa de Persaud é ousada: ao analisar criticamente letras de rappers estadunidenses, críticas à sua própria condição e às formações sociais dominantes, o autor procura identificar algo como um intelectualismo orgânico de seus autores. Inspirando-se em uma referência de Fanon, a “*lived experience of the blackness*”, procura uma prática filosófica do gueto ou de um espaço social reflexivo da “*hood*”, que poderíamos com alguma reserva, traduzir por “quebrada”. Se essa leitura do texto de Persaud estiver correta, a proposta do autor seria prospectar as possibilidades analíticas dessa produção do pensamento contemporâneo.

Essa “filosofia das quebradas”, que emana da autointitulada “cultura hip hop”, tem, para Persaud, um caráter eminentemente subversivo e ligada à experiência do habitar o gueto. A experiência de viver o gueto não é apenas tema das músicas, mas constitui toda uma economia moral que sustenta as estratégias de subversão do hip hop. É uma estratégia que subverte o *status quo* de forma mais ampla que aquela travada simplesmente no domínio semântico e estético, segundo o autor:

“this is a battle of more than semantics and aesthetics; it is a resistance to the erasure and closure of self, imagination, creativity; a subversion of meaning thought reversal; a reclamation with a politics of difference and repositioning; a ‘rhythm’ of confidence” (PERSAUD, 2013, p. 216).

Habitar o gueto é, portanto, uma experiência que não *condiciona* a produção musical, mas sim *constitui reflexivamente* uma experiência que a transcende amplamente. Essa reflexão crítica possui uma dimensão generalizante, que Persaud enfatiza ao falar do espraio do hip hop em escala mundial, ligada às temáticas das injustiças racial, econômica e social, da segregação sócio-espacial, das relações de gênero, da violência policial, entre outros tantos outros temas não restritos a um só contexto nacional.

Mas o hip hop não versa somente sobre “problemas sociais”, também tematiza o sexo, por vezes tendendo a misoginia, as *gangs* e a vida criminal, por vezes glorificando tais práticas ilícitas, o dinheiro e consumo, por vezes vangloriando a ostentação. É neste ponto que o autor enfrenta uma difícil questão: o “*gangsta’ rap*”. Subgênero do rap que vem se tornando dominante, ao menos no que diz respeito aos seus efeitos de mercado e com forte temática, digamos, “criminal”. A atenção do autor a esse estilo de rap específico não é casual, pois:

“Analyzing the lyrical content of hip hop music, and, in particular gangsta’ rap, helps to understand the culture that has affected the artists as well as the effect they are having on urban lifestyle.” (PERSAUD, 2013, p. 218).

O gueto no *gangsta’ rap*, segundo Persaud, aparece como meio e como lugar celebrado de um estilo de vida cujo centro comporta uma série de atributos tidos como ligados a um duplo da “alma”, da “consciência”, do “mundo”, enfim, um duplo do “ser”, do “self” e do “corpo”, constituídos como espaços de tensões entre a família e os parceiros, a guerra e a paz, o corrompimento e a autenticidade, para ficar apenas em alguns pontos da liminaridade em que essa experiência realiza uma reflexão crítica do que poderíamos chamar “a maneira de fazer o certo” - “*mil territórios conectados ao mesmo nome*” (MARQUES, 2014).

A partir dessas observações tópicas sobre o texto de Persaud, gostaria de propor criticamente duas questões que me parecem centrais para pensar o estatuto e as potencialidades da construção do autor: em primeiro lugar o uso das letras dessas músicas como ferramenta analítica e, em segundo, a cons-

trução da figura do *gangsta' rapper* como tipo social. Para discutir esses dois pontos destacados, vou recorrer a uma leitura feita de forma talvez um pouco “lateral”, a partir de uma tradição brasileira de estudos, não exatamente do *rap*, mas sim das periferias e favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo e, da assim chamada, “violência urbana”.

No Brasil um dos primeiros experimentos no de uso de letras de *rap* como ferramenta analítica, ao menos de que tenho conhecimento, foi feito por Antônio Rafael Barbosa. Isso foi realizado inicialmente em sua dissertação de mestrado, que se tornou livro, “Um abraço para todos os amigos”, o título mesmo sendo uma referência a uma letra de *rap*. O livro é um experimento radical que combina algumas músicas com descrições de situações, diálogos, entrevistas, notícias de jornal, dados e relatórios institucionais, de forma a construir as bases de uma verdadeira teoria etnográfica sobre o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. São explorados de forma pioneira as atividades de venda e suas relações de poder e consumo, seus personagens e situações relacionais, seus dilemas, conflitos, as relações de gênero, relações com a religião, com a polícia, com as facções criminais e com as diversas formas de lazer, entre elas o funk e o *rap*. Ainda que o uso de letras de *rap* seja pontual, me parece que o estatuto conferido a essas referências seja o mesmo das outras fontes, isto quer dizer, de dados etnográficos com vistas a produzir teoria etnográfica.

A partir do texto fundador de Antônio Rafael Barbosa, toda uma nova geração de estudos do crime passou a apoiar-se, direta ou indiretamente e com intensidades variáveis, nessa combinação de trabalho de campo e letras de *rap* como ferramentas analíticas conjuntas para a análise das periferias e favelas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dentre outros, poderíamos citar (apenas para que lista não se torne enfadonha ao leitor): Gabriel Feltran, que vem pensando as relações entre violência e política (FELTRAN, 2013); Adalton Marques e sua pesquisa sobre o crime e o proceder (MARQUES, 2009); Daniel Hirata explorando as experiências da guerra (HIRATA, 2010); Paulo Malvasi na compreensão das práticas de adolescentes em conflito com a lei (MALVASI, 2012); Carolina Grillo na análise do roubo e do tráfico (GRILLO, 2013).

Todos esses trabalhos são de maneira mais ou menos direta herdeiros da obra pioneira de Antônio Rafael Barbosa, compartilham um deslocamento de perspectiva que o autor operou anos antes, condição de possibilidade para que o *rap* pudesse ser visto como uma ferramenta analítica:

“Tratava-se naquele momento de reconhecer uma ‘positividade’ para o tráfico de drogas; evitando, assim, as abordagens correntes que tomavam o fenômeno puramente como matéria penal ou digno de uma leitura sociológica com ênfase em seus aspectos agonísticos.” (BARBOSA, 2001, p. 166).

Esse deslocamento foi realizado na tentativa de descentrar a posição que sempre explica os fenômenos através de um paralelismo, um acoplamento e/ou um atravessamento indevido do Estado (BARBOSA, 2001), ou seja, uma perspectiva que tem sempre como referência a institucionalidade estatal, impedindo dessa forma a compreensão das lógicas próprias de organização social de um universo de práticas que parecem se conformar de forma distinta.

Nessa mesma direção o próprio conceito de “violência urbana” foi posto em xeque por Luiz Antônio Machado da Silva, intelectual de uma geração anterior a Barbosa, muito importante na construção dessa “perspectiva outra”. A importante contribuição de Machado da Silva foi situar o termo como uma representação de práticas e modelos de conduta subjetivamente justificados (MACHADO DA SILVA, 1993), portanto objeto de pesquisa e não conceito analítico, rompendo certa circularidade argumentativa (MISSE, 2006). Tais práticas e modelos de conduta constituiriam um ordenamento social específico, distinto do ordenamento legal-institucional, coexistindo com o segundo sem buscar necessariamente substituí-lo.

Nesse ponto, podemos passar à segunda reflexão que gostaria de fazer sobre o texto de Persaud, ou seja, a construção da figura do *gangsta’ rapper* como tipo social. Seguindo parte da argumentação de Machado da Silva e, à sua maneira talvez desdobrando o deslocamento operado pelo autor, Michel Misse constrói o conceito de sujeição criminal como uma tentativa de compreender certos tipos sociais. Na sujeição criminal o crime habita o sujeito e lhe cons-

titui como tal, em parte porque é construída na expectativa de que certos indivíduos ou grupos apresentam atributos que os tornam propensos a cometer crimes (sendo assim componente da sua subjetividade), de outra parte porque tais indivíduos e grupos postos nessa condição de suspeitos a priori podem se reconhecer como tal e, no limite, inclusive aceitar que sua subjetividade efetivamente seja de fato perigosa.

Essa transferência do ato criminoso ou da transgressão à lei para os sujeitos do crime, para uma subjetividade essencialmente nociva e hostil, é parte de uma crença generalizada que estabelece a partilha e sua irredutibilidade entre o “cidadão de bem” e o “criminal”, ou seja, de uma diferença profunda onde a universalidade da igualdade frente à lei e os procedimentos de presunção da inocência não podem existir. Diferente da ideia de “desvio” ou de “rótulo”, que pressupõem uma certa norma ou normalidade que baliza o seu oposto, no caso da sujeição criminal a norma parece ser a própria partilha entre uns que são sempre perigosos e outros não, quase independentemente da cadeia de ações para uns ou absolutamente distinguível para outros. Isto tem como consequência lógica que, o desvio só pode ser concebido por relação a uma norma que se pretende universal e igualitária - enquanto a sujeição criminal não aspira a construção de uma norma igualitária, mas sim uma desigualdade que justifica, no limite, a eliminação dos sujeitos indesejáveis, hostis ou nocivos.

Para concluir, as perguntas que não querem calar: As liminaridades que, segundo Persaud, caracterizam o tipo social dos *gangsta' rappers*, poderiam ajudar no enfrentamento sociológico de uma experiência social radical? Quais direções nos apontam o trabalho sobre a figura do *gangsta' rapper*, sem o apoio em nossa “vã criminologia” (MARQUES, 2009), mas sim como parte de uma teoria antropológica? Isto é o que ainda está por ser escrito.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Antônio Rafael. *Um abraço a todos os Amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.
2. FELTRAN, Gabriel. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política crime numa tradição musical das periferias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: 2013.
3. GRILLO, Carolina Christoff. *Crime e Caminho: tráfico e roubo no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado apresentada no PPGSA/IFCS/UFRJ, 2013.
4. HIRATA, Daniel. Vida Loka. In: CABANES, Robert; RISEK, Cibele. (orgs.). *Saídas de Emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.
5. PERSAUD, E. Jerry. Language and Lyrical Violence: A Criminalized Romanticism of the Ghetto. In: MOMCHEDJIKOVA, Blagovesta M. *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 215-227.
6. MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência Urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, E. BARREIRA, Irllys (orgs). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
7. MALVASI, Paulo. *Interfaces da Vida Loka*. Tese de doutorado defendida no PPGSP/FSP/USP, 2012.
8. MARQUES, Adalton. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014
9. MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: 2006.

A inversão dialética do cotidiano. Situando *Capturados pela cidade* na temática urbana contemporânea

Jorge de La Barre

Doutor em Sociologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004). Atualmente é professor do departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF/GSO), pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana), e membro do Urban Culture Studies Collective (University of California, Davis).

Resumo

Este artigo é uma tentativa de contextualizar a publicação do livro *Capturados pela cidade: perspectivas em estudos de cultura urbana* (2013) na produção acadêmica atual nos Estados Unidos. São discutidas as diferenças e especificidades entre os recentes Estudos de cultura urbana e Estudos culturais urbanos, em relação às Ciências sociais e às Humanidades, e considerando a relevância das releituras dos trabalhos de Michel de Certeau e Henri Lefebvre que eles propõem.

Palavras-chaves: Estudos de cultura urbana, Estudos culturais urbanos, Michel de Certeau, Henri Lefebvre, Estados Unidos

Abstract

This paper is an attempt to contextualize the publication of the book *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies* (2013) within the contemporary academic production in the US. Differences and specificities between the recent Urban Culture Studies and Urban Cultural Studies are discussed in relation to Social Sciences and the Humanities, and considering the relevance of the re-readings of the works of Michel de Certeau and Henri Lefebvre that they propose.

Keywords: Urban culture studies, City, Urban cultural studies, Michel de Certeau, Henri Lefebvre, United States

Estudos de cultura urbana e Estudos culturais urbanos

Dois campos de pesquisa urbana emergiram recentemente nos Estados Unidos: os *Estudos de cultura urbana* de Blagovesta M. Momchedjikova,¹ e os *Estudos culturais urbanos* de Benjamin Fraser.² A semelhança entre os dois parece óbvia, mas encontramos universos teóricos e práticas interdisciplinares distintos – entre Ciências sociais e Humanidades, Estudos urbanos e Estudos culturais –, como tentarei mostrar aqui. No desenvolvimento das duas abordagens ao longo dos últimos cinco anos podemos destacar os passos seguintes:

- 2010: Primeiro passo em direção aos Estudos de cultura urbana: Blagovesta Momchedjikova organiza uma edição especial da revista *Streetnotes*, “Urban Feel”, com 33 contribuições de vários horizontes acadêmicos e artísticos;³

- 2012: Primeiro passo em direção aos Estudos culturais urbanos: Benjamin Fraser cria o *Urban Cultural Studies blog*,⁴ um blog interdisciplinar de vários autores, “dedicado à(s) cultura(s) das cidades... espaço, tempo e vida cotidiana urbana em todo o mundo”;

- 2013: Publicação do livro *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*, editado por Momchedjikova, com 18 contribuições;
- 2014: Lançamento do *Journal of Urban Cultural Studies*, hoje na sua terceira edição;⁵
- 2015: Publicação do livro de Fraser, *Toward an Urban Cultural Studies. Henri Lefebvre and the Humanities*.

A tendência acadêmica norte-americana em dividir-se por áreas temáticas definidas em termos *culturais* é conhecida. Esta tendência deve muito à chegada dos Estudos culturais e da “*French Theory*” (CUSSET, 2005) nos de-

¹ Professora da New York University onde ensina arte, cidade e escrita; pesquisadora em Estudos de performance.

² Professor e Diretor do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras da East Carolina University.

³ Notemos que desde 2004 Momchedjikova é diretora da “Cultura urbana”, uma das 38 áreas de pesquisa da MACAPA (Mid-Atlantic Popular and American Culture Association).

⁴ Urban Cultural Studies blog, <https://urbanculturalstudies.wordpress.com/>.

⁵ Journal of Urban Cultural Studies, <http://www.intellectbooks.co.uk/journals/view-Journal,id=225/>.

partamentos de línguas e literaturas a partir dos anos 1960, e no contexto das lutas políticas pelo reconhecimento dos direitos das minorias. Geralmente, os conceitos e teorias oriundos de outros horizontes são recebidos pela academia norte-americana no modo pragmático, instrumental. A recepção dos Estudos culturais vai também valorizar expressamente uma interdisciplinaridade que se torna um discurso novo, uma narrativa emergente. No contexto da pós-modernidade, o relativismo cultural predomina: não existe (mais) uma verdade, mas uma infinidade de verdades relativas, contextuais, ou contextualizadas. Hoje, desde o advento das novas tecnologias e da “tecnocultura” (PENLEY e ROSS, 1991), o foco nas *narrativas* – conceito-chave dos Estudos culturais na sua vertente semiológica, dominante nos Estados Unidos – é indiscutível. Tanto na academia como na sociedade americanas, a “virada cultural” (JAMESON, 2006) é decisiva. Ela continua influente no surgimento, décadas depois, dos Estudos de cultura urbana e Estudos culturais urbanos.

Manifestos interdisciplinares

Em ambos os casos encontramos uma introdução-manifesto,⁶ uma vontade de lançar uma nova área de pesquisa (e quem sabe, uma nova disciplina), aliada a uma vontade de ampliar o questionamento urbano a partir da multiplicação dos pontos de vista e argumentos teóricos. São esses argumentos teóricos que apresentarei e discutirei rapidamente aqui.

Temos por um lado a hipótese de uma “cultura urbana”,⁷ e por outro lado, os Estudos culturais urbanos que se constituem “*misturando Estudos urbanos e Estudos culturais*” (FRASER, 2015, verso do livro).⁸ Ambos são pri-

⁶ Ver incluso no presente dossiê o texto de Blagovesta M. Momchedjikova, “Capturados pela cidade. Perspectivas em Estudos de cultura urbana”; Fraser, 2014.

⁷ Além da “cultura urbana”, lembremos as várias áreas culturais estabelecidas no vasto campo dos Estudos culturais: “cultura juvenil”, “cultura visual”, “cultura auditiva”, “cultura de empresa”, etc., sem falar da infinidade de “subculturas” e outras “pós-subculturas”. Ver, por exemplo, respectivamente Brake, 1985; Mirzoeff, 1998; Bull e Back, 2003; Livingston, 1995; Muggleton, 2000; Muggleton e Weinzierl, 2003.

⁸ Em DURING (1993) por exemplo, os Estudos culturais são definidos a partir das temáticas: “Espaço e tempo”; “Nacionalismo, pós-colonialismo e globalização”; “Etnicidade e multiculturalismo”; “Ciência e cibercultura”; “Sexualidade e gênero”; “Carnaval e utopia”; “Consumo e mercado”; “Lazer; Cultura – economia política e políticas”; “Mídia e esferas públicas”. Aqui, os Estudos culturais urbanos são particularmente próximos da primeira temática, “Espaço e tempo”. Sobre Estudos culturais, ver também o clássico Grossberg, Nelson, e Treichler, 1991.

meiramente *Manifestos interdisciplinares* que reivindicam uma dupla, se não múltipla, ancoragem nas Ciências sociais e nas Humanidades.

Sem dúvida, os Estudos de cultura urbana bebem na fonte das Ciências sociais – uma Ciência social que considera (desde a Escola de Chicago) a etnografia como metodologia e a compreensão sociológica como epistemologia:

Diferentes disciplinas – sociologia, antropologia, estudos de performance, história da arquitetura, linguística, estudos de media e poética documentária, para citar apenas algumas – se cruzam para moldar um campo de pesquisa único – os Estudos de cultura urbana. Esta abordagem em perspectivas múltiplas nos concede uma compreensão mais abrangente de como inscrevemos as cidades, e como por outro lado as cidades nos inscrevem: quando as planejamos, habitamos, recordamos – na realidade ou em sonhos. (MOMCHEDJIKOVA, 2013, verso do livro – tradução nossa).

Já os Estudos culturais urbanos se apresentam como uma reinterpretção da obra de Henri Lefebvre pelas Humanidades. Assim o livro de Fraser (2015), *Toward an Urban Cultural Studies* quer ser:

uma chamada para uma nova área interdisciplinar de pesquisa e ensino. (...) o livro ancora os leitores na extensa teoria do filósofo francês prolífico Henri Lefebvre. (...) a primeira parte (...) elabora a partir de uma introdução geral a Lefebvre e sua contribuição metodológica em direção a um foco no conceito de alienação urbana e sua teoria pouco explorada da obra de arte. A segunda metade mescla o pensamento urbano de Lefebvre com estudos literários, estudos de cinema e estudos de música popular, sucessivamente, antes de tornar-se para o videogame e as humanidades digitais. A abordagem de Benjamin Fraser enfatiza constantemente a inter-relação entre cidades, cultura e capital. (verso do livro – tradução nossa).

É importante entender as interdisciplinaridades contemporâneas e suas origens. Além da sua especialização (etnografia, *community studies*, trabalho social), a velha Ecologia urbana da Escola de Chicago (o homem e/no seu ambiente) encontra, por razões óbvias, um forte eco nas Humanidades, que também refletem sobre o *self* e/na cidade. A contribuição de Simmel (1973,

2005), há mais de um século (“Metrópole e mentalidade” é de 1903), continua uma referência essencial. Entretanto, como veremos, a experiência urbana contemporânea não pode ser entendida sem referência à “virada cultural” e à tecnocultura. Com esses dois fatores principalmente, a relação *self/cidade* vai ganhando vozes, mediadores, intermediários, interfaces, e extensões virtuais. Os dispositivos tecnológicos, todos de “mediação imediata” paradoxalmente (realidade virtual, realidade aumentada, redes sociais, nova mídia, etc.), vão hibridizando a experiência urbana, relativizando-a. Virtualmente, o *flâneur* baudelairiano torna-se um “*e-flâneur*”. Afinal, talvez a interdisciplinaridade atual seja apenas um modo de lidar com uma complexidade urbana aumentada. Sente-se a necessidade de superar uma divisão talvez obsoleta, entre conceito, metáfora, e prática (Filosofia, Humanidades, e Ciências sociais).

Flâneurs, “e-flâneurs” e performances

Ao metaforizar repetidamente qualquer sujeito ou agente em um “*Übermensch*”, a “cultura dos Estudos culturais” (SCHWARTZ, 2000) tem de fato alguma dificuldade em pensar a experiência urbana, além do *cliché* baudelairiano ou simmeliano do *flâneur*, livre de vaguar entre ruas ou *boulevards*. Faltariam pelo menos alguns antagonismos. Como disse Raymond Williams, “*A maior ênfase em distinções de valor, em todas as coisas que o homem faz, não é uma ênfase na desigualdade de ser.*” (citado em Schwartz, op. cit., p. 104 – nossa tradução).

Mais ainda em tempos de tecnocultura, o “*e-flâneur*” não foge desse modelo ideal *nec plus ultra* da livre circulação do indivíduo agora conectado (consigo próprio!) graças ao *iPhone*, *smartphone* ou qualquer outro dispositivo tecnológico cuja característica principal é de brincar com as fronteiras (supostamente estabelecidas) entre espaços público e privado. Essa “experiência urbana” (BULL, 2007) vai sendo definida (e elogiada!) acriticamente do ponto de vista exclusivo de um indivíduo que se encontra num *challenge* permanente e meio solipsístico. Contrariamente ao núcleo duro tradicional da Ecologia urbana (sempre encontramos *uma comunidade* entre o indivíduo e a cidade), a dimensão social crítica tende a diluir-se na “virada cultural” e mais ainda na tecnocultura, numa infinidade de subculturas cujo horizonte último é repeti-

damente e sem surpresas, o próprio indivíduo, fosse ele mais ou menos híbrido, mais ou menos *cyborg*.

Nos Estudos culturais urbanos de Fraser, a ambição interdisciplinar estendida (“aumentada”?) das Humanidades para as “Humanidades digitais” revelam um mesmo desejo de abraçar *toda* a produção cultural e tecnocultural e – quem derá – (re)encontrar Lefebvre em *todos* os estudos literários, de cinema, de música popular, e no *videogame*. *Game over?!*

Com a dimensão situada, interacionista das práticas e *performances* cotidianas, os Estudos de cultura urbana por seu lado, não caem na rede/armadilha híper textual/culturalista. No contexto atual de hípermediação, uma ideia das mais originais encontra-se na introdução-manifesto de Momchedjikova (2013): a conexão permanente (redes *wi-fi*, *internet*, *3G*, telinhas e telões de celular e televisão, etc.) é um desafio para Estudos de cultura urbana que pretendem fundar os seus princípios epistemológicos na observação direta, privilegiando a etnografia e a compreensão fenomenológica das interações entre cidade, memória e afetos. Mesmo distraídos, cativados pelas telinhas, continuamos de fato “capturados pela cidade”. Em tempos de imersão digital, Momchedjikova reafirma a importância de ficarmos atentos à *cidade real*. Assim entendemos a aposta dos Estudos de cultura urbana na cotidianidade (*everydayness*) e na *performance* (entendida tanto no sentido de “representação do eu” goffmaniana, como de espetáculo-representação formal).⁹

De Lewis Mumford a Erving Goffman, a fascinação em considerar a cidade como um palco não é nova.¹⁰ Como lembrou Parker (2004, p. 155),

A noção de “cidade espetacular” ou a cidade como uma tela ou teatro no qual, e sobre a qual, imagens e representações são apresentadas para o desvio e diversão do público é tão antiga quanto a própria cidade. (tradução nossa).

⁹ Ambos o cotidiano e a performance são campos de estudos especializados nos Estados Unidos. Ver por exemplo Highmore, 2002a, 2002b; Carlson, 1996; Schechner, 2002; Bial, 2004.

¹⁰ A citação seguinte, de Lewis Mumford, é famosíssima: “Cada cultura tem seu drama característico. Ele escolhe a partir da soma total de possibilidades humanas certos atos e interesses, certos processos e valores, e dota-os de significados especiais. O palco no qual este drama é encenado, com os mais qualificados atores e uma empresa de completo suporte e cenário especialmente concebido, é a cidade: é aqui que ele alcance o seu grau mais alto de intensidade.” (The Culture of Cities, 1938 – tradução nossa).

Nomeadamente a partir da recepção entusiasmada dos trabalhos de Michel de Certeau (1998) sobre o cotidiano, os Estudos culturais retomam o interesse pela *performance* cotidiana da/na cidade, e alargam o seu campo de aplicação. Os Estudos de *performance* vão considerar *todas* as *performances*: “*programadas, espontâneas, ou mundanas*” (MOMCHEDJKOVA, 2013, p. 4). Apresentada na etnografia e na microsociologia (a cotidianidade como *performance*, o “aqui e agora” das práticas), a interdisciplinaridade dos Estudos de cultura urbana é distinta daquela dos Estudos culturais urbanos, concentrados na dimensão semiológica da produção cultural que têm a cidade/o urbano como pano de fundo ou cena principal (literatura, cinema, música, ou *videogames*). Revelando uma concepção do social *como texto* (na linha dos Estudos culturais cuja maior revista, significativamente, é a *Social Text*), os Estudos culturais urbanos promovem uma análise semiológica ampliada *ao urbano*. As narrativas, os textos se expandem virtualmente ao infinito, e além dos textos vêm os códigos: do texto ao hípertexto, e das Humanidades às Humanidades digitais, numa mesma vontade de abraçar todo o urbano. De forma geral nos Estados Unidos, os Estudos culturais acabaram se focalizando na *produção cultural*. Uma leitura exclusivamente semiótico-representativa os afastam da socio-anthropologia crítica, mais centrada nas dinâmicas de consumo, de práticas culturais, ou de mercadorização.

A inversão dialética do cotidiano

Ao considerar o social ou a cultura como (híper)textos, os Estudos culturais relativizam a própria realidade, metaforizando-a. Uma filosofia semelhante anima os Estudos culturais urbanos. Ao reciclar a crítica lefebvriana do urbanismo como ideologia, eles acreditam na possibilidade de (re)constituir um Todo, uma totalidade (da experiência) urbana suscetível por sua vez de ser superada. Se temos de fato, em vários escritos de Lefebvre (1947, 1961, 1974, 1981, 1999, 2001), algo como uma “verdade urbana” de natureza filosófica, uma das lições básicas do marxismo é que a inversão dialética não pode surgir do idealismo. Neste sentido a “ponte” que os Estudos culturais urbanos ousam entre Lefebvre e as Humanidades é frágil e insuficiente.

Por seu lado, o foco dos Estudos de cultura urbana na experiência vivida e situada n(um)a cidade concreta ou nos sentidos (*“Urban Feel”*) pode re-encontrar a *performance* (no sentido amplo de unicidade, excecionalidade) como forma de resistência. Para Certeau, a “invenção do cotidiano” mostra o quanto na inventividade das práticas cotidianas está contido um potencial revolucionário irrecusável, sempre pronto para surgir. Se a inversão da ordem urbana é possível, é porque o cotidiano está cheio de possíveis: *performances*, *estratagemas (ruses)*, *détournements*.

Nesse sentido, a cultura urbana não é tanto o espelho da modernidade como a rachadura no vidro de uma modernidade que não é mais capaz de suportar o peso das suas próprias contradições. (PARKER, op. cit, p. 155 – tradução nossa).

A exigência etnográfica dos Estudos de cultura urbana reafirma o pressuposto empírico-fenomenológico segundo o qual não existe uma verdade separada, independente das práticas – todas devendo ser experimentadas em primeiro lugar, na sua singularidade, antes de serem documentadas, retranscritas de alguma forma: etnografia, poesia, escrita criativa (*creative writing*), filme, fotografia, etc.

Para os Estudos urbanos, a cidade era um objeto: objeto dos planejadores urbanos, dos formuladores de políticas, dos arquitetos. Na linha de Lefebvre como vimos, os Estudos culturais urbanos consideram o urbano como estrutura, processo geral, relação. Mesmo apenas como ideologia, existe de fato uma meta-categoria narrativa do urbano. Por seu lado os Estudos de cultura urbana consideram a cidade como encontro dinâmico: todas as práticas, todas as *performances*, menores e singulares, contêm um potencial inesgotável. Não é a cidade dos signos, é a cidade dos sentidos. Viva ou sonhada, é a cidade com os seus “aqui e agora”, todos idiossincráticos por definição. Assim é reafirmada a necessária distinção entre cultura viva e cultura como representação:

“(…) como inscrevemos as cidades, e como por outro lado as cidades nos inscrevem: quando as planejamos, habitamos, recordamos – na realidade ou em sonhos.” (MOMCHEDJIKOVA, op. cit.).

Se, desde Lewis Mumford, Louis Wirth, ou Jane Jacobs (entre outros!), a distinção entre registros ontológico e representacional das sociedades e culturas urbanas continua viva, é porque as duas dimensões estão interagindo em permanência:

o ambiente construído é o trabalho da humanidade e, portanto, uma expressão física de imaginação e criatividade. Ao mesmo tempo, a nossa imaginação e identidade são construídas em grande parte da matéria-prima da arquitetura da cidade, e da diversidade das populações que a fazem ressoar. (PARKER, 2004, p. 156 – tradução nossa).

O registro representacional – a cultura como representação – questiona o modo como nos representamos o habitat ao nível simbólico e estético, e como nele inscrevemos valores e significados. Já as culturas urbanas, as culturas da urbanidade, tentam responder a perguntas do tipo: qual o significado de ser um ator social na cidade? Como construímos nossos mundos sociais? Como reconhecemos e interagimos com outros membros do nosso habitat?

Agora, seguindo as premissas teóricas dos Estudos culturais urbanos e dos Estudos de cultura urbana, encontramos respectivamente em Lefebvre e Certeau duas influências decisivas: um Lefebvre “teórico” sobre o urbano, e um Certeau “prático” sobre o cotidiano. Com seu foco na *performance* e no “aqui e agora”, os Estudos de cultura urbana reencontram “a invenção do cotidiano” (CERTEAU, op. cit.). Mas é preciso lembrar o quanto esta deve à “produção do espaço” (LEFEBVRE, 1974).

Lembrando o carácter duplo do processo de urbanização (urbanização do capital e urbanização das consciências), Lefebvre retraça uma história do capitalismo que passa de uma fase de industrialização para uma fase de urbanização: a produção do espaço, cuja finalidade é garantir a circulação do capital. Resumindo muito grosseiramente a “crítica da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1947, 1961, 1981), temos no processo de urbanização uma colonização da vida, impregnada pela forma urbana do mercado de trocas, de produção e consumo. O urbanismo não passa de uma ideologia; a invenção do cotidiano é um produto da invenção do urbano, ou do processo de urbanização: pri-

meiro em termos de alienação e colonização, segundo em termos de potencialidade revolucionária. É aqui, na inversão dialética no cotidiano, que Lefebvre et Certeau se encontram.

A invenção do cotidiano de Certeau é uma extensão, uma consequência da produção do espaço lefebvriano. Apesar da uma crítica da vida cotidiana colonizada pela ideologia urbana, Lefebvre confere ao cotidiano o mesmo potencial de resistência, de inversão dialética que encontramos nas micropráticas de Certeau. Se não fosse na vida cotidiana, aonde é que encontraríamos esse potencial dos acontecimentos, das irrupções de singularidades? Para Lefebvre, a fase de urbanização do capitalismo é também uma fase de revoluções urbanas. Assim, tanto Lefebvre como Certeau apontam para *détournements* secretos, táticas invisíveis, e estratégias *underground*. O quanto essas potencialidades devem ao imaginário de Maio 1968 é algo que deve ser lembrado: os *slogans* da época não ecoam ainda em nosso imaginário urbano? Os paradoxos que eles apontavam foram se banalizando, hoje parecem quase naturais. “*Debaixo dos pavimentos, a praia*”, “*Todo poder à imaginação*”, “*Sejam realistas, exijamos o impossível*”, “*É proibido proibir*”,...

Lefebvre entendia o potencial da arte e da cultura como forma de resistência; o “direito à cidade” é em si uma noção revolucionária, mais atual do que nunca. Porém, as ferramentas conceituais de Certeau parecem mais adaptadas ao estudo empírico do cotidiano, tal como os Estudos de cultura urbana o concebem. A “heterologia” de Certeau é um convite a multiplicar os pontos de vista sobre a mosaica urbana e olhá-la *par en-dessous*. As implicações metodológicas são claras; a centralidade da etnografia leva de fato a uma “etnografia da subjetividade” (MITCHELL, 2007), particularmente adaptada do resto ao estudo das *performances*.

Prolongando os trabalhos de Goffman sobre a “representação do eu na vida cotidiana” (GOFFMAN, 2002) e a “invenção do cotidiano”, temos nos Estudos de cultura urbana uma micropolítica e micropráticas táticas da cidade. No cotidiano, a “revolução urbana” adota os contornos de uma revolução permanente, uma potencialidade radical diluída em todas as singularidades, formas de criatividade, manifestações culturais, e até no simples ato de

passar (ver por exemplo Kosnoski, 2010). Assim o espaço da cotidianidade é um estímulo para o estudo das práticas menores e minoritárias. Agora é preciso compreender o plano mais amplo da experiência urbana contemporânea e suas contingências.

Entre espaço público festivo e diáspora mental das redes

Um espectro assombra o *public space-making* (o desenho do espaço público): a sua privatização! Pelo menos desde Marx, sabemos que a propriedade privada é (desde sempre!) o horizonte do capitalismo. Pelo menos desde Lefebvre, sabemos que a lógica do capitalismo contemporâneo é de uma *espaçialização*. A produção do espaço urbano resume-se a um processo de “criação destrutiva” permanente, cuja finalidade é sempre a valorização máxima do espaço. Esse processo é atravessado por forças antagônicas – convergentes (precarização, privatização, segregação, controle, vigilância, dominação), e divergentes (ocupação, apropriação, manifestação, resistência, “retomada”, revolução) que moldam o espaço.

É nessa fase “espacial” do capitalismo que a produção do espaço público como espaço *festivo* torna-se desejável, na medida em que o espaço festivo facilita o consumo controlado (e portanto o controle pelo consumo). Para retomar a expressão de Sharon Zukin, é “a pacificação pelo cappuccino”. Abandonados antes de serem recuperados, os velhos centros das cidades vão sendo revitalizados através da promoção de eventos culturais festivos (festivais, feiras, etc.), que vão (espera-se!) atraindo novos “usuários” com poder de compra e capital simbólico significativamente elevados.

Considerando a extrema complexidade do processo, perguntemos: será que um espaço *público* é mesmo possível? Qual é, caso exista, o “destino” do espaço público? Seria um destino necessariamente trágico, de sufoco, de desagregação, abandono, desaparecimento, privatização, morte? Ou teríamos alguma luz de esperança ao fim do túnel (ressurreição, revitalização, renascimento)? Podemos imaginar outras metáforas que “morte e vida” para o espaço público? No processo de valorização do espaço, passamos necessariamente por umas fases de erosão, controle, homogeneização, vigilância, *merchan-*

dizing? Passamos necessariamente do “estrangulamento” à “disneylandification”, para retomar os termos de Nathalie Boucher (2013) a propósito do espaço público em Los Angeles?

Para Richard Sennett (1999), o cosmopolitanismo é sempre um (bom!) teste-chave da condição urbana, especialmente para avaliar a qualidade do espaço público. Em outros termos, “*Sem a diferença religiosa, étnica e cultural, a cidade não tem a diversidade ecológica para se recombinar de maneiras novas e surpreendentes.*” (PARKER, 2004, p. 156 – tradução nossa). A falta de diferença, de diversidade, acaba prejudicando a qualidade do espaço público.

Desde pelo menos *O declínio do homem público* (SENNETT, op. cit.), sabemos que a qualidade do espaço público não se entende apenas em termos de gestão institucional ou de desenho físico, mas sim essencialmente em relação à experiência social por ele proporcionada. O principal motivo do espaço público é/deveria ser de favorecer os encontros, criar redes de confiança, desempenhar funções de representação, receber movimentos de contestação sobre o uso desses espaços, precisamente, e debater sobre outros assuntos. Apesar de todas as forças globalizadas refletidas no desenho e na gestão dos espaços públicos contemporâneos, as pessoas e suas interações continuam sendo/ devendo ser o verdadeiro coração dos lugares.¹¹

Talvez a história do espaço público seja de uma busca impossível do ideal de universalidade. Talvez também, finalmente, a verdade sobre o espaço público seja que ele nunca foi verdadeiramente público, que nunca houve realmente tal coisa como um espaço público (FRASER, 2007), e que o ideal de inclusão universal é apenas um ideal: necessário (como todos os ideais), mas não suficiente. Afinal, as perguntas últimas sobre o espaço público e sobre a cidade são as mesmas: espaço público *para quem?* Cidade *para quem?*

Junto com a produção do espaço público festivo, temos uma produção do híperespaço: as tecnologias de imersão estão produzindo uma nova realidade que tende a se substituir à outra: é, conforme o oxímoro consagrado, a “realidade virtual”. Longe de ser paralelos, os dois processos se entrecruzando

¹¹ No entanto, a tentativa de avaliação de quanto espaço público uma cidade precisa é uma questão que deve (ou deveria!) interessar os urbanistas e arquitetos.

vão criando uma *realidade integral* entre esfera pública e privada, misturando as fronteiras física e virtual, e brincando com todas essas esferas e fronteiras. A experiência urbana contemporânea é a de uma circulação ininterrompida entre esferas e fronteiras, agora desdobradas em um mundo físico e um outro, virtual. A tecnocultura é um convite permanente e em tempo real, à “diáspora mental das redes” (BAUDRILLARD, 1978). Confirmando definitivamente que o espaço público não é mais verdadeiramente público, e que o espaço privado nunca foi realmente privado.

Mesmo pensando em *espaço público digital* ou *espaços híbridos*, em “pós-metrópolis” (SOJA, 2000), “paisagens pós-urbanas” (FELICE, 2009) ou quaisquer outras metáforas do tipo 2.0, não sabemos ainda o quanto profundamente a produção desses novos espaços afeta a nossa condição (pós-)humana. A *performance* do espaço público festivo é apenas uma nova forma de vigilância: *vigilância festiva*.¹² Depois da colonização pela lógica capitalista do mercado, a colonização da vida cotidiana pelas telinhas de celulares e *smartphones*. Virtualização da vida cotidiana pela imersão escapista nas redes, digitalização do aqui e agora, extensão da nova ideologia tecnocrática: inclusão *digital*, cidadania *digital*, democracia *digital*! A extraordinária violência deste movimento centrípeto não passa de uma forma de “solucionismo” radical e naturalizado,¹³ que vai se expandindo a todos os aspectos da vida. Os espaços (público, privado, físico, virtual) nunca foram tão vigiados, controlados, e paradoxalmente, nunca foram tão vulneráveis.

Retorno aos Estudos

A experiência urbana contemporânea é de um (des)equilíbrio permanente entre esferas do público e do privado, entre individualismo e sociedade de massa, entre estrutura e agência. As Ciências sociais, as Humanidades, os mais atuais Estudos de cultura urbana e Estudos culturais urbanos, e mesmo as “Humanidades digitais”, estão procurando pistas para uma nova dialética que consiga balancear ambas dimensões material e imaginária do espa-

¹² Nos anos 1960 ainda, Herbert Marcuse falava de “tolerância repressiva” (MARCUSE, 1969).

¹³ O solucionismo é a crença segundo a qual todas as dificuldades têm soluções benignas, de natureza tecnocrática. Ver Mozorov, 2013.

ço urbano, sem que uma esteja subordinada à outra, e (claro!) sem saber se isto é mesmo possível...

Mais que nunca, a cultura urbana é também uma *tecnocultura* urbana, e o espaço urbano está cada vez mais fragmentado em vários níveis de realidades. Existem técnicas para evitar o contato visual ou físico na rua, formas de isolamento em ambientes mais ou menos exclusivos, táticas de presença-ausência na cidade. Temos uma experiência urbana cada vez mais *escapista*, e esquecemos de fato o quanto ela é sobredeterminada pela tecnocultura e pelos dispositivos de fuga-imersão.

Ao mesmo tempo, o cotidiano dá sinais de resistência, de uma forma que talvez Lefebvre ou Certeau não imaginariam. As formas de “ocupação” da rua, a “(re)apropriação”, a “retomada” dos espaços públicos são a expressão de uma nova prática do direito à cidade; a mobilização nas redes sociais é uma extensão cada vez mais naturalizada dessa prática. Muitas vezes no Rio de Janeiro, as práticas de ocupação dos lugares são pensadas e vividas como formas de *ocupar o lugar da violência*. Ocupar o lugar da violência com cultura, com *show*, evento, manifestação, intervenção artística, etc.

O espaço festivo ganha uma outra dimensão, mais orgânica, não planejada: é o carnaval de rua, o espaço da praia carioca, ou os “rolezinhos” nos *shopping centers* de São Paulo e pelo Brasil afora;¹⁴ são os momentos “roubados” contra uma vida cotidiana repetitiva, cansativa. Não é mais a “pacificação pelo cappuccino” de Zukin, mas sim uma forma (talvez efêmera mas que vai se espalhando criando “legados”) de desafiar uma ordem urbana essencialmente violenta e excludente.

Aliás, a *pacificação pelo megaevento* (variante “excepcional” do cappuccino de Zukin?) é um fracasso notável no Brasil desde junho de 2013. Pois, o que leva multidões à *revolta contra o cotidiano urbano* não é o carnaval de rua: são os megaeventos esportivos, superimpostos e mega-abusados, com o seu lote de remoções “pipocando” na cidade sem nenhuma forma de planejamento ou política pública; são as infelizes manchas de todos os Amarildos desapa-

¹⁴ Sobre os rolezinhos, ver Caldeira (2014).

recidos nesses tempos funestos das “UPPs”.¹⁵

Pensando, agora aforisticamente, em “pontes” possíveis entre os Estudos culturais urbanos e a experiência urbana no Brasil, eu diria: não tenho certeza que o exílio de Lefebvre nos (híper)textos das Humanidades digitais fosse voluntário, nem feliz. Lefebvre está aqui no Brasil, em todas as cidades e nas redes sociais, reclamando o seu direito à cidade. *Transporte, saúde, educação, moradia*. Quanto aos Estudos de cultura urbana, achei que o desafio de ficar (ou focar!) no “aqui e agora” é tanto mais interessante quanto é de fato impossível! Ou seja: será que existe ainda um “aqui e agora” livre do seu avatar tecnológico: o presente imanente e permanente das redes? De fato, somos “capturados pela cidade”. E somos também, sem dúvida, cativados pela tecnocultura da cidade digital.

REFERÊNCIAS

1. BAUDRILLARD, Jean. *A l'ombre des majorités silencieuses, ou La fin du social*. Paris: Cahiers d'Utopie, 1978.
2. BIAL, Henry (ed.). *The Performance Studies Reader*. London & New York: Routledge, 2004.
3. BOUCHER, Nathalie. Back to the Future in LA: A Critical Review of History, and New Indicators of the Vitality of Public Spaces. In: MOMCHEDJIKOVA, Blagovesta M. (ed.). *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 87-103, 2013.
4. BRAKE, Michael. *Comparative Youth Cultures. The Sociology of Youth Cultures and Youth Subcultures in America, Britain and Canada*. London & New York: Routledge, 1985.

¹⁵ UPP: Unidade de polícia pacificadora. Não confundir com Unidade de pacificação da polícia, ainda não encontrada (como do resto o Amarildo)! No entanto, as assim chamadas UPPs vão sustentando a produção do novo espaço de uma favela agora conectada aos fluxos de circulação global, num Rio “mais integrado e competitivo” (PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO 2009-2012; 2013-2016). Considerada a inextricável dimensão público-privada dessa “espécie de espaço” à la Georges Pérec, não é necessariamente com as mais vantagens competitivas que a favela consegue entrar no mercado altamente competitivo da economia criativa, do turismo, ou da especulação imobiliária. Mas com que resiliência! (Uma nova forma de sobrevivência).

5. BULL, Michael, and BACK, Les (eds.). *The Auditory Culture Reader*. Oxford & New York: Berg, 2003.
6. BULL, Michael. *Sound Moves: iPod culture and Urban Experience*. New York: Routledge, 2007.
7. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos*, n. 98, p. 13-20, Março 2014.
8. CARLSON, Marvin. *Performance Studies: A Critical Introduction*. New York: Routledge, 1996.
9. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998 (ed. orig. 1980).
10. CUSSET, François. *French Theory. Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux Etats-Unis*. Paris: La Découverte, 2005.
11. FELICE, Massimo di. *Paisagens pós-urbanas. O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume Editora, 2009.
12. FRASER, Benjamin. Manuel Delgado's Urban Anthropology: From Multidimensional Space to Interdisciplinary Spatial Theory. *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, v. 11, p. 57-75, 2007.
13. _____. Inaugural Editorial: Urban Cultural Studies – A Manifesto (Part 1). *Journal of Urban Cultural Studies*, v. 1, n. 1, Intellect Ltd Editorial, p. 3-17, 2014.
14. _____. *Toward an Urban Cultural Studies. Henri Lefebvre and the Humanities*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
15. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002 (ed. orig. 1959).
16. GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary, e TREICHLER, Paula (eds.). *Cultural Studies*. New York: Routledge, 1991.
17. HIGHMORE, Ben. *Everyday Life and Cultural Theory: An Introduction*. London & New York: Routledge, 2002a.
18. _____. (ed.). *The Everyday Life Reader*. London & New York: Routledge, 2002b.
19. JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (ed. orig. 1998).
20. KOSNOSKI, Jason. Rambling as Resistance: Frederick Law Olmsted, Michel de Certeau, and the Micropolitics of Walking in the City. *Situations: Project of the Radical Imagination*, v. 3, n. 2, p. 115-144, 2010.
21. LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1947 (t. I), 1961 (t. II), 1981 (t. III).

22. _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
23. _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (ed. orig. 1970).
24. _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 (ed. orig. 1968).
25. LIVINGSTON, James. Corporations and Cultural Studies. *Social Text*, n. 44, p. 61-68, Autumn – Winter, 1995.
26. MARCUSE, Herbert. Repressive Tolerance. In: WOLFF, R.P., MOORE, B. Jr., & MARCUSE, H. *A Critique of Pure Tolerance*. Boston: Beacon Press, 1969, pp. 95-137.
27. MIRZOEFF, Nicholas (ed.). *The Visual Culture Reader*. London & New York: Routledge, 1998.
28. MITCHELL, Jon P. A Fourth Critic of the Enlightenment: Michel de Certeau and the Ethnography of Subjectivity. *Social Anthropology / Anthropologie Sociale*, v. 15, n. 1, p. 89-106, 2007.
29. MOMCHEDJIKOVA, Blagovesta M. (ed.). Special Issue: Urban Feel. *Streetnotes*, n. 18, Spring 2010.
30. _____. (ed.). *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
31. _____. Introduction: Urban Culture Studies. In: MOMCHEDJIKOVA, Blagovesta M. (ed.), *Captured by the City: Perspectives in Urban Culture Studies*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 1-7, 2013.
32. MOZOROV, Evgeny. *To Save Everything, Click Here. The Folly of Technological Solutionism*. New York: PublicAffairs, 2013.
33. MUGGLETON, David. *Inside Subculture. The Postmodern Meaning of Style*. Oxford & New York: Berg, 2000.
34. _____, and WEINZIERL, Rupert (eds.). *The Post-Subcultures Reader*. Oxford & New York: Berg, 2003.
35. PARKER, Simon. *Urban Theory and the Urban Experience. Encountering the City*. London & New York: Routledge, 2004.
36. PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO 2009-2012. *Pós-2016. O Rio mais integrado e competitivo*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2007.
37. _____. 2013-2016. *Pós-2016. O Rio mais integrado e competitivo*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011.
38. PENLEY, Constance, and ROSS, Andrew (eds.). *Technoculture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

39. SCHECHNER, Richard. *Performance Studies: An Introduction*. New York: Routledge, 2002.
40. SCHWARTZ, Stephen Adam. Everyman an Übermensch: The Culture of Cultural Studies. *SubStance* 91, v. 29, n. 1, p. 104-138, 2000.
41. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (ed. orig. 1993).
42. SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011 (ed. orig. 2001).
43. SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 (1903), p. 11-25.
44. _____. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, Outubro 2005 (1903).
45. SOJA, Edward. *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2000.

TRADUÇÃO

Gentrification: Um exame atualizado da literatura¹

Silva Mathema

Doutora em Public Policy (University of North Carolina at Charlotte, 2012). Atualmente é analista de política na área da imigração, no Center for American Progress (Washington DC, EUA).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os acadêmicos da área de estudos urbanos têm definido e redefinido o termo “*gentrification*”. Davidson e Lees (2005) sugerem que uma definição holística de *gentrification* deveria incluir os seguintes quatro elementos para o termo ser aplicável e relevante em diferentes contextos. São: “(1) reinvestimento de capital; (2) melhoria social dos locais graças à entrada de grupos de alta renda; (3) mudança da paisagem; e (4) deslocamento direto ou indireto de grupos de baixa renda” (DAVIDSON E LEES, 2005, p. 1170).

Este exame da literatura revela que a *gentrification* é um processo dinâmico e de múltiplas camadas em que os papéis dos diferentes atores e componentes mudam continuamente ao longo do tempo e no espaço. Os bairros que passam pela *gentrification* podem experimentar o processo de forma diferente, dependendo dos seus respectivos contextos sociais, políticos e geográficos. Assim, as políticas destinadas a atenuar as consequências sociais negativas também dependem do contexto. Este exame começa com um destaque dos principais argumentos relativos à *gentrification*, tanto históricos como contemporâneos. A ameaça de deslocamento direto ou indireto ainda é prevalente (DAVIDSON, 2008), mas as estratégias de preservação intencional e de integração

¹ Silva Mathema (2013), “Gentrification: An Updated Literature Review”, PRRAC / Poverty & Race Research Action Council, October 2013. Disponível em:

http://prrac.org/pdf/Gentrification_literature_review_-_October_2013.pdf. Acesso em: 20 jun. 2014. Traduzido por Jorge de La Barre. Revisão de Patrick Burglin.

residencial têm o potencial de minimizar os impactos do deslocamento; elas alcançam ao mesmo tempo o objetivo de melhorar e reconstruir os bairros.

Teorias da *gentrification*: uma introdução

Para a análise dos argumentos atuais sobre as teorias e realidades da *gentrification*, é necessário compreender suas trajetórias históricas. Desde que o conceito de “*gentrification*” foi introduzido em 1964 por Ruth Glass, os estudiosos em pesquisa urbana têm tentado estabelecer o seu fundamento teórico. Um debate famoso foi o debate entre David Ley e Neil Smith durante o final dos anos 70 e início dos anos 80, que tentava identificar os fatores causais da *gentrification*. Neil Smith, em um ensaio de 1979, teorizou que os argumentos do lado da produção ou do lado da oferta com base na teoria clássica da economia podem explicar o surgimento da *gentrification*. De acordo com a tese do “*rent gap*” de Smith, a *gentrification* ocorre quando há uma inadequação ou um “*rent gap*” entre os retornos econômicos potenciais de um edifício localizado no centro da cidade, e os ganhos econômicos efetivos do seu uso atual. O investimento na reabilitação, reconstrução ou construção nova só ocorre quando ele é rentável, ou em outras palavras, se os ganhos que a estrutura pode gerar a partir de seu uso futuro são mais altos do que o custo do investimento. Mais tarde, Lees et al. (2010) argumentaram que, embora a tese do “*rent gap*” pareça lógica, é difícil medi-la empiricamente. Eles ainda explicam que este problema de medição era o principal ponto de discordância entre Neil Smith e David Ley.

Ao contrário de Smith, Ley (1981, 1994) argumenta que o processo de *gentrification* começa com a emergência de necessidades e demandas da sociedade, não de mudanças estruturais no mercado imobiliário. Ele afirma que a reestruturação econômica pós-industrial, que reorientou a procura de operários de colarinho azul para trabalhadores de colarinho branco, foi um dos principais fatores para instigar uma mudança no centro das cidades. De acordo com Ley, a nova força de trabalho de colarinho branco tinha alto poder aquisitivo e padrões de consumo diferentes dos trabalhadores tradicionais no setor manufatureiro. Por exemplo, os novos trabalhadores de colarinho bran-

co têm preferências diferentes em termos de local de moradia e amenidades que podem acelerar o processo de *gentrification*. No entanto, Hamnett (1991) afirma que essas discussões apenas focalizavam os argumentos quer do lado do consumo quer do lado da produção o que acabava por responder algumas perguntas, deixando de responder outras. Ele defende uma “teoria integrada da *gentrification*,” que não se concentre apenas na existência de moradia barata em locais privilegiados, ou nas demandas dos *gentrifiers* (p. 175).

Muitos estudiosos na área da pesquisa urbana têm também investigado a relação entre *gentrification* e deslocamento de pessoas e famílias de baixa renda. Considera-se que o deslocamento induzido pela *gentrification* ocorre quando grupos economicamente abastados se mudam para outros bairros, ocasionando assim aumento da renda e do custo de bens e serviços o que, com o tempo, acaba expulsando os residentes originais de baixa renda (ATKINSON, 2000). Pesquisadores apontaram que talvez o deslocamento seja o “aspecto da revitalização urbana mais difícil de examinar sistematicamente” (SUMKA 1979, p. 483). Para dificultar ainda mais, a relação causal entre processos de *gentrification* e deslocamento não é clara, devido a numerosos fatores, muitas vezes não observáveis, que fazem com que as pessoas de baixa renda acabem saindo de um determinado bairro (ATKINSON, 2000).

O desafio da medição não desanimou os pesquisadores de tentar perseguir e construir um perfil dos “deslocados” (SUMKA, 1979; HARTMAN, 1979; MARCUSE, 1986). Entre os debates sobre o lado da oferta e o da produção e a pesquisa com ênfase nas consequências negativas da *gentrification*, a pesquisa acadêmica chegou a um ponto em que alguns estudiosos começaram um diálogo até sobre uma era pós-*gentrification*, indicando que a *gentrification* era um fenômeno transitório da década de 70 e que no futuro não seria mais relevante (BOURNE, 1993).

Pesquisa recente sobre *gentrification*: foco nas intervenções políticas

Ao contrário da previsão de Bourne sobre o fim da era de *gentrification*, houve um interesse renovado na *gentrification* entre pesquisadores e formula-

dores de políticas durante o início dos anos 2000 (VIGDOR, 2001; SLATER, 2006). Os pesquisadores começaram a explorar os fatores que levam à *gentrification* de um bairro, em parte na esperança de que as comunidades pudessem se preparar para uma mudança iminente (CHAPPLE, 2009). Assim, tem sido sugerido que a *gentrification* é mais provável em áreas localizadas perto de bairros mais ricos (GUERRIERI, 2013), perto do centro da cidade, ou no centro (HELMS, 2003; KOLKO, 2007), bem servidas pelos transportes de massa (HELMS, 2003), e com estoques de habitação mais antigos (KOLKO, 2007).

Outros pesquisadores têm-se concentrado sobre os principais atores conduzindo as mudanças no bairro. Em seu estudo, Hackworth e Smith (2001) destacaram o papel cada vez mais poderoso desempenhado pelos estados e governos locais, ao apoiarem o atual processo de *gentrification*. Conhecida como a *terceira onda da gentrification*, Hackworth e Smith (2001) argumentam que o papel dos estados na *gentrification* tem-se fortalecido devido à descentralização do poder, do governo federal para os estaduais e municipais. A redução dos recursos federais impôs uma pressão enorme sobre os governos locais no sentido de aumentarem suas bases fiscais, atraindo-os portanto a procurarem estratégias para aumentar suas receitas. Eles investiram em projetos que melhoraram as suas bases fiscais revitalizando os seus bairros para atrair moradores de renda média. A *gentrification* chegou a ser vista como um “resultado bem-vindo de saudável política de reconversão económica” (ECKERD e RESMAS, 2012). Além disso, como a *gentrification* veio a se tornar dispersa espacialmente, os investidores corporativos tenderam a procurar o governo local para compartilhar o risco de perdas potenciais. Nos EUA, referida como “re-desenvolvimento” e “mistura social”, a *gentrification* foi vista como uma solução prática para enfrentar a concentração de pobreza (LEES, 2008). Da mesma forma, Slater (2006) afirmou que a *gentrification* recuperou sua popularidade, em parte devido ao “desaparecimento da questão do deslocamento enquanto característica definidora do processo e enquanto linha de pesquisa” e uma emergência de estratégias de mistura social (p. 737).

Em parte da literatura recente, é como se a *gentrification* houvesse passado por uma “reforma de imagem” (DAVIDSON, 2008). Alguns estudos têm

encontrado pouca ou nenhuma evidência de deslocamento induzido pela *gentrification*, e elogiam a *gentrification* por promover a revitalização e desenvolvimento urbanos (BETANCUR, 2011). Usando dados do *American Housing Survey* sobre o volume de mudanças de residência, Ellen e O'Regan (2011) não acharam aumento de deslocamento de moradores originais vulneráveis em bairros que experimentaram grandes ganhos econômicos durante a década de 1990. Eles também não observaram qualquer mudança drástica na composição racial dos bairros na década de 1990. Esta descoberta é importante porque a *gentrification* é geralmente associada ao êxodo de moradores de minorias de baixa renda dos bairros em transição. Na verdade, houve um aumento no nível de satisfação com a vizinhança entre os moradores originais, em bairros em crescimento. Da mesma forma, a pesquisa de Freeman (2009) sugere que a *gentrification* não afeta a diversidade do bairro de forma negativa. Também, McKinnish (2010), analisando os dados censitários, não encontrou nenhuma evidência de deslocamento entre famílias de minorias em bairros em processo de *gentrification*.² Ele sugeriu que esses diversos bairros eram de fato atraentes para famílias negras de classe média, propensas a se mudar para essas áreas. Vigdor (2010), também usando dados do *American Housing Survey*, descobriu que a revitalização é geralmente benéfica para todos os residentes porque os aumentos dos preços devido a mudanças provocadas por processos de revitalização urbana estão abaixo do que a maioria dos moradores se dispõe a pagar pelos resultantes benefícios nos bairros. No entanto, ele exorta os decisores políticos a observarem esses resultados com cautela porque os dados agregados podem não levar em conta os impactos desses projetos a um nível individual.

Pelo contrário, outros pesquisadores mantiveram-se céticos em relação à crescente conclusão de que havia uma noção de “fim do deslocamento” em bairros em processo de *gentrification* (WACQUANT, 2008). Wacquant (2008) aludiu que a pesquisa urbana, de modo geral, estava se afastando do estudo da população de classe trabalhadora. Além disso, ele propôs que os efeitos adver-

² McKinnish (2010) identifica os bairros em processo de *gentrification* como os bairros de baixa renda (média de renda inferior a US\$30.079) que experimentaram ganhos econômicos de pelo menos US\$10.000 de 1990 a 2000.

sos dos esforços de revitalização sobre residentes originais de baixa renda podem na verdade ter sido mais fortes, à medida que os governos locais deixaram de tratar das necessidades de seus moradores desfavorecidos.

Redesenvolvimento patrocinado pelo Estado

Durante os anos 1990 e 2000, governos estaduais e locais investiram milhões de dólares na demolição de conjuntos de habitação pública, para abrir caminho ao desenvolvimento de renda mista e à promoção da mistura social, a fim de combater os males da concentração de pobreza (CHASKIN, 2012). O *Department of Housing and Urban Development* (HUD) lançou um programa chamado HOPE VI, que demoliu cerca de 63.000 unidades e redesenvolveu 20.300, até 2004 (LEES, 2008).

Outros pesquisadores têm levantado dúvidas sobre a eficácia do programa HOPE VI para promover a des-segregação, e fornecer moradia com preços acessíveis. Por exemplo, os moradores deslocados dos conjuntos de habitação pública demolidos raramente eram capazes de voltar para as casas de renda mista que foram construídas em seu lugar (FULLILOVE e WALLACE, 2011). Houve provas adicionais de que, até a *gentrification* conduzida pelo Estado tinha um alto potencial de causar deslocamentos (DAVIDSON, 2008). Por exemplo, a tentativa de Chicago de desconcentrar a pobreza através da substituição de habitação pública por habitação de renda mista foi, em grande parte, mal sucedida (CHASKIN, 2013). Houve também casos documentados de movimentos anti-*gentrification* e resistência, por exemplo, o projeto HOPE VI em Nova Orleans pós-Katrina, que atraiu um grande número de manifestantes que não podiam voltar para suas casas, e protestavam contra a demolição de moradia pública (LEES e al., 2010). Além disso, houve outras evidências dos efeitos nocivos do deslocamento sobre residentes de baixa renda, decorrente da erosão das estruturas de apoio ao nível dos bairros. Como resultado de recursos limitados, os indivíduos de baixa renda e racial/eticamente diversos dependiam em grande parte das plataformas de base local de apoio e promoção. Por exemplo, os latinos em Chicago eram fortemente dependentes do tecido social local, para suas atividades do dia-a-dia (Bentacur 2011).

Portanto, o deslocamento implicava para esses indivíduos, não só a perda do lugar, mas também a perda dessas estruturas de apoio social. Mesmo os projetos aparentemente inofensivos envolvendo novas construções em zonas industriais anteriormente vazias não produzem resultados positivos de “mistura social” (DAVIDSON, 2010). Estudando qualitativamente três comunidades de Londres, Davidson (2010) conclui que “a coabitação espacial não leva a uma identificação social compartilhada.” Nesses bairros, ele descobre que a nova *gentrification* trouxe poucas evidências de interação, e mais evidências de aumento da distância social e de tensões entre moradores. Nos EUA, a interação entre várias partes envolvidas no desenvolvimento de renda mista em Chicago produziu resultados contrários às intenções. Esses projetos de desenvolvimento de renda mista que têm como objetivo remover as famílias de baixa renda para outras áreas, de fato aproximaram diferentes comunidades espacialmente, mas podem ter resultado também em novas formas de exclusão para os moradores de baixa renda. Chaskin (2013) sugere que as políticas de mistura social que não incentivaram a construção de relações entre antigos e novos moradores, pouco fizeram para aliviar a segregação.

Intervenções de políticas públicas para gerenciar a *gentrification*

Políticas que incentivam alguma forma de integração residencial como parte do processo de *gentrification* ou de revitalização são potencialmente promissoras. No entanto, mais esforços são necessários para colmatar o potencial fosso social entre os moradores mais antigos e os mais novos, para estabelecer um sentido de comunidade entre eles, e para dar aos inquilinos e proprietários mais antigos opção de permanecerem em suas casas e apartamentos. Os pesquisadores sugeriram alternativas políticas mais estruturadas, para prestar assistência e capacitar os inquilinos e proprietários originais. Essas soluções ajudam essencialmente os inquilinos e os proprietários vulneráveis, que poderiam ser expulsos de suas casas devido ao aumento dos aluguéis e dos impostos de propriedade. Por exemplo, Godsil (2013) propôs que esses moradores em situação de risco pudessem ser beneficiários de *vouchers* especiais, destinados a cobrir os aumentos nos preços da habitação. Outro pesquisador su-

geriu que o controle do aluguel em bairros em processo de *gentrification* pode contribuir para ajudar os inquilinos de baixa renda a permanecerem em seus bairros (CHAPPLE, 2009). Por exemplo, as políticas de estabilização de aluguel e os projetos habitacionais públicos ajudaram a amortecer os impactos da *gentrification* em Nova York (WYLY, 2010). Essas soluções estruturais devem ser vistas com cautela, pois podem ajudar a manter a acessibilidade financeira de algumas dessas casas e apartamentos, mas pouco fazem para diminuir a distância social entre o residente antigo e o novo.

Outros pesquisadores e profissionais ofereceram algumas pistas em direção a esse objetivo de construir uma comunidade verdadeiramente inclusiva. Em Portland, Oregon, políticas como um limite no aumento de impostos de propriedade têm ajudado muitos moradores afro-americanos a manterem suas casas e a permanecerem em seus bairros. Como complemento dessa política fiscal, organizadores de comunidade nesses bairros tentam diminuir os impactos negativos da *gentrification* nas relações com a comunidade, através do diálogo social e da comunicação (DREW, 2012). Baseado num conceito chamado de “justiça restaurativa”, o projeto conhecido como “*Restorative Listening Project*” envolve a comunidade em conversas sobre raça e sobre os impactos da *gentrification* no bairro. Apesar de ser um primeiro passo, os organizadores vêem essa narração de histórias sobre a história racial da comunidade entre vizinhos como importante faceta para fomentar relações entre vizinhos. Levy (2007) explica que o tipo de intervenção realizado pelas comunidades depende também do avanço da *gentrification* no bairro em questão. Ele examina vários bairros em diferentes níveis de *gentrification*, e documenta as políticas de cada bairro. As soluções vão desde a preservação do estoque atual de habitação acessível através da reabilitação, à ampliação da oferta de habitação a preços acessíveis. Elas incluem também uma combinação de programas de estabilização de aluguel, projetados para amortecer os aumentos súbitos na renda, e o zoneamento inclusivo voluntário destinado a reservar uma parte das unidades a preços acessíveis.

CONCLUSÃO

A *gentrification* na forma de revitalização, redesenvolvimento e mistura social de bairros mais antigos e em situação de risco tem recebido uma atenção renovada da parte dos decisores políticos. As localidades que experimentam essas transformações terão de estar cientes dos principais atores em jogo, do estado da *gentrification*, e do contexto histórico e racial do bairro, a fim de serem capazes de projetar programas que visem a promoção da justiça social e do desenvolvimento equitativo nos bairros em processo de *gentrification*. Como mencionado anteriormente, os decisores políticos e advogados devem tomar medidas para assegurar que o redesenvolvimento seja verdadeiramente inclusivo, através da abertura de linhas de comunicação entre o antigo e o novo, e que envolvam os membros da comunidade no processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

1. ATKINSON, R. "The hidden costs of gentrification: Displacement in central London". *Journal of Housing and the Built Environment*, v. 15, n. 4, p. 307-326, 2000.
2. BETANCUR, J. "Gentrification and community fabric in Chicago". *Urban Studies*, v. 48, n. 2, p. 383-406, 2011.
3. BOURNE, L. "The demise of gentrification? A commentary and prospective view". *Urban Geography*, n. 14, p. 95-107, 1993.
4. CHAPPLE, K. "Mapping Susceptibility to Gentrification: The Early Warning Toolkit." *Center for Community Innovation at the Institute of Development*, p. 1-23, 2009.
5. CHASKIN, R.J., and JOSEPH, M.L. "'Positive' gentrification, social control and the 'right to the city' in mixed income communities: Uses and expectations of space and place." *International Journal of Urban and Regional Research*, p. 1-23, 2012.
6. CHASKIN, R.J. "Integration and Exclusion Urban Poverty, Public Housing Reform, and the Dynamics of Neighborhood Restructuring." *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 647, n. 1, p. 237-267, 2013.
7. DAVIDSON, M. "Spoiled Mixture: Where Does State-led 'Positive' Gentrification End?". *Urban Studies*, v. 45, n. 12, p. 2385-2405, 2008.

8. DAVIDSON, M. "Love thy neighbour? Social mixing in London's gentrification frontiers". *Environment and Planning Association*, v. 42, n. 3, p. 524-544, 2010.
9. DAVIDSON, M. and LEES, L. "New-build "gentrification" and London's riverside renaissance". *Environment and Planning Association*, n. 37, p. 1165 – 1190, 2005.
10. DREW, E. "'Listening through white ears': Cross-racial dialogues as a strategy to address the racial effects of gentrification". *Journal of Urban Affairs*, v. 34, n. 1, p. 99-115, 2012.
11. FREEMAN, L. "Neighborhood diversity, metropolitan segregation and gentrification: What are the links in the US?". *Urban Studies*, v. 46, n. 10, p. 2079-2101, 2009.
12. FULLILOVE, M. and WALLACE, R. "Serial forced displacement in American cities, 1916-2010". *Journal of Urban Health: Bulletin of New York Academy of Medicine*, v. 88, n. 3, p. 381-389, 2011.
13. GLASS, R. "Introduction to London: Aspects of Change". *Centre for Urban Studies*, London [reprinted in GLASS, R. *Clichés of Urban Doom*. Blackwell, Oxford, p. 132-158, 1989].
14. GODSIL, R.D. "The Gentrification Trigger: Autonomy, Mobility, and Affirmatively Furthering Fair Housing". *Brooklyn Law Review*, v. 78, n. 2, 2013.
15. GUERRIERI, V., HARTLEY, D., and HURST, E. "Endogenous Gentrification and Housing Price Dynamics". *Journal of Public Economics*, n. 100, p. 45-60, 2013.
16. HANKINS, K., and WALTER, A. "'Gentrification with justice': An urban ministry collective and the practice of place-making in Atlanta's inner-city neighborhoods". *Urban Studies*, v. 49, n. 9, p. 1-20, 2011.
17. HARTMAN, C. "Displacement: A not so new problem". *Social Policy*, Mar.-Apr., p. 22-27, 1979.
18. HELMS, A. "Understanding Gentrification: An Empirical Analysis of the Determinants of Urban Housing Renovation". *Journal of Urban Economics*, v. 54, n. 1, p. 474-498, 2003.
19. LEES, L., SLATER, T., and WYLY, E. (eds.). *The Gentrification Reader* (1st ed.), London & New York: Routledge, 2010.
20. LEVY, D., COMEY, J., PADILLA, S. "In the face of gentrification: Case studies of local efforts to mitigate displacement". *Journal of Affordable Housing & Community Development Law*, v. 16, n. 3, p. 238-315, 2007.
21. LEY, D. "Liberal Ideology and the Postindustrial City". *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 2, p. 238-258, 1980.
22. LEY, D. "Gentrification and the politics of the new middle class". *Environment and Planning Development: Society and Space*, v. 12, n. 1, p. 53-74, 1994.

23. MARCUSE, P. "Abandonment, Gentrification and Displacement: The linkages in New York City". In: SMITH, N., and WILLIAMS, P. (eds.). *Gentrification of the City*, London: Unwin Hyman, p. 153-177, 1986.
24. SLATER, T. "The eviction of critical perspectives from gentrification research". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 4, p. 737-757, 2006.
25. SMITH, N. "Toward a Theory of Gentrification A Back to the City Movement by Capital, not People". *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 538-548, 1979.
26. SUMKA, H.J. "Neighborhood Revitalization and Displacement A Review of the Evidence." *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 480-487, 1979.
27. VIGDOR, J. "Does gentrification harm the poor?". *Brookings-Wharton Papers on Urban Affairs*, p. 133-182, 2002.
28. VIGDOR, J. "Is urban decay bad? Is urban revitalization bad too?". *Journal of Urban Economics*, v. 68, n. 3, p. 277-289, 2010.
29. WYLY, E, NEWMAN, K., and SCHAFFRAN, A. "Displacing New York". *Environment and Planning Association*, v. 42, n. 11, p. 2602-2623, 2010.

TRADUÇÃO

Uma marca chamada Brooklyn¹

Norman Oder

Jornalista de Brooklyn, Norman Oder escreve no blog “cão de guarda” Atlantic Yards / Pacific Park Report (<http://atlanticyardsreport.blogspot.com/>) há quase nove anos, e contribuiu para o The New York Times, New York Observer, Columbia Journalism Review, New York Magazine, The Atlantic Cities, e outras publicações.

“Isso me deixa louco / e é uma pena / estão tentando rebatizar Brooklyn / Forest City”, lamentou o *roots rocker* John Pinamonti em sua canção de luta/elegia “*The Burrow*” [“O refúgio”], apresentada em 2007 no Freddy’s Bar & Backroom em Prospect Heights, o clube da resistência contra [o projeto] Atlantic Yards.

Seu alvo: o desenvolvedor Forest City Ratner. Depois de construir MetroTech em Downtown Brooklyn e os *shoppings* Atlantic Center e Atlantic Terminal, Forest City tinha conseguido a aprovação do estado para o projeto Atlantic Yards, que prometia uma arena de basquete e 16 torres ao longo de apenas 9 hectares (22 acres), incluindo uma área ferroviária de 3,4 hectares (8,5 acres) da MTA [Metropolitan Transportation Authority, a companhia de metrô de Nova York].

Agora o Freddy’s (desde então em outro local), assim como os seus vizinhos de calçada foram apagados para dar lugar ao Barclays Center, a nave espacial/tartaruga enferrujada/monumento de Brooklyn que ocupa a confluência das avenidas Flatbush e Atlantic, com a sua massa desmedida avançando sobre o residencial Prospect Heights.

Enquanto isso, as pessoas no comando estão “tentando rebatizar Brooklyn”, ou pelo menos explorar a sua reputação como destino de classe mundial. Construído por Forest City, o Barclays Center foi batizado com o

¹ Norman Oder (2012), “A Brand Called Brooklyn”, The Brooklyn Rail, November 2012. Disponível em: <http://www.brooklynrail.org/2012/11/local/a-brand-called-brooklyn>. Acessado em: 2 jul. 2014. Traduzido por Jorge de La Barre. Revisão de Patrick Burglin.

nome do dúbio banco britânico, ao passo que os Brooklyn Nets [time de basquete recém-criado] são propriedade de um oligarca russo com o seu próprio passado duvidoso. Todos estão dando o melhor de si para se envolverem em elementos variáveis do fascínio de Brooklyn: prosaica história, ruas inóspitas e criatividade *nouveau*.

“Brooklyn é uma marca icônica”, disse recentemente à *Billboard* Brett Yormark, o CEO [Chief Executive Officer] hipercinético tanto do Nets quanto do Barclays Center. Isso pode ser verdade, mas enquanto alguns dos principais jogadores da nova arena ajudaram a criar essa marca, todos eles estão fazendo tudo que podem para capitalizar com ela.

Como Yormark disse à *Billboard*: “Um em cada sete americanos tem uma conexão aqui com o Brooklyn, quer se trate de familiares, amigos ou eles próprios”. Essa alegação de um em cada sete, sofregamente repercutida por seguidores dos Nets e em destaque no *media kit* da arena, é fanfarronada, produto de um impulso turístico dos anos 1980.

Mas é irresistível: Brooklyn tem um enorme valor agregado a ele, e se a cidade e o estado tivessem tentado estimar metade dele, poderiam ter conduzido uma negociação mais dura quando contornaram as regras de zoneamento para o desenvolvedor Bruce Ratner: concederam cerca de trezentos milhões de dólares em subsídios diretos, forneceram incentivos fiscais significativos, e recorreram à expropriação em nome da utilidade pública [*eminent domain*] para entregar a área.

Combinando o estilo retrô do refinado mercado das pulgas de Brooklyn e a estética hip-hop do “Brooklyn We Go Hard” de Jay-Z, a marca Brooklyn Nets e Barclays Center pode ser vendida internacionalmente. Não é só Yormark quem saliva sobre ela, mas também a NBA [National Basketball Association]. Afinal, os Nets – com o armador Deron Williams posando frente a um grafite mural no estilo dos anos 1970 – estamparam recentemente a capa da *Sports Illustrated*.

Yormark, que encarna o CEO como Vishnu, acena regularmente tanto para o mercado quanto para o *borough* [Brooklyn é uma das cinco divisões administrativas – *boroughs* – da cidade de Nova York]. Considere-se a notí-

cia de que o gigante dos seguros Geico seria sócio fundador da arena, ostentando seu nome no átrio de entrada, e ganhando ainda “placa da marca ‘Street-to-Seat’ sem paralelo”.

“Estamos satisfeitos que Geico e Brooklyn se apoiem um ao outro”, declarou Yormark. “E estamos animados para continuar a parceria com marcas de excelência.” *Brooklyn* apoia Geico? E no Twitter, o Louis XIV interior de Yormark – *Brooklyn, c’est moi* – emerge periodicamente. Em agosto, ele twittou: “Brooklyn parabeniza dwill [o armador dos Nets Deron Williams] pela sua segunda medalha de ouro.”

Quando o acordo dos direitos de denominação [*naming rights*] para o Barclays Center foi anunciado em janeiro de 2007 em elaborada cerimônia no Brooklyn Museum, slogans na parede sugeriam que “Brooklyn deu ao mundo” muito: inspiração/oportunidades/sonhos/sabor/memórias. A conclusão: “É tempo de o mundo devolver algo de volta para Brooklyn”.

Assim, um questionável acordo privado premiando Forest City foi lançado como um presente para Brooklyn. Não só o estado deu ao desenvolvedor os direitos de denominação para vender, mas o presente também nunca foi contabilizado como subsídio. E a única razão para o estado conseguir ceder esses direitos foi que a arena permanecesse nominalmente propriedade pública (e arrendada por uma ninharia), a fim de permitir o financiamento com isenção fiscal, outro benefício para Ratner.

Hoje, quando aviões passam sobre a arena, o visual no telhado é “Barclays Center”, não Brooklyn. Dentro da arena, depois de entrar pela entrada principal Geico e passar o Bar Foxwoods, você pode caminhar até o Honda Club, em seguida voltar para o elevador Emblem Health, o que leva você para o seu assento MetroPCS. Quase tudo é de marca [*branded*]: a bola lançada para cima no início da partida [*tip-off*] é trazida para você pela Party City, e o *show* do intervalo pela Haier, um fabricante de aparelhos de propriedade chinesa.

Não poderia haver melhor *frontman* para a arena/time do que Jay-Z, um micro-investidor dos Nets com alguma auréola midiática. Ele transformou seus seguidores em fãs dos Nets proferindo banalidades inquestionadas e vestindo um uniforme dos Nets personalizado. Sua influência é tal que o *Ti-*

mes Magazine declarou o Barclays Center “A Casa que Hova Construiu”. [Hova = Jehovah = Jayhovah = Jay-Z ou seja, o “Deus” do rap] (Anúncios na arena, por outro lado, consideram que é “A casa que Bruce [Ratner] Construiu”.

“Esta noite é uma celebração de onde eu sou. Portanto, esta noite, todo mundo aqui é do Brooklyn”, afirmou Jay-Z no seu oitavo e último *show* no Barclays Center em 6 de outubro. “Então, quando eu digo, *Brooklyn in the house*, eu quero ouvir todo mundo neste edifício.” [Referência a sucesso de 1996 de Jay-Z e Notorious B.I.G.: *Brooklyn’s Finest*].

Mas o Sr. Carter [Jay-Z] não contou os *Brooklynites* que – por “alguma estranha razão” (em suas palavras) – eram contra Atlantic Yards. E em seu *hit* Jay-Z lembra aos ouvintes que ele é “filho de Marcy [conjuntos habitacionais]”, onde “as câmeras de notícias nunca chegavam”. No Barclays, as câmeras estavam com toda força, assim como os policiais, sem dúvida mais felizes de estarem ali que em outras paragens locais.

Embora morando em TriBeCa [Triangle Below Canal (Street), bairro de Manhattan], Jay-Z consegue ainda falar por Brooklyn. Ao discutir a iminente mudança dos Nets em 2007, ele a resumiu assim para o famoso entrevistador Charlie Rose: “Brooklyn, você sabe, quando amamos algo, quando nos apegamos a algo, o nosso amor é incomparável.”

Agora, graças a Jay-Z, cada vez mais pessoas usam roupa de moda dos Nets. A maior parte dos lucros flui para Ratner, que mora no Upper East Side, e para Prokhorov, que mora em Moscou e tem usado os Nets para lustrar uma imagem muito mais controversa fora dos holofotes. Pouco importa que os Nets de 2012 tenham sido reunidos de estalo nesse verão, graças ao talão de cheques de Prokhorov. Ou que poucos se é que algum dos Nets irá mesmo viver no *borough*, de acordo com o *New York Times*. (Para não falar do retorno dos Dodgers, um time cujos jogadores viviam modestamente em Brooklyn.)

Mesmo assim, o *Times* concluiu que “Brooklyn parece pronto para adotar os Nets,” um julgamento com base na popularidade da roupa do time, outdoors em abundância, e publicidade dos Nets no comércio local. (O que raramente é mencionado é que aquelas placas “Primeiro jogo em casa desde 1957” [Quando os Dodgers, equipe de baseball, se transferiram para Los Angeles]

aparecem nas lojas graças a um pagamento de US\$25,00.)

O dinheiro ajuda a ganhar amigos na mídia. O *Daily News*, patrocinador do arena plaza e destinatário de muita publicidade, tem encabeçado os aplausos para a arena. O *The Brooklyn Paper*, que numa encarnação anterior fez uma cruzada contra Atlantic Yards, agora oferece benignos perfis do bairro sob o lema “A história por trás de Brooklyn”, patrocinado pelo Barclays Center.

Os tentáculos estendem-se ainda mais longe. A *Barclays Nets Community Alliance*, financiada com o montante de um milhão de dólares por ano por Ratner, Barclays, e Prokhorov, já distribuiu presentes para organizações sem fins lucrativos locais, variando dos postos avançados da alta cultura como BAM [Brooklyn Academy of Music] ao Exército da Salvação. Os funcionários eleitos estão participando do negócio. Por exemplo, mesmo que o escritório do Presidente do *Borough* de Brooklyn tenha contribuído com parte muito maior do custo da renovação de parques escolares, é a *Community Alliance* quem recebe o crédito.

Por seu lado, Yormark continua recrutando “marcas de excelência.” Ele quer colocar anúncios até nas camisas dos jogadores, em nada diferente do visto na Nascar (seu ex-empregador) e no futebol mundial, mas essa é uma linha que ainda não foi cruzada pela NBA.

De qualquer forma, Yormark não foi eleito para falar em nome de Brooklyn, ao passo que o Presidente do *Borough*, Marty Markowitz, o foi. Marty, no entanto, passa boa parte de seu tempo atuando como um líder de torcida para a arena. Em julho, nas escadarias do Borough Hall, Markowitz foi o entusiasta anfitrião de uma reunião em prol da “zona de defesa de Brooklyn,” os armadores Williams e Joe Johnson que respectivamente tinham quase fugido para Dallas o primeiro e acabado de chegar de Atlanta o segundo. (Na campanha publicitária dos Nets “Hello, Brooklyn”, Johnson é, sem ironia, descrito como “eterno *Razorback*” [alusão à equipe da Universidade de Arkansas, onde Johnson iniciou carreira]).

Em 3 de outubro, Markowitz recebeu os Harlem Globetrotters no Borough Hall, promovendo um evento próximo na arena; a seguir foi o Disney on Ice, em 16 de outubro. Mais importante mas mais discretamente, no final

de 2010, o Presidente do *borough* apareceu num vídeo reivindicando, fantásticamente, que “Brooklyn está uns mil por cento” por trás do Atlantic Yards, ajudando assim a recrutar investidores chineses para fornecer financiamento barato ao Forest City.

Em novembro de 2011, o título de uma matéria na GQ declarava “Brooklyn é a cidade mais legal do planeta: Um guia para quem come”. A primeira metade desse título tornou-se rapidamente um refrão para Forest City – e funcionou: a executiva da empresa Jane Marshall recebeu entusiasmados aplausos ao se dirigir a jovens operários negros e hispânicos que tinham acabado de passar por não remunerado treinamento de atendimento ao cliente para empregos subalternos na arena.

É improvável que aqueles jovens olhassem para *Mile End* e *Roberta’s* a fim de definir o sentido de *cool* apegado ao *borough*. E apenas um dos 25 estabelecimentos mencionados pela GQ, *Fatty ‘Cue*, está representado na arena, enquanto existem inúmeros provedores em Brooklyn, alguns novos, outros estabelecidos de longa data como *Junior’s* e *LeB Spumoni Gardens*. Mas as porções no “Brooklyn Taste” são de fato feitas sob licença, controlada pelo gigante da restauração Levy, e tanto os comentários iniciais quanto minha avaliação foram muito misturados. (Dica: vá para a carne de porco, não a pizza).

Ainda assim a arena se vangloria de sua autenticidade, batizando seus *grills* com nomes de bairros vizinhos como Fort Greene, Bed-Stuy, e Park Slope, como se uma piscadela local desculpasse o elevado preço de um hambúrguer. E enquanto é preciso procurar para achar um chope local, a sinalização da Budweiser 1876 invadiu a arena.

Yormark gosta do termo “Brooklynize”. Também a *Brooklyn Water Bagel Company*, uma franquia com sede na Flórida, que pretende transformar água comum em água de “Brooklyn” para fazer melhores *bagels*. (Um teste de sabor sugeriu que não era bem assim.) O plano da empresa de instalar um quiosque na arena descarrilou – os sistemas de ventilação foram acusados – mas, ainda assim, eles fornecerão água em alguns eventos da arena. Até lá, você pode pagar US\$4,50 por uma garrafa da cosmopolita Dasani, sem raízes no Brooklyn. E enquanto talvez o Barclays Center seja o primeiro estabelecimento com ser-

viço de alimentação a adotar o limite de 16 *ounce* do Prefeito Bloomberg para refrigerantes, uma Coke de 12 *ounce* ainda é mais barata do que a água.

Se Yormark quer uma parceria com “marcas de excelência” e ao mesmo tempo “entregar para Brooklyn,” Bruce Ratner parece menos ingênuo. No ano passado o desenvolvedor afirmou que a arena era “em grande parte para as crianças e jovens de Brooklyn”. Em setembro, ele disse a Charlie Rose, aliado de longa data de Bloomberg, que o objetivo “era fazer algo grande para Brooklyn ... Não era econômico”.

Enquanto isso, é claro, Ratner adiou a prometida “habitação a preços acessíveis”, tentando obter mais subsídios do governo e reconfigurando o *mix* nos prédios a fim de evitar as unidades tamanho família, menos lucrativas.

Numa memorável audiência pública do Atlantic Yards em 2006, o Senador estadual Carl Kruger declarou vigorosamente que Atlantic Yards estava “colocando Brooklyn em primeiro lugar.” Pelo que se viu, Kruger é que estava colocando-se em primeiro, fazendo parte de um esquema de corrupção que o deixou envergonhado, condenado e preso.

Como parte da investigação, Kruger foi gravado em fita com o executivo da Forest City Bruce Bender, um velho amigo de Brooklyn Sul que, sem sucesso, tentava disputar nove milhões de dólares em recursos públicos para reconstruir o Carlton Avenue Bridge, uma obrigação da Forest City antes da arena abrir. Obviamente, esse arranjo colocou a conveniência do desenvolvedor em primeiro lugar.

Conversando com Ratner e Prokhorov sobre seu *show* em setembro, Rose sugeriu que Ratner estava preocupado em assegurar que “não pareça que Brooklyn foi comprado.” “Está certo”, afirmou afável Ratner.

A seu turno, o oligarca Prokhorov sugeriu que era apenas uma questão de tempo até que o Barclays Center se tornasse parte integrante da paisagem, não muito diferente da Torre Eiffel em Paris. Rose prosseguiu com a hipérbole, meditando sobre ícones como o Central Park e o Empire State Building. Ele esqueceu de mencionar que a Torre Eiffel carrega o nome do seu engenheiro, ao passo que a arena do Brooklyn reflete seu patrocinador eticamente duvidoso.

Em 24 de outubro, o Barclays Center anunciou que a partir de 2015, os

Nets seriam acompanhados pelos New York Islanders, cujo proprietário, Charles Wang, tinha sido incapaz de obter dos contribuintes de Nassau County um desembolso para uma nova arena. (No Brooklyn, é claro, não tinha havido nenhum voto contemplando assistência pública.) Ao contrário do basquete, não há grande tradição de hóquei no *borough*, tornando a ligação do time com a marca Brooklyn problemática.

Mas isso não impediu Ratner de declarar que a adição de um time de hóquei equipararia o Barclays Center ao Carnegie Hall, “um lugar onde há sempre grandes coisas acontecendo.” Não aposte contra Wang, que insistiu que o time de hóquei manteria seu nome, em três anos revertendo essa promessa para comercializar os “Brooklyn Islanders”.

“Setembro”, declarou o Barclays Center em onipresentes anúncios de pré-abertura, “é apenas o começo.” Brooklyn, você está sendo advertido.

TRADUÇÃO

Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população¹

Jean-Claude CHAMBOREDON, e Madeleine LEMAIRE

No momento da publicação deste artigo (1970), os autores eram pesquisadores do Centre d'Études Européennes (CSE), criado em 1960 por Raymond Aron e presidido por Pierre Bourdieu.

Nota introdutória, Jorge de La Barre

Publicado na *Revue française de sociologie* em 1970, “Proximité spatiale et distance sociale, les grands ensembles et leur peuplement” é uma referência em sociologia urbana. O artigo trata de um capítulo importante da sociedade francesa cuja modernização é refletida por uma urbanização rápida. Iniciado logo no pós-Guerra e ao longo dos anos 1950, o *boom* das “*banlieues nouvelles*” (novos subúrbios) vai se mantendo durante os anos 1960, acompanhado por grandes esperanças sobre uma sociedade francesa em plena formação pela qual os grandes conjuntos habitacionais iam precisamente simbolizar um novo modelo de desenvolvimento integrado – econômico, social e cultural.

Críticos dos discursos otimistas sobre os grandes conjuntos – da “profecia urbanística” de Chombart de Lauwe à “utopia populista” de Henri Lefebvre, passando pela “prospetiva tecnocrática” dos demógrafos –, Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire revelam ao contrário uma morfologia social específica dos grandes conjuntos, que vai misturando populações heterogêneas, “*que não são dadas mas sim produzidas por mecanismos sociais que devem ser objetivados*” (PASQUALI, 2012, p. 119 – tradução nossa).² Na altura, Chamboredon e Lemaire são dois jovens sociólogos do Centro de sociologia europeia (CSE), criado em 1960 por Raymond Aron e presidido por Pierre Bourdieu. Contra o ufanismo urbanístico, os sociólogos demonstram em-

¹ Publicado originalmente em *Revue française de sociologie*, XI, 1970, pp. 3-33. Traduzido por Jorge de La Barre. Revisão de Maíra Martins.

² PASQUALI, Paul. “Deux sociologues en banlieue. L'enquête sur les grands ensembles de Jean-Claude Chamboredon et Madeleine Lemaire (1966-1970)”. *Genèses*, v. 2, n. 87, p. 113-135, 2012.

piricamente (o artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida durante três anos em Antony, na *banlieue* sul de Paris) os mecanismos de *distinção* operando no espaço dos grandes conjuntos.

De certa forma, o artigo é a “crítica social do julgamento” de Bourdieu, aplicada ao novo urbanismo francês (*grosso modo* os períodos de pesquisa correspondem: 1966-69 para “Proximité sociale et distance sociale”, e 1963-68 para *A distinção* de Bourdieu, publicado em 1979). Apesar de um estilo bourdieusiano um tanto desatualizado (o artigo conta mais de 100 notas de rodapé!), e além de uma crítica dos grandes conjuntos, consagrada há tempo (a *banlieue* é um problema social...), a problemática subjacente a esta pesquisa permanece nitidamente atual, quase meio século (45 anos) depois da sua publicação. Talvez mais particularmente ainda numa cidade como o Rio de Janeiro, que convive há dez vezes mais tempo (450 anos) com a sempre e urgente questão da *proximidade espacial e distância social*.

Prospectiva tecnocrática, profecia urbanística ou utopia populista, é raro que reflexões sobre novas condições de moradia não anunciem de uma forma ou outra, o surgimento de uma nova sociedade, livre das divisões de classe tradicionais e, mais frequentemente, composta de novos homens que apresentem um “psiquismo” original.³ Essas mudanças são exclusivamente atribuídas à coexistência de grupos sociais anteriormente separados ou, em alguns casos, apenas ao efeito das condições de habitat e da “paisagem urbanística”. Para romper com essa sociologia espontânea, podemos nos contentar em afirmar o oposto do discurso comum? Alguns estudos, inspirados na intenção de criticar a visão comum que atribui às diversas manifestações anômicas observadas como características da população dos grandes conjuntos habitacionais, fazem desaparecer a especificidade da população dessas unidades de moradia, pois difundem o preconceito substancialista das opiniões que pretendem questionar. Preconceito este definido pela ideia de que os habitantes dos grandes conjuntos teriam, enquanto tais, características específicas: com

³ Agradecemos P. Bourdieu, cujos conselhos e sugestões foram muito úteis para nós, tanto durante a realização das pesquisas relatadas aqui como durante a redação deste artigo.

base na comparação de *médias*, esses estudos só podem constatar que, em média, os habitantes dos grandes conjuntos não são muito diferentes da média da população francesa ou da média da população urbana francesa, ou ainda da média da população vivendo em novos edifícios, enfim não são muito diferentes do *francês médio*. Este é o método de um inquérito sobre os grandes conjuntos habitacionais⁴ que, “tendo como primeiro objetivo uma descrição média” (p. 394), compara a média dos habitantes de grandes conjuntos com várias médias calculadas sobre categorias de populações que não são de forma alguma definidas pela residência no mesmo bairro ou no mesmo conjunto habitacional, de forma que, trabalhando com duas abstrações, não consegue tratar a questão no que ela tem de mais específico, e não pode dizer se os grandes conjuntos considerados separadamente e não como um todo enquanto habitat de uma população específica, têm um povoamento diferente de outras unidades de habitação e menos ainda definir, eventualmente, essa diferença.⁵ A ilusão da média pode levar à alternativa de negar todas as características dos grandes conjuntos, sobretudo os mínimos sinais de integração social e as formas originais das relações sociais, ou de relegá-las ao indefinível, atribuindo-as indiscriminadamente à eficácia milagrosa das condições materiais (a paisagem ou, sobretudo, a falta de equipamentos coletivos). Estas duas posições se desviam ou da análise sociológica em favor da constatação banal

⁴ Os resultados são apresentados por P. CLERC em *Grands ensembles, banlieues nouvelles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

⁵ “Por tão específica que seja a estrutura demográfica da população dos grandes conjuntos, não se trata de uma população à parte, criada de alguma forma pela própria natureza dos grandes conjuntos, como frequentemente se acredita. Na verdade, essa população é muito próxima daquela que é constituída pelo grupo de franceses instalados em habitações novas... Particularmente, não observa-se neste caso mais famílias grandes do que em outros lugares. A análise comparada provoca uma verdadeira desmistificação” (P. CLERC, op. cit., “Préface”, de A. Girard, p. 6). A composição social média observada em uma amostra de grandes conjuntos habitacionais não é mais do que uma abstração enganadora que, a rigor, não permite tirar conclusões sobre a população de grandes conjuntos na medida em que as categorias de população cuja porcentagem é conhecida podem ser agrupadas de forma muito diferente nas diversas unidades de moradia: “as diferenças (de composição social de um conjunto para o outro) não podem ser medidas com precisão, devido à estrutura da amostra que serve exclusivamente à descrição média” (P. CLERC, p. 425). O problema da composição social específica de cada grande conjunto enquanto unidade de moradia é considerado apenas em relação às opiniões dos habitantes sobre os grandes conjuntos habitacionais e sobre sua “*cité*”. No entanto, esta única consideração é suficiente para provar que a média estatística abrange situações reais muito distintas: “Não há apenas um conjunto, mas centenas... algumas vezes caracterizados por composições sociais bastante originais” (P. CLERC, p. 363).

que ressalta generalidades, que por definição são imutáveis, ou da leitura prospectiva que vem detectando mutações em todo canto. Para definir verdadeiramente a população dos grandes conjuntos habitacionais, e para caracterizar as diversas categorias que compõem esta população, não devemos recorrer à comparação abstrata com uma média geral, e sim, à comparação com outras unidades de habitação e especialmente com outros bairros da mesma cidade.

Além disso, não há nenhuma razão para considerar a composição social dessas populações a partir da abstração dos mecanismos sociais pelos quais as diferentes categorias foram aproximadas, e tratando como uma “amostra aleatória” aquilo que pode ser o produto de uma seleção específica: Teríamos aqui um operário medio como vizinho de um trabalhador medio com nível superior? A ilusão da geração espontânea poderia de fato ser o princípio da ignorância das características do população dos grandes conjuntos, frequentemente reduzidas à mais óbvia: a forma particular da pirâmide de idades. A tradição da análise ecológica é de fato marcada, conforme a analogia com a ecologia animal e a biologia,⁶ pelo pressuposto de movimentos espontâneos de população. Uma análise sociológica abrangente pressupõe um estudo morfológico da população levando em conta os princípios segundo os quais ela se constituiu, princípios que são diferentes dependendo do tipo de edifício e do tipo de estatuto dos ocupantes.⁷

Somente quando as características morfológicas dessa população tiverem sido nitidamente estabelecidas é que poderemos analisar as transformações sociais induzidas pelos grandes conjuntos habitacionais. É possível de fa-

⁶ Cf. A. H. HAWLEY, *Human ecology*, New York, Ronald Press Company, 1950, pp. 33-65.

⁷ Enquanto os estudos habituais sobre os grandes conjuntos adotam uma definição a partir do tamanho da unidade de habitação, o estatuto de ocupação da moradia segue como uma variável secundária sobre a qual o inquérito traz esclarecimentos. As diferentes populações estudadas aqui são claramente distinguidas segundo as categorias de inquilino ou proprietário, a característica dos grandes conjuntos, a heterogeneidade da população, e variam consideravelmente dependendo do estatuto dos habitantes, chegando ao ponto máximo nos edifícios compostos por apartamentos que são alugados. Utilizamos aqui um inquérito por questionário para ser aplicado aos proprietários e inquilinos de um grande conjunto habitacional funcionando como condomínio, localizado ao norte de Paris. A amostra (n = 130) foi selecionada aleatoriamente, os apartamentos foram estratificados por tipo de edifícios e de apartamentos (F2, F3, F4 e F5) e por estatuto de ocupação (proprietários, inquilinos). Contamos ainda com uma série de pesquisas (estudo estatístico e demográfico do povoamento por meio da análise do censo demográfico de um determinado número de grupos selecionados aleatoriamente, inquérito por entrevistas aplicado aos habitantes, inquérito sobre a delinquência juvenil) realizadas em uma cidade do subúrbio parisiense que abriga um grande conjunto onde a parcela formada por habitações de baixa renda (HLM) é muito grande. Salvo indicação contrária, são os resultados deste último inquérito que apresentamos aqui.

to que muitas das características da percepção social e das relações sociais, que por um lado ampliamos a fim de vermos neles sinais de uma “mudança psicológica”, ou mudanças nas formas de vida características da “sociedade de massa”; ou que por outro lado atribuímos a naturezas simples, noções psicológicas disfarçadas ou não de sociologia, como a ambição, a emulação ou a sociabilidade, derivem da forma composta pelas oposições e pelas divisões sociais, quando elas são sobredeterminadas pelas condições de constituição dessa população e pelas especificidades da sua composição.⁸ De fato, os grandes conjuntos têm a especificidade de promover a coabitação de categorias que, normalmente, só se aproximam nas estatísticas.

1. Uma população pré-concebida

A composição social dos municípios suburbanos de desenvolvimento recente deve muitas das suas características às condições de desenvolvimento da construção e da política de habitação. As divisões sociais se apresentam sob uma nova forma, e as diferenças de um bairro para o outro, e especialmente dentro do mesmo bairro, tornam-se mais agudas.⁹ A construção de conjuntos de moradia semelhantes com alvo em uma clientela relativamente homogênea leva à justaposição de bairros claramente diferenciados, diferenciação que depende do tipo e do custo da construção e depois, em grande parte, da data de construção. A imagem catastrófica do grande conjunto habitacional deve algo a essas condições: esse complexo, com uma forte porcentagem de po-

⁸ Mostrando o que as relações entre os grupos tem a ver com as condições morfológicas nas quais elas ocorrem (composição diferencial dos grupos, localização, etc...) tem-se a chance de escapar do mergulho na psico-sociologia que, habitualmente, sucede logo após a constatação demográfica (cf. M. HALBWA-CHS, *Morphologie sociale*, Paris, A. Colin, 1938, p. 198).

⁹ Para chegar o mais perto possível dos grupos reais de interação, a amostra (n = 1244 famílias) não foi constituída selecionando famílias aleatoriamente, ou unidades de habitação, os “ilots” na terminologia do Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE). Esses “ilots” foram selecionados aleatoriamente dentro das categorias (selecionando vários “ilots” em cada categoria) definidas simultaneamente por área geográfica, tipo de habitação que abrigam e data de construção destas habitações (essas três características, especialmente as duas últimas, estão altamente relacionadas). Foram distinguidas seis categorias, as casas antigas do Centro, os pequenos “pavillons” (pequenas casas situadas na periferia) construídos entre 1900 e 1939, os “pavillons” construídos a partir de 1945, um bairro residencial, edifícios de apartamento (condomínios) e o grande conjunto habitacional. A investigação dos resultados dos censos demográficos (1954 e 1962) permitiu definir essas categorias. A representatividade da amostra (amostra ao 1/10) foi testada, na ausência dos resultados do censo de 1968, com referência aos resultados de 1962: em 1962, a população de todas esses “ilots” era representativa, em relação à categoria sócio-profissional, de toda a população do município.

pulação trabalhadora, é de fato vizinho de um bairro de “*pavillons*” (casas individuais) construídos por volta de 1930, e ocupados principalmente por indivíduos de classe média, na maioria aposentados (68 % com idades entre 41 anos ou mais, contra 50 % com menos de 40 anos dentre os chefes de família do grande conjunto).¹⁰ Algumas das percepções muito desfavoráveis ao grande conjunto não se explicariam pela vizinhança de populações muito diferentes, que se opõem pelos seus valores e seu estilo de vida?

COMPOSIÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL DE DIFERENTES BAIRROS *

	Grande conjunto habitacional	Casas perto do grande centro	Edifícios de apartamento (condomínios)	Bairro residencial
Trabalhadores e operários	56,5	28,5	21	3,5
Classe média	39	59,5	56,5	43,5
Classe alta	4,5	12,5	23	55

* As percentagens tendo sido arredondadas, o total nem sempre é igual a 100.

Apesar de se opor nitidamente aos bairros vizinhos, o grande conjunto não é no entanto uma unidade homogênea, como poderia ser um bairro tradicional. A separação ecológica de categorias sociais diferentes é observada na maior parte dos bairros do município estudado: a estrutura social de bairros bem delimitados mostra na maioria das vezes um grupo social dominante que, compondo cerca da metade da população do bairro, “dá o tom” e define o estilo das relações que prevalecem no bairro, ou seja, impõe suas normas à comunidade.¹¹ No caso do grande conjunto habitacional, ao contrário,

¹⁰ Da mesma forma G. VINCENT observa que, em uma “*cité*”, os grupos de moradia (definidas pelo tipo e data de constru  o; habita  es baratas antigas, HBM; HBM mais recentes; habita  es de baixa renda, HLM, de qualidade particularmente básica; “*villas*”), são claramente distinguidos pela composi  o social da sua popula  o. « *Espace social et structures urbaines* », sob a dire  o de G. VINCENT, em *Sociologie et Urbanisme*, Association Universitaire de Recherche G  ographique et Cartographique, septembre 1967, pp. 61-122, p. 81.

¹¹ Vários fenômenos podem contribuir para escondê-lo. Por um lado as divisões estatísticas podem não coincidir com as unidades reais de habita  o, ou podem reagrupar várias áreas diferentes entre si, embora cada uma apresente uma popula  o homogênea. Por outro lado a diversidade estatística das categorias representadas pode abranger uma grande variedade de níveis de heterogeneidade social, dependendo se os grupos representados por essas categorias são mais ou menos próximos da m  dia. A homogeneidade social dos bairros acima descritos fica mais nítida quando categorias sociais mais finas são utilizadas: no bairro de “*pavillons*” perto do grande conjunto habitacional, o grupo dominante pertence à faixa superior das classes m  dias (48 % de todos os chefes de família são gerentes de nível médio e pequenos comerciantes); o mesmo acontece no bairro residencial 55 % dos chefes de família são gerentes de nível superior ou profissionais liberais.

nenhum grupo social é majoritário: aqui a diferença entre a categoria modal e as outras categorias é muito menor do que nos outros bairros. A categoria mais numerosa (os trabalhadores qualificados)¹² constitui apenas um terço do total da população (38 % de todos os chefes de família), e não tem peso suficiente para constituir um grupo dominante. Essas condições morfológicas aumentam a heterogeneidade da população: a diversidade estatística das diferentes categorias é intensificada pela diversidade que resulta da falta de um grupo dominante, cujas normas, reconhecidas mesmo quando violadas, tendem a definir uma legitimidade para todos os habitantes do bairro – efeito de dominação que não pode ser reduzido a um efeito de volume.¹³

Além disso, as diferentes categorias sociais estão representadas na população do grande conjunto por “amostras” particulares constituídas por regras diferentes em cada caso, e não somente porque as novas moradias atraem mais os casais e, em média, uma população mais jovem.¹⁴ A análise deve levar em conta os tipos de organismo e de canal através dos quais a população acessa esses grandes conjuntos, condições administrativas aparentemente secundárias mas determinantes de fato na formação da população.¹⁵ Alguns conjuntos novos podem ter só o nome em comum, se eles diferenciam-se nos processos pelos quais os seus habitantes são selecionados (situação da ocupação, propriedade ou aluguel, organismo oficial que atribui as moradias e critérios de atribuição). As diferentes organizações que asseguram a atribuição

¹² Veremos mais à frente as razões que levam a considerar os trabalhadores qualificados separadamente, sem agrupá-los com os trabalhadores especializados e com os operários em uma única categoria de trabalhadores.

¹³ Cf. A. H. HAWLEY, *op. cit.*

¹⁴ Este primeiro tipo de seleção é destacado por P. CLERC: a porcentagem de casais entre aqueles com menos de 45 anos é de 87 % a 94 % na amostra da população de grandes conjuntos habitacionais por ele estudada (contra 82 % para a França) e, para aqueles de 45 a 64 anos, os casais representam de 70 a 84 % (contra 71 % na França) (P. CLERC, *op. cit.*, p. 134). Da mesma forma, a porcentagem daqueles de 0-19 anos é de 48 % contra 33,9 % para a França, aqueles de 20-64 anos representam 48 % contra 54,2 % para a França, e aqueles com 65 anos e mais representam 4 %, contra 11,9 % para a França (P. CLERC, *op. cit.*, p. 131). Mais de três quartos dos chefes de família (77 %) dos grandes conjuntos estudados por P. Clerc têm menos de 45 anos, contra 37 % para a França (P. CLERC, *op. cit.*, p. 134).

¹⁵ O mecanismo de constituição da população é portanto diferente do mecanismo econômico pelo qual os estudos ecológicos explicam comumente a distribuição espacial das diferentes categorias sociais numa cidade, o preço do aluguel leva à homogeneização social da população nas diferentes áreas (“O aluguel atuando através da renda, tem um papel muito importante na distribuição e segregação das unidades familiares.” A. H. HAWLEY, *op. cit.*, p. 282).

das moradias numa mesma “*cité*”¹⁶ *reúnem, cada uma, uma clientela diferente. A estrutura sócio-profissional dos habitantes varia de acordo com o tipo de organismo de gestão. Assim, o público dos serviços prestados para o HLM (Habitation à Loyer Modéré) da aglomeração parisiense conta com 46 % de trabalhadores, 26 % de funcionários e 22 % de gerentes de nível médio e gerentes de nível alto, porém a clientela da Société centrale immobilière de la caisse des dépôts (SCIC) é composta por 23 % de trabalhadores, 31 % de funcionários, e 46 % de gerentes de nível médio e alto.*¹⁷ Dentro mesmo dos HLM existem diferentes canais de acesso que refletem a diversidade das partes interessadas, prestações familiares, empresas de crédito, município, etc., de modo que o setor “social” convive com muitos outros.¹⁸ A característica comum dessas organizações é que elas fazem uma seleção que não opera de acordo com as leis do mercado: enquanto os apartamentos alocados de acordo com os mecanismos normais do mercado atraem uma clientela relativamente homogênea pelo fato dela atender às mesmas condições econômicas e que, na maioria das vezes, é recrutada numa área (social e geográfica) bastante definida, as organizações que distribuem os edifícios recrutam os ocupantes em diferentes áreas e de acordo com diferentes regras. Por exemplo, os apartamentos atribuídos pelas agências responsáveis em gerenciar os subsídios de famílias dão preferência aos inadequadamente alojados, às grandes famílias, às famílias ameaçadas de despejo, em suma, às famílias que compõem a camada mais inferior

¹⁶ Quando perguntados sobre “como encontraram sua habitação”, os habitantes dos grandes conjuntos habitacionais citam principalmente o empregador (32 %), a prefeitura e os serviços administrativos (35 %), a empresa de construção civil (23 %) (P. CLERC, op. cit., p. 234). Dos 53 conjuntos observados na amostra de P. Clerc, apenas 18 são geridos por uma única organização, os outros sendo geridos por várias empresas diferentes como o grande conjunto estudado aqui (op. cit., p. 77).

¹⁷ P. CLERC, op. cit., p. 157. Da mesma forma em Sarcelles, J. DUQUESNE nota que grupos de habitação de tipo diferente construídos em datas diferentes atraem categorias de habitantes diferentes (Vivre à Sarcelles, Paris, Cujas, 1966, p. 93-94).

¹⁸ Para uma análise da lógica subjacente à política de atribuição de habitação HLM, ver G. MALIGNAC (“Le logement des faibles : évincement progressif et formation d’un sous-prolétariat”, *Population*, 12 (2), avril-juin 1957, p. 237-259), que mostra como a introdução de considerações econômicas e a preocupação com a autonomia das organizações de HLM levou a dar um espaço cada vez maior a categorias outras do que as mais desfavorecidas. A análise apresentada vale sobretudo para os edifícios HLM, cuja clientela é mais popular e onde a diversidade social é maior.

da classe trabalhadora, que representam grande parte dos “casos sociais”.¹⁹ Pelo contrário, os apartamentos obtidos a título da contribuição do empregador para a construção (o 1% do empregador) são concedidos à gerentes ou funcionários ou, muitas vezes, à trabalhadores que apresentam certa estabilidade na empresa, um emprego seguro, alto nível de qualificação, ou seja, indivíduos que compõem a camada mais alta da classe trabalhadora. Assim se explica principalmente a diferença entre o tamanho médio das famílias de operários e o das famílias de outras categorias.²⁰ O jogo combinado por razões humanitárias – que dão prioridade às famílias mais desfavorecidas para os apartamentos concedidos pelo serviço que gerencia os subsídios de família –, e por regras econômicas – que exigem a garantia que o aluguel não seja muito oneroso em relação aos recursos das famílias²¹ – oferece muito mais oportunidades de obtenção de um apartamento às grandes famílias de camadas desfavorecidas que, graças em parte aos subsídios de família e ao subsídio de alojamento, têm relativamente mais recursos do que as outras famílias na mesma categoria. Enquanto o número médio de filhos por família é mais elevado nos grandes conjuntos de apartamentos do que no resto da cidade, isso para todas as categorias sociais salvo as classes altas (o nível de recursos destas últimas minimiza a importância dos subsídios de família no valor total do orçamento e, portanto, neutraliza as diferenças que o número de filhos determina em relação às categorias com rendimentos mais baixos), devemos contudo notar que a diferença é muito maior no caso dos operários e dos funcionários: a diferença entre o número médio de filhos por família no município e no grande conjunto habitacional passa de 0,53 para os gerentes de nível médio e artesãos comerciantes, à 1,51 para os funcionários, 1,01 para os trabalhadores qualificados, 1,26 para os trabalhadores especializados, e 2,31 para os operários.

¹⁹ Ainda que uma fração importante dessas famílias não tenha nenhuma chance, devido à baixíssima renda, de conseguir um apartamento em HLM.

²⁰ O número médio de filhos é de 3,77 para os operários, 3,06 para os trabalhadores especializados, 3,03 para os trabalhadores qualificados, 3,05 para os funcionários, 2,20 para os gerentes de nível médio e os artesãos-comerciantes, e 2,45 para os executivos e profissionais liberais.

²¹ Esse cálculo econômico foi se generalizando na prática das organizações responsáveis pela atribuição de apartamentos. Cf. G. MALIGNAC, loc. cit.

A essas diferenças diretamente relacionadas com os princípios que ditam a “seleção” dos ocupantes, juntam-se diferenças acidentais, produzidas seguindo os mesmos mecanismos, e que qualificam e aumentam as diferenças ligadas ao pertencimento à categorias sociais diferentes: assim os trabalhadores qualificados, muitos dos quais acessam à propriedade no grande conjunto através do seu empregador, distinguem-se da sua categoria de origem por um nível de qualificação maior, ao contrário dos funcionários, que são mais desfavorecidos do que a média de sua categoria de origem.²² Em comparação com os trabalhadores e os gerentes de nível médio respectivamente, os operários e funcionários, categorias imediatamente inferiores, aparecem na maior parte em “fim de carreira urbanística”: mais velhos, eles mudaram mais frequentemente de residência. De fato, mais da metade dos operários (52,5 %) e um terço dos funcionários (34 %) estão com idade entre 51 anos ou mais, enquanto mais de três quartos dos trabalhadores especializados e qualificados (80 %), dos gerentes de nível médio (83 %) e dos membros das classes altas (84 %) ainda não atingiram os 51 anos. Os trabalhadores qualificados e os gerentes de nível médio são mais jovens e mais instruídos, têm um nível de vida mais alto do que os operários e trabalhadores especializados, e do que os funcionários respectivamente.²³ Para eles, o grande conjunto habitacional representa uma etapa provisória ao longo de uma trajetória ascendente, e muitas vezes uma etapa anterior à compra de um apartamento, no fim ou no meio da carreira profissional.²⁴ Pelo contrário, para os operários e os funcionários,

²² Por categoria de idade equivalente (40 anos e menos), observamos que 41 % dos trabalhadores qualificados (chefes de família) que residem no grande conjunto têm um diploma equivalente ou superior ao certificado de aptidão profissional (CAP) contra 30,5 % daqueles que residem no resto da cidade; por outro lado 25,5 % dos funcionários (chefes de família) do grande conjunto têm um diploma equivalente ou superior ao CAP contra 41 % daqueles que moram no resto da cidade. Entre os funcionários, há uma alta porcentagem do pessoal que é subordinado da administração municipal e dos hospitais (pessoal de serviço, reparadores, cuidadores).

²³ Entre os chefes de família, a porcentagem dos que têm pelo menos o CAP é de 6 % entre os operários, 5 % entre os trabalhadores especializados, 19 % entre os funcionários, 34 % entre os trabalhadores qualificados, 65,5 % entre os gerentes de nível médio e artesãos comerciantes, e 100 % entre os gerentes de nível superior e profissionais liberais.

²⁴ As características dos ocupantes de uma “cité” funcionando em forma de condomínio no município confirmam que esta é a trajetória mais provável. A distribuição sócio-profissional dos chefes de família é a seguinte: 1 % de operários e trabalhadores especializados, 17,5 % de trabalhadores qualificados, 13 % de funcionários, 42,5 % de gerentes de nível médio e artesãos comerciantes, e 26 % dos gerentes de

na sua maioria bastante velhos e muito pouco qualificados, o grande conjunto é o ponto final e mais dificilmente do que as outras categorias eles poderão ser capazes de acessar a propriedade através de uma residência de tipo superior ao HLM: de fato, as razões econômicas em conjunto com as demográficas (cuja eficácia é tão forte que elas inspiram diretamente as regras de atribuição das habitações) tornam impossível às categorias mais desfavorecidas o acesso aos HLM até uma certa idade (isto é, antes de atingir um certo nível de recursos financeiros), e até que a família tenha atingido determinado número de integrantes (ou seja, são direitos específicos para este tipo de habitação, assim como um nível de recursos financeiros mais seguro graças aos subsídios de família).²⁵ Cada categoria encontra-se portanto, comparativamente à categoria inferior, a um ponto diferente da sua trajetória e caracteriza-se não apenas por uma situação social superior, mas ainda por possibilidades de mobilidade (geográfica e social) muito maiores.²⁶ No interior de uma mesma classe social, o “destino” social cria subcategorias fortemente opostas, e a coexistência no espaço expressa o encontro momentâneo de trajetórias sociais mui-

nível superior; os proprietários deste conjunto são em média mais velhos do que os inquilinos do grande conjunto (42,5 % têm entre 41 e 50 anos); o nível de qualificação também é mais elevado: 48 % dos funcionários têm um grau igual ou superior ao CAP, e 78,5 % no caso dos gerentes de nível médio e artesãos comerciantes. As diferenças entre proprietários de imóvel dessa “cité” e os inquilinos do grande conjunto são fortemente marcadas na categoria dos funcionários e mais fracas, especialmente ao nível da idade, nas categorias dos gerentes de nível médio e trabalhadores qualificados, categorias que surgiram como sendo favorecidas entre os habitantes do grande conjunto: o nível de qualificação (obtenção do CAP) é idêntico entre os trabalhadores qualificados, a única diferença aparecendo na obtenção do certificado de ensino primário (58 % para os proprietários, 36 % para os inquilinos).

²⁵ Pelo fato de ser menos acentuada do que as outras categorias e por apresentar menor tempo de carreira, o aumento da renda média em progressão com a idade é também observada entre os trabalhadores: a renda individual global média é de 5189 francos dos 21 aos 35 anos, e de 7030 francos dos 31 aos 40 anos. (Fonte: J. P. RUAULT, “Les revenus des ménages en 1962”, *Etudes et Conjoncture* (12), dez. 1965, p. 69). No entanto o que aumenta, sobretudo com a idade, é a probabilidade de ter filhos e assim beneficiar-se de subsídios familiares mais importantes e, em seguida, da possibilidade de ter filhos trabalhando, portanto rendas adicionais que vêm juntar-se ao salário do chefe da família.

²⁶ Podemos interpretar como um efeito dos mesmos mecanismos o fato de que os operários e funcionários se distinguem das outras categorias por uma taxa de famílias “anômicas” (divorciados, viúvos, em concubinato) mais alta (28 % e 24 % respectivamente, contra 14 % para o total), e por uma maior porcentagem de famílias nas quais os dois cônjuges vêm de cidades pequenas (40 % para os operários e 30,5 % para os funcionários, contra 19,5 % para o total). Estas características acentuam a distância social que distingue essas categorias das outras. Elas podem contribuir para aumentar o caráter marginal destas categorias, assim como sua dificuldade de adaptação ao contexto urbano e a precariedade da sua situação econômica: um dos efeitos mais importantes da “anomia” na família de classes populares não seria, além das consequências emocionais sobre o ambiente familiar, o de tornar a situação econômica mais incerta?

to diferentes, que a sociologia espontânea tende a confundir.²⁷ É a extrema heterogeneidade dos subgrupos, produzidos pelos mecanismos de seleção, que caracteriza especificamente a população dos grandes conjuntos habitacionais, mais do que o volume da população, ou a aproximação súbita de pessoas de origens diversas – fenômenos que devem sua eficácia à condição fundamental que acabamos de analisar, e dos quais devemos extrair todas as consequências.

2. Sociabilidade e coexistência de classes

As características da população dos grandes conjuntos habitacionais que devem-se aos processos que a constituíram não seriam mais importantes para o entendimento das formas assumidas pela interação social e da fraca integração, do que as disposições da sociabilidade ou a sensibilidade ao contexto de existência? Não seria um risco, ao não ligar certos fenômenos à sua verdadeira origem – a composição da população –, de autonomizá-los e exagerá-los, até torná-los *curiosa* da etiologia e da sociografia dos grandes conjuntos, ou ainda sinais anunciadores de mutações mal definidas? É demasiado consentir aos pressupostos voluntaristas e idealistas, do que tratar as intenções de partida e mudança e o tempo médio de permanência como expressão do “gosto” ou “desgosto” pelo grande conjunto sem considerar as desigualdades de oportunidade no acesso a outro tipo de moradia e, conseqüentemente, o prazo variável para concretizar essas oportunidades. O “apego” que os moradores têm pelos seus edifícios é ligado ao que eles gostam na sua moradia ou ao que eles têm apego nesta moradiade morar lá, ou que eles são “apegados”?²⁸ As decla-

²⁷ Encontraríamos muitos exemplos disto nas reflexões sobre os momentos iniciais da vida e o período de instalação das famílias jovens, onde a ênfase sobre a similaridade momentânea dos problemas esconde o fato que os caminhos em breve divergirão, a carreira dos gerentes de nível médio, por exemplo, os levam mais rapidamente a uma renda maior do que a dos trabalhadores.

²⁸ “Na medida em que a instabilidade é um sinal objetivo de desapego, se não de repulsão, não podemos dizer que os grandes conjuntos de Toulouse têm para seus habitantes um efeito repulsivo mais intenso do que outros tipos de moradia.” A crítica dos erros que atribuiriam somente às condições físicas de alojamento uma importância indevida (“O efeito [do tipo de moradia sobre as relações de vizinhança] parece muito menos importante do que o efeito do tempo de instalação”), não seria marcada pelo pressuposto da total liberdade de escolha? O tempo de instalação não depende apenas da data de construção dos edifícios, mas do tempo médio de residência dos diferentes grupos, conforme suas oportunidades de acesso a outros tipos de moradia. Depende portanto, em última análise, da composição social da população, e não do “clima” das relações sociais. (R. LEDRUT, *L'espace social de la ville*, Paris, Anthropos, 1968, p. 60, 187).

rações desfavoráveis são ainda mais frequentes a medida em que se sobe na hierarquia social.²⁹ Mas seria um erro considerá-las como expressão direta de atitudes profundas no que se refere à coexistência e à aproximação das classes, e querer assim deduzir diretamente as normas de sociabilidade e de conforto específicas a cada classe, opondo por exemplo as classes altas, hostis à coexistência, à classes populares, favoráveis à troca e à comunidade, ou ainda, opor grupos com fortes exigências em relação às condições de habitação à grupos que, por falta de ambição ou ignorância, satisfariam-se com menos.

Para entender as variações de opiniões sobre o grande conjunto habitacional, é preciso levar em conta as limitações objetivas que, para cada grupo, definem o possível e o impossível em termos de habitação.³⁰ A significação do habitat e das proximidades espaciais que ele impõe depende da trajetória na qual ele se inscreve para cada grupo: passagem momentânea, em uma trajetória que deve levar a outras condições de residência, ou situação durável com a qual, por mais crítica que seja, há que contentar-se, ou mesmo satisfazer-se, tendo em vista aquilo que ela permite escapar. Em suma, paradoxalmente, a atitude em relação ao grande conjunto habitacional é baseada na probabilidade

²⁹ No inquérito sobre o grande conjunto funcionando como condomínio, 21,5 % dos trabalhadores são desfavoráveis, contra 26,5 % dos funcionários, 33,5 % dos gerentes de nível médio, e 66,5 % dos gerentes de nível superior e profissionais liberais. Da mesma forma, de acordo com o nível de escolaridade, 16,5 % dos titulares do certificado de ensino primário são desfavoráveis, contra 28 % dos titulares do certificado de estudos de graduação ou de um certificado de aptidão profissional, e 57 % dos titulares do bacharelado ou de um diploma superior. Se os resultados obtidos por P. Clerc vão na mesma direção (36 a 37 % dos gerentes de nível médio ou superior e dos profissionais liberais condenam a construção de grandes conjuntos, contra 29 % nas outras categorias) mas não são tão claros, é porque a questão colocada, por ser muito geral, investigava mais uma posição geral sobre o urbanismo, do que a própria experiência dos indivíduos. Quando a questão incita uma opinião geral sobre as questões de moradia, as reservas sobre as condições específicas de habitação tendem a desaparecer.

³⁰ Podemos ter sobre isso uma idéia aproximativa, sem termos capazes de dominar com precisão as variações, muito fortes de uma classe para outra, a partir de um inquérito de 1963: "Aproximadamente um quarto das famílias recém-casadas não dispõem no mesmo ano do seu casamento de uma moradia independente (ou até mesmo um quarto de hotel ou um alojamento mobiliado)... 15 % das famílias casadas antes de 1954 e que se instalaram entre 1961 e 1963 não tinham, em 1960, uma moradia ordinária: viviam em um hotel ou em alojamento mobiliado, ou compartilhavam uma habitação com outras pessoas." A distribuição dos tipos de residência ocupados durante a primeira instalação mostra a raridade, daí o preço, da habitação nova, especialmente em aluguel – categoria que inclui os apartamentos em HLM: entre as famílias que se instalam pela primeira vez em 1963, "70 % estão em alojamentos antigos com 33 % em aluguel de apartamentos vazio, 21 % em apartamento mobiliado ou hotel), 20 % adquirem uma habitação" (INSEE – CREDOC, Aspects du logement en France en 1963, Extrait du Bulletin Statistique du Ministère de la Construction, s. d., p. 25, 26).

de de deixá-lo, portanto no grau de liberdade em relação às restrições que definem as condições de moradia.³¹ É preciso muita ingenuidade, na interpretação das respostas à perguntas gerais sobre os grandes conjuntos, para não levar em conta todas as restrições que regem o acesso à moradia, principalmente para as classes populares. Quando o sociólogo faz a pergunta em termos de gosto, quando ele acredita explorar os mistérios da sociabilidade – uma qualidade que não é dormitiva e sim associativa –, os sujeitos das classes populares respondem de forma embaraçada: “o que importa é estar alojado” (polidor); “há tantas pessoas que moram mal” (mulher de carpinteiro-encanador);³² “eu sou a favor do grande conjunto habitacional na medida em que ele pode acomodar as pessoas que estão morando mal” (funcionária). Eles apreciam os grandes conjuntos como uma solução para a crise da habitação cujos efeitos, muitas vezes, eles próprios terão experimentado: “admirada, eu nem acredito nisso, depois de viver em barracos, é ótimo” (mulher de companheiro-pedreiro).³³ E eles não retomam nenhum dos estereótipos hostis difundidos pela imprensa e frequentemente encontrados no discurso dos indivíduos de classe média ou alta: “Para mim não me choca todas essas pessoas, nunca pensei que poderia ser uma gaiola de coelho ou de galinhas como dizem” (trabalhador qualificado, proprietário); “Para mim, um grande conjunto é um quartel, um lugar sinistro, um dormitório” (gerente de nível médio, proprietário).

Da mesma forma que as opiniões sobre o grande conjunto habitacional só têm sentido em relação ao sistema de restrições – variável de uma classe para a outra – que determinam o acesso à moradia, as condutas de sociabilidade não podem ser compreendidas sem se fazer referência à heterogeneidade da

³¹ Entre os habitantes do conjunto funcionando como condomínio, o desejo de partir passa respectivamente de 53 % para os trabalhadores a 56,5 % para os funcionários, 62 % para os gerentes de nível médio, e 80 % para os gerentes de nível superior e profissionais liberais. Segundo o estudo de P. Clerc, 49 % dos gerentes de nível superior, 44 % dos gerentes de nível médio, 31 % dos funcionários e 32 % dos trabalhadores pensam que não morarão por muito tempo na residência que ocupam. (P. CLERC, op. cit., p. 362). P. Clerc também observa que “são as famílias de alta renda que mais consideram a partida” (p. 283).

³² Citado por P. CLERC, op. cit., p. 377-378.

³³ Citado por P. CLERC, op. cit., p. 346; 82 % dos habitantes de grandes conjuntos habitacionais sentem-se melhor alojados do que em suas antigas moradias, a principal melhoria sendo o conforto. No conjunto funcionando como condomínio, não é raro encontrar entre os trabalhadores e os funcionários, famílias que viviam anteriormente em um alojamento mobiliado ou em um único quarto (28 % dos trabalhadores e 13 % dos funcionários).

população e às diferentes formas pelas quais os diferentes grupos podem, dadas a normas de sociabilidade específicas a sua classe, responder a esta situação. Poderia-se pensar, a partir da leitura de alguns estudos, que as condutas de sociabilidade não implicam nada além de uma disposição particular para a troca e que, eflorescências da vida social, as relações que elas apresentam com a situação social são muito soltas, de modo que a sociologia poderia limitar-se aqui ao estudo de um *homo loquens* definido pela capacidade de falar e de se relacionar com os seus vizinhos. Muito pelo contrário, basta questionar e analisar esses comportamentos renunciando às boas intenções da animação e às ilusões da troca social intensa e generalizada, para observar que as condutas de sociabilidade mais triviais envolvem toda e qualquer posição social e relação com os outros grupos sociais. Seria possível compreender o aparente paradoxo definido pela ideia de que os membros dos grupos mais favorecidos (que mais frequentemente do que os outros afirmam a falta de solidariedade entre moradores) são os mais propensos a integrarem-se numa rede de troca de favores, enquanto os trabalhadores e funcionários tecem mais raramente este tipo de relacionamento, sem considerar o fato que, para estes últimos, a troca de favores é muito mais do que uma convenção de conveniência entre vizinhos e pressupõe uma profunda solidariedade com base na cumplicidade, na identidade de condição e no interconhecimento?³⁴ Nas camadas superiores das classes médias, as “relações sociais” são uma atividade específica e limitada que é muitas vezes conduzida como um empreendimento sistemático (chamado “fazer”, ou “manter” relações). Assim, a nova situação não os pegou de surpresa.³⁵ Por outro lado, entre os trabalhadores as relações são, como um laço de “comunidade”, mais “totais” e baseadas numa forte solidariedade:

³⁴ No grande conjunto funcionando como condomínio, 57 % dos gerentes de nível superior e de nível médio declaram que na “cité” é “cada um por si”, contra 37,5 % dos trabalhadores e funcionários; 54,5 % dos trabalhadores e funcionários formam uma rede de troca recíproca de favores, contra 81,5 % dos membros das classes média e alta.

³⁵ R. LEDRUT observa que “as relações de freqüentação com os vizinhos são... mais desenvolvidas para os gerentes de nível alto do que para os outros grupos” (op. cit., p. 187). O trabalho de “exploração social”, no qual os interlocutores tentam situar-se, revelando gradualmente a sua situação e expondo suas “morais” na discussão dos seus pontos de vista sobre diversos temas discriminantes, é descrito por H. J. Gans no caso de uma “cité” residencial recente: “as pessoas estavam dizendo de onde elas vinham, o que faziam, e depois falavam: as mulheres de como educar as crianças, de organizar a casa; os homens do gramado, dos carros e do trabalho. Cada tema aproximava os interlocutores ou os afastava, indicando onde se situavam

assegurando uma proteção contra o mundo exterior, elas se complementam com um sistema de ajuda mútua que não se reduz a uma troca racionalizada com base em um cálculo econômico.³⁶ Como resultado dessas diferenças, as declarações formalmente idênticas podem ter um sentido muito diferente e as respostas às perguntas sobre o interconhecimento e a troca de favores não são necessariamente, como os analistas gostam de acreditar, sinal de profunda integração.³⁷ Da mesma forma, é pela fragilidade do interconhecimento, ligada à heterogeneidade dos grupos sociais, e não pelas particularidades da disposição em se comunicar, que a relação de vizinhança deve ser explicada. A vizinhança faz lembrar com quem o grande conjunto obriga a coabitar. Se ele não é mais uma área de relações privilegiadas,³⁸ se ele desaparece como espaço qualificado e socialmente marcado transmitindo a oposição do mundo exterior e do mundo da família,³⁹ é porque a condição essencial para a existência de relações de vizinhança, e de uma “vizinhança”, é a homogeneidade social da população. As relações são regidas pelo princípio de livre escolha que ignora separações geográficas; elas podem até situar-se fora dos limites da vizinhança ou do bairro, o que é uma forma de atestar que a escolha é “livre”, isto é, que não é limitada ao meio ao qual se pertence: “A melhor coisa é sair de casa e gastar o tempo livre em outro lugar, é mais simpático conhecer várias senhoras de fora, pois com a vizinhança, a gente sempre termina ficando pre-

as diferenças e quais eram os tabus.” (*The Levittowners, anatomy of suburbia: the birth of society and politics in a new American town*, London, Allen Lane, The Penguin Press, 1967, p. 46).

³⁶ Cf. M. YOUNG e P. WILLMOTT, *Family and kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1964 (Nova ed.), (1ª ed., London, Routledge and Kegan Paul, 1957); E.A. WEINSTEIN, “The social debt: an investigation of lower class and middle class norms of social obligation”, *American Sociological Review*, 27, 1962, p. 532-539; e H. COING, *Rénovation urbaine et changement social*, Editions Ouvrières, Paris, 1966.

³⁷ Se 75 % dos habitantes dizem fazer parte de uma rede de troca de favores, apenas 31 % das famílias com crianças pequenas aceitam deixar seus filhos aos cuidados de vizinhos; enquanto 70 % dizem que conhecem seus vizinhos, apenas 23 % os convidam para suas casas, dos quais 5 % porque já os conheciam anteriormente. (E. LEDRUT, op. cit., p. 62-78).

³⁸ No grande conjunto funcionando como condomínio, a maioria dos amigos que frequentam as residências de habitantes moram fora da “*cité*”, seja na própria cidade (24 % para as classes populares e 10 % para os gerentes de nível médio e alto), seja principalmente fora da cidade (48,5 % para as classes populares e 63,5 % para os gerentes de nível médio e alto).

³⁹ “É orgulhoso aqui... você não vê as pessoas saírem de blusa, sempre têm que andar vestido, com chapéu para sair. Onde eu estava antes, quando eu ia ao padeiro, era correndo, de blusa, aqui nunca!” (mulher de trabalhador especializado, 35 anos).

so por coisas da casa” (mulher de trabalhador em fresagem).⁴⁰

Os pressupostos voluntaristas e a ênfase exclusiva na sociabilidade, que caracterizam muitos escritos sociológicos sobre as novas condições de moradia, poderiam ser explicadas por uma intenção utópica? Se reunirmos e sistematizarmos características que, em cada estudo individual, são escondidos por afirmações opostas conforme a prática do discurso alternativo ou por descrições aparentemente sociológicas, podemos constatar que o princípio de todas essas análises é de afirmar o surgimento de uma sociedade nova, onde as divisões de classe desaparecem.⁴¹ Assim, entre muitos outros exemplos possíveis, alguns exemplos dessas teses: “a presença nas mesmas unidades de habitação de categorias sociais muito diferentes é um marco na história da civilização industrial... nos laboratórios improvisados que são as novas “*cités*”, estão se formando, sob pressões conflitantes, as estruturas sociais do futuro”;⁴² “nesses grandes conjuntos habitacionais, mais do que em outros lugares, está se desenvolvendo a nova cultura, a cultura de massa. Os grandes conjuntos fornecem o cenário e as condições perfeitamente adaptados para o florescimento dessa cultura. No grande conjunto chega-se sem passado, sem uma história outra do que a idealizada, vive-se individualmente, de forma excessivamente privada... é a gênese de uma outra sociedade.”⁴³ Podemos distinguir duas formas desta utopia. A primeira, caracterizada pela sua boa vontade social e o otimismo, afirma a difusão milagrosa das necessidades e das ambições, supostamente universais, à condição pequeno-burguesa: “Os habitantes da cidade, ao modificarem detalhes da sua vida, tendem ao mesmo tempo a mudar de posição social. O fato de viver em “*cités*” faz com que algumas famílias procurem uma posição social mais alta; outras, pelo contrário, para não se desta-

⁴⁰ É realmente difícil observar aqui um aprofundamento e uma transformação da sociabilidade: “... as relações de vizinhança se estendem; elas não são determinadas apenas pela proximidade: as relações pessoais se tornam de fato seletivas e mais profundas” (P. H. CHOMBART DE LAUWE, *Famille et habitation*, Paris, I, 1959, p. 111). E a seletividade, social e não afetiva, a principal característica dessas relações.

⁴¹ Essa seleção poderá parecer pouca respeitosa da diversidade de cada trabalho, e pouca preocupada em restaurar sua consistência. A questão ideológica apresentada aqui, que encontramos em formas e atenuações diversas na maioria das análises, é o princípio que dá unidade a esse campo de reflexão, e permanece idêntico em todas as variações individuais e circunstanciais.

⁴² P. H. CHOMBART DE LAUWE, *Des hommes et des villes*, Paris, Payot, 1965, p. 123.

⁴³ R. KAËS, *Vivre dans les grands ensembles*, Paris, Editions Ouvrières, 1963, p. 307.

carem muito, simplificam a sua forma de vida. As diferenças (...) e as oposições que persistem ou até se fortalecem nas novas “*cités*” poderiam diminuir ou desaparecer se essas possibilidades de mobilidade social fossem melhor estudadas.⁴⁴ As esperanças depositadas numa espécie de “*social engineering*” que iluminaria milagrosamente, isto é, independentemente das oportunidades objetivas de ascensão, as desejos de mobilidade, baseiam-se em uma convicção mais profunda, aquela da universalidade da ambição à condição média, ambição suficientemente forte para incentivar aqueles que estão acima deste nível a entrar na categoria e em uma mediocridade feliz. Esta utopia de sociólogos – talvez ela expresse uma das “intenções” da política de construção dos grandes conjuntos – é muito próxima do discurso de alguns sujeitos que, confiantes nas melhorias prometidas à classe trabalhadora através do contato e do exemplo das classes médias, vêem nos grandes conjuntos habitacionais o instrumento de uma política civilizatória: “Há famílias que podem aprender a viver melhor através do contato com os outros” (funcionário bancário).⁴⁵ Da mesma forma, o ideal de uma sociedade sem classes é a réplica dos sonhos de alguns indivíduos da classe média: “Este é um edifício operário onde o trabalhador subiu de posição; é um edifício burgês onde a burguesia chegou ao limite e tornou-se consciente do trabalhador; ...essa mistura está acontecendo; há de tudo e ninguém fica chocado... não há mais diferenças claras, fizemos a síntese” (funcionário).⁴⁶ A segunda forma de utopia, mais radical e mais profética, conclui como novidade das “*cités*”, a novidade da população que ali mora, e desta última a novidade das necessidades que surgem nesta população: “(...) A experiência das novas “*cités*” (...) permite compreender as necessidades em seu estado espontâneo, nativo, quase selvagem. Elas não são cobertas ainda por motivações, falsidades, ideologias e justificativas. Eles se expressam.”⁴⁷ Em suma, célula social onde reúnem-se indivíduos de classe média, ou local de uma experiência de retorno às origens, o grande conjunto, escapando da

⁴⁴ P. H. CHOMBART DE LAUWE, *Des hommes et des villes*, op. cit., p. 154.

⁴⁵ Citado por P. CLERC, op. cit., p. 199.

⁴⁶ Citado por H. COING, op. cit., p. 202.

⁴⁷ H. LEFÈVRE, « Les Nouveaux ensembles urbains », *Revue Française de Sociologie*, 1 (2), avril-juin 1960, pp. 186-201, p. 198.

influência da sociedade à volta, permitiria o surgimento do homem novo, seja o pequeno burguês universal, seja o homem eterno liberto das “alienações”, dos “mitos” e dos “condicionamentos”. Estas reflexões supõem que apenas a alteração das condições de moradia e de vizinhança seja susceptível de produzir transformações automáticas e imediatas. Para que o sonho utópico seja possível, é preciso indivíduos cujas necessidades emirjam milagrosamente, espontaneamente ou por contágio: “Partindo de moradias decrepitas e superlotadas, as famílias de baixa renda procuram naturalmente transformar suas vidas quotidianas e também adquirir novos recursos para se instalarem. Seu desejo de alcançar uma qualificação mais alta vai aumentando”; ou ainda: “Tudo parece acontecer como se as más condições de vida e de moradia sufocassem até a vontade de melhorar aquilo que já se possui. *Uma mudança radical, neste caso a transição para um tipo de moradia melhor, faz emergir novos desejos e novos tipos de comportamento*”⁴⁸ Para pensar desta forma é preciso, como vemos, esquecer que o acesso às novas moradias é diferenciado, que as ambições dependem das possibilidades objetivas, que as condições de habitação e de vizinhança não são suficientes para transformar a posição social e, finalmente, que as mudanças sociais não se limitam à mudanças nas mentes das pessoas. A característica comum das mutações aqui descritas é a promessa de fazer desaparecer com as classes populares, seja a favor da pequena burguesia seja a favor de uma “nova classe trabalhadora”⁴⁹ Portanto podemos perguntar se essas análises não permitem resolver a ambivalência da relação que os intelectuais têm com o povo, e que assume formas variadas de acordo com a posição dos diversos sociólogos no campo intelectual e conforme a trajetória social que os conduziram até lá.⁵⁰ Podemos reconhecer na maioria das análises e preocupações sobre o desenvolvimento do urbanismo a repercussão

⁴⁸ P. H. CHOMBART DE LAUWE, *Des hommes et des villes*, op. cit., p. 18, et *Famille et Habitation*, I, op. cit., p. 111 (grifo nosso).

⁴⁹ “A nova classe trabalhadora’ não tem mais os traços característicos da antiga ‘aristocracia operária’: passividade, indiferença, corrupção... A ‘nova classe trabalhadora’, qualificada por seu papel na produção de uma forte coesão social, procura criar ‘fora do trabalho’, na ‘cité’, relações sociais complexas.” H. LEFÈVRE, loc. cit., p. 200-201.

⁵⁰ Cf. P. BOURDIEU et J. PASSERON, « Sociologues des mythologies et mythologies des sociologues », *Les Temps Modernes* (211), pp. 998-1021.

de utopias que nasceram, sobretudo na Inglaterra, como uma reação à rápida industrialização e urbanização, e ao nascimento de um proletariado urbano. Assim a “Cidade Jardim” imaginada por Ebenezer Howard (*Tomorrow*, 1898), síntese bem sucedida da cidade e do campo, e que P. H. Mann observa que é projetada para ser habitada pela burguesia distinta (“*genteel middle class*”),⁵¹ tem seu centro sendo formado por um hospital, uma biblioteca, uma sala de concertos, uma câmara municipal e um museu. Essas utopias que através diversas mediações marcaram a política de urbanismo e sobrevivem em alguns programas, descrevem uma cidade saudável, limpa, harmoniosa, integrada tal como uma aldeia tradicional e livre do proletariado, ausente ou transformado pelas virtudes do contato evangelizador com as classes médias.⁵² O equilíbrio harmonioso das classes garante animação e harmonia nas comunidades sonhadas por esses planejadores – os indivíduos de classe média fornecendo os “*leaders*” para a massa de indivíduos da classe popular: “todo plano urbano deveria ter como objectivo produzir unidades de vizinhança bem integradas à cidade e harmoniosamente equilibradas do ponto de vista da composição social”.⁵³ Até a ênfase teórica sobre a “vizinhança” como conceito privilegiado da sociologia urbana e sobre a sociabilidade como objeto de excelência dos inquéritos da sociologia urbana, podem ser explicadas pela nostalgia tipicamente populista da comunidade idílica da aldeia.⁵⁴

Menos informados do que os sociólogos que insistem em ver na aproximação espacial das classes sociais as premissas e a garantia de uma aproxima-

⁵¹ P. H. MANN, *An approach to urban sociology*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1965, p. 121-124. Podemos distinguir na origem dessas utopias as mesmas preocupações diante da industrialização e da constituição de um proletariado, classe ignorante, que inspiraram muitas especulações sobre a cultura. Cf. R. WILLIAMS, *Culture and Society, 1780-1950*, Harmondworth, Penguin Books, 1963 (2ª ed.). Notemos a recente tradução do livro de E. HOWARD *Les Cités-jardins de demain*. Paris, Dunod, 1969.

⁵² Da mesma forma, na França, no século XIX, a denúncia das “*cités*” operárias como “campos entrincheirados” que ameaçavam a sociedade, através da aproximação e da reunião de proletários ou, pelo contrário, a celebração da aproximação espacial das classes sociais como garantia de harmonia e paz social, têm um lugar importante nas especulações sobre a habitação. R. H. GUERRAND, *Les origines du logement social en France*, Paris, Editions Ouvrières, 1967).

⁵³ Citado por P. H. MANN, op. cit., p. 174.

⁵⁴ P. H. MANN (op. cit.), que retraça a história dessas especulações e que mostra como elas se perpetuaram no campo da reflexão urbanística na Grã-Bretanha (p. 170 seg.), formando assim uma espécie de “inconsciente” da sociologia urbana, assinala a importância da noção de vizinhança na tradição sociológica (p. 149), sem no entanto questionar os privilégios teóricos desta noção.

ção social, os moradores dos grandes conjuntos habitacionais continuam, no entanto, trazem temas a propósito dessa situação excepcional de coabitação através, na maioria dos casos, de preconceitos. A mistura de classes sociais, denunciada como promiscuidade ou celebrada como aproximação, é muitas vezes a temática explícita das declarações sobre o grande conjunto.⁵⁵ Quando superamos a opinião geral sobre um problema de urbanismo, as respostas fazem sempre referência ao contexto social, os indivíduos se comparam com os outros grupos tanto no presente como também em suas perspectivas em relação ao futuro. As atitudes em relação ao grande conjunto expressam portanto a conveniência *social* que os habitantes reconhecem em relação à aproximação espacial de grupos diferentes. Ao pronunciarem-se sobre o grande conjunto, eles se pronunciam na verdade sobre a distância real que eles percebem entre seu grupo e os outros grupos com os quais eles foram “artificialmente” aproximados. Assim, os indivíduos de classe popular ou de classe média em fase de mobilidade declaram-se muito favoráveis a uma situação que lhes proporciona quotidianamente a oportunidade de frequentar as categorias às quais eles ambicionam, as razões para acreditar que de fato eles se aproximaram, e modelos para a aprendizagem de sua condição de aspirantes: “Nesses grandes conjuntos estamos muito misturados, temos um médico e um trabalhador no mesmo bloco, os salários são muito diferentes uns dos outros, não me incomoda não; a escada comum do edifício é a casa, é a família” (trabalhadora, proprietária). “Eu não me incomodo com as misturas; pelo contrário eu prefiro: se todos são do mesmo nível, se nossos maridos são todos trabalhadores, se estamos todos no mesmo plano até simpatizamos, mas é preciso alguém que traga o seu conhecimento, é preciso beneficiar do conhecimento dos outros” (mulher de trabalhador qualificado, inquilina). Em consequência, as atitudes variam conforme o contexto de moradia: se ele permite a aproximação com categorias mais altas ou, pelo contrário, se ele aproxima as categorias populares.⁵⁶

⁵⁵ “Há inquilinos demais, muitas classes sociais diferentes” (Vendedor de uma grande loja); citado por P. CLERC, op. cit., p. 380.

⁵⁶ De forma que, para realmente constatar a importância da coabitação de classes na definição das atitudes em relação ao grande conjunto habitacional, seria preciso levar em conta na análise das respostas, tanto a

Em qualquer caso o “anonimato” nas novas “*cités*”, que autoriza uma ruptura com o grupo de parentesco e com controle da comunidade de residência integrada, se ajusta bem à situação dos grupos em fase de mobilidade, que tendem a se separar do grupo ao qual pertencem. Pelo contrário, os grupos situados nas duas extremidades da hierarquia criticam essa situação, porque ela os obriga a uma coexistência que não é natural.⁵⁷ Os grupos mais desfavorecidos, expostos ao desprezo dos outros e à confrontação com formas de viver inacessíveis, sentem isso como uma humilhação. “Parece-me que em Sarcelles deve ser menos orgulhoso do que aqui, é um conjunto mais operário. Aqui é uma mistura, tem de tudo. Aqui não há o que fazer, as pessoas não são nem mesmo educadas, te empurram!... É orgulhoso. Há muitas pessoas que são proprietárias, elas são arrogantes e orgulhosas!” (trabalhadora, inquilina). Os indivíduos de classe alta, ou de classe média alta, criticam o próprio princípio do grande conjunto e são muito sensíveis às dificuldades da coabitação.⁵⁸ Muitas vezes, na verdade, as opiniões gerais sobre o grande conjunto habitacional ou sobre o contexto de existência, ou até mesmo os comentários sobre detalhes que podem parecer puramente materiais, expressam de forma indireta a reação à situação de coabitação.⁵⁹ Assim, não se entende a importância da questão recorrente do barulho, frequentemente associado nas críticas às questões de promiscuidade e de mistura social, se não vemos que os

categoria social dos entrevistados (mas definida de maneira bem fina para não neutralizar em uma falsa média a diversidade de atitudes dos diferentes grupos constituídos pelos processos de seleção), quanto a composição social detalhada da “*cité*” onde vivem – e não por vezes uma e por vezes outra.

⁵⁷ Da mesma forma, um estudo sobre as mulheres num grande conjunto demonstra que são as mulheres de gerentes de nível médio que apreciam a residência em um grande conjunto, enquanto as mulheres de trabalhadores e de gerentes de nível alto, por razões diferentes, são mais frequentemente insatisfeitas. (M. HUGUET, “Les femmes dans les grands ensembles”, *Revue Française de Sociologie*, 6 (2), avril-juin 1962, pp. 215-227).

⁵⁸ No conjunto funcionando como condomínio, 47 % dos indivíduos declaram-se incomodados pelo barulho, crítica que os trabalhadores nunca enunciam, e os funcionários raramente (25 %).

⁵⁹ “Ah, se eu pudesse ir embora, seria com alegria; tudo é ruim aqui, construção ruim, vizinhança ruim sobretudo” (contador, proprietário). A ambição ao “*pavillon*”, que obedece às condições que definem para cada grupo as oportunidades objetivas de moradia (para sonhar com o “*pavillon*”, é preciso ser capaz de alcançá-lo qualquer dia), não expressa muito mais do que o culto da privacidade, e a nostalgia pela segregação dos grupos sociais. Todos os gerentes de nível alto, 63,5 % dos gerentes de nível médio, 55,5 % dos funcionários e 33,5 % dos trabalhadores desejam ser proprietários e morar em uma casa. “Eu gostaria de uma casa no entorno de uma cidade: a vantagem é de não ser incomodado pelas pessoas ao redor, de não ter comunidade uns com os outros, é melhor” (gerente de nível médio, proprietário).

inconvenientes reais de um isolamento acústico deficiente têm um significado social:⁶⁰ o barulho lembra, até mesmo na privacidade, quão estrangeiros os vizinhos podem ser quando vivem de acordo com outros horários e outros modos – os barulhos mais desagradáveis são considerados aqueles que proclamam métodos de educação brutais ou que revelam hábitos de sexualidade diferentes, ou seja, aqueles que testemunham da “incivilidade” e da “ignorância”.⁶¹ Assim poderíamos mostrar que, na maioria dos casos, as críticas se referem à coabitação das classes sociais,⁶² ou, mais especificamente, à uma estrutura particular das relações objetivas entre as classes que pode vir a suscitar queixas aparentemente contraditórias, de promiscuidade e de isolamento.

3. A diferenciação dos grupos e os terrenos de conflito

A linguagem da transformação e do desaparecimento da sociedade de classes abrange duas ilusões simétricas. De acordo com a primeira os grupos, ou melhor, os indivíduos situados em fases idênticas começam, com a instalação em um novo habitat, a divergir muito fortemente porque eles usam mais ou menos completamente as possibilidades que a situação permite, a diversificação é aqui definida de forma psico-sociológica como um despertar dife-

⁶⁰ Se as críticas em relação ao “barulho” variam de acordo com o tipo de construção (21 % dos habitantes de edifícios de tipo “Lopofa”, 28 % dos habitantes de “Logeco” e 47 % dos habitantes de HLMB não são incomodados por qualquer barulho), a composição social da população pode explicar isso, tanto quanto a qualidade do isolamento acústico (os HLMB sendo de melhor construção do que os Logecos e estes, por sua vez, do que os Lopofas): de fato os habitantes de Logecos são majoritariamente de classe popular (54 % contra 46 % de classes média e alta), enquanto que nos HLMB as classes média e alta prevalecem (60 % contra 40 % das classes populares) (fonte: inquérito da Companhia de estudos industriais e de planejamento do território). As críticas em relação ao barulho são frequentemente associados às críticas sobre a qualidade dos vizinhos: “há um conselheiro municipal... é um bom edifício, não há muito barulho, há um reparador, um funcionário das obras públicas, um funcionário do setor privado... é tranquilo... é limpo, é o nosso canto” (funcionária).

⁶¹ “O que incomoda aqui, são os gritos... enquanto que antes você estava com pessoas de um certo nível, bem, faziam barulho normal, você nem reparava mais” (citado por N. HAUMONT, “Les pavillonnaires”, Paris, 1966, p. 126). A oposição entre classes média e classes populares se expressa claramente nos comportamentos os mais quotidianos, as conversas discretas ou barulhentas, os aparelhos de rádio ou de televisão sonoros ou silenciados, as reprovações barulhentas e públicas feitas às crianças ou repressões em bom tom.

⁶² Se os argumentos a favor da construção de grandes conjuntos habitacionais são baseados principalmente nas condições objetivas e materiais da moradia, as objeções são muitas vezes baseadas (46 % dos casos) em impressões subjetivas que se referem, apesar das aparências, às desvantagens de certos bairros (barulho). As desvantagens mais citadas (50 % dos casos) fazem referência, direta ou indiretamente, à qualidade dos vizinhos (P. CLERC, op. cit., p. 377).

rencial das ambições e das “necessidades”; de acordo com a segunda, a aproximação e identificação nas condições de moradia homogeneizam os grupos que eram diferentes antes da instalação no grande conjunto. O princípio dessas ilusões antitéticas e cúmplices é a subestimação das diferenças anteriores que o processo de seleção da população dos grandes conjuntos habitacionais reforça e destaca, aproximando categorias fortemente contrastadas. Atribui-se à eficácia do grande conjunto fenômenos, onde a instalação no conjunto é frequentemente considerada consequência ou acompanhamento, e mais raramente condição favorável (no caso dos grupos para quem o grande conjunto se inscreve numa trajetória ascendente) – a mudança de residência permite e atualiza, ao mesmo tempo, os projetos de mobilidade. As relações entre os grupos são afetadas pelas diferenciações que acontecem durante a transformação das condições de vida. A instalação em uma nova moradia determina as transformações na economia doméstica e, conseqüentemente, na vida familiar. Somente a medida da dispersão de renda seria suficiente, se fosse feita com mais frequência,⁶³ para mostrar o caráter ideológico do discurso sobre a aproximação das condições: de acordo com um inquérito sobre famílias vivendo em HLM, a relação de ganhos entre o grupo de renda mais baixa e o grupo de renda mais alta é de aproximadamente 1 para 2.⁶⁴ As taxas de equipamento revelam diferenças ainda mais acentuadas.⁶⁵ A instalação em uma moradia

⁶³ Os pressupostos idealistas e “sociabilistas”, inspiradores dos estudos de sociologia urbana, aparecem nos raros estudos sobre as condições econômicas de existência e as transformações submetidas ao orçamento de consumo, durante a instalação em uma nova moradia.

⁶⁴ A média mensal de rendimentos individuais do chefe de família é de 43.702 francos (antigos) para o grupo 1, contra 104.022 para o grupo 4. O nível de vida mensal por unidade de consumo é de 24.952 francos em média para o grupo 1, e de 44.994 para o grupo 4 (fonte: VINOT, “Résultats d’une enquête socio-économique sur les niveaux de vie et sur quelques aspects des conditions d’existence de 2.000 foyers vivant en HLM”, *Journal de la Société de Statistique de Paris*, janvier-mars 1962, pp. 39-63). As diferenças são ainda maiores no inquérito feito por P. Chombart de Lauwe, onde a média das rendas mensais (em milhares de francos) passa de 37,5 para os trabalhadores especializados, a 107 para os “intermediários 2” (P. CHOMBART DE LAUWE, op. cit., vol. II, p. 314).

⁶⁵ Assim, no grande conjunto estudado, a taxa de proprietários de automóveis passa de 40 % para os operários a 53 % para os trabalhadores especializados, 74 % para os trabalhadores qualificados, 57 % para os funcionários, 79,5 % para gerentes de nível médio e artesãos comerciantes, e 82,5 % para os gerentes de nível alto e os profissionais liberais. Devemos notar que as relações entre diferentes categorias, trabalhadores especializados e operários de um lado, trabalhadores qualificados por outro lado, e funcionários de um lado, gerentes de nível médio de outro lado, são as mesmas que as acima identificadas, em outras áreas. Da mesma forma, a taxa de equipamento telefônico é, para essas mesmas categorias, respectivamente de 16,5 %, 9 %, 15,5 %, 29 %, 40,5 % e 71,5 %.

nova resulta também em uma série de mudanças no orçamento, fazendo como que as diferenças econômicas pré-existent à instalação sejam modificadas. De acordo com um inquérito⁶⁶ comparando o orçamento de famílias vivendo em uma habitação antiga com famílias vivendo em habitação nova, as despesas de habitação são em média mais elevadas para as moradias novas do que para as antigas (média de 3.624 francos por ano, contra 2.703 francos); o valor destas despesas é muito elevado para as famílias cujo gasto total é mais reduzido (20 % e mais da despesa total, contra cerca de 10 % para as famílias cujo gasto total é o mais alto). A comparação dos orçamentos familiares de uma mesma categoria social mostra que, em todas as categorias, com exceção dos gerentes de nível alto e profissionais liberais, as despesas além daquelas referentes à moradia são inferiores para as famílias que vivem em edifícios novos. Assim, a soma das despesas é, para os gerentes de nível médio e os funcionários, de 14.675 (novo) e de 15.762 (antigo); para os mestres de obra e trabalhadores qualificados, de 12.895 (novo) e de 13.923 (antigo); para os outros trabalhadores e o pessoal de serviço, de 12.416 (novo) e de 13.414 (antigo).⁶⁷ Os postos de trabalho onde a diferença é maior são geralmente o vestuário, os transportes individuais, a higiene, a saúde e os serviços domésticos, as férias.

O aumento da parte do aluguel nos gastos, o aumento das taxas e das despesas de transporte, os custos de manutenção, transformação e sobretudo instalação “exigidos” de alguma forma por um apartamento novo,⁶⁸ afetam os orçamentos das diferentes categorias sociais de forma muito diferente. A instalação numa nova habitação proporciona uma espécie de teste da capacidade ou incapacidade em acessar a outro estilo de vida: as classes médias podem rea-

⁶⁶ Cf. VAN GRAVELINGHE, “Etude comparée de la situation des budgets de ménages habitant logements neufs et anciens”, *Etudes statistiques* (4), 1961.

⁶⁷ A despesa média total tendo sido nivelada para as diferentes categorias, essas somas permitem medir a participação nas despesas pelos diferentes postos de trabalho e não no valor real das despesas.

⁶⁸ De acordo com o inquérito acima citado, 60 % das famílias estimavam que seu mobiliário era inadequado no momento da entrada na moradia, metade dos quais tinham completado o que faltava no momento do inquérito, enquanto a outra metade ainda não o tinha feito. 44 % das famílias estão pagando prestações de compras à crédito (VINOT, loc. cit.). Outro estudo mostra que, entre os habitantes de diferentes grandes conjuntos habitacionais, as compras (primeira compra ou substituição) de equipamentos, frequentes após a instalação no apartamento, são particularmente numerosas no sector de móveis e mobiliários para a sala de estar, centro da vida familiar: cerca de 20 % das famílias compraram um carro, 45 % uma geladeira, 40 % uma televisão, e 50 % um móvel de sala de jantar (fonte: inquérito da CINAM).

lizar suas aspirações, desenvolver a arte de viver ajustada às exigências objetivas do apartamento; no caso deles, porque é difícil transportar ou reconstituir imediatamente todos os expedientes e frágeis equilíbrios nos quais muitas vezes seu orçamento estava baseado, as categorias menos privilegiadas podem se encontrar em uma situação ainda mais precária, onde a aproximação e o confronto com grupos mais favorecidos alimentam um sentimento de rebaixamento, e a impressão de não estar à altura das exigências na nova moradia. A instalação tem portanto, para os grupos mais desfavorecidos, um efeito de ruptura, enquanto ela permite, nos outros grupos, o desenvolvimento de um estilo de vida próprio e, particularmente nas camadas mais favorecidas da classe trabalhadora, o acesso ao estilo de vida da classe média, facilitado pela aproximação espacial com os grupos de referência, e pela ruptura com os controles pelos quais, em uma comunidade integrada, o consumo era ajustado.⁶⁹ As diferenças entre grupos distintos que coabitam em um grande conjunto são reforçadas, especialmente quando a aparente semelhança das condições de habitação é susceptível de reforçar os mecanismos de diferenciação. Essas transformações tendem a repercutir, na classe média e nas camadas superiores da classe trabalhadora onde elas são mais pronunciadas, em toda a vida doméstica. Assim como o orçamento tende a reestruturar-se em torno da habitação, a vida social tende a se organizar em torno da vida familiar. A decoração do apartamento reforça a integração da família; o trabalho de decoração e organização do apartamento, as discussões, a compra conjunta, a bricolagem, proporcionam, junto com o foco e atividades em comum, a oportunidade de verificar ou realizar um acordo nas escolhas estéticas. Além disso, a ruptura com as antigas relações, a aproximação com categorias que nem sempre se gostaria de frequentar, a fragilidade geral da integração – devido a heterogeneidade da população – favorecem a consolidação da vida familiar ao redor da casa e do tempo livre gasto na intimidade familiar.⁷⁰ Essa transformação, voluntariamente assumida pelos grupos cujo sistema de valores permite a definição de uma arte de viver ajustada a es-

⁶⁹ “Não queremos viver como tolos! Queremos estar à altura de alguns, à altura de alguns burgueses; queremos mostrar que somos capazes” (funcionário, proprietário).

⁷⁰ Daí a importância da televisão: a porcentagem do equipamento é de 70 % nas famílias estudadas por P. Clerc, contra 55 % para os lares urbanos (P. CLERC, op. cit.).

sas condições, e cuja situação econômica permite tal arte de viver, é, ao contrário, muitas vezes sentida como relegação pelos membros das classes populares.⁷¹ Longe de levar a uma aproximação das condições de vida e a uma homogeneização dos diferentes grupos, a instalação nas novas “*cités*” funciona como uma espécie de revelador do potencial econômico dos diferentes grupos, e reforça as diferenças básicas resultantes das condições de formação da população, produzindo assim uma divisão muito clara entre os grupos que incorporam completamente as potencialidades da sua situação e acessam à condição pequeno-burguesa, e os outros que permanecem na condição popular.

As relações entre grupos heterogêneos são dominadas pela oposição entre a moral pequeno-burguesa e a condição popular. Aqui, a moral popular não tem a integridade nem a segurança ética que ela teria num bairro popular integrado.⁷² Ela tende frequentemente a se manifestar de forma miserabilista, sob a ação combinada da posição do sub-proletariado e do sentimento de relegação que o grande conjunto habitacional alimenta nas categorias mais desfavorecidas da classe trabalhadora. Estas últimas mobilizam a atenção direcionada às classes populares que, em evidência, são sujeitas à indignação geral porque seu estilo de vida contradiz a moral pequeno-burguesa em todos seus pontos essenciais, principalmente no que se refere ao comportamento econômico e à fertilidade e aos métodos de educação. É nos conflitos que surgem em relação aos jovens que melhor podemos retomar todas as críticas apresentadas contra os costumes populares. Nas relações cotidianas entre jovens ou entre jovens e adultos de classes diferentes, são confrontados, na prática, os diferentes métodos de educação dos vários grupos.⁷³ A condenação, em nome do ascetismo pequeno-burguês, dos costumes populares que abandonam à natureza aquilo que deveria ser

⁷¹ “Desde que estou aqui, não tenho amigos, às vezes eu me encontro sozinha, tédio então... é inacreditável... aliás, desde que estamos aqui compramos a TV, não saímos mais, ficamos confinados” (trabalhadora, inquilina). “Eu não me importo muito com os vizinhos, não nos relacionamos uns com os outros, não tenho relações de vizinhança... não conversamos na escada... nós nos cumprimentamos, só isso. Eu já tenho muito para fazer com minha família, para mim é o mais importante, estou centrada na minha família... as crianças, lhes devemos tudo” (funcionária).

⁷² Cf. H. COING, op. cit.

⁷³ De fato, as relações entre os adultos são, em todo caso, mais protegidas de conflitos, porque elas são mais limitadas e reguladas por convenções que definem as formas de se relacionar (ou de se evitar) e de se falar. Pelo contrário, a relação entre jovens e adultos tem sempre uma dimensão pedagógica, onde o adulto se encontra, em parte, em uma posição de educador: ele é assim levado a julgar os métodos de educação e os educadores que produziram o jovem com quem ele está em contato.

um projeto de educação bem pensado, realizado com razão e método, aparece na acusação frequentemente como “deixar as crianças abandonadas” ou ainda na reflexão de um observador que, ao se referir aos filhos de uma família de classe popular do grande conjunto, nota que eles são “criados” e não “educados”.⁷⁴ É na aptidão em transmitir a cultura que observamos o sinal mais indiscutível de cultura, e denunciar a incapacidade de dar uma educação correta é uma acusação bárbara.⁷⁵ A oposição ética expressa neste terreno é mais forte ainda quando, para os grupos sociais em fase de mobilidade, a educação é o valor mais importante: as crianças e a educação das crianças têm grande atenção em um sistema de valores centrados na família; em segundo lugar, e mais importante, é através da educação dos seus filhos que os pais podem concretizar mais plenamente seu projeto de ascensão.⁷⁶ É no momento da adolescência que essa oposição é a

⁷⁴ “Meu filho nunca saiu com ninguém! Os pais não conseguem cuidar dos seus filhos, eles trabalham e à noite estão ocupados com TV... Há crianças que têm todos os desvios na pele! Eles são mal encaminhados, soltos, os pais não dizem nada... São crianças que não têm interesse na escola, só pensam em desvios de atitude, em sair o mais rápido possível da escola” (porteiro). Observamos condenações semelhantes no caso de indivíduos de classe alta que, sendo contra a indignação pequeno-burguesa, podem expressar a sua distância numa linguagem inspirada pelo ideal da compreensão mútua: “temos amigos, enfim, pessoas que não são da mesma origem que nós, mas que eu acho extremamente simpáticas, são pessoas abertas, generosas e formidáveis, e que admiro muito... Mas o fato é que há problemas, talvez triviais, como a linguagem, os palavões, o jeito como as crianças se comportam, uma falta de educação (mulher de gerente de nível alto, 6 filhos).

⁷⁵ A fonte de muitos inquéritos sobre as crianças em situação de risco mostra que, nos grupos populares, para acusar de crueldade, critica-se o fato de bater em crianças, de não saber educá-las. Ao longo do processo de realização dos inquéritos sobre a delinquência juvenil ou sobre crianças em situação de risco, podemos perceber as diversas formas que podem tomar, de um grupo a outro, a condenação dos métodos de educação popular. As críticas inspiradas por uma moral ascética podem suscitar acusações de frieza e de falta de atenção às crianças, apoiadas no sentimentalismo mais característico das classes médias e da sua camada superior. É a ideia de abandono, de falta de cuidado, que permite a esses dois tipos de crítica se produzirem juntas. Assim, o julgamento pequeno-burguês, que acusa os pais de negligência, pode ser complementado pelo julgamento burguês que os acusa de frieza. Podemos observar esses valores em certos julgamentos quando os indivíduos apresentam dificuldade em admitir, no caso de pais de classe popular, certos sentimentos cujos sinais específicos e características eles não reconhecem – ao menos dentro da sua classe. Assim, descrevendo a população de HLM parisienses, um analista escreve: “Os pais, especialmente as mães, amam as crianças. Mas falta carinho da parte delas: à noite, não se beijam para dizer boa noite” (V. STANCIU, *La criminalité à Paris*, Paris, Centre National de Recherche Scientifique, 1968, p. 202).

⁷⁶ Percebido ao nível psicológico como pretencioso, o “zelo” escolar que alguns grupos sociais manifestam pode ser explicado na verdade pelas esperanças de ascensão social depositadas na escola: “Há também pais que vêm continuamente perguntar-nos se está tudo bem na escola, se seu filho está bem, eles gostariam que lhes dessemos aulas particulares desde o jardim da infância! São pequenos gerentes que chegaram com dificuldade, que estão certos de sua importância...” (professora). Sabemos que as diferenças entre os grupos de habitantes do grande conjunto são particularmente acentuadas no campo da escolarização das crianças.

mais forte.⁷⁷ O pertencimento de classe deve então ser reconhecido por marcar, como se acredita, os gostos e as atitudes que se formam invariavelmente nesta idade, enquanto o monopólio da família sobre a socialização atenua-se, a ação da família é prolongada, complementada ou desafiada, por outras instâncias que podem afetar a aprendizagem adequada dos valores de classe.⁷⁸

A forma como as divisões etárias se combinam com divisões de classe social aumenta as diferenças entre os grupos e orienta as oposições sociais e demográficas: se a chegada ao grande conjunto não ocorre para todos os grupos sociais em um momento idêntico no “ciclo de vida” da família, o número de filhos e sua idade tendem a marcar mais ou menos da mesma forma a história da habitação: como resultado, não encontramos aqui a mesma diversidade etária (idade da família e idade das crianças) do que em bairros onde a renovação da população é progressiva, orientada pelo desenvolvimento contínuo e progressivo de habitações, e pelo movimento normal do nascimento, da nupcialidade e da mortalidade. Devido a quase ausência de gerações mais velhas, a estrutura da população tende a polarizar-se em uma estrutura com dois elementos opostos (pais/filhos), ao invés de uma estrutura com três elementos (avós/pais/filhos).⁷⁹ Por outro lado, são apenas algumas gerações que, devido ao aspecto irregular da pirâmide de idades, constituem cada um desses termos: por exemplo, a faixa etária dos pais não se distribui entre 25 e 55

⁷⁷ “O que não é um problema no grande conjunto é que os filhos são pequenos; quando eles forem todos adolescentes, será um problema. Em relação a minha filha tenho medo! O pequeno bandido, não há razão para não ensinar-lhe alguma coisa, mas se você o faz sozinho, você não mudara nada. E quando nossos filhos estiverem mais velhos, eu vou ter medo... Eu preferiria que meus filhos tivessem contato com crianças que eles conhecessem em uma associação, na escola por exemplo, eles teriam colegas fora” (mulher de trabalhador qualificado, 35 anos). “Enquanto eles são pequenos, brincam na rua, não importa muito; quando eles crescem e você tem jovens com cabelo longo, com suas motocicletas, que começam a correr atrás das meninas, este não é o tipo de jovem que eu quero que meus filhos frequentem. Então, bom, vamos embora, é a fuga daqui” (mulher de gerente de nível alto, 6 filhos).

⁷⁸ Enquanto nas classes populares pode existir uma vida adolescente autônoma, a questão do lugar dos jovens se coloca de forma particularmente grave nas classes médias, devido ao estreitamento das relações e momentos de lazer entorno da família. A alternativa é radical: a afiliação ao grupo de pares aparece imediatamente como uma ameaça contra a integração familiar e, de forma inversa, o apego à família implica que a maior parte dos momentos de divertimento sejam divididos com o grupo familiar.

⁷⁹ M. YOUNG e P. WILLMOTT mostraram que, enquanto um bairro operário tradicional de Londres é caracterizado por uma estrutura com três elementos (filhos/pais/avós), os novos subúrbios apresentam uma estrutura com dois elementos (filhos/pais), estrutura que, devido ao ritmo médio de renovação, promete manter-se durante muito tempo (op. cit.).

anos, mas encontra-se na maioria entre 31 e 40 anos; da mesma forma, a maioria das crianças tem de 5 a 15 anos, sendo os jovens com idades entre 19 e 25 anos particularmente pouco numerosos.⁸⁰ Estes contrastes demográficos têm como efeito realçar a sensibilidade em relação às diferenças demográficas, presentes nas inúmeras discussões sobre os conflitos de gerações e a originalidade dos jovens. É de fato a categoria dos jovens que mobiliza a atenção. Isso se explica parcialmente por questões demográficas. De fato, se os adolescentes são menos numerosos do que os mais jovens (a faixa de 10-14 anos representa 27 % dos jovens de 0 a 25 anos, a faixa de 15-19 anos representa 23,5 %), e sua categoria parece particularmente importante quando relacionada ao conjunto da população – o qual ela representa mais de um décimo.⁸¹ Essa comparação é mais próxima da percepção real das diferenças demográficas que opõe grandes categorias sem detalhar as idades – adultos e jovens e, entre os últimos, os adolescentes aparecem como subcategoria particularmente notável. De fato, o peso de uma categoria na consciência social não é medido apenas pela sua importância numérica. Por ser o grupo menos controlado que escapa à socialização exclusiva pela família e a escola, e também o grupo mais visível nas “*cités*” onde eles são, durante o dia e juntamente com as mulheres que não trabalham, os ocupantes quase exclusivos, os adolescentes atraem a atenção orientada para a juventude em geral. Mas as diferenças demográficas devem sua intensidade ao fato delas serem sobre determinadas pelas diferenças entre grupos sociais heterogêneos que coabitam no grande conjunto. Como resultado das diferenças de idade de um grupo social para o outro, e das diferenças no número médio de filhos de uma categoria para a outra, a estratificação social ao nível dos adolescentes não é simplesmente a reprodução da estratificação ao nível dos adultos. O peso das classes populares é mais forte em relação aos jovens do que em relação aos adultos. Assim, enquanto a porcentagem das famílias de classe popular é de 56,5 %, a porcentagem dos jovens de

⁸⁰ Assim, 38,5 % dos chefes de família têm entre 31 e 40 anos, e 51 % das crianças entre 5 e 14 anos.

⁸¹ A faixa de 15-19 anos representa, no grande conjunto, 13 % da população contra 6,4 % em todo o município (em 1962), e 8,8 % em toda a França em 1966 (fonte: INSE, *Annuaire statistique de la France*, 1967). Uma faixa etária mais próxima da definição social dos grupos etários – por exemplo 14-18 anos ou 14-17 anos – mostraria mais claramente a tendência aqui ressaltada.

meio popular na sua faixa etária é de 60 % para a faixa etária de 0-9 anos, 66 % para a faixa de 10-14 anos, 62 % para a de 15-16 anos, e 68 % para a de 17-18 anos. É portanto a idade em que as diferenças entre jovens é a mais pronunciada, e é também no momento considerado mais crítico onde os adolescentes de classe popular têm o maior peso na faixa etária. Deste ponto-de-vista, o grande conjunto habitacional apresenta contraste marcante com o resto do município: enquanto o grande conjunto é dominado por adolescentes da classe popular (66 % de trabalhadores entre os 10-18 anos), os outros bairros são dominados por adolescentes de classe média e alta (57,5 %, sendo 31,5 % filhos de gerentes de nível médio e 26 % filhos de gerentes de nível alto e profissionais liberais, contra 32,5 % de filhos de trabalhadores entre os 10-18 anos). O “peso” estatístico é intensificado pela presença física no bairro. Enquanto as relações dos adolescentes de classe média e alta se organizam em uma base diferente que a da vizinhança e, sobretudo com base na escola, os adolescentes de classe popular, mais confinados ao bairro, “tomam” as ruas do entorno, constituem grupos entre vizinhos: eles marcam ainda mais fortemente a percepção.⁸² “Existem várias categorias de meninos, os do bem, que não vemos, e os outros, a ralé... eles ficam até meia-noite, uma hora da manhã, roubam carros... eles não trabalham, acredita? aqueles que trabalham são bons, eles se comportam bem, você não os vê, eles não ficam por aí. Os jovens comportados são aqueles que vão para a escola, para o CET (Colégio de ensino técnico), esses não ficam por aí. Eles têm a cabeça cheia com tudo aquilo que têm para aprender, não têm tempo para ficar na rua” (porteiro no grande conjunto).

Os conflitos entre adultos e jovens são muitas vezes conflitos entre adultos de classe média e jovens de classe popular:⁸³ as classificações etárias descon-

⁸² E mais fortemente ainda quando os adolescentes de classe popular (e especialmente dos meios mais populares) se concentram em lugares determinados nos quais, devido ao tamanho dos apartamentos, a densidade de grandes famílias é particularmente forte. A superlotação em algumas moradias, mais comum nos meios populares, também leva as crianças e os adolescentes de classe popular a ficar na rua mais frequentemente. P. Clerc observa que “nas habitações criticamente superlotadas encontramos 64 % de famílias de trabalhadores”, contra 22 % de famílias de funcionários, 10 % de gerentes de nível médio, 2 % de comerciantes, 2 % de gerentes de nível alto (P. CLERC, op. cit., p. 252-256).

⁸³ Mesmo se os estudos distinguem várias categorias de jovens – especialmente os jovens trabalhadores e os jovens estudantes – categorias que abrangem uma distinção de classe, as descrições, globais e indiferenciadas, são na verdade dominadas por uma referência implícita aos problemas dos adolescentes de meio popular: “Neste grande conjunto a atividade principal dos jovens é de se reunir em gangues, ou

dem e disfarçam o fundamento desses conflitos, as oposições sociais. As críticas contra os adolescentes de classe popular se resumem frequentemente à queixas em relação à precocidade sexual. Comportamentos estatutários e altamente normalizados, tais como as saídas ao baile ou algumas técnicas de cortejo, aparecem como manifestações anormais, simplesmente por não acontecerem na idade considerada pelas classes médias como a idade normal para esses comportamentos. Quando praticados mais cedo, são atribuídos, não à mudança de definição das várias faixas etárias ou à normas culturais diferentes, mas à “natureza”; apenas a “precocidade no despertar dos instintos” permite compreender que essas práticas aparecem antes do momento, antes da idade em que são ensinadas nas classes médias.⁸⁴

Parece que as diferenças neste domínio são reforçadas pelo efeito específico exercido pela estrutura da pirâmide de idades que tende a provocar uma redefinição dos grupos etários, de forma desigualmente rápida nos diferentes grupos sociais. Devido à ausência ou deficiência do grupo de jovens de 18 a 25 anos, os adolescentes de 14 a 18 anos são colocados na posição de jovens, herdando assim certos privilégios (tipos de saídas, de distrações, etc.) que, em outras circunstâncias demográficas, são considerados dos “jovens”.⁸⁵ A varia-

grupos. O grupo precisa de uma atividade para se manter e se justificar. Se não existe nada para atender esta necessidade, os jovens serão acusados de ficarem na rua, de se envolverem em excentricidades, eles cometerão roubos e crimes de todos os tipos” (R. KAES, op. cit., p. 115-116).

⁸⁴ Assim, uma mãe de família de classe alta, se referindo aos adolescentes de uma nova “cité” e para justificar as medidas de precaução tomadas para dissuadir seus filhos da frequentação destes jovens, declara: “São meninos largados. O comportamento deles não me encanta... São meninos que aos 13 anos já têm suas namoradas, saem com meninas. As meninas de 12 anos saem com rapazes, se beijam, etc. Eles não fazem isso com malícia, mas evoluíram mais rapidamente. Eu comecei a dançar aos 17 anos, e só com amigos ou primos. Meu filho ainda não está maduro para tudo isso... Muitos têm pais que trabalham, que saem mais. Existem muitos casais desunidos e separados...” (mulher de engenheiro agrícola, 40 anos, 7 filhos).

⁸⁵ M. Halbwachs, tentando explicar a redução da idade média no momento do casamento, entre 1913 e 1931, pela redefinição das classes etárias, nota: “era inevitável que, na França, a redução muito grande (cerca de um quarto) da população masculina (classes 1900 até 1915), incluindo ao final da guerra as categorias de idade de 23 anos a 38 anos, tivesse o efeito de fazer com que os jovens subissem na escala de idades (e talvez de descer, em alguns níveis, os mais velhos). É a sociedade como um todo, e não só o grupo dos jovens, que deve ter construído tal representação, uma vez que as relações entre todas as partes parecem ter sido transformadas. De qualquer forma, convocados rapidamente à situações que eram, antes da guerra, destinadas à indivíduos acima da sua idade, considerados capazes pelo meio social que necessitava deles... é concebível que também o senso de responsabilidade, provavelmente necessário para assumir, como dizemos, os deveres do casamento, tenha também crescido, amadurecido”. (“La nuptialité en France pendant et depuis la guerre”, *Annales sociologiques*, Paris, Alcan, 1935, Série E, fasc. I, pp. 1-46).

ção nas taxas de delinquência juvenil e especialmente dos crimes relacionados com a sexualidade fornece índices dessa mudança. Por um lado a adoção, por parte dos jovens com menos de 14 anos, de tipos de comportamento específicos das classes etárias mais velhas é mais frequente no grande conjunto, como mostra a porcentagem mais elevada deste tipo de crime (16 % dos crimes contra 7 % no resto do município); por outro lado e mais importante, este tipo de comportamento é considerado normal para os jovens com mais de 14 anos, uma vez que a porcentagem de crimes deste tipo diminui consideravelmente para esta faixa etária e é inferior à porcentagem registrada para o mesmo grupo etário no resto do município (2 % contra 6 %). Assim, o que ainda não é “normal” aos 15-16 anos em alguns meios, aqui já o é: as manifestações da sexualidade são consideradas normais, e existem formas de expressão normais para comportamentos que, em outros meios, são considerados ilegais e anormais antes de uma idade mais avançada. Como resultado dessa mudança, comportamentos semelhantes vão se reproduzindo nos grupos etários mais jovens, onde não são tolerados.⁸⁶ Sem dúvida estas mudanças afetam mais a definição dos privilégios estatutários dos adolescentes das classes populares, de um lado porque eles são mais propensos a viver nessas novas condições, e de outro lado porque a rigidez dos métodos de educação nas classes médias,⁸⁷ e o número e definição precisa das etapas institucionais que marcam a adolescência, impedem essas mudanças ou, pelo menos, reduzem sua importância. Assim, as diferenças decorrentes de definições distintas de categorias etárias em cada grupo social se encontram reforçadas e, conseqüentemente, maiores são as possibilidades de mal-entendido e de conflito. O conflito de gerações, que parece particularmente intenso no contexto do grande

⁸⁶ Encontrariamos outros índices de aproximação das classes etárias: assim, enquanto os roubos, crime fortemente caracterizado, são, para o resto do município, claramente mais cometidos por maiores de 14 anos (44 %) do que para os menores de 14 anos (31 %), observamos que a diferença, longe de ser tão clara no grande conjunto habitacional, é inversa ao esperado (as respectivas taxas são de 64 % e 72 %). Da mesma forma, o vandalismo (forma típica de transtorno em crianças) é geralmente baixo entre os delinquentes do grande conjunto, e não há variações significativas da sua importância de uma faixa etária para outra (2,5 % para os maiores de 14 anos, 5,5 % para os menores); pelo contrário, entre os delinquentes do “resto do município”, o vandalismo é mais comum e muito mais frequente para os menores de 14 anos (18,7 %) do que para os maiores (7,2 %).

⁸⁷ cf. J.-C. COMBESSIE, « Education et valeurs de classe dans la sociologie américaine », *Revue française de Sociologie*, 10 (1), janvier-mars 1969, pp. 12-36.

conjunto habitacional, deve portanto sua intensidade à sua dimensão social. A oposição entre jovens e adultos tem maior força quando o lado “natural” e impulsivo da adolescência é reforçado pela “barbárie” das classes populares,⁸⁸ e a fase de estruturação da adolescência (que requer supervisão e formação) pela ignorância das classes populares (que requer treinamento e educação).⁸⁹ Assim, as oposições sociais e as divisões demográficas se apresentam de forma específica no grande conjunto. Se, como no caso aqui descrito, as divisões etárias são caracterizadas pelas diferenças sociais, por outro lado, as variações de idade no acesso ao grande conjunto e o seu tempo de permanência alimentam o fato de que as oposições sociais se apresentem também através das diferenças de idade e, geralmente, das diferenças demográficas – as jovens famílias de gerentes de nível médio são opostas, por exemplo, à famílias de operários mais velhos e frequentemente pais de grandes famílias. Essas condições reforçam as oposições de classe, e contribuem simultaneamente a escondê-las na percepção dos indivíduos.

Para obter todas as consequências das características morfológicas dos grandes conjuntos, se faz ainda necessário especificar como as condições de formação da população e as condições de coexistência das categorias assim formadas afetam a percepção das relações de classe.⁹⁰ Podemos assim escapar da alternativa do tudo ou nada, ou seja, aceitar plenamente as análises que proclamam o desaparecimento das divisões de classe e confinar a sociologia à mensurar as variações do tédio, da sociabilidade ou da aversão, compreendidos como avatares de tendências universais ou, ao contrário rejeitar, como sendo irreais, as consequências secundárias da estrutura particular que são apresentadas pelas oposições de classe, e observar aqui apenas a réplica inalterada de oposições sociais familiares. As diferenças entre vários grupos exis-

⁸⁸ cf. L. Boltanski, *Prime éducation et morale de classe*, Paris, La Haye, Mouton, 1969, pp. 19-33.

⁸⁹ Ph. ARIÈS observa que a relação entre indivíduos de classes altas e indivíduos de classes populares expressa-se, muitas vezes, pela linguagem da relação de adultos com adolescentes. (*L'enfant et la vie familiale sous l'ancien Régime*, Paris, Plon, 1960).

⁹⁰ É de fato nesses termos e a esse nível que devemos estudar a relação dos indivíduos com sua condição social e com os outros grupos, se queremos entender o efeito específico das condições ecológicas: o lugar na estrutura social “local” determina o sentimento geral de que se tem da interação social, mais do que o lugar na estrutura social “nacional” (cf. P. H. MANN, op. cit., p. 113).

tentes no grande conjunto inscrevem-se na topografia. Diversos mecanismos contribuem à formas de agrupamento e de constituição como grupos separados, de categorias especiais: devido ao estatuto administrativo ou ao tamanho das moradias, ou ainda, às operações de reassentamento, alguns edifícios tendem a reunir certos subgrupos específicos. Neste contexto, esta categoria, formada pela concentração em um mesmo lugar e por mecanismos de seleção que apontaram as semelhanças internas, começa a existir na percepção social. Aquilo que, em outro lugar, seria um grande numero de *casos sociais* espalhados e percebidos isoladamente, torna-se uma categoria que cria um *problema* social, uma *população* a qual é possível definir o retrato moral e identificar as características.⁹¹ Isso é particularmente evidente no caso das “categorias párias”.⁹² O mesmo mecanismo opera para características demográficas tais como o tamanho da família. A percepção particularmente forte das quais as grandes famílias são objeto, e o papel extremamente variado que o discurso comum lhes atribui na etiologia dos males sociais de todos tipos, podem ser explicados por causas semelhantes – os apartamentos de mesmo tamanho são frequentemente reunidos em um mesmo edifício.⁹³

⁹¹ Este fenômeno poderia ser percebido de forma mais clara em outros casos (habitações provisórias, habitações de emergência, populações carentes, etc.). O processo social de formação e as formas de tratamento aplicados a certos grupos não têm apenas por consequência a constituição de categorias específicas; eles contribuem ainda para definir suas características essenciais. Assim D. Matza, analisando a história da Inglaterra no século XIX, mostra que o que separa os pauper dos poor são características resultantes do processo maciço de pauperização e às formas de tratamento dos pobres que, pela medidas de enquadramento e de assistência tomadas, exigem uma certa definição de pobreza e criam estigmas da miséria (“The disreputable poor”, em R. BENDIX e S. M. LIPSET (eds.), *Class, Status and Power* (2nd ed.), Routledge & Kegan Paul, London, 1967, pp. 289-302).

⁹² “Tem bairros onde é melhor... nesta rua... Existem apartamentos maiores, mas mesmo que nos propussem uma moradia nesta rua, não iríamos. Está bastante misturado, é muito populoso, tem famílias grandes que estão sempre discutindo, dá para ver só passando por lá... há meninas que vão em porões, uma espécie de prostituição, mãe e filha” (mulher de trabalhador qualificado, 32 anos).

⁹³ “Na rua... há famílias com 10 crianças ou mais; muitas crianças não fazem nada, eles se divertem; na rua só há grandes apartamentos é por isso que é superlotado e as crianças estão o tempo todo na rua... isso dá uma má reputação à rua” (porteiro de edifício). De fato, nesses tipos de edifícios, onde três quartos dos apartamentos são F4 e F5, as grandes famílias são maioria (55 % das famílias têm três filhos ou mais), quando elas nem sequer atingem um quarto em outros lugares (21 %). As categorias sociais mais desfavorecidas (operários, trabalhadores especializados, trabalhadores qualificados, funcionários) são mais numerosas do que em outros lugares, sua inferioridade econômica é ainda mais acentuada devido ao fato que mais de metade das mulheres não trabalham (63 % do total), enquanto em outros lugares 52 % das mulheres exercem um profissão. Ainda observamos diferenças de nível cultural, pois 70 % dos chefes de família têm apenas o CEP, contra 55,5 % em outros lugares; isto reflete-se no nível de escolaridade dos filhos, uma vez que 53,5 % dos jovens de 17 a 20 anos já trabalham, contra 16,5 % em outros lugares.

A transformação das categorias que informam a percepção social não se limita à constituição de categorias particularmente notáveis. A diversificação de subcategorias específicas leva à coexistência de categorias muito heterogêneas (uma “aristocracia” trabalhadora chegando por exemplo a coexistir com operários menos qualificados e menos “avançados”), e rompe com a homogeneidade das classes sociais como categorias que permitem classificar e localizar imediatamente os indivíduos. É mais difícil aplicar o julgamento “é um trabalhador” para certas categorias de indivíduos que estão nas extremidades da classe (no sentido lógico) subsumida neste termo. Normalmente, para situar os sujeitos sociais, não há necessidade de utilizar plenamente a compreensão do conceito pelo qual eles são reunidos. A relativa homogeneidade dos sujeitos classificados (homogeneidade devido à residência, ao emprego...) facilita a classificação em uma categoria. Aqui, ao contrário, poderia-se dizer que os indivíduos devem utilizar as categorias de percepção reunindo nelas tipos tão diversos quanto aqueles que essas categorias devem reunir na sua utilização estatística.⁹⁴ Como resultado, a percepção social fragmenta-se, os sujeitos não são mais percebidos globalmente e são caracterizados pelo seu pertencimento a um grande grupo (“É um trabalhador”, um “funcionário”, etc.). Não deve-se observar aqui uma situação onde o pertencimento de classe desaparece em favor de distinções de estatuto dentro de um grupo homogêneo, como muitas vezes observamos no caso de mudança para uma nova residência.⁹⁵ A ruptura do sistema de categorias que permite classificar socialmente

⁹⁴ Encontraria-se assim em L. CHEVALIER uma verificação das diferenças entre subcategorias subsumidas sob a mesma categoria estatística (mas, no caso por ele analisado, essas diferenças são associadas à uma separação espacial): “... essas semelhanças quantitativas não existem sem muitas diferenças... verifica-se entre Paris e o subúrbio, dentro das massas parisienses e departamentais e dentro das categorias profissionais, uma espécie de seleção que reserva Paris às pessoas mais qualificadas profissional e humanisticamente, para afastar em direção aos salários menos altos dos municípios vizinhos os trabalhadores menos hábeis e menos qualificados” (*La formation de la population parisienne au XIXe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, p. 242).

⁹⁵ O que M. YOUNG e P. WILLMOTT analisam assim: em um bairro trabalhador tradicional “todo mundo se conhece” e, além disso, cada um estabelece diversas relações, pois se está inserido em vários grupos; pelo contrário, em um subúrbio novo, o interconhecimento é muito fraco, e baseado apenas sobre os índices mais visíveis, os índices de estatuto econômico (posse do carro, de geladeira, etc.). A ‘situação social’ (como situação percebida) tende a ser reduzida para a posição em uma escala única, aproximando-se assim de alguma definição sociológica do estatuto – um conceito que é somente uma réplica teórica de um certo tipo de percepção social, nascida em um contexto muito específico. Além disso, no bairro moderno, a valorização baseia-se na situação da família nuclear, enquanto no bairro tradicional ela constitui-se a

os indivíduos dá lugar, para designar a variedade de subcategorias que coexistem aqui, a uma série de oposições que permanecem profundamente de acordo, mesmo se disfarçada, com a lógica das oposições de classe.

Esses princípios de classificação diversa incluem frequentemente fortes conotações éticas. Temos assim, aquele que classifica as pessoas de acordo com seu estatuto de ocupação, inquilinos e proprietários;⁹⁶ ou ainda, de acordo com as organizações através das quais acessaram o grande conjunto: “os que recebem subsídios de família”, suspeitos, se opõem à “aqueles que beneficiaram do 1 % do empregador”, sérios e recomendáveis.⁹⁷ Em outras ocasiões ainda, é um critério de natalidade (famílias grandes), ou de indícios de posse (carro, TV...). As categorias utilizadas e a relação com a estratificação social que se expressa no uso dessas categorias variam de acordo com a posição de cada grupo, mas podemos notar simplesmente a oposição entre os trabalhadores e às classes médias. Entre os primeiros, cientes do pertencimento à um mesmo meio, a diversificação das categorias e os vários fenômenos de diferenciação, consequentes, suscitam confusão e explicações morais (pela falta de solidariedade), ou psicológicas (através do orgulho) – sem que no entanto a referência à norma e à condição comum sejam operantes, tal como acontece na comunidade tradicional.⁹⁸ Por outro lado, entre os indivíduos de classe média, as categorias morais proliferam: elas não constituem grupos, mas permitem a percepção dos indivíduos

partir da situação da grande família que, por meio da diversificação dos arranjos possíveis, desencoraja a categorização em uma hierarquia única e, ao contrário, combina com uma percepção relacionada ao pertencimento de classe (M. YOUNG e P. WILLMOTT, op. cit., pp. 161-164).

⁹⁶ No conjunto funcionando como condomínio, o inquilino é aquele que sempre tem culpa, que é responsável por todos os danos, “o chato é que há pessoas que não se importam, eles dizem: não importa, somos apenas inquilinos” (trabalhadora, proprietária). “Nós estamos todos em família, exceto os inquilinos que são mais distantes; não temos a impressão de rejeitá-los, mas parece que eles não se importam, não há forma de se entender com eles” (trabalhador proprietário).

⁹⁷ “Aqueles que vieram através de subsídios de família são os mais difíceis, existem famílias que deveriam realmente ser expulsas; não trabalham, têm cinco ou seis filhos, não têm dinheiro, e não podem ser expulsos por causa das crianças. Eles têm filhos todos os anos, os subsídios de família, os bônus sustentam a família... são famílias grandes de operários, pessoas que trabalham em obras públicas na estrada para cá e para lá, pedreiros, estucadores; aqueles que vieram por parte do empregador, aqueles são bons” (porteiro HLM).

⁹⁸ “Eles se acham, mas são apenas trabalhadores” (esposa de assistente-condutor da SNCF). “Não há mais cordialidade. No entanto são trabalhadores. Eu não vejo por que eles não seriam como nós. Pessoas que não ganham 1.000 francos por mês e que são orgulhosos! Que um patrão faça assim, é compreensível, mas um trabalhador, não” (citado por P. CLERC, op. cit., p. 206 e por H. COING, op. cit., p. 219).

em tantos casos quanto forem possíveis de se classificar em uma escala de vícios e virtudes. Esses julgamentos expressam muitas vezes a percepção que as classes médias têm das classes populares, caracterizadas pela irresponsabilidade econômica, a falta de previsão e controle e, em termos de comportamentos culturais, a falta de discernimento e de gosto. Assim, no conjunto funcionando como condomínio, os proprietários ressaltam o fato que o valor do aluguel é mais alto do que os pagamentos mensais, o que é uma condenação do uso da renda pelas classes populares; da mesma forma, uma taxa muito alta de natalidade é condenada, em nome de um *éthos* ascético.⁹⁹ A televisão desempenha, no discurso pequeno-burguês sobre a depravação e a estupidez, o mesmo papel de causa mítica que os meios de comunicação de massa exercem em qualquer discurso semi-científico.¹⁰⁰ A indignação moral, característica das camadas mais inferiores da classe média, marca todos estes julgamentos.¹⁰¹ Assim se expressa o ressentimento contra as classes altas, e sobretudo a distância em relação às classes populares,¹⁰² distância que deve ser marcada mais claramente ainda quando as condições objetivas estão mais próximas, e quando a aproximação no espaço aumenta o risco de confusão com categorias sociais que apresentam uma imagem de repulsão da condição popular, pois combinam “vícios” e “fraquezas”, devido à seleção invertida realizada nas classes desfavorecidas e devido às perturbações que a mudança de residência pode ocasionar no orçamento dessas categorias.¹⁰³ Se os conflitos de classe se expressam na linguagem

⁹⁹ “Eles têm muitas crianças, não adianta repetir-lhes que existe o planejamento familiar, meios de contracepção, mas eles não vão se informar; poucos têm a coragem de ir, falta-lhes a vontade, há uma força de inércia, de passividade... para eles é uma espécie de compensação, quando você não tem muito dinheiro você acumula o que pode acumular sem pensar no amanhã” (gerente de nível médio).

¹⁰⁰ “Os pais não podem cuidar dos seus filhos, eles trabalham e à noite estão ocupados pela TV; eles tornam-se estúpidos com a TV, eles se sentam frente à TV, eles vêem imagens e é o suficiente para eles, se eles entendam ou não, não importa... Quando eles não podem comprar a TV, então tem a TV com moedas” (porteiro).

¹⁰¹ S. RANULF (Moral indignation and middle class psychology, New York, Schockens Books, 1964) cita especialmente como um dos traços constitutivos dessa atitude rigorista a intransigência com os pobres, onde ele vê uma característica do calvinismo.

¹⁰² Cf. P. BOURDIEU, « Condition de classe et position de classe », Archives européennes de Sociologie 7, 1966, pp. 201-223.

¹⁰³ Daí a ênfase na necessidade de um princípio de seleção que organize a chegada dos indivíduos no grande conjunto habitacional, ou que distribua os indivíduos em áreas distintas, dentro do grande conjunto: “misturamos demais os pais que têm muitos filhos, crianças mal educadas... Deveriam ter feito “cités” só para eles” (mulher de agente de compras); citado por P. CLERC, op. cit., p. 380.

da crítica ética, os objetos dessas críticas são indícios da moral de classe e os comportamentos nesses domínios expressam a disposição geral em relação à existência própria de cada classe e especialmente sua atitude em relação ao futuro. De todas as oposições utilizadas – os limpos e os sujos, os barulhentos e os tranquilos, etc. – as mais significativas se organizam em torno da relação ao futuro, tais como aquelas que opõem as pessoas com uma conduta sábia, que sabem poupar, calcular e ordenar seus gastos, e as pessoas que não sabem como organizar ou gerir seu orçamento, ou ainda aqueles que fazem gastos úteis e aqueles que compram por impulso e sem controle. Observa-se assim que a fertilidade¹⁰⁴ e o crédito contribuem para a produção das indignações pequeno-burguesas, uma vez que o comportamento nestas áreas expressam de forma sintética e simbólica o *éthos* de classe.¹⁰⁵

Todas estas transformações na separação dos grupos e nas categorias de percepção não afetam somente as relações de interação quotidiana: estas transformações não tendem também a modificar as relações entre as classes? A diversificação de subgrupos claramente particularizados, a explosão das categorias de percepção habituais, o desaparecimento da unidade de vizinhança como instância que lembra e controla o respeito das normas do grupo, a consequente diversidade dos grupos de referência possíveis e, de forma correspondente, a imagem negativa da condição popular, tudo leva a estimular, em algumas categorias – trabalhadores qualificados, técnicos, funcionários – os desejos de mobilidade que, muitas vezes são a causa da mudança de residência, são em qualquer caso reforçados por esta mudança. Estas ambições se fortalecem e se expressam na imagem de uma sociedade de níveis, que se substitui à imagem de grupos hierarquizados com limites bem marcados – uma sociedade onde a ascensão parece aberta, onde os esforços e méritos pagam: visão moralista que promete ao ascetismo pequeno-burguês sua recompensa. Essas condições são portanto propícias para o desenvolvimento de uma imagem meritocrática da sociedade, transmitida pela Escola. Os mecanismos de cons-

¹⁰⁴ A um ponto tal que a designação de “famílias grandes” é, mais frequentemente, no discurso dos habitantes, o equivalente de famílias da classe popular.

¹⁰⁵ Cf. P. BOURDIEU e A. DARBEL, « La fin d'un malthusianisme », in DARRAS, *Le Partage des Bénéfices*, Paris, Ed. de Minuit, 1966, pp. 136-154.

tituição da população dos grandes conjuntos habitacionais não têm portanto apenas a função de transformar a sociabilidade: não deve-se reconhecer neles uma função de diversificação social e de ruptura das solidariedades de classe?

TRADUÇÃO

Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar¹

Maité Clavel

No momento da publicação deste artigo (1982), a autora era professora da Universidade de Nanterre, Paris X.

Nota introdutória, Jorge de La Barre

Publicados em 1982 nos *Cahiers internationaux de sociologie*, os “Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar” da socióloga Maité Clavel, constituem, até hoje, uma rara ocasião, para revisitar uma noção esquecida: o *habitar*. Nesse texto sugestivo, a reflexão vai se espalhando a partir da Paris dos grandes conjuntos habitacionais dos anos 1970, até a Londres “verde” dos anos 2000 – o país “de lugar nenhum” imaginado por William Morris em 1890, cujos habitantes vão (re)descobrimdo as delícias do campo, passando pela poética da casa-refúgio da infância (atemporal?) de Gaston Bachelard. Talvez implicitamente, a socióloga da universidade Paris X-Nanterre estivesse invertendo uma tendência inexorável dos nossos tempos, (re)passando *do urbano ao rural*. É justamente isto que permitiria a noção-fronteira de habitar: uma passagem, uma circulação entre rural e urbano.

Primeiro elemento-fronteira: habitar implica uma *apropriação* do espaço contra a *produção* (ideológica) do espaço, e contra um habitat sinônimo de dominação tecnocrática. Frente à impossibilidade talvez, de habitar totalmente, não é inútil lembrar o quanto, ontem como hoje, a urbanidade não corresponde a regras, códigos, procedimentos relacionais, mas essencialmente e primeiramente “*à verdade da própria relação*.”² Na experiência urbana contemporânea, a dimensão do habitar encontra-se em sintonia com as noções de agência, resistência, apropriação – talvez menos inusitadas.

¹ Publicado originalmente em *Cahiers internationaux de sociologie*, NOUVELLE SERIE, Vol. 72, HABITER, PRODUIRE L'ESPACE, (Janvier-Juin 1982), p. 17-32. Traduzido por Jorge de La Barre. Revisão de Clarissa Moreira da Costa.

² PAQUOT, Thierry. Habitat, habitation, habiter. *Informations sociales*, v. 3, n. 123, p. 48-54, 2005, p. 53.

Segundo elemento-fronteira: ampliando a crítica da vida cotidiana de Lefebvre através escritos poéticos e utopistas como vimos, Clavel nos oferece uma chave de transmissão, que vai levando a força potencial do habitar para outros terrenos interdisciplinares que poderíamos facilmente prolongar até hoje. Os filmes documentários são bons exemplos disto. Mais ou menos ficcionais mais ou menos utópicos, diversos em todo caso, filmes sobre *o surgimento* da cidade contam de fato uma mesma história de *fascinação*: é o caso de *The City* (1939), *L'amour existe* (1960), ou *L'an 01* (1973), para citar alguns apenas, em fase *grosso modo* com o período considerado pelo artigo de Clavel.³ Desde os começos (do cinema, da modernidade, da urbanização,...), e ao mesmo tempo que ela cresce incontrolavelmente invadindo o campo ao seu redor, a cidade vai ameaçando o equilíbrio ecológico do ser humano. Se foi perdida a plenitude do habitar, um dos objetivos desses documentários é tentar nos ensinar como ela poderia ser reencontrada, ou recriada. Pois a cidade nunca poderá ser reduzida às frias e duras paredes do habitat. Daí, a centralidade simbólica da linguagem e dos sonhos para transformar a cidade.

Assim também, talvez os “sonhadores” do artigo de Clavel (Bachelard, Lefebvre, Morris) nunca tivessem sido tão atuais como nos dias de hoje, quando se torna de fato urgente a imaginação de uma “pós-urbanidade” esperançosamente menos congestionada. Temos hoje potencialmente, uma caixa de Pandora cheia de utopias “verdes”. Interessante notar em outro artigo de Maïté Clavel sobre “Cidade e culturas”,⁴ a evocação do mesmo filme *L'an 01* já citado, que encenava um possível e desejável “*retour à la nature*” (regresso à natureza) em plena Paris... desde 1973, ano da primeira crise mundial do petróleo!...

Nesse regime de utopias, continuamos alternando entre a nostalgia do ninho bucólico bachelardiano e o potencial revolucionário do *aqui e agora* lefebvriano. Lembrando o quanto a experiência urbana demanda de fato uma “*função utópica*”⁵ e a sempre possível inversão dialética do cotidiano, tal co-

³ *The City* (Ralph Steiner e William Van Dyke, com comentários de Lewis Mumford, 1939); *L'amour existe* (Maurice Pialat, 1960); *L'an 01* (Jacques Doillon, Gédé, Alain Resnais e Jean Rouch, 1973).

⁴ CLAVEL, Maïté. Cidade e culturas. In: JEUDY, Henri-Pierre, e BERENSTEIN-JACQUES, Paola (orgs.), *Corpos e cenários urbanos. Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, p. 67-74, 2006.

⁵ VIOLEAU, Jean-Louis. *Jean Baudrillard, Utopie, 68 et la fonction utopique*. Paris: Sens & Tonka, 2013.

mo mostrou em seu tempo a *Revue de sociologie de l'urbain* apropriadamente intitulada *Utopie*, da qual participou Lefebvre, entre outros.⁶ Confrontando as utopias pós-urbanas “verdes” com outras utopias “infláveis”, interessante é lembrar o quanto a *tenda nômade* – referida no texto de Clavel como sendo um possível tipo ideal do habitar na sua relação cósmica holística, como “modo de estar no mundo” – dialoga de fato com as novas estruturas flexíveis, aéreas do *design* arquitetônico da época, em primeiro lugar a borracha, num contexto ideológico precisamente marcado pela inflação retórica do inflável!⁷

Assim, pode ser que a riqueza semântica do habitar continue esquecida, e seu potencial criativo também. Mas com sua leitura motivante do habitar, Clavel nos abriu uma via. Mesmo escondida, a dinâmica do habitar foi se confirmando a partir dos anos 1980, com a tendência cada vez mais *patrimonialista* das cidades, num contexto de busca de qualidade de vida associada à desindustrialização e ao surgimento da nova economia de serviços. Surge paradoxalmente uma ambição desmedida das cidades, uma consciência aguda do seu poder simbólico em representar *tudo*, inclusive aquilo que elas *não* são: a natureza... De 1982 a 2006 pelo menos (datas dos dois artigos de Clavel acima referidos), o habitar permanece central paradoxalmente, precisamente porque ele continua esquecido, marginal. Mas entretanto é Paris, a própria cidade, que muda de cara. A esse período corresponde também a emergência das ciclovias, das “*coulées vertes*” (corredores verdes), e outras “*Paris-plage*” (Paris-praia) hoje tão banalizadas, *naturalizadas*. Repetindo então a provocação de Clavel (2006, p. 67), “*A cidade seria um vasto jardim público.*”...

⁶ BUCKLEY, Craig, e VIOLEAU, Jean-Louis (eds.). *Utopie. Texts and Projects, 1967-1978*. Los Angeles, CA: Semiotext(e), 2011.

⁷ TENRET, Yves. *Le gonflable comme expression du négatif*. Catalogue Air-Air, Monaco, 2000. Disponível em: <<http://www.derives.tv/Le-gonflable-comme-expression-du>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

Resumo

Habitar, não é só ocupar um local específico. É inscrever-se num espaço de entornos maiores, feitos de paisagens, mas sobretudo de relações, práticas, sonhos, projetos. G. Bachelard, H. Lefebvre, W. Morris propuseram reflexões e análises do habitar que não constituem partituras diferenciadas de uma melodia única, e que também não são complementares. A sua diversidade, no entanto, está de acordo com a riqueza sugestiva do habitar, em comparação com a rigidez do habitat.

Résumé

Habiter, ce n'est pas seulement occuper un lieu spécifique. C'est s'inscrire dans un espace, centre d'entours plus vastes, faits de paysages, mais surtout de relations, de pratiques, de rêves, de projets. G. Bachelard, H. Lefebvre, W. Morris ont proposé des réflexions et des analyses de l'habiter qui ne constituent pas des partitions différenciées d'une mélodie unique, et ne sont pas complémentaires non plus. Leur diversité, toutefois, s'accorde à la richesse suggestive de l'habiter, comparée à la sécheresse de l'habitat.

Summary

"Inhabiting" does not merely imply occupying a specific place. It also means inscribing oneself in a space – the focus of a larger environment composed not only of landscapes but especially of relationships, practices, dreams and projects. G. Bachelard, H. Lefebvre and W. Morris propose observations on and analyses of the concept of "inhabiting" neither of which are complementary nor differentiated parts of a single melody. Their diverse points of view reflect the numerous associations evoked by the concept "inhabiting" – a much richer term than that of "habitat", which is sterile by comparison.

“Da mesma forma que cada experiência sólida e extensa inclui o conhecimento do seu contrário, a arte perfeita do flâneur inclui o saber habitar. O arquétipo do habitat é a matriz ou a concha, portanto a marca legível de quem justamente vive lá. Se lembrarmos agora de que não são só os homens e os animais

que habitam, mas também as mentes e sobretudo as imagens, temos diretamente sob os olhos aquilo que preocupa o flâneur e aquilo que ele procura, precisamente as imagens, seja onde for que elas residem.”

“... a marca da nossa época de transição é que o tempo deste habitat no sentido antigo do termo, que foi abrigo acima de tudo, acabou. Giedion, Mendelssohn, Le Corbusier fazem da estadia dos homens antes de tudo um corredor onde circulam tudo o que você pode imaginar de sopros e de ondas de ar e de luz. O que vem, tem o sinal da transparência: não apenas a transparência dos espaços mas também das semanas, se acreditamos nos Russos, agora planejando a abolição do domingo para favorecer a mobilidade dos feriados.”⁸

Não faltam termos que se referem à noção de ocupação do espaço, inclusive nas designações mais gerais. Lugar privilegiado do desenvolvimento de uma espécie, o habitat, noção ecológica, abrange um significado muito mais amplo do que aquele limitado ao habitat humano.⁹ Mas não é desta redução que partimos quando opomos habitat e habitar.

O que gostaríamos de sugerir é a oposição de riqueza semântica e imaginativa do habitar, em comparação com a rigidez funcional do habitat. Habitar é tanto inventar, criar o seu espaço cotidiano e ser inserido num amplo círculo de relações, de paisagens familiares e no entanto sempre a descobrir.

Talvez esclareceríamos as noções e sua oposição agrupando os substantivos de acordo com sua polarização? Assim, a casa, a morada, acompanham o habitar, enquanto o “logis” de Le Corbusier, a moradia, o domicílio, a residência, a habitação, apesar de definirem, ao mesmo nível de generalidade que o habitar ou o habitat, um modo histórico de ocupação do espaço, referem-se ao segundo.

Como podemos interpretar essa diferença? Se os dois termos são opostos, em que consiste essa oposição?

Uma pesquisa sobre o modo de inserção dos indivíduos no espaço não é um exercício desprovido de objetivos práticos. Destacar o carácter destru-

⁸ Trecho traduzido de Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften*, vol. III, p. 194-199, reproduzido em URBI, III, março de 1980.

⁹ Dicionário Littré, Habitat: “Um lugar especialmente habitado por uma espécie vegetal, também se aplica aos animais e ao homem considerados de acordo com as diferentes raças.”

tor (que corta, aleija), do habitat e insistir sobre a dimensão de sonho realizável, de projeto, que deveria conter qualquer habitação para os seus ocupantes, é também uma forma de crítica.

A recusa argumentada ilumina então eventualmente outras propostas. Além desta perspectiva aleatória de inscrição num devir, este tipo de análise nos parece ser preliminar a qualquer reflexão política ou fundamental sobre o espaço habitado. A não ser que reduzamos cinicamente a habitação humana ao envelope que permite a reprodução da força de trabalho, qualquer estudo sobre moradia não deveria perguntar-se sobre o significado daquilo que tem sido chamado de «função» de habitar? O que ela implica para o habitante, o que ela exige dos fabricantes? Este texto coloca-se deliberadamente fora das restrições econômico-políticas, embora seja parte de uma produção de escrita sociológica (?) datada. Embora situada na história, a crítica pretende tomar distâncias. Uma das condições para tal exercício é efetivamente essa operação que praticavam Voltaire e seu Huron, mas também os utopistas.

Numa tentativa de identificar a noção de habitar, escolhemos os escritos de três autores, todos poetas, G. Bachelard, H. Lefebvre, W. Morris, os dois primeiros, filósofos, e os dois últimos escritores políticos, quer dizer que refletem sobre as formas e o funcionamento da sua sociedade, buscando soluções, perspectivas, ao que lhes parece criticável, ou inaceitável.

Não incluímos escritos que poderiam, à primeira vista, parecer mais capazes de responder à nossa pergunta: o que é habitar? Os escritos dos “especialistas do espaço”: arquitetos, planejadores, ou *designers*.¹⁰ Mas esses que concebem espaços não se perguntam sobre o significado dos espaços habitados para seus habitantes, mas sim em relação ao sistema social no qual eles são construídos. Eles trabalham sobre um “dado”, o qual obviamente não sofre questionamentos.¹¹

Não são, portanto, as reflexões sobre o habitat, o que ele deve ser, ou como melhorá-lo, que nos preocupam, mas aquelas que tentam entender o que está se organizando e se desorganizando, de acordo com que modalidades,

¹⁰ Em inglês no texto (NDT).

¹¹ Estamos escrevendo, em paralelo, um texto sobre o habitat.

que ritmos, com que consequências, para o indivíduo e o grupo social, quando um homem ou uma mulher, isolado ou em família, se muda, mesmo temporariamente, para uma habitação? O que que ele projeta nela, a partir dele mesmo e de suas aspirações? Como ele vive isso, nesse lugar que é também, ao mesmo tempo, lugar de frustrações e lugar de prazeres associados à ocupação do espaço?

Como essa habitação se liga, à sua mente e ao seu corpo – suas atitudes, suas práticas – ao mundo ao redor, seu bairro, sua cidade? A essas perguntas, os autores considerados não fornecem respostas, mas eles nos oferecem elementos de reflexão.

É a partir da procura por imagens da intimidade que Gaston Bachelard, abordando “a poética da casa” se pergunta sobre o habitar. As imagens da casa são para ele aquelas do “espaço feliz”: *“Nossas investigações... procuram determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados.”*¹²

Para o autor, esses lugares habitados e que nos habitam não são apenas objetos: *“Não é uma questão de descrever casas, detalhar os seus aspectos pitorescos e analisar as razões do seu conforto. Devemos, pelo contrário, superar os problemas da descrição – que esta descrição seja objetiva ou subjetiva, ou seja, que ela diga fatos ou impressões – para alcançar as virtudes primárias, aquelas em que se revela uma adesão, de alguma forma, nativa, à função primeira de habitar.”*¹³ Espaço amado, espaço primeiro, a casa abriga antes de tudo, valores de “intimidade protegida”: *“Através das memórias de todas as casas onde encontramos abrigo, além de todas as casas que sonhámos habitar, podemos identificar uma essência íntima e concreta que seja uma justificação do valor singular de todas nossas imagens de intimidade protegida?”*¹⁴

Para G. Bachelard, filósofo, leitor de poetas, o habitar é um modo de estar no mundo, onde as memórias, as ações, os sentimentos estão situados, alojados; assim ele propõe, como auxiliar da psicanálise, “a topo-análise: o estu-

¹² La poétique de l'espace, PUF, 1967, p. 17. [NDT: A edição original é de 1957].

¹³ Ibid., p. 23.

¹⁴ Ibid., p. 23.

do psicológico sistemático dos locais da nossa vida íntima.”¹⁵ Pois, com efeito: “Mais urgente do que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços de nossa intimidade.”¹⁶

Isso mostra a importância que o autor confere ao espaço habitado, a casa condensando todas as características: “Qualquer espaço realmente habitado carrega a essência da noção de casa.”¹⁷ É ao mesmo tempo nosso “primeiro universo”¹⁸ e o berço de um passado, vivido ou imaginado. Na casa – casa onírica, casa natal – o sonhador inventa ou redescobre as imagens do abrigo, da intimidade, imagens distintas do ambiente social que interfere só para limitar a sensação de segurança, de “sûreté”, de calor, que a casa proporciona.

Portanto, de acordo com Bachelard, habita-se numa casa e não num edifício: “Em caixas sobrepostas vivem as pessoas da cidade grande... O número da rua, o número do andar definem a localização do nosso “buraco convencional”, mas nossa morada não tem espaço em torno dela nem verticalidade nela. No terreno, as casas são fixadas com o asfalto para não afundar na terra. A casa não tem raiz. Algo inimaginável para um sonhador de casa: os arranha-céus não têm porão. Do pavimento ao telhado, os quartos se acumulam e a tenda de um céu sem horizontes circunda a cidade toda. Os edifícios só têm na cidade uma altura externa. Os elevadores destroem os heroísmos da escadaria. Não se tem mais mérito de habitar perto do céu. E o chez soi [em casa] já não é mais do que uma simples horizontalidade. Aos diferentes quartos de uma casa presa no andar, falta um dos princípios fundamentais para distinguir e classificar os valores de intimidade.”¹⁹ Esta casa está localizada no campo e não na cidade. Lá é que ela pode expressar melhor sua essência de concha, de refúgio essencial: entre os elementos em fúria, na solidão dos crepúsculos ou das noites, a casa à beira-mar, a casa isolada, torna-se a casa natal, o abrigo primeiro, o ventre.

¹⁵ Ibid., p. 27.

¹⁶ La poétique de l'espace, p. 28.

¹⁷ Ibid., p. 24.

¹⁸ Ibid., p. 24.

¹⁹ Ibid., p. 30.

O autor só poderá exorcizar a cidade grande imaginando, à noite, o mar rugindo ao pé dos muros do edifício, os ruídos da cidade se tornaram resaca, a multidão se transformou em água.

A casa de Bachelard está portanto localizada num espaço que a constitui como cabana, como refúgio. Habitar a casa implica o sentimento de verticalidade caminhando entre a irracionalidade do porão e a racionalidade do sótão e o [sentimento] de centralidade conferida pela oposição ou o acordo com o seu ambiente.

O entorno da casa é cósmico e não social. Habitar para o autor, é encontrar o ninho da infância, as memórias associadas aos objetos, aos cantos, às atmosferas. São os reencontros do corpo com as primeiras emoções, as aprendizagens: os passos irregulares, os medos das obscuridades e dos mistérios do porão, as descobertas do sótão, os odores do barracão.

*“E se alguém quiser ir além da história ou, mesmo ficando na história, destacar de nossa história a história sempre exageradamente contingente dos seres que a lotaram, percebemos que o calendário de nossa vida só pode estabelecer-se nas suas imagens. Para analisar o nosso ser na hierarquia de uma ontologia, para psicanalisar nosso inconsciente escondido em moradas primitivas, é necessário, à margem da psicanálise normal, dessocializar nossas grandes memórias e chegar ao plano dos devaneios que levávamos nos espaços das nossas solidões.”*²⁰

A casa sem raiz das cidades, sem sótão, cortada em pisos, em caixas, não lhe fornece nenhuma das sensações apreciadas na casa fora da cidade. Sente-se estrangeiro, num espaço ao limite do hostil. O social o impede de se fechar sobre si mesmo dentro da casa, introduz a dispersão, a fuga para fora de si, a impossibilidade de se concentrar que permite precisamente a casa-refúgio, a cabana, que toca o céu e planta suas raízes na terra. A casa onde se habita verdadeiramente, é para Bachelard aquela que permite o retorno sobre si mesmo, e o faz comunicar com o universo: *“do seu centro brilham os ventos, e as gaivotas saem das suas janelas”*,²¹ longe de toda a fragmentação imposta pelo mundo.

²⁰ La poétique de l'espace, p. 28.

²¹ Ibid., p. 60.

Podemos nos questionar, uma vez o feitiço quebrado, o poema lido, sobre o que que pode ser um indivíduo que conseguiria evacuar o social para se encontrar na sua própria integridade e verdade. A casa aparece como um objeto social apenas através da família mencionada pelos poetas citados pelo filósofo, uma família edipiana, reduzida a três personagens: o pai, a mãe, a criança, todo o calor protetor fechado sobre si mesmo, à distância.

No entanto, a casa foi construída num determinado momento, a sucessão de seus habitantes, suas modificações, a compõem tanto quanto as memórias do autor. Ela está localizada num quadro forjado também por homens, por uma história, Bachelard não sabe disso, não quer saber disso. Esses são espaços milagrosamente concluídos, perfeitos, que o poeta em busca de imagens felizes reencontra nas suas lembranças.

Poderíamos nos perguntar o que constitui esse espaço feliz, listar os elementos desses lugares que permaneceram tão presentes no adulto, estudar as combinações, a fim de entender melhor o que contém esse espaço para sugerir tantas impressões deliciosas ainda.²² Esse espaço é verdadeiramente habitado, uma vez que ele mantém apesar do tempo, um grande poder evocativo para o autor, ainda habitado por essa casa no momento em que ele escreve. Talvez habitar é também ser habitado?

Outro filósofo, preocupado em analisar o espaço produzido, construído, à nossa volta, questiona a noção de habitar contrastando-a àquela de habitat: Henri Lefebvre. Com a “Introdução” a um estudo sobre *l’habitat pavillonnaire* [habitação suburbana], H. Lefebvre inaugurava na França uma reflexão sobre o espaço habitado que não se limitava nem a uma relação mais ou menos extensa entre uma classe social e um tipo de habitação ou sua ocupação, e também não incluía o habitar num ambiente construído que privilegia então o “território”, as “aglomerações”, para esquecer os habitantes. Para o autor, há um nível específico da ocupação do espaço, o habitar, ou mais precisamente que seria o habitar, se ele não tivesse sido substituído pelo habitat. “Metodicamente”, ele escreve, “foram definidos uma função e um objetivo do ser huma-

²² A casa natal de Bachelard não é a “verdadeira” casa natal. O filósofo procura nas suas lembranças mas constrói também uma casa perfeita, protótipo dos valores de intimidade que ele estuda.

*no em sua vida social: hospedar-se, ou seja, ter um certo espaço para organizar sua vida “privada”, individual e familiar. Criamos um neologismo para descrever esse conjunto de fatos: o habitat.”*²³

Nesta introdução, H. Lefebvre cita Bachelard e especialmente Martin Heidegger, que *“fez a pergunta radical: “O que é habitar?” Para este autor, habitar, na sua essência, é poético: o homem habita como poeta”*, disse ele, comentando Hölderlin.²⁴ Mas, observa H. Lefebvre, da mesma forma como a casa de Bachelard desaparece, a habitação, *“construída de acordo com as necessidades econômicas ou tecnológicas, se afasta do habitar...”* E ainda, pergunta ele, não podemos evitar a trivialidade: *“a descrição do que o olhar constata e que confirma a constatação, que encerra o pensamento na constatação denominada “ciência”?*²⁵

Podemos evitar a escolha entre a trivialidade operatória e o isolamento estéril da pesquisa? Esta preocupação, que está ligada para H. Lefebvre à questão da “relação entre as novas ciências da sociedade e a antiga tradição filosófica”, o incentiva a tentar identificar as hipóteses sobre o habitar.

1. “O habitar é um fato antropológico”; isto não significa que não existe uma história do habitar e da habitação. H. Lefebvre quer evitar, na reflexão sobre o habitar, tanto o sociologismo como a ontologia. Tal reflexão, apesar de reconhecer o habitar como dimensão humana, não deve, no entanto, definir suas normas, por exemplo. As mudanças sociais transformam as relações, *“tais como a proximidade e a distância (social, dentro dos grupos), a intimidade e o afastamento, a vizinhança e a separação, relações que entram numa prática social, isto é, no habitar...”*²⁶ Por isso, a pesquisa sobre o habitar não deveria se concentrar sobre as formas, as normas, uma vez que essas, em movimento, em constante evolução, deveriam, em vez disso, se adaptar à mudança, às diferenças nas práticas sociais.

²³ Introdução de *L'habitat pavillonnaire*, de N. Haumont, M. G. Raymond, H. Raymond, Éditions du CRU [Centre de Recherche d'Urbanisme], 1967, p. 159. Introdução reproduzida em *Du rural à l'urbain*, H. Lefebvre, Anthropos, 1970.

²⁴ Martin Heidegger, *Essais et conférences*, Gallimard, 1958 e 1979.

²⁵ *Du rural à l'urbain*, p. 161.

²⁶ *Du rural à l'urbain*, p. 164.

Pois habitar constitui uma dimensão humana, é como tal que ela varia em diferentes sociedades e ao longo da sua história. Isto se manifesta, em particular, nos objetos do habitar, que cumprem uma função utilitária, e, ao mesmo tempo, expressam valores simbólicos próprios a uma determinada sociedade. “O habitar é primeiramente constituído por objetos, produtos da atividade prática: os bens móveis e imóveis”, e estes “envolvem e dão significado às relações sociais.”²⁷

2. O habitar, para H. Lefebvre, tem relações com a linguagem. “O jeito de habitar, o modo ou as modalidades de habitar, têm expressão na linguagem”, e não apenas, como vimos, pelas práticas e pelos objetos funcionais e simbólicos. A proposta leva o autor a esclarecer que “a vida quotidiana requer uma perpétua tradução na linguagem comum, desses sistemas de signos que são os objetos utilizados para o habitar, as roupas, a comida.” Sistemas parciais que são os de um homem social: “São os indivíduos membros de uma sociedade, inseridos na práxis, presos numa globalidade, que comem, bebem, jogam, habitam.”²⁸ Isto coloca problemas para o conhecimento do habitar, os sistemas parciais se misturam, e a análise deve, em primeiro lugar, ordenar os elementos que dizem respeito às práticas, signos e objetos do habitar, mas em seguida, e sobretudo, não fugir do exame das relações sociais essenciais: as relações de produção, a divisão do trabalho. Essas relações, que “dominam a língua sem passar inteiramente pelas palavras”, permanecem, de acordo com o autor, “inconscientes ou supraconscientes, como a própria totalidade da sociedade, da cultura, da civilização.”²⁹

Outra consequência tirada da análise das relações entre linguagem e habitar é o destaque “de um duplo sistema, sensível e verbal, objetual e semântico”, “textos sociais distintos” que não mudam de acordo com as mesmas leis. O discurso sobre o habitar não corresponde automaticamente aos objetos práticos e simbólicos do habitar, por isso eles devem ser estudados separadamente, identificando ao mesmo tempo as correspondências.

²⁷ Ibid., p. 164.

²⁸ Ibid., p. 165.

²⁹ Du rural à l'urbain, p. 166.

Os textos subsequentes de H. Lefebvre relativos ao habitar não retomaram tão precisamente o problema da linguagem. Tratava-se então de uma pesquisa que levantava a questão da relação entre os espaços funcionais e simbólicos, as práticas desses espaços, e o discurso relatando supostamente o assunto – o questionamento era óbvio. Este último vai logo ganhar uma outra forma, quando o autor fala do “silêncio dos usuários”, sem reivindicações, ou quando ele questiona o “desvio” de espaços, praticado pelos “habitantes-paisagistas”.

O problema, no entanto, da diferença entre discursos e práticas, discursos e objetos do habitar, permanece. Ele possibilita, em primeiro lugar, a medida – sem buscar a medida exata – da distância entre o vivido sonhado e o vivido real, entre a pobreza dos objetos propostos ao habitante e a riqueza, a variedade daquilo que ele projeta neles e, por outro, constatar o quanto as separações, as clivagens que cortam o cotidiano dos habitantes, ocultam ao mesmo tempo a lógica unitária que é responsável por isso. O habitante gostaria de fazer de sua habitação um abrigo contra tudo o que ocupa essencialmente a sua vida: o trabalho (o tempo vendido a outros, as relações de subordinação, a concorrência, a monotonia), ele vive-o como um espaço separado. De modo que na imaginação do habitante, a habitação aparece realmente como a única compensação quotidiana possível à vida de trabalho. No entanto, este quadro de vida é imposto precisamente pelo que impõe uma vida dominada pelas exigências do trabalho. O discurso do habitante é um discurso do habitar ou do habitat? É através da linguagem falada que podemos surpreender o habitar?

H. Lefebvre nota também, nessa Introdução, aquilo que se torna central nos seus trabalhos posteriores: o habitar inclui vários níveis, um deles, familiar e individual, se concretiza na casa, mas não é o único, ele é parte de um todo, fato que o habitat desconsidera; ele especifica também o conteúdo de um conceito que lhe parece fundamental para abordar o estudo do habitar: a apropriação.

“A ação dos grupos humanos sobre o ambiente material e natural tem duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. Elas deveriam andar juntas, mas muitas vezes separam-se. A dominação sobre a natureza material, o resultado de operações técnicas, estraga esta natureza, permitindo que sociedades lhe substituam seus produtos. A apropriação não estraga mas trans-

*forma a natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é o propósito, o significado, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a natureza tende a crescer rumo ao absurdo. Sem apropriação, podemos ter crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento social propriamente dito permanece nulo.”*³⁰

O segredo da apropriação, que o autor reencontra na cidade antiga ou na cidade medieval, parece-lhe perdido. O urbanismo racional domina e não permite mais a apropriação do espaço pelos habitantes das cidades de hoje.

Como entender o sentido da evolução das formas espaciais? Sua dependência contemporânea do sistema econômico e dos seus valores de racionalidade é sem esperança? H. Lefebvre, nos livros que ele dedica ao espaço, a partir desta Introdução, oferece respostas lendo a história à luz do presente, rastreando a nossa quotidianidade, para abrir outros espaços questionando outras possibilidades.

Em *La révolution urbaine*,³¹ ele não separa o habitar do “urbano”, virtualidade contida nas transformações da cidade contemporânea, que lentamente se constituiu ao longo da história. Nesta cidade, a nossa, H. Lefebvre distingue três níveis: um nível G, global, do espaço institucional, um nível M, misto, da cidade, um nível P, do habitat.

*“Chegamos ao nível P, que passa erroneamente por modesto se não insignificante. Aqui, apenas o ambiente construído é levado em conta, os edifícios (residências: grandes edifícios, pavilhões e moradias, cabanas, favelas). Não temendo retornar a uma controvérsia já antiga, nós contrastaremos fortemente o habitar e o habitat. Este último designa um “conceito” ou melhor um pseudo-conceito caricatural. No final do século XIX, um pensamento (se assim podemos chamá-lo) urbanístico, tanto fortemente como inconscientemente redutor, colocou de lado, e literalmente entre parênteses, o habitar; concebeu o habitat, função simplificada, restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, se reproduzir.”*³²

³⁰ Du rural à l'urbain, p. 173.

³¹ La révolution urbaine, Gallimard, 1972.

³² La révolution urbaine, p. 110.

O habitat inibe essa característica do habitar, de representar um nível específico da realidade urbana, inibe “a diversidade dos modos de vida, dos tipos urbanos, dos patterns,”³³ dos modelos culturais e valores ligados a modalidades ou modulações da vida quotidiana.”³⁴ Para o autor, o habitar deveria respeitar e dar conta de todas as diversidades sociais, das várias diferenças manifestas a qualquer momento pelos indivíduos. Não é só o lugar de “agentes” menores, tais como a família, o grupo dos vizinhos e das relações “primárias”. O habitar não se satisfaz com os quadros de análise sociológicos. Ele recorta através das categorias urbanas, não se refere apenas aos ocupantes habituais, aos habituados de áreas geográficas limitadas. Habitar poderia se referir a outros relacionamentos, a outros entornos mais amplos... mas aqui falta à imaginação o apoio social. De fato, para H. Lefebvre, o habitar é reprimido na inconsciência pelo habitat. “Antes do habitat, o habitar era uma prática milenar, mal expressada, mal levada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva ou degradada, mas que permanecia concreta, isto é, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional.”³⁵

Este aspecto concreto, esta multiplicidade de aspectos do habitar, quadro do cotidiano, lugar de aprendizagem para a criança, que permite a privacidade e a hospitalidade, está perdido. Também está perdido aquilo que ligava o ser humano a “o possível e o imaginário”. H. Lefebvre se pergunta, na sua preocupação de pensar uma habitação que não seja o habitat, “como criar um habitar que dê forma sem empobrecer, uma concha que permita à juventude de crescer sem se fechar prematuramente... como oferecer uma morada.”³⁶

“Como expressar arquitetônica e urbanisticamente essa situação do “ser humano” inacabado e cheio de virtualidades contraditórias?”³⁷

As reflexões de H. Lefebvre e de G. Bachelard, apesar das referências poéticas que invocam, a valorização do habitar que eles tentam justificar, são radicalmente separadas.

³³ Em inglês no texto (NDT).

³⁴ Ibid., p. 111.

³⁵ Ibid., p. 110.

³⁶ Ibid., p. 114.

³⁷ Ibid., p. 116.

Para G. Bachelard, habitar é ocupar uma casa particular, quadro das primeiras aprendizagens; é reencontrar a infância: a intimidade da atmosfera familiar e a descoberta do mundo cósmico, da natureza. Para H. Lefebvre, o habitar é certamente ligado a uma materialidade – que, no entanto, não é obrigatoriamente a casa – mas esta é principalmente um ponto de partida: o desenvolvimento da criança, um apoio do imaginário, o trampolim para os possíveis. À concha redonda e concentrada se opõe um espaço que é abertura ao mundo.

A oposição é irredutível? Poderíamos pensar em uma habitação que combinaria esses dois pólos, um virado para a casa sonhada e seus valores de intimidade, o outro para o mundo, a ação no mundo, ou mesmo sobre o mundo?

A imagem que junta, em nossa opinião, essas duas concepções do habitar, é a tenda nômade. Abrigo primeiro porque ao mesmo tempo mínimo e irredutível: uma manta de lã ou de couro, enrolada e desenrolada durante os deslocamentos, mas também um telhado que não pode ser reduzido, senão para abandonar qualquer estrutura e referência social. Os indivíduos sem tenda, portanto fora da sociedade, excluídos, abandonados, são então condenados ao desaparecimento. A tenda dos nômades, com efeito, é, além de ser um telhado que protege a família, a inscrição necessária num grupo social, numa organização coletiva: são as decisões de deslocamento, de distribuição de bens econômicos, de partilha dos saberes quotidianamente necessários para viver num ambiente austero. Ora o habitar, neste caso, nega a importância da solidez da habitação, no sentido em que a segurança dos materiais de construção, sua impermeabilidade, sua densidade, as garantias da segurança conferida pela “casa”, seja na forma do apartamento ou da moradia, não têm mais razão de ser. Trata-se de uma outra solidez: a montagem da tenda obedece a regras específicas, a manutenção do tecido não é improvisada, mas essas regras e essa manutenção manifestam sobretudo o pertencimento a uma sociedade que forjou formas de fazer e de ser. Além disso, este habitar não está vinculado a um lugar, mas a paisagens. Os percursos dos nômades são regulares e os pastejos se seguem em torno dos mesmos postos de água, mas não há nenhuma ancoragem no solo. Habitar é, portanto, utilizar, ocupar um território, compartilhado com o grupo ampliado que constitui a tribo, mas também

os outros grupos amigos ou rivais. É também ser integrado na gestão coletiva desse território, a vida econômica dos indivíduos, das famílias, das tribos, depende disso. Esta situação não tem nada a ver com as práticas das nossas sociedades industriais, com múltiplas divisões dos espaços, construídos ou não, conforme as propriedades. Essas duas formas de organização são mesmo antitéticas. Os Estados modernos estão bem cientes disto, e tentam fixar os nômades, erradicar a sobrevivência desse modo de vida, de organização coletiva e de uso do solo, incompatíveis com a fragmentação dos espaços, o desmoroamento do tempo e das atividades.

A leitura de G. Bachelard e de H. Lefebvre, refletindo sobre o espaço habitado, sugere uma reflexão alternativa: pensar um habitar que incluiria alguns progressos constitutivos do nosso modo de ser e de viver no século XX, que combinaria os valores de concentração da cabana, a sua inserção cósmica, àqueles que incitam à ação, preparam seus ocupantes para a sua inscrição no mundo.

Um autor, pouco conhecido em França, William Morris, define o habitar ainda de outra forma. Poeta, artesão, decorador, militante socialista, patrão também, W. Morris é autor de uma utopia inclassificável: *Notícias de lugar nenhum*. Sem resumir esta “viagem”, escrita em 1890, podemos dizer que o autor descreve Londres, seus bairros e o vale do Tâmsa, num futuro localizado além do ano 2000.

Qual é a concepção do habitar de W. Morris? O utopista, cujo herói, seu duplo, desperta 200 anos depois, não dá nenhum “modelo” de organização espacial (nem social).

Ele leva seu personagem no vale do Tâmsa cuja água limpa, com peixes, se espelha em paisagens renovadas. Assim Londres não é mais uma enorme metrópole, mas uma pequena cidade cujo centro apenas manteve uma alta densidade, ao mesmo tempo porque a arquitetura é bela, porque alguns moradores gostam da multidão e porque, como observa o sonhador: “*Eu não pude deixar de sorrir, pensando em como as tradições são difíceis de morrer. Ali estava o espectro de Londres que continuava a se afirmar como centro...*”³⁸ Os

³⁸ Nouvelles de nulle part, Aubier, 1957, p. 147.

subúrbios desapareceram, exceto o centro preservado por razões estéticas relativas às relações tanto como as construções, “as casas são amplamente espalhadas nas campinas...” rodeando Picadilly.³⁹

Londres não é a única cidade a ter sofrido uma metamorfose. As cidades industriais em particular: “Como eram apenas centros de produção, e que só serviam enquanto lugares de especulação, elas deixaram menos vestígios da sua existência que Londres.”⁴⁰ No entanto, as pequenas cidades foram redesenhadas: “Os subúrbios, na realidade, quando existiam, se uniram à zona rural ao redor, e foi introduzido no centro, espaço à vontade; mas as cidades existem ainda, com as suas ruas, suas praças, seus mercados...”⁴¹

Quanto às aldeias, desertas ou destruídas no final do século XIX, foram os primeiros lugares a se transformarem com as convulsões sociais que provocaram a mudança de sociedade observada pelo sonhador de Morris. “As pessoas foram para as aldeias em multidões e se jogaram, por assim dizer, nas terras abandonadas, como animais sobre a presa; em pouco tempo as aldeias da Inglaterra tinham uma população maior do que nunca tiveram desde o século XIV e continuaram crescendo rapidamente. (...). As pessoas descobriram do que eram capazes, e desistiram de querer crescer em profissões onde só poderiam correr rumo ao fracasso. A cidade invadiu o campo; mas os invasores, como os guerreiros das antigas invasões, cederam à influência do meio ambiente e se metamorfosearam em agricultores; e por sua vez, se tornaram mais numerosos do que os cidadãos, exerceram também sobre estes a sua influência; de forma que a diferença entre a cidade e o campo diminuiu cada vez mais; e é na realidade o mundo camponês vivificado pelo pensamento e pela vivacidade dos cidadãos que produziu esta forma de existência, feita de felicidade, de lazer e de entusiasmo também...”⁴²

Assim é realizada nesse país de lugar nenhum, o fim da oposição entre cidade e campo, não em termos urbanísticos, mas na prática e nas ocupações

³⁹ Ibid., p. 215.

⁴⁰ Ibid., p. 219.

⁴¹ Ibid., p. 219.

⁴² Nouvelles de nulle part, p. 223.

dos habitantes da cidade como do campo.⁴³ São os homens e as mulheres que acabam com o antagonismo entre os dois termos, por osmose, pela invenção de uma nova arte de viver, de um outro cotidiano, de outras relações sociais.

De maneira alguma, nesse país de utopia, a oposição se resolve pelo desaparecimento do campo (ou da cidade).

O espaço não é abstrato, é a obra permanente dos habitantes. A construção não é restrita a “especialistas”. Os habitantes aprenderam, ou então estão aprendendo as diferentes profissões, constroem habitações soltas, pequenas ou grandes, decoradas ou não. A casa não é o lugar de um enraizamento, ela permite a inserção numa paisagem, o decorrer das relações entre habitantes. A casa é o espaço construído que permite a recepção, um dos lugares do fazer junto, do compartilhar. Mas é sobretudo pela maneira de ocupá-las que essas casas aparecem como lugares utópicos. Elas acolhem os estrangeiros, os viajantes, aqueles seduzidos pela casa ou encantados pela paisagem, os amigos que querem ficar um tempo. Embora Ellen, uma das figuras femininas do país sonhado, diz que *“não gosta de mudar de casa”*: *“Acostuma-se tão deliciosamente a todos os detalhes da vida ao redor; tudo se enquadra tão bem e tão felizmente com a vida, que a ideia de recomeçar, mesmo em menor grau, provoca uma espécie de dor”*,⁴⁴ a casa não é um lugar de retiro, de intimidade. O ritmo das estações, as viagens, as atividades da comunidade, encontram nela um eco, organizam a quotidianidade dos ocupantes habituais ou passageiros. Habitar não é mais então ocupar uma casa e nem mesmo um lugar fixo, mas viver com paisagens, com vizinhos imediatos e transeuntes. O apego aos lugares e paredes é então um prazer de natureza estética.

Habitar, para W. Morris, como para os utopistas, é fazer parte de um amplo conjunto: a cidade e seu hinterland ou o território inteiro.⁴⁵ Habitar é viver dentro da sociedade ao redor, fazer parte da comunidade. W. Morris relata como poeta a essência do habitar que é sem dúvida da ordem da utopia: nós habitaremos quando nossos relacionamentos, nossas relações serão ou-

⁴³ Não se trata nem de subúrbios nem de “rurbanização”.

⁴⁴ Nouvelles de nulle part, p. 463.

⁴⁵ No primeiro caso trata-se de uma cidade-Estado como A Cidade do Sol de Campanella ou a Icaria de Cabet; no segundo caso entram a Utopia de Thomas More ou O país de lugar nenhum.

tros. A sociedade comunista e não restritiva de Morris – nem institucionalmente, nem sob a forma de um código da opinião pública – permite uma outra abordagem da noção de habitar.

A casa, o urbano ou o país de lugar nenhum permitem o habitar. Para G. Bachelard, habitar numa casa é um ato individual ou familiar que se enquadra na afetividade, na psicologia. Habitar na cidade hoje, mas mais ainda amanhã, é para Henri Lefebvre começar a pensar um futuro diferente, prever um desenvolvimento histórico de tendências detectáveis nas relações dos habitantes entre si e nos seus espaços de vida. W. Morris constrói sua utopia assumindo a oposição cidade/campo resolvida, um mundo onde reina a harmonia entre uma natureza reencontrada e uns habitantes apaziguados. Habitar para este último autor, é viver tendo descartado socialmente todos os falsos conflitos, as falsas necessidades, os falsos antagonismos. Numa sociedade reconciliada, habitar é ser.

As abordagens dos três autores são diferentes.

- O primeiro procura os valores da intimidade e examina os espaços que constroem simbolicamente esses valores para os habitantes.
- O segundo analisa o habitar como nível da realidade urbana, inscreve-o num devir em formação e a forjar em conjunto.
- O terceiro imagina um mundo diferente nas suas relações sociais, suas instituições, seus espaços habitados.

Para G. Bachelard como para W. Morris, a casa é o quadro privilegiado do habitar; no entanto H. Lefebvre nunca descreve formas ou atmosferas, mas sugere as condições de um habitar possível.

Enquanto G. Bachelard limita o habitar à casa, suas paredes, H. Lefebvre e W. Morris não o concebem sem o seu ambiente social. Habitar é até inconcebível sem a cidade, para H. Lefebvre, enquanto está ligado, para W. Morris, à reorganização social e por isso espacial como um todo. Para esses dois autores, o habitar é um nível privilegiado do estar no mundo, mas não é o único, e sobretudo não é separado dos outros modos de existência. Habitar, não é retirar-se num “privado”, como parece ser para G. Bachelard.

Esses dois autores, apesar de serem próximos na concepção do habitar, distinguem-se na forma de refletir e suscitar a reflexão. H. Lefebvre fala de aqui e agora, para uma ação a ser tomada imediatamente, enquanto W. Morris quer acreditar no valor estimulante das imagens.

No entanto, apesar das suas abordagens diferentes e mesmo contraditórias, esses autores aprofundam uma noção constitutiva da nossa existência nesta terra, e completamente obliterada pelos nossos criadores de espaço.

Se nossa modernidade não se limita à conquista da higiene, 46 não podemos inventar outros espaços, restaurar um significado ao habitar e uma totalidade ao habitante?

⁴⁶ “... a casa de banho e o banheiro, sucessos mais inegáveis e originais desta época”... ironizava E. Bloch, em O espírito da utopia, em 1923.

Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade

Felipe Berocan Veiga

Doutor em Antropologia (UFF, 2011). Atualmente é professor do departamento de Antropologia (UFF/GAP) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGS), pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana), e do INCT-InEAC/UFF (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos).

Marco Antonio da Silva Mello (**)

*(**) Doutor em Antropologia (Ciências Sociais, USP, 1989), Atualmente é professor do departamento de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DAC/IFCS-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGA), coordenador do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana).*

Resumo

O artigo analisa uma tentativa de aproximação e diálogo, no Rio de Janeiro do início dos anos 1980, entre estudos urbanos de várias áreas – Arqueologia, Antropologia, Sociologia, História, Arquitetura e Urbanismo – no contexto da proposta de criação do Laboratório de Arqueologia Urbana no Museu Nacional. Os autores retraçam detalhadamente o contexto e os desdobramentos de um projeto inovador (porém não implementado), inspirado pela então recente experiência etnográfica de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello no bairro do Catumbi (*Quando a rua vira casa*, 1980). Projeto cujo espírito e ambição ajudam a pensar melhor nossos tempos ambíguos quando, paradoxalmente, a sempre renovada exigência de *patrimonialização* vem acompanhando e justificando uma *renovação urbana e humana* frenética, muitas vezes violenta, da Zona Portuária e suas adjacências à Praça Tiradentes. Juntamente com seu anexo – o Projeto em questão, escrito em 1982 pelos dois autores do referido livro – essa contribuição tira do esquecimento um pedaço importante da história urbana contemporânea do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Arqueologia urbana, Antropologia urbana, Museu Nacional, campo científico, renovação urbana, Rio de Janeiro.

Abstract

The paper analyzes the attempted rapprochement and dialogue that took place in Rio de Janeiro during the early 1980s between urban studies from various fields – Archaeology, Anthropology, Sociology, History, Architecture and Urbanism – in the context of a proposal to create a Laboratory of Urban Archaeology at the National Museum. The authors recount in detail the context and consequences of an innovative project (yet not implemented), inspired by the then recent ethnographic experience of Arno Vogel and Marco Antonio da Silva Mello in the neighborhood of Catumbi (*Quando a rua vira casa*, 1980). Project whose spirit and ambition fosters a better understanding of our ambiguous times when, paradoxically, the ever-changing requirement for *patrimonialization* has come to justify an *urban and human renewal* frenzy, often violent, from the Port Area and its surroundings to the Tiradentes Square. Along with its annex – the Project in question, written in 1982 by the two authors of the book – this contribution helps reminding an important piece of Rio de Janeiro’s contemporary urban history.

Keywords: Urban Archaeology, Urban Anthropology, National Museum of Rio de Janeiro, Scientific Field, Urban Renewal, Rio de Janeiro.

*“A cidade se embebe como uma esponja
dessa onda que reflui das recordações e se dilata”.*

(Ítalo Calvino, As Cidades e a Memória 3.

In: As Cidades Invisíveis)

“Nos dias quotidianos

É que se passam

Os anos”

(Millôr Fernandes, Hai Kai V.

In: Millôr Definitivo: a bíblia do caos)

A lição do jardim

A elaboração oportuna em *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia* do dossiê temático *Capturados pela cidade. Perspectivas em pesquisa urbana: Nova York, Paris, Rio de Janeiro*, oferece a possibilidade de restituir

um quadro de experiências de pesquisas urbanas, realizadas no Rio de Janeiro desde o final da década de 1970, que buscaram, do modo original e mantendo a atualidade de suas propostas, estabelecer diálogos profícuos da Antropologia com outras áreas do conhecimento – notadamente, com a Arquitetura e o Urbanismo; mas também com a Arqueologia, cujas relações estreitas remontam à origem dessas Ciências Humanas interessadas na dimensão cultural e em seus significados, testemunhos e vestígios.¹

Na visão de Luiz de Castro Faria, antropólogo fluminense e autor de diversas pesquisas arqueológicas em sambaquis do litoral de Santa Catarina ao Espírito Santo, a Antropologia e a Arqueologia se aproximam não apenas em sua origem, mas no que se refere à prática da *pesquisa de campo* como fundamento, por meio da observação direta e, no segundo caso, da participação direta do pesquisador na sociedade estudada, não raro assumindo posições sociais internas e reconhecidas pelo grupo. Segundo o autor:

“A Arqueologia é popularmente considerada como ciência; na realidade, no entanto, ela é sobretudo um método. O objetivo da pesquisa arqueológica é constituir, mediante a interpretação correta dos significados de documentos materiais, a história cultural de grupos humanos desaparecidos. A Arqueologia Clássica conta geralmente com textos; a Arqueologia Pré-Histórica, que abrange um período muito mais longo, só dispõe de objetos, pois lida com culturas que desconheciam a escrita. (...) O arqueólogo é também um profissional de formação antropológica, que se especializa na reconstituição de culturas antigas, hoje representadas apenas por um número relativamente reduzido de evidências materiais.” (CASTRO FARIA, 2000: 195-196).

Em *Raça e História*, manifesto político-antropológico de Claude Lévi-Strauss contra o paradigma racial e o evolucionismo unilinear, no âmbito de um intenso debate promovido pela UNESCO no Pós-Guerra sobre a *diversidade das culturas* e o *direito à diferença*, o autor observa que a Arqueologia e a História, muitas vezes, ambicionam algo que não podem realizar, pois as sociedades do passado que pretendem estudar desapareceram há muito tem-

¹ Este artigo é dedicado à memória do Prof. Luiz de Castro Faria (1913-2004). Os autores agradecem a Gabriel Ferreira Barbosa (PPGA-UFF) pela busca qualificada de informações para esta pesquisa.

po. Não há, portanto, como estabelecer um contato direto e original, com vistas a restituir plenamente os usos e sentidos de sua *cultura material* (LÉVI-STRAUSS, 1976: 331). Sendo assim, não existem narrativas reveladoras da dimensão simbólica desses objetos, e não resta alternativa ao arqueólogo – a não ser, por exemplo, realizar *inferências* a partir de cacos de cerâmica sobre as técnicas de elaboração desses objetos (tipos de argila, de antiplástico, etc.), únicos elementos acessíveis de uma cultura ágrafa capazes de perdurar no tempo. São, portanto, os únicos testemunhos acessíveis das formas culturais que uma sociedade, deliberadamente, resolveu reificar.

Ao analisar a tradição norte-americana dos “quatro campos” disciplinares da ciência antropológica – dividida em Antropologia Biológica, Antropologia Cultural, Linguística e Arqueologia – Roberto da Matta observa que o arqueólogo deve, a partir de resíduos concretos e por meio do método comparativo, estabelecer uma série de especulações e deduções em seu trabalho, no esforço de restituir sistemas sociais já desaparecidos. Ao considerar as especificidades do tema, afirma que:

“Como o homem é o único animal que tem essa fantástica capacidade projetiva, pois ele efetivamente se projeta (projeta seus valores e ideologias) em tudo o que concretiza materialmente, toda sociedade humana deixa sempre algum vestígio das suas relações e valores naquilo que usou, negociou, adorou e entesourou com ganância, sabedoria ou generosidade ao longo dos tempos. É porque os homens são assim que a esfera do conhecimento arqueológico é possível.” (MATTÁ, 1983: 31).

Diante dos fragmentos e lacunas, contudo, a sedução das *conexões históricas* em Arqueologia – e dos *traços culturais* e *focos difusores* em Antropologia – levou muitos pesquisadores, nos primórdios das duas disciplinas, a estabelecer conjecturas generalizantes e, frequentemente, fantasiosas, derivadas das teorias difusionistas da chamada Escola de Viena. A essa geografia fantasiosa e arbitrariamente construída em termos de *áreas culturais*, no entanto, já se opunha Friedrich Ratzel e a visão mais relativizante de sua Antropogeografia, que influenciaria os estudos de Franz Boas ao propor a inter-relação direta entre o homem e o ambiente (STOCKING JR., 1996).

A Arqueologia no Brasil, ofício e disciplina diretamente relacionados ao Museu Nacional como instituição científica de excelência, remonta ao final do século XIX. Teve como grande impulso o interesse de D. Pedro II por civilizações antigas e pela escrita hieroglífica, motivo da realização de duas expedições do Imperador ao Egito, em 1871 e 1876, documentadas em numerosas notícias, fotografias e caricaturas impressas nos jornais da época (BARKOS, 2004). Ao escrever sobre a história da Arqueologia no Brasil e sua relação direta com a política nacional, o professor Pedro Paulo Abreu Funari observa que:

“Por algumas décadas, a arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou ao declínio da arqueologia durante a República Velha (1889-1930). Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio: o ideal colonial deveria servir para a construção da nação” (FUNARI, 2013: 23).

Uma vez que o modismo europeu por *antiquities* e o interesse romântico pelo *folclore* se disseminavam pelo Brasil, importantes descobertas de sítios arqueológicos amazônicos se iniciavam na ilha de Marajó, frutos de escavações nos campos rasos dos arredores do lago Arari que revelaram cerâmica utilitária, bancos, esculturas, amuletos como o muiraquitã, tangas cerâmicas e urnas funerárias pré-históricas (igaçabas), peças extremamente decoradas e com motivos geométricos bem definidos. A partir de sua divulgação, o estilo marajoara obteve uma “popularidade inusitada” e, comparado a motivos clássicos da estética greco-romana, logo “passou a ser imitado e transformou-se em símbolo de *arte brasileira*” (CASTRO FARIA, 2000: 317). Assim, a geometrização tanto abstrata quanto figurativa da cerâmica marajoara se tornou influência fundamental no estilo *art-déco* brasileiro, adornando fachadas de edifícios e casas em bairros nobres do Rio de Janeiro, além de móveis, tapetes, vasos e todo tipo de objetos de decoração difundidos pelo Brasil afora (ROITER, 2010).

Nas décadas de 1920 e 30, Heloísa Alberto Torres viria exercer papel relevante no desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, obtendo projeção internacional com seus estudos sobre a cerâmica marajoara e contribuindo pa-

ra instituir as políticas de proteção ao material arqueológico nacional. Filha do escritor, advogado e político fluminense Alberto Torres, iniciou suas atividades institucionais e de pesquisa a partir do diálogo intenso com Edgar Roquette-Pinto, então chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, tornando-se sua substituta no cargo em 1931, em seguida vice-diretora e, finalmente, diretora do Museu Nacional, posição que ocupou de 1938 a 1955, ao longo de dezessete anos.

Presença feminina de pioneirismo notável no campo científico e político-cultural brasileiro, Heloísa Alberto Torres estabeleceu um laço fundamental entre a Arqueologia e o nascente campo da gestão do patrimônio no Brasil, influenciando pesquisadores como Luiz de Castro Faria, que se tornaria professor do Museu Nacional e da Universidade Federal Fluminense. De acordo com as observações de Castro Faria:

“Heloísa A. Torres não foi apenas *autora*. Foi mais atuante, sem dúvida, como *atora*, isto é, presença constante em ações decisivas no campo das políticas de valorização do patrimônio nacional. A maior parte dos seus muitos anos de atividade como administradora transcorre na vigência do Estado Novo, quando as relações pessoais e a inserção num grupo de poder (Rodrigo Melo Franco de Andrade – Gustavo Capanema – Getúlio Vargas) asseguravam o êxito de qualquer empreendimento” (CASTRO FARIA, 2000: 318).

O momento inaugural de formulação das políticas de patrimônio no Brasil intensificou o debate entre ideólogos modernistas, tais como Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, o que permitiu a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e os termos e argumentos de uma legislação específica, envolvendo áreas diversas como História, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Antropologia, Museologia, Educação e Belas Artes. Em 1934, um ano após a experiência pioneira do tombamento de Ouro Preto como *monumento nacional*, Gustavo Capanema assumiu por onze anos o Ministério da Educação e Saúde, o que possibilitou, no plano político-institucional, experiências concretas de preservação, quando “o ideário do patrimônio passou a ser integra-

do ao projeto de construção da nação pelo Estado” (FONSECA, 1997: 104).

Atuando em caráter experimental desde 1936, sob o comando do advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade, e integrando a estrutura do Ministério desde 13 de janeiro de 1937, o SPHAN antecedeu em alguns meses o período autoritário do Estado Novo, gozando de relativa independência durante sua vigência, de novembro do mesmo ano a outubro de 1945. Conforme esclarece Maria Cecília Londres Fonseca em seu livro *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*:

“A atividade desenvolvida por esse grupo de intelectuais no SPHAN gozou de surpreendente autonomia dentro do MES [Ministério da Educação e Saúde]. Desde o início a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura produzida pelo SPHAN sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo; esses conteúdos eram mais compatíveis com a vertente ufanista do Modernismo. Durante o Estado Novo o SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista” (FONSECA, 1997: 106-107).

Foi nesse tempo que se estabeleceu um diálogo intenso entre os intelectuais atuando na criação do SPHAN e os pesquisadores do Museu Nacional, a propósito das discussões sobre patrimônio cultural, políticas de preservação, expedições, coleções e museus. Os anos 1930 foram marcados, portanto, pelo deslizamento (*switch*) e ampliação conceitual do termo *proteção*, que caracterizava a política indigenista civilizadora de Candido Rondon desde 1910, para as propostas concretas de *tombamento* fundadas na ideia de *patrimônio* (CASTRO FARIA, 2000: 317), doravante propagada em âmbito federal como nova *categoria de pensamento* (GONÇALVES, 2003). Segundo o testemunho escrito por Luiz de Castro Faria, que décadas mais tarde se autointitularia “um militante em recesso” (CASTRO FARIA, 1984), a atuação de Heloísa Alberto Torres como *especialista* teve desdobramentos políticos:

“O artigo ‘Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil’ (1937) representou, na prática, o engajamento do Museu Nacional na obra grandiosa que Rodrigo Melo Franco de Andrade começara a construir. O SPHAN precisava de apoios e Heloísa A. Torres, diretora da instituição científica mais antiga do Brasil, com alto nível de consagração no país e no estrangeiro, prestou, com empenho, a mais constante e lúcida colaboração ao diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, do qual se tornara amiga fraterna” (CASTRO FARIA, 2000: 316-317).

Por sua experiência acumulada ao lado do arqueólogo, escritor e aguerido jornalista Paulo Duarte no Departamento de Cultura de São Paulo desde 1935, mesmo ano da chegada de Claude Lévi-Strauss e Dina Dreyfus ao Brasil, Mário de Andrade logo se engajaria, meses depois, na elaboração do arrojado anteprojeto do SPHAN a pedido do Ministro Gustavo Capanema, incluindo como “obra-de-arte patrimonial (...) as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias” (ANDRADE, 2002: 274. *Facsimile*, p. 3). O documento até hoje é avançado, por considerar tanto a arte erudita quanto a popular como “patrimônio artístico nacional” – igualmente dignas, portanto, de *tombamento*.

Nesse período de atuação política em nível nacional, Mário de Andrade passou a dividir suas atividades profissionais entre São Paulo e Rio de Janeiro até 1938, quando enfim estabeleceu residência definitiva na capital federal e desligou-se das funções públicas em sua metrópole de origem. A relevante atuação do casal francês na Sociedade de Etnografia e Folclore, nos quadros do Departamento de Cultura de São Paulo, permitiu o desenvolvimento de uma relação de amizade e de colaboração permanentes com Mário de Andrade (VALENTINI, 2013). A ponto do escritor modernista se envolver diretamente nos preparativos da famosa expedição à Serra do Norte, iniciada em maio de 1938, da qual participaram Claude Lévi-Strauss, Dina Dreyfus, Jean Vellard e Luiz de Castro Faria, considerada a última grande expedição etnográfica do século XX, motivando uma série de correspondências e visitas de Mário de Andrade ao Museu Nacional.

Apesar de a famosa Expedição à Serra do Norte ter notabilizado Lévi-Strauss, a partir da publicação de *Tristes Trópicos* (LÉVI-STRAUSS, 1955), sua obra de consagração – cujo contraponto foi produzido décadas depois por Castro Faria com o título *Um Outro Olhar*, com farta documentação até então inédita (CASTRO FARIA, 2001) – para o antropólogo do Museu Nacional tratou-se de uma expedição malsucedida, do ponto de vista de seu objetivo inicial. Lévi-Strauss visava constituir coleções naturais de animais, plantas e minerais e recolher objetos indígenas para uma grande exposição em Paris, empenhado em “*faire l’Amérique*”. Vigiam então os esforços de uma “Antropologia urgente”, *avant la lettre*, quando os ideais de *salvamento* orientavam as teorias e práticas de pesquisa, tanto em Antropologia quanto em Arqueologia, exercendo os museus um papel político preponderante nessas áreas de pesquisa. Tal empreendimento, no entanto, não foi possível pela conjuntura política instável que marcou o início da II Guerra Mundial.

Muito tempo depois, 55 anos após suas visitas ao Museu Nacional, às vésperas das celebrações do centenário do autor de *Macunaíma*, o professor Luiz de Castro Faria recordou seus encontros com Mário de Andrade, recorrendo aos *quadros sociais da memória* de uma vida profissional fartamente documentada, em sua rápida tarefa de *reconhecimento e localização das lembranças* (HALBWACHS, 1952). Cioso dos documentos como provas, arquivista rigoroso, biblioteconomista e museólogo de formação, recorreu a duas dedicatórias escritas por Mário de Andrade, em 1938 e 1942, conferindo densidade e veracidade ao relato que, muitas vezes, repetiu a seus amigos, colegas e alunos sobre esses encontros:

“Conheci Mário de Andrade, mas não convivi muito com ele. Tinha exatos 20 anos a menos do que ele. Tenho dois livros com suas dedicatórias e dei um depoimento recente sobre Mário de Andrade em São Paulo. Eu, naturalmente, era visto como um rapaz promissor e ele já era um escritor consagrado. Tínhamos interesse em habitação popular, mas eu sempre tive horror a essas aproximações forçadas!” (CASTRO FARIA, 23/Mai/2001, com. pess.).²

“Ao Castro Faria, com a lembrança amiga do Mário de Andrade. Rio 1938” e “A Castro Faria, lembrança muito grata de Mário de Andrade. São Paulo, 1942”. As duas dedicatórias aparecem como ilustração em artigo de Lucieni de Menezes Simão (2009: 424), considerando os *elos do patrimônio* entre o pesquisador fluminense e as políticas de preservação de sítios arqueológicos no Brasil. As discussões no então chamado Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, ao longo das décadas de 1950 e 60, culminaram com a promulgação da Lei nº. 3.924/1961, a chamada “Lei da Arqueologia”, cuja fundamentação científica ficou a cargo de Castro Faria, na ocasião chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, atendendo a um pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade (SIMÃO, 2009: 432).³

Já aposentado da UFRJ e da UFF, num de seus relatos sobre os encontros com Mário de Andrade, Castro Faria apresentou a seu colega Marco Antonio da Silva Mello o que chamou primeiramente de “A lição do jardim”. No escritório que ocupava o centro de seu apartamento em Niterói, situado em edifício de três andares no fundo de uma rua sem saída no bairro de Icaraí, o então Professor Emérito era um exímio formulador consciente dos títulos de seus trabalhos, que deveriam conduzir toda a reflexão que se seguisse e operassem como chaves de interpretação, exercício mental proveniente do sofis-

² O trecho citado foi extraído das conversas com Luiz de Castro Faria, realizadas em sua residência, entre maio e dezembro de 2001, por Arno Vogel e Felipe Berocan Veiga e transcritas na ocasião. Como produtos dessa série de registros, resultaram o documentário Luiz de Castro Faria: um quadriênio inesquecível e suas iluminuras, dirigido por Ricardo Maciel da Costa, Arno Vogel e Felipe Berocan Veiga (UFF, 2002, 29 min.), e o cordel O Professor Emérito, escrito pelo último como forma de homenagem jocosa, por ocasião do aniversário de 88 anos de Castro Faria, em 5 de julho de 2001 (VEIGA, 2004).

³ Em homenagem póstuma ao professor por sua participação ativa na formulação da lei de preservação de monumentos arqueológicos, o Prêmio Luiz de Castro Faria foi criado em 2013, no ano do centenário de seu nascimento, pelo Centro Nacional de Arqueologia - CNA do IPHAN, com objetivo de premiar Monografias de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado nessa área de estudos.

ticado ensino que obtivera dos padres professores do Colégio de São Bento do Rio de Janeiro.

“A lição do jardim” seria depois renomeada por Castro Faria em texto até hoje inédito como “lição diante de um jardim”, de certo modo enfraquecendo sua formulação primeira. Seja lá como for, o texto apresentado oralmente em 21 de setembro de 1992 em São Paulo, depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST-CNPq), remete às implicações pedagógicas inesquecíveis derivadas de uma conversação.⁴ Do alto de uma sacada do Museu Nacional, num memorável encontro com Mário de Andrade e Heloísa Alberto Torres, Luiz de Castro Faria sugeriu, movido por excesso de zelo estético e respeito à perspectiva e à concepção paisagística original do palacete da Quinta da Boa Vista, que o jardim republicano deveria ser retirado, restituindo a harmonia do conjunto, num retorno à paisagem do período imperial. Ao ouvir a opinião do antropólogo iniciante, Mário de Andrade não poderia deixar de expressar sua noção bastante diferente de patrimônio, não como algo restrito ao passado ou restituidor de outros tempos, mas como elemento vivo, que se atualiza no presente. E, de modo condescendente, perguntou ao jovem pesquisador o que pensariam hoje a respeito as pessoas que usam, que frequentam esse jardim. Segue o relato de Castro Faria:

“Dessa sua sábia tolerância guardei uma lembrança muito viva ainda, e que de quando em vez aflora à memória como a *lição diante do jardim*.

“Numa tarde estávamos numa das sacadas das salas da diretoria do Museu Nacional, no terceiro piso, contemplando a paisagem fronteira Chamei a sua atenção para o jardim elevado, rodeado de mureta em colunas, que havia seccionado a visão do palácio, construído no alto da colina, e descortinado livremente desde o início da ladeira, franqueada pelas sapucaias, árvores raras, de uma beleza incomum, partes vivas da Quinta da Boa Vista. Defendi com entusiasmo a demolição do jardim republicano, a restituição imperiosa do aspecto original do lugar. Ambos ligados de algum modo ao Serviço do Patrimônio Histórico, ambos convivas do Dr. Rodrigo, devo ter esperado comentários favoráveis, senão adesão imediata à minha proposta. O que ouvi, no

⁴ Agradecemos à Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Heloísa Bertol Domingues, e à funcionária Monica Valle por facultar o acesso aos documentos originais do Fundo Luiz de Castro Faria.

entanto – e no momento não soube perceber o alcance – foi uma lição que com o tempo se tornou mais e mais eloquente. ‘O que significaria para os que hoje visitam a Quinta da Boa Vista essa restituição da paisagem original, a que você se refere?’. ‘Desfiguraram, sim, uma paisagem que era conhecida e admirada por pessoas que já morreram. O novo jardim passou a integrar uma nova paisagem, que os que vivem hoje certamente apreciam. Modificá-la, demolir o jardim elevado será também uma forma, e violenta, de desfiguração. Se esse jardim tirou alguma coisa, alterou uma perspectiva, acrescentou outras, a paisagem não é a mesma, mas continua bela’.

“– ‘Cuidado, meu caro! *Desfazer* é um ato quase sempre perigoso. Você é ainda jovem, pense muito mais em *fazer*.”

(CASTRO FARIA, 1992: 8-9. Lições de sabedoria e generosidade. Lembranças de Mário de Andrade. São Paulo, 21/09/1992. In: *Fundo Luiz de Castro Faria*, caixa 09, documento C.F.D.A. 09.06.097, MAST/MCT).

Ao divergir de uma concepção passadista e do afã conservador do jovem antropólogo em recriar no espaço o tempo perdido, Mário de Andrade apela para o tempo presente e recoloca as pessoas no jardim, valorizando uma paisagem composta por sujeitos e não somente por objetos, para além de sua arquitetura imponente envolta por uma natureza controlada. Ao considerar os usuários – ou seja, aqueles que se aquerenciam, que se acostumam ao jardim tal como é em seu tempo – o escritor modernista recoloca na paisagem o passante, a criança, o idoso, o frequentador assíduo capaz de produzir a paisagem em exercício e a cidade praticada no cotidiano. Em ensaio sobre o tema de 1912, o sociólogo Georg Simmel já observava que “a alma do espectador instaura a paisagem” (SIMMEL, 1996: 22). Ela não existe, portanto, em si mesma, na medida em que é construída e dela se pode extrair uma sucessão de formas, como numa espécie de quadro vivo. No poema *Paisagem: como se faz*, Carlos Drummond de Andrade igualmente a percebia em permanente construção, ligando o passado ao futuro no presente, num jogo permanente de espaço e tempo se refazendo:

“Esta paisagem? Não existe. Existe espaço vacante, a semear de paisagem retrospectiva. A presença das serras, das imbaúbas, das fontes, que presença? Tudo é mais tarde. Vinte anos depois, como nos dramas” (ANDRADE, 2012: 47).

O projeto exumado

No início da década de 1980, uma tentativa de restituir o engajamento conversacional entre disciplinas irmãs foi a criação do projeto de instalação do *Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU*, elaborado pelos professores Arno Vogel (Arquitetura e Urbanismo - UFF) e Marco Antonio da Silva Mello (Antropologia Cultural - IFCS-UFRJ). O convite para a sua formulação original partiu da Prof^a. Maria da Conceição Beltrão, à época responsável pelo setor de Arqueologia do Museu Nacional. O projeto foi resultado do ambiente de convivência próxima, permeado por almoços na cantina e longas conversas entre professores, estudantes, estagiários e bolsistas dessa instituição de ensino e pesquisa – dentre eles os autores do projeto, sua proponente da área de Arqueologia e Luís Felipe Baêta Neves, também ele vinculado ao Departamento de Antropologia.

O diálogo frutífero em torno das questões abordadas no livro *Quando a Rua Vira Casa*, de Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello, Orlando Mollica e outros, motivou o gesto do convite de Maria da Conceição Beltrão a dois de seus autores, considerando a possibilidade de inauguração no Museu Nacional do subcampo da Arqueologia Urbana, ressaltando sua importância estratégica como lugar da inovação científica, em sintonia com a emergência das discussões sobre esse tema em países da Europa, como Grã-Bretanha, Bélgica, França e Portugal.

A partir de um estudo de caso sobre o bairro do Catumbi, afetado pela demolição de parte de seu antigo casario para a construção do viaduto da Linha Lilás, o livro trouxe a público a perspectiva da Arqueologia Urbana e do *sistema construído* como um *sistema de memória*, capaz de despertar um poderoso dispositivo mnemotécnico nos moradores de áreas submetidas a rápidas e radicais transformações no espaço urbano. Segundo os autores:

“O atual Catumbi é um território mapeado através de uma geografia fantástica. Eventuais restos são evocados como testemunhos de um conhecimento tornado meio inútil. É o caso de uma enorme chaminé; hoje um signo estranho e deslocado, único elemento que conseguiu sobreviver de toda uma fábrica de açúcar e que enfeita insolitamente um gramado.

‘Aqui era o quarto de mamãe e ali o meu. Do outro lado morava meu irmão’. Em pé, no meio das pistas do eixo viário, o morador vai reconstituindo um espaço que ainda é real em sua cabeça. Recapitula como era a circulação de um cômodo a outro, põe de novo em seu lugar móveis e objetos domésticos. O suporte de antes, mesmo com o uso radicalmente alterado, segue sendo uma referência fundamental. A retórica de introdução ao Catumbi não esquece de restaurar oficinas, fábricas, casas de comércio. Sugere cheiros e gostos. Vai também introduzindo atores, ao lembrar acontecimentos que envolveram ciganos, ou portugueses, ou italianos, ou ‘cariocas’. Relembra um pequeno escândalo espanhol; revive intrigas locais”. (VOGEL, MELLO, SANTOS *et al.*, 1985: 21-23).

O livro foi publicado inicialmente como relatório final, com o título *Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*, do projeto de pesquisa *Espaço social e lazer – estudo antropológico e arquitetônico do bairro do Catumbi*, elaborado, entre maio e dezembro de 1979, no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), sob o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com a colaboração do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja proposta inicial para financiamento data de 19 de janeiro de 1978. Pesquisa de cunho interdisciplinar, dela participaram os antropólogos Arno Vogel, na qualidade de coordenador do projeto, e Marco Antonio da Silva Mello, que o consolidaram etnográfica e conceitualmente, responsáveis por sua redação final. Participaram também o arquiteto-deseenhista Orlando de Magalhães Mollica, o arquiteto-fotógrafo Paulo Pavel, o arquiteto-cineasta Sérgio Péo, a cineasta Tetê Moraes⁵ e as pedagogas-sociólogas Magali Alon-

⁵ Nomes artísticos dos cineastas Sérgio Casemiro Jucá dos Santos e Maria Teresa Porciúncula Moraes, que o substituiu na finalização do filme *Quando a Rua Vira Casa* (1981). Sérgio Péo já havia antes realizado o filme *Rocinha 77* (1977), em que passeia com a câmera pelos labirintos da grande favela carioca, onde residiu por seis meses. Tetê Moraes, por sua vez, dirigiu depois o filme *Lajes, a Força do Povo* (1982), sobre uma experiência bem-sucedida de participação popular na administração municipal em Santa Catarina.

so de Lima e Zilda Clarice Martins Nunes; além do arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, à época coordenador do CPU-IBAM, autor da apresentação do livro datada de abril de 1980, porém não assinada, e muitas vezes confundido como seu autor por decisões editoriais equivocadas, gravadas na ficha catalográfica da 2ª e 3ª edições, que acabaram induzindo leitores a tomá-lo como autor do livro, e não simplesmente de sua apresentação.⁶

O referido trabalho, além das duas tiragens feitas pelo IBAM, respectivamente, em abril e junho de 1980, conheceria, logo no ano seguinte, sua 2ª edição, revista e atualizada, com o título que passaria então a tornar o livro referência obrigatória na literatura sobre os estudos urbanos: *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (1981). Após uma série de dificuldades de montagem, o filme *Quando a rua vira casa* finalmente ficou pronto no mesmo ano, sendo exibido em 29 de abril de 1981 no auditório da FINEP, no Rio de Janeiro. Rapidamente esgotada a 2ª edição do livro, uma 3ª edição veio a público em outubro de 1985, envolvendo, desta vez, além do IBAM e da FINEP, a Editora Projeto (VOGEL, MELLO, SANTOS *et al.*, 1985), dirigida por Vicente Wissenbach em São Paulo, fundador e editor da revista de arquitetura *Projeto*.⁷

Essa experiência anterior de pesquisa de campo no Catumbi foi bastante favorável à aprovação do novo projeto pela mesma agência de fomento. Entretanto, um novo campo empírico foi proposto para o *Laboratório de Arqueologia Urbana*: o bairro de São Cristóvão, na Zona Norte carioca, com vistas a compreender as transformações no *campus* vicinal da instituição. Ao con-

⁶ O próprio Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, em *Notas à etnografia de Catumbi*, esclarece a respeito da pesquisa antropológica no bairro realizada pelos colegas: 13 - “(...) No Catumbi, havia relações familiares muito fortes (...) e até mesmo grupos étnicos conhecidos por seu conservadorismo em matéria de comportamento profissional, doméstico e familiar (ciganos, italianos, espanhóis, portugueses). De qualquer forma, não sendo este o objetivo do estudo, fica aqui registrado um campo fértil para especulações e análises que, aliás, foram desenvolvidas por Marco Antonio Mello e Arno Vogel em pesquisa que levaram a cabo sobre uso do espaço social no bairro (cf. Vogel, 1980)” (SANTOS, 1981: 196-197).

⁷ Uma 4ª edição do livro *Quando a rua vira casa* está sendo preparada pela EDUFF para ser lançada no início de 2016, a partir das matrizes felizmente conservadas por Vicente Wissenbach e pelo empenho editorial de seu diretor, Prof. Aníbal Bragança. Está prevista uma introdução crítica, elaborada pelos professores Soraya Silveira Simões e Felipe Berocan Veiga, contextualizando a pesquisa etnográfica e ressaltando a atualidade de suas questões.

siderar o entorno imediato do Museu Nacional como estudo de caso, conforme a tradição sociológica da Escola de Chicago (COULON, 1995), a equipe de pesquisadores estaria então diante de uma *sucessão* de formas de ocupação, quando o Bairro Imperial, de endereço nobre no século XIX, passou a ser um bairro industrial, por sua posição estratégica e invejável infraestrutura disponível. Em seguida, com a desindustrialização da área e a consequente precarização de seu sistema construído, veio a tornar-se um bairro decadente, em meio à construção de linhas ferroviárias, viadutos e avenidas atravessando seu perímetro ao longo do século XX.⁸ Entrementes, surgiam novos distritos industriais bem longe do centro urbano, no contexto das transformações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O *Laboratório de Arqueologia Urbana* se estruturava em torno de um projeto-piloto, a partir de uma proposta de pesquisa de campo sistemática sobre o bairro de São Cristóvão, considerando as sucessivas ocupações do bairro, tal como antes realizado no estudo sobre o Catumbi. No setor de exposições do Museu Nacional, o projeto previa a organização de um pequeno ambiente que permitisse aos visitantes apreender o bairro e a cidade como um todo, a partir da apresentação de maquetes, plantas, perfis e objetos. É importante lembrar que naquele então não havia nenhum museu carioca que considerasse a cidade como seu objeto central, papel que hoje, por exemplo, o *Museu de Arte do Rio – MAR* procura encarnar, no contexto dos megaeventos (LA BARRE, 2015).

No âmbito do Departamento de Antropologia, o projeto, embora de escopo reduzido e experimental, era considerado ambicioso. Apesar de ter sido entusiasticamente acolhido por seu caráter inovador, recomendado por pareceristas e com indicações de financiamento aprovado pelos consultores da FINEP, não saiu, entretanto, das promessas de papel. Sua tramitação posterior no Museu Nacional sofreria várias restrições, marcada por percalços da política departamental e por protocolos burocráticos e institucionais interrompidos, que teriam sido necessários para o cumprimento de exigências junto ao órgão de fomento para a implantação da proposta e consequente liberação dos recursos.

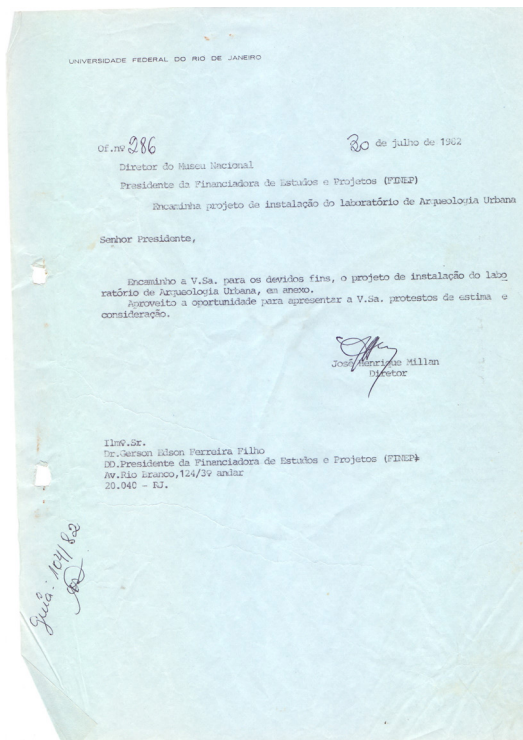
⁸ Dentre os grandes projetos viários que atravessaram o bairro, figuram a Estrada de Ferro Leopoldina (1926), a Avenida Brasil (1946), o Elevado do Gasômetro (década de 1950), a Avenida Radial Oeste (anos 1960-70), a Linha 2 do Metrô Rio (1981) e a Linha Vermelha (1992).

Diante das solicitações recentemente feitas pelo antropólogo Gabriel Ferreira Barbosa (PPGA-UFF e LeMetro/IFCS-UFRJ) para fins desta publicação, a arqueóloga responsável pela Reserva Técnica do Museu Nacional, Angela Maria Camardella Rabello, gentilmente elaborou breve e preciso histórico da tramitação interna do projeto do *Laboratório de Arqueologia Urbana*, entre julho de 1982 e abril de 1983:

“*LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA URBANA – LAU/MN*
Setor de Arqueologia/Museu Nacional/UFRJ – FNDCT/FINEP - Coordenação: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão.

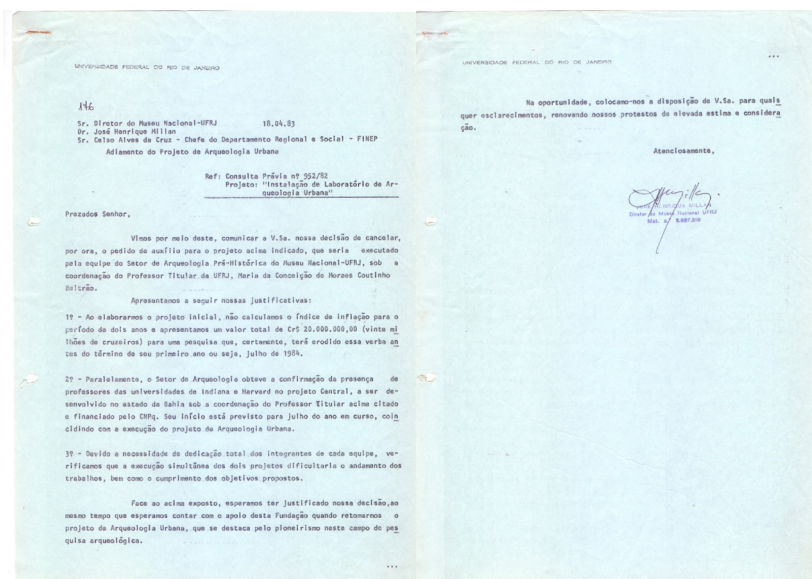
Histórico:

1. Julho/1982 - Solicitação para a instalação do Laboratório de Arqueologia Urbana, através de Ofício nº. 286 de 30.07.82, guia 104/82, assinado pela Direção do Museu Nacional (Doc. 1).



Doc. 1 - Encaminhamento do projeto de instalação do Laboratório de Arqueologia Urbana à FINEP.

2. Janeiro/1983 - Resposta da FINEP: enquadramento do projeto nas linhas de Apoio do FNDCT como Consulta Prévia nº. 952/82, Projeto: Instalação de Laboratório de Arqueologia Urbana, documento nº. 000927 de 25.01.1983. O documento prioriza 'a realização da pesquisa piloto proposta, devendo a instalação de um laboratório de arqueologia urbana ficar para uma fase posterior'. Estabelece, ainda, o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega da Solicitação Formal de Financiamento em roteiro anexo, sem o qual o projeto seria automaticamente arquivado naquela Financiadora.
3. Março/1983 - Pedido de prorrogação do prazo para entrega da Solicitação Formal de Financiamento, Of. nº. 101 de 10.03.83, assinado pelo Diretor do Museu Nacional, José Henrique Millan.
4. Abril/1983 - Adiamento do pedido de auxílio para o projeto em carta do Diretor do Museu Nacional, José Henrique Millan, ao chefe do Departamento Regional e Social da FINEP, Celso Alves da Cruz" (Doc. 2). (RABELLO, A. M. C., 10/Ago/2015, com. pess.).



Doc. 2 - Adiamento do projeto do Laboratório de Arqueologia Urbana.

A partir das referências ao projeto identificadas e elencadas por Angela Rabello, contando ainda com o auxílio e as indicações de Claudine Borges Leite, secretária da Direção do Museu Nacional, Gabriel Barbosa encaminhou-

-se à Seção de Memória e Arquivo – SEMEAR. Foi atendido pelo funcionário Jorge Dias Junior que, finalmente, disponibilizou o acesso ao acervo, tornando possível localizar a correspondência entre o Museu Nacional e a FINEP referente à proposta do LAU. A partir de outra consulta realizada junto ao órgão de fomento, Guida Wajnbergier, analista e coordenadora da área de logística da FINEP, enviou as seguintes informações por correio eletrônico:

“Localizei somente o número de referência do projeto: 836/82 - UFRJ/ Museu Nacional. Instalação do *Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU/MN*, com a finalidade de aprofundar os estudos a respeito do desenvolvimento da sociedade urbana brasileira. (...) O projeto foi enquadrado em 10 de janeiro de 1983 e depois arquivado em 05 de maio de 1983” (WAJNBERGIER, G., 28/Jul/2015, com. pess.).⁹

O arquivamento da proposta, tal como evidencia-se a partir da documentação aqui reunida, põe fim às protelações, encerrando abruptamente as tratativas até então bem sucedidas entre o órgão proponente e a agência financiadora. O expediente do Diretor do Museu Nacional, Dr. José Henrique Millan, interrompendo o projeto com financiamento aprovado é esclarecedor a esse respeito. Os argumentos que sobressaem da decisão de cancelar o pedido de auxílio estão distribuídos em três justificativas: a primeira é de ordem orçamentária e contábil; a segunda refere-se à sobreposição de atividades decorrentes de outro projeto no campo da Arqueologia Pré-Histórica; e, finalmente, a terceira diz respeito à equipe técnica e à alegação da coincidência de seus compromissos.

O exame atento dos termos nos quais se estrutura o Ofício nº. 176/83, contudo, permite alcançar outra ordem: o primeiro argumento revela o que outros arquivos não conservaram, ou seja, o orçamento total de 20 milhões de cruzeiros ao longo de 24 meses de execução do projeto-piloto, de caráter experimental para a implantação do Laboratório. Segundo a tabela de correção mo-

⁹ Agradecemos aqui a Amélio Gabriel Machado, Claudine Borges Leite (secretaria da Direção), Ângela Maria Camardella Rabello (Reserva Técnica) e Jorge Dias Junior (Seção de Memória e Arquivo - SEMEAR) no Museu Nacional, e a Guida Wajnbergier, na FINEP, pelos documentos importantes fornecidos para a realização deste artigo.

netária, o valor seria equivalente a 292 mil reais em 2015, ou a 76,6 mil dólares pela cotação atual. O motivo alegado no documento, de que “o índice da inflação para o período de dois anos (...) terá erodido essa verba antes do término de seu primeiro ano” era, na realidade, um falso argumento, uma vez que um órgão federal do porte da FINEP, comprometido com a promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico-tecnológico, realizava todas as correções e ajustes monetário para o bom andamento dos projetos sob seu patrocínio.

O terceiro item, por sua vez, soa como um argumento de conveniência, pois os recursos humanos e técnicos para implantação do projeto-piloto, com pesquisas empíricas de caráter etnográfico no bairro de São Cristóvão, não exigiam uma equipe numerosa que onerasse o Setor de Arqueologia do Museu Nacional ou que prejudicasse a execução de qualquer outro projeto simultâneo. Arranjos de cooperação entre as instituições federais de ensino e pesquisa supririam perfeitamente a alocação de recursos humanos previstos desde o início para o bom andamento do projeto, com uma equipe sabidamente reduzida. Recai, portanto, sob o segundo argumento, todas as marcas de uma escolha deliberada em favor da tradição disciplinar:

“Paralelamente, o Setor de Arqueologia obteve a confirmação da presença de professores das universidades de Indiana e Harvard no projeto Central, a ser desenvolvido no estado da Bahia sob a coordenação do Professor Titular acima citado [Maria da Conceição Beltrão] e financiado pelo CNPq. Seu início está previsto para julho do ano em curso [1983], coincidindo com a execução do projeto de Arqueologia Urbana” (Ofício nº. 176/83, MN-UFRJ, 18/04/1983).

É, pois, esse item do ofício que traz o argumento definitivo, no qual o Setor de Arqueologia comunica à FINEP ter outras prioridades de pesquisa, previstas para o mesmo ano e já financiadas pelo CNPq, reforçando sua filiação plena ao campo da Arqueologia Pré-Histórica. O Projeto Central, que se desdobraria desde então até a atualidade, tinha o condão de reconstituir a ocupação humana pré-histórica no sertão da Bahia, explorando a planície calcária da Chapada Diamantina, no médio São Francisco, o que certamente exigiria coordenar uma logística complexa, administrar altos recursos humanos e

financeiros, adquirir equipamentos e organizar excursões. Maria da Conceição Beltrão viria a encontrar ossos de animais pleistocênicos extintos, artefatos líticos e pinturas rupestres em novos sítios por ela identificados, como Toca dos Búzios, Toca do Aragão e Toca da Esperança, onde faria uma série de escavações importantes. A recepção a pesquisadores de notáveis universidades norte-americanas era fundamental para a legitimação de suas novas descobertas, na busca de certificação do projeto junto à comunidade acadêmica internacional e, ao mesmo tempo, de ampliação das alianças transdisciplinares desejadas com as ciências naturais, tais como a Física, a Química, a Geologia, a Botânica, a Zoologia e a Paleontologia.¹⁰ Diante desse quadro de alegações, não é de se estranhar, pois, que a Arqueologia Urbana não prosperasse naquele momento crucial.

O campo em disputa

“Face ao acima exposto, esperamos ter justificado nossa decisão, ao mesmo tempo que esperamos contar com o apoio dessa Fundação quando retomarmos o projeto de Arqueologia Urbana, que se destaca pelo pioneirismo neste campo de pesquisa arqueológica”. (Ofício nº. 176/83, MN-UFRJ, 18/04/1983).

O projeto do *Laboratório de Arqueologia Urbana* trazia consigo uma aposta ousada com vistas ao alargamento do campo da disciplina no Brasil. A opção por seu cancelamento viria interromper, de parte a parte, a possibilidade de abertura de um diálogo almejado entre a Arqueologia Histórica e os estudos urbanos. Contudo, seu cancelamento traz as marcas da ambiguidade, com o reconhecimento institucional de seu caráter inovador, deixando no horizonte a possibilidade de sua realização futura, jamais concretizada. Sua proponente formal, embora inicialmente motivada com a ideia, não aceitou o desafio de se arriscar em uma área nova, tendo em vista os cálculos de seus custos e benefícios e as tendências de homogeneização no campo científico, concebido como um campo de disputa. Pois, segundo Pierre Bourdieu:

¹⁰ Informações sobre o Projeto Central e publicações a seu respeito de Maria da Conceição Beltrão e equipe estão disponíveis no seguinte portal da internet: <http://www.projetoacentral.com>.

“Não há ‘escolha’ científica (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983: 126-127).

Os autores do projeto, Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, embora pertencentes, na qualidade de professores-pesquisadores, a dois departamentos acadêmicos de universidades públicas federais (UFF e UFRJ), não tendo assento em nenhuma instância deliberativa no Museu Nacional, não puderam participar das decisões sobre seu cancelamento. Tampouco foram devidamente informados sobre sua tramitação interrompida ou mesmo sobre os argumentos evocados na correspondência com a agência financiadora. Diante do projeto frustrado e do embaraço entre seus proponentes, a publicação de um texto sobre o tema na *Revista de Arqueologia* seria logo depois proposta como uma espécie de reparação a seus autores. Assim, o artigo *Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?* tornou-se conhecido ao ser publicado na *Revista de Arqueologia* (VOGEL e MELLO, 1984), fundada um ano antes por Maria da Conceição Beltrão. O periódico era originalmente editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, publicado com apoio do CNPq e da FINEP, e mais tarde tornou-se revista oficial da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. Em seus conselhos editorial e científico originais, figuravam, entre outros, Luciana Pallestrini,¹¹ Salete Maria Neme,¹² Gilberto Velho e Luiz de Castro Faria.

Os autores sequer tinham visto ainda o artigo publicado, quando Castro Faria, de modo inesperado, surpreendeu Mello ao entrar em sua sala, va-

¹¹ Luciana Pallestrini foi orientanda do Prof. André Leroi-Gourhan em Paris, com quem aprendeu o método de escavação de superfícies amplas, que divulgou no Brasil a partir da criação do Projeto Paranapanema e da estruturação do setor de Arqueologia no Museu Paulista (USP), na década de 1970. Leroi-Gourhan, por sua vez, havia sido vice-diretor do Musée de l'Homme, onde supervisionou o estágio de Luiz de Castro Faria, e sucessor de Marcel Griaule na Sorbonne na década de 1950, atuando na cátedra de Pré-História no Collège de France entre 1969 e 1982.

¹² Salete Maria Neme foi assistente de Maria da Conceição Beltrão no Museu Nacional, integrante da equipe do Projeto Central. Como historiadora de formação, realizou seus estudos acadêmicos em Arqueologia Histórica, sob orientação de Eulalia Lameyer Lobo (Mestrado) e Francisco Falcon (Doutorado) no IFCS-UFRJ. Agradecemos aqui à Salete Maria Leme e a Luiz Felipe Baêta Neves (MN-UFRJ e UERJ) pelos esclarecimentos recentes, que permitiram reconstituir a ambiência intelectual do Setor de Arqueologia e suas complexas relações no Departamento de Antropologia do Museu Nacional.

rejeando a revista em sua direção e indagando em alta voz: “Vão fazer buraco na rua agora?!?”. Mais do que impertinência, o gesto súbito era uma espécie de alerta, por quem havia escrito os primeiros balanços sobre a Arqueologia no Brasil e conhecia muito bem seus arranjos e condições situacionais – ou o *estado de coisas* do campo (*Sachverhalt*), como gostava de dizer. Em sua atitude, Castro Faria encarnava o papel da estrutura e das posições de poder, diante de uma instituição, um Museu de História Natural, e de sua conjuntura, onde as chances de sucesso naquela aposta eram muito reduzidas. Havia uma desproporção visível entre as partes envolvidas e o projeto em jogo poderia parecer uma “jogada” (GOFFMAN, 2009), espécie de pretexto para uma afiliação espúria a uma instituição consagrada.

Apesar da manifestação histriônica de sua resistência à novidade, Castro Faria não desconhecia de todo as sugestivas propostas no campo da Arqueologia Industrial que chegavam ao Brasil na década de 1970, sobretudo, a partir das conferências realizadas pelo brasilianista Eddy Stols, professor emérito da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, e também por José Amado Mendes, na ocasião professor de História Econômica da Universidade de Coimbra, autor de estudos sobre a indústria de vidros em Leiria, Portugal, em funcionamento desde a primeira metade do século XVIII, e seu papel modernizador durante o reinado de D. João V.¹³

Como professor titular e um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, a convite de suas colegas e ex-alunas Aydil de Carvalho Preiss e Ismênia de Lima Martins, Castro Faria não só esteve presente às conferências, como as difundiu entusiasticamente entre seus colegas e alunos. Quando o recém-criado PPGH-UFF recebeu o historiador *flamand* como conferencista, Eddy Stols desenvolvia um programa de pesquisa nos marcos teóricos da História Econômica, tendo como propósito investigar o capitalismo belga e sua expansão nos países perifé-

¹³ Agradecemos aos professores Francisco Falcon (Professor Emérito - UFF e UFRJ), Maria Célia Falcon (UFF), César Honorato (UERJ e UFF), Antonio Edmilson Martins Rodrigues (UERJ e PUC-RJ) e Aydil de Carvalho Preiss (UFF) pelas informações e conversas que permitiram reconstituir o campo da Arqueologia Industrial e da História Econômica no Brasil, a partir da década de 1970. Wagner Neves Rocha (UFF) também foi de fundamental ajuda para a busca de informações e contatos a esse respeito.

ricos. No caso brasileiro, algumas fábricas de tecido de capital belga, coincidentemente, encontravam-se nas cidades de Niterói e São Gonçalo, nos bairros industriais do Barreto e de Neves. Sua pesquisa visava reconstituir o espaço construído e os processos fabris, considerando os recursos tecnológicos disponíveis no século XIX e início do século XX, tais como a construção de canais, comportas e eclusas e o uso expressivo da arquitetura metálica em estações ferroviárias, portos, pontes, moinhos, silos, faróis, mercados, galerias e fábricas.

Após sua conferência sobre Arqueologia Industrial, Eddy Stols foi na companhia de sua colega Maria Célia Falcon, professora de História da UFF, realizar uma espécie de visita guiada de caráter exploratório a essas fábricas, muitas delas já fechadas, e a antigos esqueletos de instalações industriais. Esse encontro gerou uma relação de amizade duradoura entre historiadores fluminenses e o conferencista, que retornaria outras vezes ao Brasil e em 1994 receberia três colegas da UFF e da UFRJ em Bruxelas: Francisco Falcon, Maria Célia Falcon e Maria Yedda Linhares. Assim como Lille, no norte da França, a região de Flandres, no norte da Bélgica, conheceu intensa industrialização, seguida de processos de desindustrialização, o que permitia considerar as transformações no espaço e seus testemunhos materiais em distintas fases da Revolução Industrial.

Para além do projeto engavetado, por que motivos, afinal, a inserção da área de Arqueologia Urbana nos cursos de Arqueologia não vingou, mesmo posteriormente? Quais seriam os problemas, os *enjeux*, as perdas e ganhos na aproximação entre as duas disciplinas, uma vez que a Arqueologia é o passado da Antropologia (HUDSON, 1976: 17), conforme a clássica definição? Ao analisar o campo e suas vicissitudes, é de se notar que a Arqueologia esteve por décadas no Museu Nacional sem nenhum tipo de vínculo com a pós-graduação. E mesmo quando tardiamente se institucionaliza como área na universidade, a Arqueologia Urbana não se torna disciplina regular e obrigatória em

curso de Graduação¹⁴ nem de Pós-Graduação em Arqueologia.¹⁵ Só mais recentemente, antropólogos trabalhavam em consórcio com arqueólogos e historiadores, no contexto dos projetos de consultoria ambiental e laudos periciais. A respeito das diferenças implícitas e explícitas no campo disciplinar, o arqueólogo Rossano Lopes Bastos¹⁶ esclarece em entrevista:

“A Arqueologia, diferentemente da Antropologia, no Brasil, ainda se caracteriza por uma disciplina em formação, ao passo que a Antropologia já se constitui numa disciplina com um corpo teórico mais amadurecido. Esta relação se dá, principalmente, em função dos objetos estudados por cada uma delas e pelo fato de a Arqueologia ter se desenvolvido mais lentamente, no Brasil. Se, por um lado a Antropologia tem seu nascedouro dentro dos museus, a Arqueologia nasce *para* os museus, isto é, para alimentá-los com a cultura material e aqui lembramos o ‘período do colecionismo’. Enquanto a Antropologia sai dos museus para o campo e a academia, a Arqueologia sai da academia e do campo para os museus.

(...) A Arqueologia e a Antropologia vivem um momento de tensão sem que uma efetiva e desejável aproximação construa aportes transversais de entendimento e de utilização mútuos. No Brasil, infelizmente, a Antropologia ainda não reconhece a Arqueologia como uma dis-

¹⁴ O primeiro curso de Graduação em Arqueologia no Brasil, atualmente extinto, foi criado por Osvaldo Heredia nas Faculdades Integradas Estácio de Sá em 1979, onde dois anos depois foi fundada a Sociedade de Arqueologia do Brasil - SAB. A partir de 2005, vários cursos de Graduação surgiram na área: 3 na Região Norte (UEA, UNIR e UFOPA), 4 no Nordeste (UFPE, UFPI, UNIVASF e UFS), 1 no Centro-Oeste (PUC-GO), 3 no Sudeste (UERJ, UFMG e UNIMES) e 2 do Sul (UFPEL e FURG). Interessante observar que boa parte desses cursos prosperaram próximos a sítios arqueológicos, ou seja, a poucas horas do canteiro de obras dos profissionais no campo, distantes, por sua vez, dos gabinetes consagrados das coleções museográficas.

¹⁵ Desde 1972, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP oferece a mais antiga Pós-Graduação em Arqueologia do país, quando criou essa área de concentração no Mestrado e Doutorado em Antropologia e, em 2004, constituiu seu programa independente. Em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano – FUNDHAM, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE em 2002. Quatro anos depois, foram criados o PPGAQ do Museu Nacional – UFRJ e o PPGAN-UFMG, que oferece áreas de concentração em Antropologia Social e Arqueologia. Em 2008, na UFPI surgiu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia – PPGAQ. Dois anos mais tarde, o PROARQ no campus Laranjeiras da UFS e o PPGA - UFPA iniciaram suas atividades, esse último com áreas de concentração em Arqueologia, Antropologia e Bioantropologia. Em 2012, surgiu o PPGAnt - UFPEL, com áreas de concentração em Antropologia Social e Cultural e em Arqueologia. Ver, a esse respeito, BEZERRA, 2008, PROUS, 2013 e SOUSA, 2015.

¹⁶ Rossano Lopes Bastos possui Graduação em Arqueologia pela UNESA, Especialização em Arqueologia Pré-Histórica pelo Museu Nacional, Mestrado em Geografia pela UFSC e Doutorado em Arqueologia pela USP. É arqueólogo do IPHAN desde 1985 e foi presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira entre 2005 e 2007.

ciplina irmã, e sim, uma filha bastarda. Por outro lado, os arqueólogos, lidando com um campo extremamente vasto, interdisciplinar e transversal têm procurado afirmar a Arqueologia como uma disciplina independente, mesmo que, no passado, a Arqueologia tenha sido uma disciplina mais importante que a Antropologia” (BASTOS, 2015).

Nesse contexto de diferenças cultivadas e de busca por legitimidade na *hierarquia dos objetos*, a Arqueologia Urbana foi se associar à Arqueologia Industrial, diante do interesse despertado pelo assunto em pesquisadores da área da História Econômica, tais como Eulália Maria Lahmeyer Lobo, autora de pesquisas sobre o capitalismo industrial e o contexto operário no Rio de Janeiro, e Bárbara Levy, que investigava a memória do mercado de capitais. Eddy Stols e seus colegas Francisco Falcon e Antonio Edmilson Martins Rodrigues, juntamente com seu ex-aluno César Honorato, chegaram mesmo a esboçar um projeto nessa área, que não teve continuidade por falta de interesse institucional.

Assim, a Arqueologia Industrial também não vingou plenamente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História, dessa vez por questões referentes à redução dos estudos em História Econômica que marcaram o campo disciplinar nas décadas de 1970 e 80, permeado por disputas internas entre as abordagens marxistas, de um lado, e quantitativistas, de outro. O debate que dividia os historiadores inviabilizou posteriormente o maior fomento da História Econômica e, com ela, o florescimento da Arqueologia Industrial no Brasil, diante da cotação dessa área em baixa no mercado acadêmico de então. Rejeitado pela segunda vez, o tema migrou de modo marginal para o campo da Arquitetura & Urbanismo, como única área que finalmente se interessou por seus objetos empíricos, tais como plantas industriais, edifícios históricos, maquinaria, traçados e equipamentos urbanos.

Após mais de três décadas, a oportunidade de publicação dos originais do projeto do *Laboratório de Arqueologia Urbana* traz à tona a densidade das questões teóricas e metodológicas apresentadas que ainda permanecem atuais, *vis-à-vis* à simplicidade do texto. A exumação dos termos do projeto é também, desse modo, a proposta de exumação de uma interlocução perdida em um campo marcado por disputas. Pois a respeito da disciplina, o arqueólogo Richard B. Woodburry sentenciou:

“A Arqueologia pode definir-se como a Antropologia de culturas extintas. (...) A Arqueologia pode considerar-se também como uma série de técnicas especializadas para se obter dados culturais do passado, dados que podem ser utilizados por antropólogos, historiadores, críticos de arte, economistas ou quaisquer outros especialistas interessados pelo homem e suas atividades. Esse ponto de vista tem a vantagem de eliminar o problema de determinar se Arqueologia é Antropologia ou História e permite abarcar os diversos e, às vezes, incompatíveis fins para os que se utilizam dos dados e conclusões arqueológicas. A maior contribuição da Arqueologia reside na profundidade histórica com que complementou os estudos sincrônicos da Antropologia sobre sociedades de todas as partes do mundo”. (WOODBURRY, 1974: 533. Tradução nossa)

Não raro, no campo das Ciências Humanas, a Arqueologia esbarra no problema epistemológico de uma ciência confundida com suas técnicas e métodos, ao reificar a dimensão diacrônica sob a espécie da *escavação*. Contrastivamente, a proposta de uma Arqueologia Urbana põe em relação e evidencia, na contemporaneidade, a copresença de várias temporalidades simultâneas presentes num mesmo sistema de estruturas: a urbe e seu sistema construído. Em seu artigo *Patrimônio industrial: algumas questões em aberto*, a arquiteta Beatriz Mugayar Kühl, ao mapear o debate conceitual, a problematização das periodizações e a dispersão das categorias empregadas nos novos estudos em Arqueologia Industrial, chama atenção para o seguinte:

“Outro ponto a ser discutido é o próprio uso da palavra ‘arqueologia’, tema de numerosas controvérsias ao longo das décadas de 1970 e 1980, pois certos autores contestavam seu emprego a esse propósito, questionando a pertinência para casos em que não fosse necessário o emprego de métodos da arqueologia ‘tradicional’ (em especial escavações) e em que não existissem testemunhos materiais da atividade produtiva. Mas a arqueologia industrial pode ser entendida de maneira ampla, como enfatiza Hudson, que evidenciou a largueza semântica da palavra ‘arqueologia’, associando-a a fases passadas de manifestações humanas”. (KÜHL, 2010: 26)

O contexto da época do projeto do LAU é revelador pois, no mesmo ano de 1982, faleceu o escritor francês Georges Pérec, cujas crônicas sobre a rua em que morou no XX^{ème} Arrondissement de Paris, cujo casario foi demolido para dar lugar ao *Parc de Belleville*, inspiraram o filme *En remontant la rue Vilin*, dirigido por Robert Bober (1992, 48 min.).¹⁷ Em 1987, *The Building* foi publicado pelo quadrinista Will Eisner, exemplo clássico de *graphic novel* que explora, com riqueza de detalhes e situações, a vida cotidiana no Bronx e as transformações urbanas de Nova York sob a administração de Robert Moses. Assim o autor inicia seu livro:

“Por mais de oitenta anos o edifício fincou-se no cruzamento de duas grandes avenidas. Era um marco cujas paredes resistiam à chuva de lágrimas e ao golpe das risadas. Com o tempo, um acúmulo invisível de dramas formou-se ao redor da sua base. Um dia o prédio foi demolido, deixando em seu lugar um horrível vazio e o resíduo de destroços psíquicos. Depois de vários meses, um novo edifício ergueu-se de dentro da cratera”. (EISNER, 2009: 161)

Por trás das ruínas

No centro histórico do Rio de Janeiro, nos imóveis de números 77 e 79-81 da Praça Tiradentes, convivem, lado a lado, o antigo e o novo endereço da *Gafieira Estudantina*, numa vizinhança de sobrados geminados. O estilo arquitetônico esconde, com sua semelhança física e proximidade no espaço, a descontinuidade no tempo. A própria fachada promove a conexão entre o passado e o presente que compõe o imaginário da gafieira e que integra as estratégias comerciais adotadas pelo galego-espanhol Isidro Page, o dono da casa. De dia, a ruína do antigo salão é perceptível por algumas janelas quebradas que permitem ao passante avistar o céu. De noite, no entanto, disfarçada pelos ta-

¹⁷ A respeito das marcas visíveis das transformações no bairro de Belleville, ver também os seguintes documentários: *Babelville* (diretor: Philippe Baron, 1992, 55 min.) e *10 rue Lesage, Belleville: arqueologia urbana de um bairro popular parisiense* (diretores: Marco Antonio da Silva Mello, Augustin Geoltrain, Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões, 2010, 77 min.), exibido no cinema da USP – CINUSP, a convite de Silvio Luis Cordeiro, durante a III Mostra Audiovisual Internacional em Arqueologia – III MAIA, realizada em 25 de novembro e 01 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.veoh.com/watch/v32185951ysS6A8fk>.

pumes das janelas mais baixas e pelas grandes portas fechadas, transforma-se na “moldura de uma vida” (SIMMEL, 1998: 139), em cenário do alegre passeio por onde senhoras perfumadas e seus *partners* desfilam em direção ao baile.

Em seu ensaio sobre a ruína publicado em 1911, Georg Simmel sentenciou: “o que constitui a sedução da ruína é que nela uma obra humana é afinal percebida como um produto da natureza” (*Idem, ibidem*). Considerando, dentre as artes, a arquitetura a que mais ressalta a vitória do espírito humano, o autor observa que a ruína paradoxalmente inverte essa lógica, diante da ação demolidora da chuva, do vento e da vegetação que não para de crescer; enfim, do tempo, que reconduz pedras e alicerces subtraídos da natureza pelo engenho humano de volta às suas tonalidades originais. Simmel considera que, dentre os fragmentos de obras de arte destruídas, a ruína é a mais significativa, pois adquire um novo sentido, uma nova totalidade em si mesma. Diante de seu “efeito trágico – mas não triste”, acrescenta:

“Ela é o sítio da vida, da qual a vida se separou. (...) A ruína cria uma forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos e restos, mas segundo seu passado como tal. Isto constitui também a sedução das antiguidades (...). O passado com seus destinos e suas mudanças é reunido neste momento de observação estética” (SIMMEL, 1998: 140-142).

O velho sobrado da Praça Tiradentes revela a imponência do que foi o sistema construído em seu passado glorioso, na virada do século XX. Albert Speer, ministro e arquiteto-chefe da Alemanha nazista, concebeu a teoria do *valor da ruína*, segundo a qual todos os edifícios alemães deveriam ser desenhados com uma estética imponente, para que suas ruínas, num futuro distante, testemunhassem o poder da civilização alemã, tal como as ruínas greco-romanas representavam a grandeza dos povos clássicos (SPEER, 1970: 55-56). Esse princípio que demandou ao arquiteto um minucioso estudo sobre *resistência dos materiais* foi adotado por Hitler com entusiasmo, que aprovou, em 1938, seu projeto de construção da monumental Chancelaria do Reich, com amplos salões e imensa galeria em mármore vermelho. Após o bombar-

deio de Berlim, o edifício foi inteiramente destruído pelos soviéticos, apagando suas ruínas e marcas da paisagem e reconduzindo suas pedras para a construção de um memorial soviético da II Guerra na capital alemã.

Ao contrário de Simmel, para quem as ruínas davam uma “impressão de paz”, a socióloga Barbara Freitag observa “a proximidade inconfundível entre guerra e ruína, ruína e arte”, analisando aspectos da renovação urbana em Berlim (FREITAG, 2001: 3). A autora chama a atenção para o culto a edifícios destruídos pelos bombardeios da cidade, como a *igreja-memorial* (*Gedächtniskirche*) do Kaiser Wilhelm, com sua torre parcialmente destruída e chamada popularmente de “o dente oco” (*der Hohle Zahn*). O processo de valorização simbólica das ruínas, como o próprio muro de Berlim e seus fragmentos vendidos como *souvenirs*, abre as portas para a transformação da cidade em cenário para projetos de “intervenções urbanas” e de galerias de arte a céu aberto, alterando substantivamente o que antes era visto como sinais da decadência em objeto de interesse estético e econômico (*Idem, ibidem*).

A gramática de argumentos desses processos de renovação urbana, cada vez mais globalizados e articulados entre si, se repete em grande parte das metrópoles, em bairros considerados degradados como, por exemplo, Mitte (Berlim), Belleville (Paris), Raval (Barcelona) e Bronx (Nova York). É o que vem acontecendo de modo acelerado na Zona Portuária do Rio de Janeiro e também na Lapa e na Praça Tiradentes, onde a transformação dos negócios e moradias da chamada “renovação urbana”, no fundo, representa uma *renovação humana*, diante da mobilidade residencial forçada e dos processos de gentrificação, com a remoção de antigos moradores e comércios indesejados de áreas tipificadas como “problemáticas”.

Em meio às batalhas de arquitetos e planejadores urbanos contra a degradação dos edifícios e utilizando argumentos em prol da “revitalização”, os sobrados antigos que ainda restam e as ruínas urbanas do centro da cidade passaram a ser mapeados e disputados pelos projetos de intervenção. Por trás das fachadas, no entanto, se escondem não só os eventuais ocupantes, mas também o porquê da existência dessas ruínas, revelando a fragilidade das estruturas e instituições sociais: as disputas familiares de antigos proprietários

e seus descendentes, a morosidade dos processos sobre espólios e inventários na justiça civil, a inconstância das políticas de financiamento de moradia, o abandono de imóveis por órgãos públicos e irmandades religiosas, os reiterados incêndios e desabamentos, a falta de investimentos em áreas desconsideradas pelo poder público e os entraves dos moradores e comerciantes com as políticas de patrimônio.

Simmel observa a condição liminar das ruínas, pois “entre o ‘ainda não’ e o ‘não mais’ existe um traço de espírito”. O jogo entre o passado e o presente, entre a extinção e a permanência, entre guerra e paz, morte e vida ou mesmo entre natureza e humanidade, se coloca diante dessas fachadas idênticas da Praça Tiradentes, em que continuidades e descontinuidades se confundem. Para os antigos funcionários e frequentadores, as ruínas do velho salão de dança têm outro significado: são, portanto, importantes testemunhos de uma *arqueologia urbana*.

Como se visitassem escavações arqueológicas, por meio de narrativas envolventes e gestos de grande densidade emocional, os moradores e usuários de casas demolidas tentam restituir os sentidos da convivência e do cotidiano apagados definitivamente da paisagem moderna, porém preservados na memória com viva densidade emocional. Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello argumentam que “uma Arqueologia Urbana pode nos ensinar muita coisa, não só a respeito das práticas do dia-a-dia, mas também a respeito dos sonhos e da imaginação, das artes do fazer e do viver de uma sociedade”. Assim, analisando o sistema construído da região da Cidade Nova e, a partir dele, seus usos no presente e no passado, observam que:

“As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos – sistema construído e relações que o animam – constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética” (VOGEL e MELLO, 1984: 50).

Em geral, as rápidas transformações se pautam por ideais como “progresso” e “desenvolvimento”, como no caso da construção das autopistas que seccionaram inteiramente o bairro do Catumbi. Contudo, muitas intervenções urbanas, igualmente excludentes do ponto de vista social, se orientam por certa visão preservacionista e idealizada das cidades como cenários irretocáveis, promovendo “um certo esteticismo da antiguidade (*rareté*)”. Essa parece ser a tendência despertada pela ideia de um “novo Rio antigo”, na qual se inserem atualmente os projetos de transformação da Lapa e da Praça Tiradentes.

A perspectiva dessas mudanças nos remete ao drama das remoções e despejos, constantes nos processos de renovação urbana ocorridos ao longo da história do Rio de Janeiro, desarticulando pessoas vinculadas afetivamente entre si e em relação a um território de vivência e experiência comum. No caso da *Gafieira Estudantina*, tanto os ocupantes da ruína ao lado quanto os do salão de dança em atividade temem ser varridos pelas remoções, porém em graus distintos de inserção e acionando diferentes estratégias. Em seu capítulo *A Memória Coletiva e o Espaço*, Maurice Halbwachs atribui particularmente ao comércio tradicional, aparentemente anacrônico, a força do apego aos lugares, com suas formas de frequência e vindicação de pertinência, diante dos processos de transformação urbana. Segundo o autor:

“É assim que nos surpreendemos ao encontrar ilhotas arcaicas no meio de bairros novos. É curioso ver reaparecer, mesmo depois de um intervalo em que nada parecia subsistir, em bairros totalmente reformados e onde se acreditava que não tinham mais lugar, os estabelecimentos de prazer, os teatrinhos, os bolsões comerciais mais ou menos escondidos, os brechós etc. Isso acontece principalmente com os ofícios, os negócios e todos os modos de atividades um pouco antigas, que não tem mais lugar nas cidades modernas. Eles subsistem em virtude da forma adquirida e certamente teriam desaparecido, se não se prendessem teimosamente aos lugares que outrora lhe eram reservados” (HALBWACHS, 2006: 164-165).

Pelo fato de a Praça Tiradentes se parecer com uma dessas “ilhotas arcaicas”, em plena área central de negócios do Rio de Janeiro, foi que políticas

de renovação urbana se dirigiram para lá desde o início dos anos 2000, com a escolha do local para as intervenções urbanas do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional do Ministério da Cultura – IPHAN/MinC, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de R\$ 17,6 milhões.

Assim, como as ruínas das velhas gafieiras – esses verdadeiros “fantasmas da cidade” (CERTEAU e GIARD, 2008: 189) – a memória dos mais antigos dançarinos, frequentadores, comerciantes e conhecedores do assunto também se apresenta em fragmentos, por vezes contraditórios, por vezes encaixando no *patchwork* as peças na reconstituição dos vestígios de um tempo perdido. Durante a pesquisa de campo (VEIGA, 2011), os interlocutores exercitavam na companhia do etnógrafo uma *arqueologia urbana*, ao descreverem interiores e enumerarem os sucessivos negócios que, um dia, funcionaram nos imóveis ainda existentes ou desaparecidos, como pontos de referência importantes para a configuração da Praça Tiradentes como o endereço certo da vida noturna e da dança social na cidade. Desse modo, ruínas de vários níveis se conjugavam: a ruína arquitetônica das gafieiras antigas expressavam ruínas financeiras de negócios que, por uma série de razões, não foram mais capazes de se sustentar a partir das décadas de 1960 e 70. E cada vez mais, se torna difícil reconstituir seus estilos, públicos, modos de funcionamento e práticas cotidianas, diante de memórias, também elas, em ruínas.

Por fim, em seu notável ensaio *O mal-estar na civilização*, escrito às vésperas da crise de 1929, Freud propõe um exercício de ficção de alta complexidade e nos convida a uma espécie de *parcours commenté* por Roma, cidade antiga de suas predileções e desejos. Ao longo do percurso, evidencia uma cartografia imaginária, ao subverter, como nos sonhos, a dimensão espaço-temporal e seus artifícios da experiência, condensando perspectivas diversas e simultâneas no inconsciente, em analogia com as formas urbanas:

“Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico – isto é, a sua aniquilação –, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma

vez se formou pode perecer – o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz. Tentemos apreender o que essa suposição envolve, estabelecendo uma analogia com outro campo. Escolheremos como exemplo a história da Cidade Eterna. (...) Não acompanharemos mais as modificações por que a cidade passou; perguntar-nos-emos, porém, o quanto um visitante, que imaginaremos munido do mais completo conhecimento histórico e topográfico, ainda pode encontrar, na Roma de hoje, de tudo que restou dessas primeiras etapas. (...) Dos prédios que outrora ocuparam essa antiga área, nada encontrará, ou, quando muito, restos escassos, já que não existem mais. No máximo, as melhores informações sobre a Roma da era republicana capacitarão-no apenas a indicar os locais em que os templos e edifícios públicos daquele período se erguiam. Seu sítio acha-se hoje tomado por ruínas, não pelas ruínas deles próprios, mas pelas de restaurações posteriores, efetuadas após incêndios ou outros tipos de destruição. Também faz-se necessário observar que todos esses remanescentes da Roma antiga estão mesclados com a confusão de uma grande metrópole, que se desenvolveu muito nos últimos séculos, a partir da Renascença. Sem dúvida, já não há nada que seja antigo, enterrado no solo da cidade ou sob os edifícios modernos. Este é o modo como se preserva o passado em sítios históricos como Roma. Permitam-nos agora, num voo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante – isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à última (...).”

“A essa altura não faz sentido prolongarmos nossa fantasia, de uma vez que ela conduz a coisas inimagináveis e mesmo absurdas. Se quisermos representar a sequência histórica em termos espaciais, só conseguiremos fazê-lo pela justaposição no espaço: o mesmo espaço não pode ter dois conteúdos diferentes. Nossa tentativa parece ser um jogo ocioso. Ela conta com apenas uma justificativa. Mostra quão longe estamos de dominar as características da vida mental através de sua representação em termos pictóricos”. (FREUD, 1996: 77-79)

REFERÊNCIAS

5. ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1973].
6. ANDRADE, Mário de. “Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. *Revista do Patrimônio*, n. 30, Dossiê *Mário de Andrade*. Brasília: IPHAN, p. 271-287, 2002 [1935].
7. BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania: o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.
8. BASTOS, Rossano Lopes. “Arqueologia no Brasil - Atualizando o debate”. *Comunidade Virtual de Antropologia*, n. 39. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/entr/entr39.htm>. Acesso em: 1 jul. 2015.
9. BEZERRA, Marcia. “Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil”. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2. São Paulo: SAB, p. 139-154, 2008.
10. BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, p. 122-155 (Grandes Cientistas Sociais; 39), 1982 [1976].
11. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003 [1972].
12. CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2001.
13. _____. *Escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói, RJ: EdUFF, 2000 (Antropologia e Ciência Política; 19).
14. _____. “Lições de sabedoria e generosidade. Lembranças de Mário de Andrade. São Paulo, 21/09/1992”. *Fundo Luiz de Castro Faria*, caixa 09, documento C.F.D.A. 09.06.097. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT. Texto inédito. Mimeo.
15. _____. “A Antropologia no Brasil: depoimento sem compromisso de um militante em recesso”. *Anuário Antropológico* 82. Brasília: Tempo Brasileiro, p. 228-250, 1984.
16. CERTEAU, Michel de, e GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, e MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. 2. *Morar, cozinhar*. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 189-202, 2008 [1980].
17. COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus, 1995 [1992].
18. EISNER, Will. “O edifício”. *Nova York: a vida na grande cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1987] (Quadrinhos na Cia.).

19. FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo: a bíblia do caos*. 15ª. ed. ampl. Porto Alegre: L&PM, 2007 [1994].
20. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
21. FREITAG, Barbara. “A ruína urbana como obra de arte: o ‘caso Brásmitte’”. *XXV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu (MG), 16-20 out. 2001. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=docview&gid=4577&Itemid=356. Acesso em: 2 fev. 2010.
22. FREUD, Sigmund. “O mal-estar na civilização” [1929-1930]. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Volume XXI (1927-1931) - O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
23. FUNARI, Pedro Paulo A. “Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências”. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2. Campinas, SP: SBPC, p. 23-25, 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/10.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.
24. GOFFMAN, Erving. “Acalmando o otário: alguns aspectos de adaptação à falha”. *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v. 16, n. 1. São Paulo: PPGS-USP, p. 195-211, 2009 [1952].
25. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O patrimônio como categoria de pensamento”. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 21-29, 2003.
26. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006 [1950]. 222 p.
27. _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Presses Universitaires de France, 1952.
28. HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology. A New Introduction*. 3ª. ed. London: Baker, 1976 [1963].
29. KÜHL, Beatriz Mugayar. “Patrimônio industrial: algumas questões em aberto”. *Arq.urb: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n. 3. São Paulo: USJT, p. 23-30, 2010.
30. LA BARRE, Jorge de. “O espaço carioca entre espetáculo e resistência”. In: CUNHA, Neiva Vieira da, FREIRE, Leticia de Luna, MARTINS, Máira Machado, e VEIGA, Felipe Berocan (orgs.). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, LeMetro/IFCS-UFRJ, 2015 (em preparação).
31. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História* [1952]. *Antropologia estrutural 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328-366, 1976 [1973] (Biblioteca Tempo Universitário, 45).

32. _____. *Tristes tropiques*. Paris : Plon, 1955.
33. MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 3ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983 [1981].
34. PROUS, André. “As muitas arqueologias das Minas Gerais”. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2. Diamantina, MG: UFVJM, p. 36-54, 2013.
35. ROITER, Márcio Alves. “A influência marajoara no Art Déco brasileiro”. *Revista UFG*, ano XII, n. 8, Goiânia: PROEC-UFG, p. 19-27, jul. 2010.
36. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
37. SIMÃO, Lucieni de Menezes. “Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 4, n. 3. Belém: MPEG/CNPq, p. 421-435, set.-dez. 2009.
38. SIMMEL, Georg. “A ruína” [1911]. SOUZA, Jessé, e ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Ed. UnB, p. 137-144, 1998.
39. _____. “A filosofia da paisagem” [1912]. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 12. João Pessoa: UFPB, p. 15-24, set. 1996.
40. SOUSA, João Carlos Moreno de. “Como se tornar um arqueólogo no Brasil: lista de cursos”. *Arqueologia e Pré-História*. Disponível em: <http://arqueologiae-prehistoria.com/o-que-e-arqueologia/como-se-tornar-um-arqueologo-no-brasil>. Acesso em: 1 jul. 2015.
41. SPEER, Albert. *Inside the Third Reich. Memoirs*. Nova York: Macmillan, 1970 [1969].
42. STOCKING JR., George W. *Volksgeist as Method and Ethic: essays on Boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1996 (History of Anthropology, v. 8).
43. VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de Antropologia: encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2013.
44. VEIGA, Felipe Berocan. “O ambiente exige respeito”: *etnografia urbana e memória social da Gafieira Estudantina*. Tese de doutorado em Antropologia. Niterói, RJ: PPGA-UFF, 2 v., 438 p., 2011.
45. _____. “O professor emérito”. *Antropolítica*, nº. 16. Niterói, RJ: PPGA-CP-UFF, p. 11-14, 1ro. sem. 2004.
46. VOGEL, Arno, MELLO, Marco Antonio da Silva. “Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi”. *Arquitetura Revista*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, p. 67-79, 1983.

47. _____. “Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?” *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - CNPq, p. 46-50, jul.-dez. 1984.
48. VOGEL, Arno, MELLO, Marco Antonio da Silva, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, et al. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em centro de bairro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM / FINEP / Ed. Projeto, 1985 [1980].
49. WOODBURRY, Ricard B. “Arqueología – Objeto”. In: SILLS, David L. (dir.). *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, v. 1, Madrid: Aguilar, p. 533-540, 1974 [1968].

Projeto de Instalação

Arno Vogel

Marco Antonio Da Silva Mello

O Setor de Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro vem, ao longo dos últimos anos, desenvolvendo um conjunto de pesquisas e estudos pós-graduados que combinam diversas linhas de trabalho. Esta produção tem garantido ao Setor e, por extensão, ao próprio Museu Nacional, um papel de destaque na comunidade acadêmica e científica, em termos nacionais e internacionais.

A atualização de pessoal científico, o desenvolvimento de uma genuína interdisciplinaridade, o intercâmbio com instituições congêneres, além dos resultados substantivos dos seus trabalhos, são os frutos reconhecidos de toda uma tradição de estudos no campo da arqueologia. Esse desempenho graças ao apoio institucional e financeiro de diversas agências, nacionais e estrangeiras, impulsionou os conhecimentos relativos à pré-história brasileira e americana, sem contar as contribuições relevantes para uma compreensão mais acurada dos aspectos da morfologia social, tecnologia e cultura material dos grupos indígenas.

A continuidade da produção acadêmica e científica desta instituição, nesse campo específico de investigações, requer, para além dos desdobramentos dos projetos em curso, a busca de novas perspectivas e linhas de trabalho, visando uma constante renovação dos ângulos de abordagem e do campo de objetos para o qual está voltada a arqueologia.

A constituição do Laboratório de Arqueologia Urbana - LAU/MN se impõe, neste sentido, como uma tarefa de viabilização de uma linhagem de pesquisa que se recomenda, não só pelo seu caráter pioneiro, mas também pela urgência de se produzir um saber mais sofisticado a respeito do desenvolvi-

mento da sociedade urbana brasileira, quanto às transformações dos seus aspectos morfológicos, em particular no que se refere à dinâmica histórica dos sistemas construídos e de sua dimensão sócio-espacial.

Através desse projeto de instalação do LAU/MN, este setor pretende estabelecer um trabalho capaz de subsidiar o desenvolvimento de um programa de pesquisa. Com esta finalidade, propõe a implantação articulada de uma estrutura-suporte que torne possível a configuração técnico-científica que esta perspectiva arqueológica do urbano almeja e de uma pesquisa-piloto que sirva de parâmetro empírico para o dimensionamento e inauguração desse programa.

Atualidade da proposta: razões para uma arqueologia do urbano

Embora não se deva confundir arqueologia com escavação, o propósito de investigar o urbano, partindo de uma perspectiva arqueológica vem a ser o de exumar, no sentido metafórico, trazendo-os à luz e evitando destruí-los ou entregá-los ao esquecimento (o que na maioria das vezes vem a dar no mesmo), sistemas de relações que fundam a lógica operativa e simbólica de espaços, elementos, conjuntos e objetos do urbano.

A experiência etnográfica e a experiência arqueológica se aproximam neste ponto; pois, têm a ambição de descrever, interpretando. Ambas têm o *trabalho de campo* como pressuposto. Este lhes permite o exercício do diálogo com as formas socioculturais, tomadas sob o ângulo da produção do sentido.

Uma arqueologia, tal como se propõe aqui, teria a virtude de estabelecer a compreensão do sistema de objetos em solidariedade com a vida quotidiana da cultura. O grande problema do arqueólogo, no entanto, sempre foi o silêncio das formas com as quais tinha de trabalhar. Para além da existência, articulada no espaço (contiguidade geográfica) e das sequências cronológicas (profundidade temporal), há uma relação sociológica da qual se poderia afirmar que é o *outro* da arqueologia.

Através do seu esforço de prospecção e registro, a disciplina busca, precisamente, restituir uma dimensão que transcende a topologia dos espaços construídos e dos objetos. O resultado desse esforço tem sido, na maioria das vezes, uma narrativa conjectural, cuja finalidade é tornar plausível a correlação

socialmente estabelecida entre elementos e materiais dos seus achados. Essa ficção depende, no essencial, das informações que a erudição do arqueólogo seja capaz de colocar a serviço de sua tarefa hermenêutica.

A contribuição positiva deste projeto consiste numa atualização dessa tradição erudita, criando um espaço no qual seja possível o entrecruzamento de informações elaboradas a partir de perspectivas de conhecimentos diferentes, porém complementares. Desse modo o LAU/MN representaria a matriz de um acervo de informações capaz de alimentar os demais setores do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, segundo a demanda específica de cada um deles.

O esforço para propor e conquistar uma nova leitura do urbano, aliando a variedade de perspectivas e tópicos de interesse à exaustividade da representação documental, seria, em última análise, a proposta do LAU/MN que, no entanto, pretende alcançar mais além. Seu objetivo é revitalizar a própria ideia de uma arqueologia. Para tanto será preciso conjurar, uma vez mais, o lugar-comum estreito, desprestigiado e caricato da caça às *antiquities*, da prospecção obstinada de tesouros artísticos ou, ainda, do romantismo das escavações espetaculares de túmulos e repositórios perdidos de culturas arcaicas.

Há muitos poucos centros dedicados a esse tipo de pesquisa no mundo, todos convivendo ainda com os problemas decorrentes de um linha de questionamento não inteiramente consagrada no campo de objetos da disciplina. Na Inglaterra, na Bélgica, na França e no Chile ganham corpo os estudos e pesquisas em arqueologia industrial. No âmbito dos estudos arqueológicos do urbano, entretanto, a iniciativa do LAU/MN surge como algo absolutamente inédito, reafirmando, dessa maneira, a excelência e o pioneirismo do Museu Nacional num campo que contribuiu, entre outros, para notabilizá-lo a nível nacional e internacional.

Arqueologia e Sociedade: os sistemas construídos como memória

A justificativa da proposta de uma Arqueologia Urbana, do ponto de vista epistemológico, reside nas três contribuições essenciais que esta perspectiva oferece ao campo de investigação sobre o urbano em nossa sociedade.

Em primeiro lugar, está a preocupação com a diversidade dos modos e estilos de vida que se encontram na base de nossa formação social. A Arqueologia Urbana, no entanto, não pretende reeditar uma concepção atomística semelhante àquela que celebrizou a ‘teoria das sobrevivências’. Sua preocupação é estabelecer as bases para uma compreensão de identidades culturais, a partir dos sistemas construídos vistos como totalidades reificadas de paradigmas socioculturais da vida urbana.

Em segundo lugar, vem a sua pressuposição fundamental de que estas identidades não existem, a não ser em virtude da mistura constante do velho com o novo, do tradicional com o moderno, das permanências com as inovações. Embora a unidade de sentido seja *sempre* atual. O caminho para definir a identidade de bairros, regiões, centros urbanos, sociedades inteiras, depende, no entanto, em maior ou menor escala, de se reconstituir a história dos seus costumes e maneiras de viver.

A noção de *costume*, entretanto, envolve a ideia de recorrência quotidiana; do que é comum dentro de determinados quadros de referências sociais. O lugar, por excelência, dos costumes é o conjunto dos espaços e ritmos da existência diária.

A terceira contribuição da perspectiva adotada por este projeto seria, precisamente, a reabilitação dos estudos e das análises voltadas para o habitual, em oposição ao excepcional. Convém lembrar, a propósito, que não só os comportamentos, as maneiras de pensar e sentir, que compõem a unidade complexa do *ethos* e do *eidós* de uma totalidade social, fazem parte do costume. Além deles, a materialidade das coisas culturais representa uma de suas dimensões mais importantes. Os sistemas construídos, tal como o próprio cotidiano, não se limitam a desempenhar o papel de cenários inertes das formas e dos eventos sociais. São eles, na verdade, que *dão lugar*, tanto ao desempenho das rotinas, quanto à produção dos acontecimentos.

A grande virtude desse tipo de estudo está em restituir, para os membros dessa sociedade, o sentido da sua existência sócio-histórica, fugindo às tipologias simplistas comuns às ideologias do progresso.

O progressismo equaciona, de um lado, categorias como *passado*, *tra-*

dição, obsolescência, padrões estéticos indesejáveis, enquanto alinha, do outro, *futuro com modernidade, eficiência e beleza*.

A relação de um ponto do sistema com outro é vista sempre em termos evolutivos. O nexos causal indica, pois, a necessidade de abandonar tudo que evoca um determinado momento a ser superado e a adoção voluntária, ‘esclarecida’ e, às vezes, acrítica dos elementos que se identificam com um estágio novo, representado como superior.

O resultado dessa concepção se evidencia, particularmente, através das seguidas, sistemáticas e inumeráveis intervenções modernizadoras que as cidades brasileiras sofreram, nesse contexto. Em consequência delas, surgiram áreas configuradas de acordo com os novos padrões de racionalidade e estética, enquanto parcelas inteiras do tecido urbano foram sendo erradicadas ou esquecidas porque eram vistas como significantes de uma tradição urbanística, social e cultural que se desejava deixar para trás.

O rompimento com o estilo de vida que tais formas abrigavam, quase sempre, se revestiu de um caráter de violência - quer pela destruição material, quer pelos danos propriamente sociais e culturais - que afetava a vida de inúmeras pessoas e a memória de comunidades urbanas inteiras. Esta circunstância gerou uma tendência simétrica e inversa - o conservantismo culturalista. Para ele, *a cidade desejável* já existia, e estava no passado. Era este que tinha que ser valorizado e protegido contra o projeto de uma modernidade radical.

No Brasil, o dilema progressismo *versus* culturalismo produziu dois casos ilustrativos desta polaridade. A modernidade intransigente de Brasília, intollerante para com as formas vernaculares da arquitetura e do urbanismo tradicionais, se opõe ao preservacionismo museológico que tem feito de Ouro Preto um de seus cavalos de batalha, rejeitando quaisquer transformações provenientes das solicitações de um cotidiano que não é mais o do século dezoito.

Ambas as perspectivas envolvem uma dimensão disciplinadora e pedagógica. Tanto a vertente progressista, quanto o culturalismo acreditam nas suas utopias, sejam elas prospectivas ou nostálgicas. As duas atitudes têm em comum a suposição de que é possível e desejável anular a vitalidade surpreendente do cotidiano com suas inovações e transformações infinitesimais.

Estes, no entanto, são casos extremos e circunscritos, de onde lhes advém sua vocação ilustrativa. Nas cidades brasileiras, entretanto, o que se constata, apesar do dinamismo da mudança, é um equilíbrio tenso entre diferentes gerações de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, representando diferentes estilos de vida, modos de habitar e maneiras de conceber e perceber o urbano.

A preponderância, ao menos tendencial, do racionalismo progressista tem promovido a substituição intensiva e extensiva dos sistemas construídos tradicionais, admitindo eleger e conservar apenas aquilo a que se pudesse atribuir o caráter de *monumento* - igrejas, palácios, fortificações, conventos, charizes e outros equipamentos urbanos do passado.

Os critérios dessa seleção privilegiam, além da profundidade histórica, um certo esteticismo da antiguidade, a raridade, a pureza formal do exemplar, a consagração de estilos (o *Barroco*, no caso brasileiro) e, mais comumente, a relação com eventos ou presenças extraordinárias.

O primeiro pressuposto dessa atitude é a concepção atomística do que vale a pena conservar, restaurar ou preservar para os contemporâneos, fazendo prevalecer o gosto do pitoresco, o consumo contemplativo dos espíritos requintados, para não mencionar o surrado argumento da capitalização turística. O segundo é a descontextualização dos objetos, ou dos fragmentos preservados, com relação aos valores e princípios socioculturais que definem (ou definiam) os seus usos, funções e significados. Este procedimento se justifica enquanto limitação incontornável dos achados e vestígios materiais de sociedades há muito desaparecidas. No caso dos sistemas construídos urbanos integrados às formas atuais de vida social, no entanto, este procedimento resulta num colecionismo empobrecedor de realidades sociológicas frequentemente subestimadas. A isto é que se refere este projeto quando destaca a necessidade do estudo do sistema de objetos em solidariedade com a dimensão da vida quotidiana.

Em nossas cidades, a dinâmica da vida urbana manteve, combinando-os, padrões urbanísticos inspirados por concepções e determinações distintas daquelas consideradas desejáveis, quer pelo culturalismo retrospectivo, quer pelo funcionalismo modernista. A situação atual da maioria delas se presta,

por isso mesmo, a uma leitura orientada segundo dois eixos opostos e complementares. O primeiro privilegia a sucessão temporal - o aspecto diacrônico da forma urbana e arquitetural; o segundo enfatiza a contemporaneidade de formas pertencentes aos sucessivos cortes temporais registrados. O problema desta diversidade se coloca, a partir daí, não só para o observador, preocupado com o registro e a compreensão do tecido urbano, mas sobretudo para os usuários e eventuais encarregados de propor ou realizar intervenções transformadoras no espaço da cidade.

Uma Arqueologia Urbana criteriosa poderá, de modo geral, participar da elaboração de instrumentos que ajudem a avaliar a oportunidade, a adequação e os parâmetros de atuação, em casos específicos, auxiliando na busca de soluções possíveis ou propostas alternativas para as demandas da renovação e atualização do meio urbano. Em termos pragmáticos, esse tipo de pesquisa e conhecimento tornaria viável um trabalho mais qualificado de acessoria e consultoria aos órgãos do patrimônio histórico e artístico nacional e estadual, às municipalidades e, eventualmente, às próprias iniciativas dos cidadãos.

A rigor, não parece correto falar de *meio urbano*, pois esta expressão dá a entender que as cidades de tal ou qual sociedade, desta ou daquela época, se limitaram a compor o cenário para os respectivos sistemas e grupos sociais com os quais coexistiam. Para aqueles que veem no urbano um epifenômeno de processos socioeconômicos, convém lembrar que as *cidades* não são meros reflexos desses processos, mas elementos ativos de sua existência e, portanto, inseparáveis dela.

A ideia de uma Arqueologia Urbana, preocupada com o levantamento historicamente escalonado de conjuntos do sistema construído das cidades e da sua alocação funcional em diferentes momentos de sua existência, não se volta apenas para o registro curioso de uma realidade urbana cambiante. Mais do que isso, procura apreender as correlações sociológicas que, em cada época, articularam a totalidade urbana. Preocupa-se, também, com as cidades no seu aspecto significativo (simbólico), encarando-as como elementos de uma representação que as sociedades produzem de si para si mesmas.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais, os centros urbanos (sistema construído e relações que o animam) constituem uma unidade em tensão. Ao mesmo tempo, apresentam-se como espécie de *arquivo* do modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética.

O LAU/MN: Proposta de Estruturação e Implantação

Uma estrutura ágil

O Laboratório deverá constituir-se como verdadeira unidade de associação. Para isso necessita de uma estrutura flexível, porém permanente, onde se possam desenvolver os trabalhos de pesquisa e a formação, manutenção e ampliação de um acervo de dados pertinentes às atividades programadas.

Essa estrutura deverá permitir, ainda, a agregação progressiva de outras pesquisas e sua articulação dentro um programa comum mais amplo e a longo prazo. A realização de um seminário pós-graduado se enquadra, na proposta, como plano eficaz para aprofundar e dinamizar as discussões em torno da problemática da Arqueologia Urbana.

Das atividades próprias do Laboratório faz parte o trabalho de elaboração de produtos que assegurem a extensão do seu programa à comunidade, consolidando sua linha de pesquisa e promovendo o retorno de um investimento social sob formas variadas. O LAU/MN surge, dessa maneira, como núcleo voltado para o entrecruzamento da prática acadêmica com as demandas sociais que lhe são propostas nesta área.

Estrutura e implantação

O Laboratório de Arqueologia Urbana não necessita, para sua implementação, mais do que alguns requisitos mínimos, pois a sua localização, no âmbito da Universidade e dentro do Museu Nacional, já lhe proporcionam usu-

fruir de instalações e elementos de infraestrutura, tais como biblioteca, secretaria, serviços de apoio e outras facilidades.

A atividade interdisciplinar, no entanto, recomenda a formação de um equipe acadêmica estruturada em torno de dois arqueólogos, dois antropólogos e um arquiteto-urbanista. Para suplementar o trabalho desta equipe seria suficiente contar com um quadro mínimo de pessoal técnico, incluindo um desenhista, um fotógrafo e quatro estagiários. O funcionamento administrativo desse conjunto teria por base uma secretária.

Além da indispensável consultoria de profissionais das áreas de Arqueologia, Antropologia Urbana, Arquitetura e Urbanismo, Geografia Urbana e História Social e Urbana, todas as demais necessidades do LAU/MN serão supridas mediante a contratação de serviços de terceiros.

O projeto-piloto

A atividade em função da qual o LAU/MN vai se formar e se consolidar deverá ser uma primeira aplicação controlada da perspectiva arqueológica que ora propõe a um recorte urbano do Rio de Janeiro. Esta seria a vertente substantiva da implantação de toda a linha de pesquisas em Arqueologia Urbana.

Esta pesquisa pioneira terá a função de testar e ajustar a estrutura proposta para o LAU/MN, contribuindo para o seu correto dimensionamento e ajudando a definir um modelo de trabalho a ser reproduzido e aperfeiçoado nos outros casos, cujo estudo deve integrar o programa de pesquisa em Arqueologia Urbana, a longo prazo.

O projeto-piloto deverá tomar como caso-base o bairro de São Cristóvão, cujo desenvolvimento urbano e morfologia social servem bastante bem para testar a perspectiva arqueológica. Inteiramente ocupado por chácaras, no início do século passado, São Cristóvão veio a abrigar a Corte portuguesa, transformando-se no bairro residencial mais bem equipado da cidade, em termos de infraestrutura urbanística. Este fato serviu para atrair as primeiras indústrias, iniciando-se, assim, um processo destinado a modificar a fisionomia do bairro de forma radical. Atualmente, a política de desconcentração, configurada no desenvolvimento de novos núcleos industriais, faz prever uma nova era

de mudanças. Dentro de poucas décadas, São Cristóvão será muito diferente.

A escolha se justifica, pois, do ponto de vista metodológico - o bairro de São Cristóvão é um exemplo da superposição e coexistência de diferentes conjuntos urbanos, permitindo cortes estratigráficos horizontais e verticais. Do ponto de vista prático, sua proximidade com a sede do LAU/MN possibilita uma considerável economia de custos do trabalho de campo.

O projeto-piloto deverá contar, ainda, com um caso de controle, para que se realize o contraste necessário à aplicação eficaz do método comparativo.

IV. CRONOGRAMA

Tempo total previsto: 30 meses

Meses 1 a 4:

1. organização da estrutura mínima proposta.
2. contatos com instituições congêneres e divulgação do laboratório, fora e dentro do país.
3. preparação do 1º seminário em Arqueologia Urbana: *Arqueologia Urbana - um projeto e suas possibilidades*.

Meses 5 a 7:

1. realização do 1º seminário em Arqueologia Urbana com especialistas de renome na área e áreas afins (História Urbana, Antropologia Urbana, Geografia Urbana, Arquitetura e Planejamento Urbano).
2. divulgação do fórum de debates através de um documento de trabalho (dossiê).
3. instalação de um Seminário de pós-graduação.

Meses 8 a 12:

1. detalhamento do projeto-piloto incluindo:
 - a) pesquisa exploratória;
 - b) eleição do caso de controle;
 - c) levantamento e seleção de fontes documentais referentes ao caso-base;

- d) encontros de consultoria com o *staff* do Laboratório;
 - e) elaboração do projeto-piloto.
2. seleção de pessoal técnico para contratação.
 3. contratação dos serviços pertinentes ao trabalho de registro e iconografia.

Meses 12 a 24:

1. prosseguimento das atividades do Seminário de pós-graduação.
2. realização do trabalho de campo, compreendendo observação, mapeamento, análise de fontes, registro e localização dos elementos dos sistemas construídos pertencentes às diferentes épocas do universo da pesquisa, comparação e contraste desses sistemas.
3. definição dos critérios para a elaboração dos produtos da pesquisa.

Meses 25 a 30:

1. organização, elaboração e edição do Relatório Final, sob forma de uma monografia.
2. organização e instalação de uma Exposição do material iconográfico produzido no decorrer da pesquisa.
3. elaboração da proposta para uma Sala-ambiente de Arqueologia Urbana no Setor de exposições do MN.
4. edição de um Documentário em Vídeo sobre a pesquisa.
5. preparação e realização do 2º Seminário em Arqueologia Urbana para apresentação dos resultados da pesquisa e intercâmbio com outras investigações em andamento.

ARTIGOS

Os frutos puros enlouquecem. Percursos de arte e antropologia.

Pure fruits go crazy. Routes of art and anthropology.

Chiara Pussetti

(PhD em Antropologia Social e Cultural, 2003, Università degli Studi di Torino). É Pesquisadora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-IUL), e atualmente é Professora Visitante do Departamento de Antropologia da UFRN. Publicou um número especial do Journal of Migration, Health and Social Care (2012).

Resumo:

Seguindo as provocações de Sarah Pink, que convida os antropólogos a um novo “engagement with the real world as social intervention” (2006, p. 81), este ensaio pretende: 1) refletir sobre a distinção disciplinar convencional entre antropologia e arte, discutindo suas razões políticas e epistemológicas; 2) reconsiderar o debate sobre a “viragem etnográfica” da arte contemporânea (Foster, 1995) para pensar a arte como forma de pesquisa e a etnografia como campo de produção e inspiração artística; 3) repensar a relação entre pesquisa etnográfica, prática artística e intervenção social, apresentando as minhas mais recentes experiências enquanto antropóloga, artista e curadora de arte pública crítica (Lacy, 1995), baseada em pesquisa de campo.

Palavras-Chave: Etnografia. Arte. Intervenção social. Corpo. Transdisciplinaridade.

Abstract:

Following Sarah Pink’s proposals, which invites anthropologists to a new “engagement with the real world as social intervention” (2006, p. 81), this essay aims to: 1) reflect on the conventional disciplinary distinction between anthropology and art, discussing its political and epistemological reasons; 2) reconsider the debate on the “ethnographic turn” in contemporary art (Foster, 1995), proposing art as a form of research and ethnography as the field of production and artistic inspiration; 3) rethink the relationship between ethnographic research, artistic practice and social intervention, showcasing my latest experiences - as an anthropologist, artist and curator - of critical public art (Lacy, 1995), based on my fieldwork.

Keywords: Ethnography. Art. Social intervention. Body. Transdisciplinarity.

1. L'imagination au pouvoir!¹

“Social anthropology is anti-art”.

(Gell, 1992, p.40)

“Este trabalho não tem nada a ver com antropologia. As peças receberam um tratamento muito estilizado, que se sobrepõe ao conteúdo, dando destaque às técnicas utilizadas e à imaginação do artista e não aos objetos etnográficos. É tudo muito trabalhado, amaneirado, acaba sendo pouco verossímil. A técnica e o autor ficam tão presentes que ocultam a essência real do campo. Como pensam de documentar assim o trabalho de terreno? Como pensam de recolher e representar os dados como eles são? Na arte podes fazer o que bem entendes, mas na antropologia debes mostrar o contexto”

“Como se atrevem a pensar que isso tem a ver com a antropologia ou a etnografia? Não vejo aqui uma documentação da realidade do campo! Nada mesmo etnográfico que explique o campo. O visual deveria servir para ilustrar como as coisas são no terreno. Isso aqui é tudo assim...surreal, não é científico. Etnografia não é imaginação. A antropologia é uma ciência social, não é arte.”

Decidi começar este texto citando dois excertos de um e-mail que recebi comentando os trabalhos de “*ethnography based art*” que estava organizando a esta altura juntamente com o coletivo que represento (www.ebanocollective).

¹ Celebre slogan do maio francês (1968).

org). A veemência destas críticas é certamente um bom pretexto para iniciar a nossa reflexão. Qual é a causa desta reação? O que é que realmente incomoda?

O título deste ensaio, “*Os frutos puros enlouquecem*” - primeiro verso do poema de William Carlos Williams que abre a introdução do *The Predicament of Culture* de James Clifford - responde em parte a estas perguntas e introduz metaforicamente o ponto central da questão. A loucura da qual o Williams está a falar é a perda da pureza, da autenticidade, dos núcleos duros. Uma promiscuidade que gera estranhamento e inquietação, porque no lugar da segurança das rochas, restam só correntezas precárias, “fragmentos isolados” e “as essências já não existem se não como invenção política” (Clifford, 1993, p.16-24). Perder os frutos puros, os sistemas claramente delimitados e estáticos, para reconhecer a existência de ambiguidades, intercepções, interstícios, géneros confusos (Geertz, 1983), significa perder o centro, sem que nada o substitua para reconstruir as certezas antigas.

O desassossego aqui deriva da passagem de uma fronteira, sempre presente e incômoda, porquanto pouco explicitada: a fronteira entre arte (imaginação, criatividade, ficção) e ciência (documentação dos dados, realidade, autenticidade). Como os antropólogos sabem muito bem, as fronteiras físicas, conceituais e disciplinares são espaços perigosos e cheios de armadilhas. Atravessar os confins é sempre uma empresa arriscada, enquanto a construção de barreiras e muros gera fortalezas. A consolidação do paradigma disciplinar da antropologia (assim como de qualquer outra especialidade) depende de uma série de exclusões e escolhas, neste caso relegando à condição de ‘arte’ aqueles elementos que põem em questão os fundamentos da própria disciplina, e daquelas práticas de pesquisas que se realizam à margem da ordem (Clifford, 1993, p.135). A introdução da arte (e portanto o artifício) no coração da antropologia quebra desde logo a “dupla ilusão do observador neutral e do fenómeno social passível de ser observado e representado” (Morphy e Banks, 1997, p. 13), desestabilizando barreiras e, com estas, as certezas. E esta reação à flor da pele é o sintoma deste incômodo.

A defesa da Bastilha aqui se prende com a argumentação que, para que seja realmente antropológica, a produção artística deve representar a realida-

de intocada, sem rearranjos de cena, sem iluminação especial, sem maneirismos, sem que o autor e as suas técnicas se tornem protagonistas, se sobrepondo assim à “vida como ela é”.

O meu objetivo neste artigo não é debater a antiga questão da legitimidade da antropologia como “ciência” – apesar de ser este um tema que continua atual, como mostra a controvérsia em torno da recente exclusão do termo ‘ciência’ na definição da antropologia pela Associação Antropológica Americana, e das suas óbvias repercussões políticas e epistemológicas (Ferrari, 2011). Tampouco pretendo discutir aqui a definição do que é ciência, porque obviamente a questão é bem mais ampla do que o âmbito deste artigo, e não específica das disciplinas humanas e sociais. Ainda menos pretendo resolver temas e problemas de epistemologia e filosofia da ciência, já bastante expostos e debatidos, mas sim evidenciar o conteúdo implícito em certas afirmações sobre o que é e não é antropologia, e depreender delas novas pistas para “repensar as articulações entre realismo e expressionismo” (Edwards, 1997, p.54).

Os métodos e as estratégias de aproximação *ao*, e de transmissão *do* conhecimento são diversos e plurais e não mutualmente exclusivos. O processo de compreensão não acontece num oceano de alternativas mutuamente exclusivas (Feyerabend, 1993, p.21), mas coloca continuamente em jogo a observação, impressão, interpretação, imitação e a experimentação. Como afirma Anna Grimshaw comentando o cinema de Jean Rouch – muitas vezes é só através da subversão das modalidades de representação tradicionais que conseguimos alcançar formas mais profundas de conhecimento e de compreensão (Grimshaw 2001, p.100). Existem, por outras palavras, aspectos da vida que precisam ser olhados de uma perspectiva oblíqua e retratados de forma alegórica, metafórica e visionária (Anderson e Anderson 1989, p.99). Claro que as metáforas são do autor/artista e não são dados do campo (como poderia ser de outra forma?), mas os fatos sociais não são necessariamente “verdadeiros” e as alegorias “falsas” (Asad 1986, p.19).

A partir da crise da representação nas ciências humanas e sociais das décadas de 1980 e 1990, a ilusão de poder registrar e transcrever de forma objetiva e fiel uma suposta realidade etnográfica preservando sua autenticidade

foi amplamente questionada. A antropologia começou a se afastar definitivamente da órbita das ciências exatas e das leis universais para se aproximar da literatura, da semiótica e da arte.

Depois de *Writing Culture* (Clifford e Marcus, 1986), em particular, a escrita e a autoridade etnográfica, elementos como a identidade do antropólogo, a reflexividade, o gênero e o corpo, as políticas da interação e os campos de poderes, a intersubjetividade e o reconhecimento da voz dos sujeitos pesquisados e a dimensão sensorial e sensual da relação com o terreno começaram a ser questionados, e a reflexão ainda continua. Uma escrita capaz de envolver o leitor e de emocioná-lo, transmitindo *a taste of ethnographic things* (Stoller, 1989), já não é considerada com alguma suspeita enquanto “literatura”, mas se admite que “uma antropologia que não parte os corações já não tem nenhuma razão de existir” (Behar 1996, p.177). Igualmente, já não é necessário que as imagens respeitem cânones realistas de veracidade para serem “testemunho bruto daquilo que acontece” (Barthes 1987, p.135), e os documentários horivelmente aborrecidos para dar a impressão que retratam a vida como ela é, sem vôos pindárico². Deste modo, “criar imagens que parecem reais, segundo o modelo do realismo ‘científico’ da fotografia” (Machado 1996, p.59) já não passa de uma escolha, uma ambição empírico-realista (Edwards, 2011; Hammond, 1998), uma manipulação, uma ficção – no seu sentido etimológico de simulação, invenção e de imaginação (Clifford, 1997, p.31), mas também de ato criativo (Geertz, 1973, p.23), desvelando assim a vontade e as premissas epistemológicas do autor. O trabalho etnográfico reconhece o seu lado de ficção, incorporando assim legitimamente a prática artística na produção de conhecimento.

Os antropólogos começam então a experimentar formas alternativas - visuais, sonoras, plásticas e digitais – para evocar, mais do que “representar” ou “registrar”, o que surge das etnografias (relações, fascinações, contrastes) (Tyler, 1986, p.182), na zona de contato entre as práticas visuais da antropologia e as da arte contemporânea (Balma Tivola, 2004).

² A expressão voo pindárico deriva do poeta lírico grego Píndaro (518-438 a. C.) e indica a projeção no mundo criativo da imaginação.

Kiven Strohms resume muito claramente as novas possibilidades que se abrem:

“Trabalhando com artistas contemporâneos, os antropólogos podem ter uma oportunidade única de se apropriar de estratégias visuais de representação que entram em rotura com as formas antropológicas tradicionais de representação. Por outras palavras, adoptando as estratégias visuais da arte contemporânea, estratégias não confinadas ou sobre determinadas por formas tradicionalmente textuais de representação, a antropologia é convidada a considerar a arte como algo mais do que um objeto de pesquisa - como algo [...] através do qual é possível se abrir ao imprevisto e ao inesperado” (2012, p.112).

O fruto desta relação pecaminosa entre antropologia e arte é justamente a capacidade de confiar na imaginação e nas sensações, ultrapassando a dicotomia razão/emoção, que banaliza a natureza complexa dos processos de compreensão dando origem a uma ampla série de problemas metodológicos. Pelas palavras de Feyerabend (1993, p.22) “precisamos de um mundo de imaginação para poder descobrir as características do mundo real que pensamos de habitar”.

A ideia de imaginação (Carmagnola e Matera, 2008) emerge aqui para representar a relação entre o autor, o contexto e a sua produção, que se distancia do realismo para empregar a alegoria e a metáfora como formas legítimas de acessar e transmitir conhecimento. Em contraposição às inspirações realistas dos documentários, sugere Elizabeth Edwards (1997, p.58), emerge a possibilidade de ultrapassar as camadas superficiais para criar metáforas artísticas capazes de comunicar com o poder da expressividade lírica. Na imaginação, ação antes social do que individual, contam as intenções e as relações de todos os sujeitos envolvidos: o artista; os sujeitos da representação; o público a quem se destina; os atores sociais do contexto no qual a ideia nasce e se realiza.

Desta forma, o processo de compreensão é dialógico e relacional, é imaginação e projecção, é uma construção contínua e conjunta (Hall, 1997, p.27), provisória e contraditória (Edwards, 2011) que não representa fielmente, mas se apropria fenomenologicamente e evoca a experiência (Mjaaland, 2009). Podemos chamar esta aproximação ao conhecimento de “ressonância”, usando um conceito cunhado por Unni Wikan (1992) e depois repensado por David

MacDougall (1998, p.70). *Kenek*, noção balinesa que a Wikan traduz como ressonância, refere-se a uma “sensação-pensamento”, uma aplicação simultânea de sentimento, emoção e pensamento, um instrumento de compreensão que permite ultrapassar o limite das palavras para chegar a “significados que não residem nem em palavras, nem em fatos ou textos, mas que são evocados no encontro de um sujeito que está a fazer a experiência de uma outra pessoa ou de um contexto” (1992, p.463).

À flor da pele. Corpos expostos entre arte e antropologia.

O percurso até agora traçado leva-nos a esta dupla questão: o que realmente faz o artista que desenvolve trabalho de campo, e o etnógrafo que pesquisa e comunica realizando obras artísticas?

Decidi, portanto, apresentar aqui brevemente 1) duas obras de artistas brasileiras, que desenvolveram uma reflexão antropológica sobre gênero, fronteiras e percursos migratórios usando o corpo como tela; e 2) duas pesquisas que realizei como antropóloga através da prática artística, sempre tendo o corpo como núcleo central da relação. O protagonista absoluto de todos estes trabalhos é o corpo, ou melhor, a sua superfície, a pele: pintada, marcada, ferida, cortada, se constituindo por um lado como plano de experimentação artística e pelo outro como crítica social e denúncia política.

Ao trabalho das duas artistas, Letícia Barreto e Ângela Alegria, já fiz referência em dois textos dedicados a apresentar e debater os resultados da exposição “*Woundscapes. Suffering, Creativity and Bare Life*”, da qual fui, juntamente com Vitor Barros³, curadora e responsável científica (Pussetti, 2013a, 2013b)⁴.

Traçando “*Biocartografias*” na carne, inscrevendo a pele com mapas, datas e percursos, Ângela Alegria explora a experiência pessoal da migração, cruzando as suas emoções e feridas com as vivências de outras mulheres imigrantes. As participantes foram convidadas a escreverem em seus próprios corpos

³ Vitor Barros é sociólogo e fotógrafo e vice-presidente da associação EBANOC collective (www.ebanocollective.org/)

⁴ A exposição contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT, do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), da Câmara Municipal de Lisboa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Universidade de São Paulo (USP). Inaugurou em Lisboa em 2012, para depois ser exposta em São Paulo no ano seguinte.

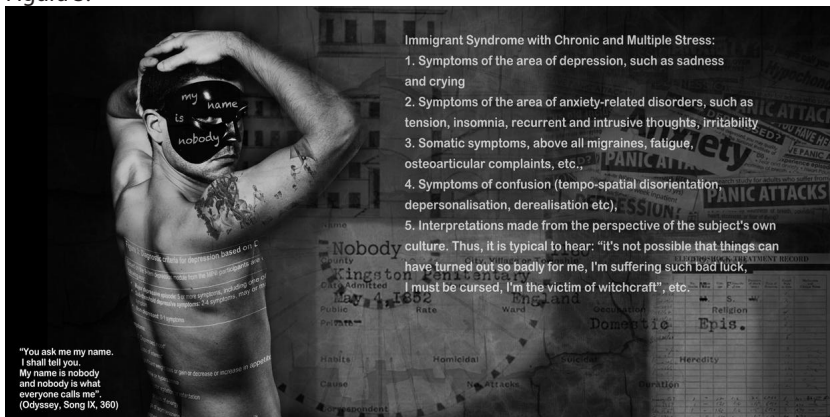
Leticia Barreto desenvolve um trabalho autoreflexivo apresentando em “*Estrangeiro em mim*” os estereótipos ligados à sua identidade de mulher brasileira em Portugal, frequentemente associada ao imaginário deturpado de prostituta e criminosa. A sua imagem se declina em produtos de supermercado, corpo à venda para o consumidor, que o usa sem o interrogar e sem se questionar. O corpo que Barreto apresenta é marcado pelos carimbos da polícia de fronteira, pela violência da burocracia, e reduzido a uma imagem generalista e estereotípica de “brasileira” muito distante da realidade. Embora o seu trabalho seja baseado em autorretratos, e responda à “exigência ou urgência pessoal de sobrevivência emocional, de usar a arte como forma de resistência contra a opressão” (Barreto, 2012, p.25), a autora abraça questões mais gerais sobre as identidades diaspóricas, a frequente inadaptação ao contexto de acolhimento, a invisibilidade social ou os estereótipos e preconceito de gênero. O público é constantemente desafiado por mensagens contraditórias, por provocações e frases racistas e insultuosas que marcam o corpo da artista e que ao mesmo tempo se refletem em espelhos, marcando assim também o corpo do espectador.

Figura 2:



O corpo é protagonista também das fotografias realizadas por Vitor Barros na base dos desenhos recolhidos durante o meu trabalho de campo com imigrantes internados no Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda, em Lisboa. A pesquisa era dedicada a demonstrar como o alto índice de insucesso no tratamento de saúde mental com imigrantes podia ser interpretado como consequência do silenciamento da voz e do mundo imaginário dos pacientes, em favor da afirmação de supostas “verdades” científicas, num contexto biomédico ainda muito marcado por heranças coloniais (Pussetti, 2009a, 2009b, 2009c, 2010). A obstinação dos sintomas, inexplicável pelos médicos à luz dos tratamentos e dos remédios subministrados, torna-se aqui um ato de resistência, que transforma o corpo num manifesto político. Os pacientes psiquiátricos que participaram da realização deste trabalho traduziram seus sintomas e suas alucinações em desenhos, meio mimético e evocativo das visões e do sofrimento. Os desenhos são aqui algo mais do que o resultado da observação: eles descobrem, expõem, desvendam imaginários, abrindo novos caminhos de compreensão e se tornando uma preciosa ferramenta de pesquisa e de análise (Taussig, 2011). O trabalho fotográfico de Vitor Barros, “*Historias Incorporadas*”, representa aqueles desenhos, através da técnica do *body painting* e da projeção das fichas clínicas e dos diagnósticos no corpo nu dos pacientes, metáfora vivida da vida nua (Agamben, 1995). A imagem é assim desprovida de qualquer indício da hospitalização, da instituição, do estigma manicomial. É o indivíduo, enquanto corpo e imaginação, que preenche a cena: a sua história, o percurso das visões que desafiam os caminhos da lógica, levando o público a se perder na densidade das simbologias.

Figura 3:



Já o último trabalho que quero apresentar neste texto foi realizado por mim com a colaboração dos trabalhadores do sexo do bairro da Mouraria em Lisboa (homens, mulheres, transgêneros), cuja presença é uma das características mais significativas desta zona. As suas ruelas obscuras continuam a condensar a imagem negativa de um bairro que vive de atividades ilícitas, prostituição, droga e vida boêmia.

"Rua do Pecado" é uma instalação de *street art* que se insere no evento *NOOR Mouraria Light Walk*, organizado pela Associação EBANO Collective. Usando a luz como linguagem artística privilegiada e no seu sentido mais simbólico como forma de iluminar o que está na sombra, este projeto identificou um amplo percurso urbano que atravessou todo o bairro, criando uma relação intensa com os seus moradores, as suas histórias e as suas memórias. Apoiando-nos numa perspectiva histórica e social, quisemos contar os lados mais invisíveis e invisibilizados deste bairro, a partir da sua própria origem estrangeira, de cidade muçulmana dentro da cidade cristã (*NOOR* em árabe significa justamente "luz"). Cada artista trabalhou na base de uma pesquisa no território, identificando com a população problemáticas e questões sociais que careciam de visibilidade. As obras realizadas no espaço da cidade, sempre através do uso da luz como forma artística principal, derivam da colabo-

ração com os habitantes do bairro que acompanharam a sua realização, fornecendo ideias, temas, críticas, partilhando lembranças, mostrando o que se esconde nas sombras dos becos estreitos e reavivando a lembrança do passado mouresco⁵. A arte de rua é um fenômeno transitório e efêmero, que aparece, desaparece e reaparece, uma linguagem icônica que emprega um alfabeto urbano não para falar do espaço, mas para o repropôr (Dorrian, Farrelly e Recchia, 2002; Hundertmark, 2004; Manco, 2004). Uma forma de resistência cultural à hegemonia dos espaços consagrados à arte (a galeria ou o museu, “The White Cube” do qual falam O’Doherty e McEvelley) que abre a todos a possibilidade de se expressar e de expor publicamente, marcando e alterando o território com a sua presença.

A instalação por mim realizada usa outra vez o corpo como símbolo central: o corpo de plástico dos manequins das lojas, destinado ao comércio e à venda de produtos. O desafio de produzir em conjunto uma peça artística permitiu a criação de uma abertura ao diálogo e à troca de histórias quase imediata, ultrapassando as barreiras que se criam face à entrevista, ao questionário e ao pesquisador da universidade. Comecei então com os trabalhadores do sexo na rua, contando histórias de rua, na própria rua. O que estávamos a elaborar não era bem pesquisa de academia, nem arte das galerias e dos museus.

⁵ <http://vimeo.com/74712809>; <http://vimeo.com/70397668>; <http://vimeo.com/70131509>; <http://vimeo.com/70236214>

Figura 4:



Figura 5:



A instalação, assim como os seus protagonistas co-autores, reconhecia-se como arte de rua, de avenida, de pista, de esquina – termos que definem os territórios de prostituição. Rua como categoria espacial e simbólica – ligada à noite, à vida boêmia, ao mercado do sexo, ao crime. Rua que seduz e ao mesmo tempo ameaça. Rua à qual os trabalhadores do sexo se sentem pertencer, que os acolhe. Espaço que não só habitam, mas que se torna *habitus* e marca identitária, prática corpórea que define o sujeito. Ao mesmo tempo, estar na rua não é simples: existem regras rígidas, lutas de poder e claras demarcações de territórios dentro do mercado do sexo. Existem violência, abuso, droga, dinheiro, lutas e negociações. Na rua os corpos são objetos de desejo, mercadoria exposta, convite ao consumo, como nas vitrines das lojas. É no corpo e através dele que os trabalhadores do sexo se produzem e (re)conhecem enquanto sujeitos. A imagem inanimada, plastificada, padronizada, fria e estática do manequim – elemento central da instalação – ao se tornar alegoria, *avatar* dos protagonistas, denuncia um simulacro, e aponta para uma problematização estética e política de questões sobre o corpo.

O corpo construído na plástica, plasmado, transformado com hormônios, colágeno e silicone, dos transgêneros e dos travestis; o corpo provocante, exposto, exibido das mulheres; o corpo malhado, lúcido e depilado dos garotos de programa; o corpo, como símbolo principal do trabalho sexual para contar histórias, apresentar reivindicações, lançar mensagens. Incisas na pele de manequins, já expostos outrora nas vitrines e depois jogados no lixo, aparecem como tatuagens nas palavras dos que vendem o corpo e que reivindicam uma voz. Cada profissional conta uma história e cria o seu próprio duplo num manequim de plástico, como ato de reivindicação política e crítica social à falsa moralidade dos bem-pensantes, moralistas e severos durante o dia, mas clientes assíduos à noite. Narrativas que apresentam uma contínua tensão entre uma experiência incorporada de abuso e violação (Parkins, 2000; Weiss, 1999) e uma declaração de *empowerment*, de controle total das transações comerciais por ser quem tem/é a mercadoria mais desejada, de poder através do capital de um corpo cobiçado (como no funk da cantora Valesca Popozuda “*My Pussy é o Poder*”).

A relação criativa - feita de conversas, ideias, projetos, esboços - destinada à realização da instalação é marcada pela ausência presente do corpo. O corpo individual é raramente sujeito de referências explícitas. Fala-se em geral de práticas sexuais, de estética, da dependência das drogas, dos abusos, das gestações e dos abortos das profissionais do sexo. Mas nunca são explicitadas no diálogo as vivências corporais individuais. A representação em forma visual das sensações do corpo, das suas experiências e emoções (O'Neill et al., 2002) permite desvelar âmbitos de significados de difícil acesso, nem sempre conscientemente elaborados ou reconhecidos (Newell-Walker, 2002). Se a narração da vivência corpórea através da palavra se torna difícil (Holland et al., 1994, p.109), o gesto, o envolvimento na produção artística permite ultrapassar a mera descrição da relação dos sujeitos com o seu próprio corpo para chegar a novos níveis de auto reflexão e a um conhecimento mais profundo (Pink, 2001). Os corpos de plástico se cobrem de palavras geralmente não escutadas, se abrem ao ao meio revelando um coração e um cérebro, se fundem com o arame farpado das fronteiras e das barreiras do preconceito. Quebrando a invisibilidade na qual foram e continuam a serem bloqueadas as pessoas que desenvolvem atividades de comércio sexual, corpos que irradiam luz, como vaga-lumes vagabundos, iluminando a Rua do Pecado gritando, silenciosos, as palavras dos últimos.

A escolha de tornar o corpo protagonista destes trabalhos deriva das suas possibilidades como veículo de comunicação. O corpo é contemporaneamente único e plural, concreto e virtual, estável e transitório, 'ser' e 'ter', tela branca sobre a qual incidem as marcas da história e do tempo, e ao mesmo tempo reserva símbolos dispostos a assumir significados diferentes. O corpo como contínua construção, espaço de fronteira, mercadoria de consumo, capital erótico, prática coletiva e lugar da experiência e da *agentividade* do sujeito.

Em todos estes trabalhos, a participação e o envolvimento criativo dos sujeitos da representação artística, ao mesmo tempo autores e protagonistas, permite: explorar metodologias de pesquisa capazes de ultrapassar as barreiras da relação etnográfica clássica; aceder a novos níveis de comunicação e de reflexão; desvelar aspectos de difícil acesso através da linguagem; exceder

os limites textuais para comunicar com o público de forma mais intensa; criar uma linguagem que não afirma, não explica, não ensina, mas abre possibilidades de questionamento e de interpretação, que convida à interrogação, circulando fora da academia para chegar à rua; promover o encontro e o diálogo através das barreiras sociais; propiciar uma maior abertura para com contextos, populações e temas sensíveis; criar novas possibilidades de interação no terreno, catalisadoras de mudança social.

Ethnography-based art e intervenção social

“The artist is a model of the anthropologist engaged”

(Kosuth, 1975)

O objetivo deste artigo foi o de explorar as sobreposições entre arte e antropologia, em três sentidos principais: como metodologia de pesquisa etnográfica, como forma de comunicar e exibir o conhecimento adquirido, e enfim, como instrumento de crítica social e reivindicação política. Esta reflexão nasce para responder à falta de oportunidade, tanto para os antropólogos que trabalham fora da academia, quanto para os artistas ligados à antropologia, de apresentarem os próprios trabalhos num diálogo internacional e transdisciplinar para além dos canais acadêmicos mais tradicionais.

A crítica do paradigma científico-realista da imagem de Sarah Pink (2001), assim como o debate sobre o “*ethnographic turn*” na arte contemporânea (Foster, 1995; Schneider e Wright, 2006, 2010, 2013), sobre a arte como forma de pesquisa e a etnografia como base possível de produção artística (Brodine et al., 2011), abrem um espaço de experimentação que ultrapassa a distinção convencional entre etnografia e arte. Neste sentido, o produto antropológico já não é documentação ou registro, nem é só representação, mas é antes de tudo intenção (Gell, 1998), e portanto ação, intervenção, transformação.

Se, como escreve Susan Hiller (1996), o antropólogo descreve a sociedade, o artista através do poder da imaginação não só a retrata, mas antes altera e transforma ativamente o objeto da sua representação, criando algo novo. Pelas palavras de Alfred Gell, a arte é um sistema de ação que entende transformar

a realidade das coisas em vez de se limitar a descrevê-las (Gell, 1998, p.6). Seguindo a provocação da Sarah Pink, que no seu texto *The Future of Visual Anthropology* convida a um novo “*engagement with the real world as social intervention*” (2006, p.81), neste texto defendo a realização de uma produção artística crítica, *site-specific* e *ethnography-based* que se situe entre uma *applied visual anthropology* (Pink, 2007b) e a arte contemporânea (Jackson, 2011; Lacy, 1995), ocupando o espaço público. O desafio que aqui proponho é o de realizar experiências de arte pública crítica, baseada em pesquisa antropológica, usando os instrumentos do visual como intervenção social (Pink, 2007a, 2007b, 2012; Jablonko, 1995), num âmbito e com finalidades claramente não acadêmicas, mas num diálogo estreito com as estratégias e práticas de pesquisa da antropologia.

Abordar a relação entre arte, etnografia, ativismo político e intervenção no espaço urbano significa antes de tudo falar da relação entre um sujeito, seja ele antropólogo, historiador, artista, urbanista, sociólogo ou arquiteto, e um contexto social, sempre complexo, múltiplo, contraditório, denso de histórias e significados que não se deixam reproduzir ou resumir num único ponto de vista (Canevacci, 2004). Significa também falar de margens e fronteiras, entre arte e antropologia, pesquisa e ação, privado e público, individual e coletivo, sujeito e objeto. Significa, enfim, levar a pesquisa etnográfica e a sua concretização em obra artística no espaço público urbano, alterando e perturbando os circuitos segmentados da cidade e promovendo ao mesmo tempo um cruzamento entre os espaços da academia e os da arte contemporânea.

A produção antropológico/artística continuará, todavia, a ser marginalizada e incompreendida se a antropologia não decidir expor de forma mais explícita os aspectos imaginativos e sensoriais da compreensão intersubjetiva. Possivelmente a constante ansiedade de legitimação científica da antropologia, discutida por Grimshaw (2001), está na origem da relutância da disciplina em repensar o seu paradigma epistemológico. David MacDougall afirma a esse respeito que é por essa razão que a antropologia visual se limita, no fundo, a confirmar o que a antropologia tradicional já faz, ao invés de ousar propor algo completamente diferente (1998, p.76). Assim, a reflexão elaborada neste artigo não pretende oferecer respostas, mas abrir pistas e espaços para a

produção de uma experiência estético-reflexiva capaz de ultrapassar a distinção disciplinar entre etnografia e arte para aceder a novas estratégias de compreensão e comunicação⁶.

BIBLIOGRAFIA

1. AGAMBEN, Giorgio. (1995), *Homo sacer*. Torino: Einaudi.
2. ANDERSON, Richard e ANDERSON, Kim. (1989), "Art for Anthropology's sake". *Visual Anthropology* 2(1): 99-101.
3. ASAD, Talal. (1986), "Comment on Ethnographic Allegory". In CLIFFORD, James e MARCUS, George (orgs) *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 19-122.
4. BALMA TIVOLA, Cristina, (2004), *Visioni del mondo: rappresentazioni dell'altro, autodocumentazione di minoranze, produzioni collaborative*. Trieste: Edizioni Goliardiche.
5. BARRETO, Leticia. (2012), *Estrangeiro em mim*, Em Pussetti, Chiara e Barros, Vitor (orgs.) *Woundscales: maps of suffering and healing*, Exhibition Catalogue Woundscales, CRIA Editor: Lisbon.
6. BARTHES, Roland. (1987), "Da Obra ao Texto", in BARTHES, Roland (ed.), *O Rumor da Língua*, pp. 55-61, Edições 70, Lisboa, 1987 [1971].
7. BEHAR, Ruth. (1996). *The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks. Your Heart*. Boston, MA: Beacon Press.
8. BRODINE, Maria et al. (2011), "Ethnographic Terminalia: An Introduction", *Visual Anthropology Review* 27(1):49-51.
9. CANEVACCI, Massimo. (2004), *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo, Studio Nobel.
10. CARMAGNOLA, Fulvio e MATERA, Vincenzo. (2008), *Genealogie dell'immaginario*. Torino: Utet.
11. CLIFFORD, James e MARCUS, George, (1986). *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: California UP.
12. CLIFFORD, James. (1993), *I frutti puri impazziscono*, trad. it. di Mario Marchetti, Torino, Bollati Boringhieri. Ed. Or. (1988) *The Predicament of Culture: Twentieth Century Ethnography, Literature, and Art*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

⁶ Revisão linguística: Cássia Helena Dantas Sousa (Mestranda de Antropologia na UFRN).

13. CLIFFORD, James. (1997), *Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Harvard: Harvard University Press.
14. DORRIAN, Mike, FARRELLY, Liz e RECCHIA, David. (2002), *Stick 'Em Up*. London: Booth-Clibborn Editions.
15. EDWARDS, Elizabeth. (1997), "Beyond the Boundary: A Consideration of the Expressive in Photography and Anthropology". In MORPHY H. e BANKS M. (orgs.), *Rethinking Visual Anthropology*. New Haven, CT: Yale University Press, Pp. 53–80.
16. EDWARDS, Elizabeth. (2011), "Tracing photography", em BANKS Marcus e RUBY Jay (orgs.), *Made to Be Seen: Perspectives on the History of Visual Anthropology*. Chicago e Londres, University of Chicago Press, pp. 159-189.
17. FERRARI, Márcio. (2011), "Antropologia não é ciência? Debate coloca fundamentos da disciplina em xeque". *Revista Pesquisa FAPESP* ed.181 Março, pp. 78-81.
18. FEYERABEND, Paul. (1993), *Against Method*, 3rd. edition, London: Verso.
19. FOSTER, Hal. (1995), "The artist as ethnographer? The traffic in culture: refiguring art and anthropology", in: G. Marcus e F. Myers (orgs.), *The Traffic in Culture: Refiguring Art and Anthropology*. Berkeley, University of California Press, pp. 302–310.
20. GEERTZ, Clifford. (1973), *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, Inc., Publishers.
21. GEERTZ, Clifford. (1983), *Local knowledge*. New York, Basic Books.
22. GELL, Alfred. (1992), "The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology". In J. COOTE e A. SHELTON (orgs.), *Anthropology, Art and Aesthetics*. Oxford, Clarendon Press. pp. 40-63.
23. GELL, Alfred. (1998), *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford, Clarendon.
24. GRIMSHAW, Anna. (2001), *The Ethnographer's Eye: Ways of Seeing in Modern Anthropology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
25. HALL, Stuart. (1997), *Representing the Social*. In *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications, pp. 15–74.
26. HAMMOND, Joyce. (1998), "Photography and the 'natives': examining the hidden curriculum of photographs in introductory anthropology texts", *Visual Studies*, 13 (2): 57-73.
27. HILLER, Susan. (1996), *Thinking about Art: Conversations with Susan Hiller*. Manchester: Manchester University Press.
28. HOLLAND, Janet, et al. (1994), *Coming to Conclusions: Power and Interpretation in Researching Young Women's Sexuality*. Em MAYNARD, Mary e PURVIS, June. (orgs.) *Researching Women's Lives from a Feminist Perspective*. London: Routledge, pp. 125–48.

29. HUNDERTMARK, Christian. (2004), *The Art of Rebellion: world of street art*. Corte Madera: Gingko Press.
30. JABLONKO, Allison. (1995), "Structuring visual materials", *Visual Anthropology*, 7: 283-296.
31. JACKSON, Shannon. (2011), *Social Works: Performing Art, Supporting Publics*. Londres, Taylor e Francis.
32. KOSUTH, Joseph. (1975), "The artist as Anthropologist". Reprinted in: Joseph Kosuth, *Art after Philosophy and After*. Collected Writings, 1966-1990, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts / London 1996, pp. 107-128; quote: pp. 120-121.
33. LACY, Suzanne. (1995), *Mapping the Terrain: New Genre Public Art*. Seattle, Bay Press.
34. MACDOUGALL, David. (1998), *Visual Anthropology and the Ways of Knowing*. Em TAYLOR, Lucien (ed.) *His Transcultural Cinema*. Princeton, NJ: Princeton University Press. Pp. 61-92.
35. MACHADO, Arlindo. (1995), *A Arte do Vídeo*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense.
36. MANCO, Tristan. (2004), *Street Logos*. New York, N.Y.: Thames & Hudson.
37. MJAALAND, Thera. (2009), "Evocative Encounters: An Exploration of Artistic Practice as a Visual Research Method," *Visual Anthropology* 22, no. 5: 393.
38. MORPHY, Howard e BANKS, Marcus. (1997), *Rethinking visual Anthropology*. New Haven and London: Yale university Press.
39. NEWELL-WALKER, Ursula. (2002). "Getting a Picture of the Client's World View: Art Making and Subjectivity as Evidence", *Journal of Social Work Practice* 16(1): 43-54.
40. O'DOHERTY, Brian e MCEVILLEY, Thomas. (1976), *Inside the White Cube: The Ideology of the Gallery Space*, Berkeley: University of California Press.
41. O'NEILL, Maghie et. al. (2002), "Renewed Methodologies for Social Research: Ethno-mimesis as Performative Praxis", *The Sociological Review* 50: 69-88.
42. PARKINS, Wendy. (2000), "Protesting Like a Girl: Embodiment, Dissent, and Feminist Agency", *Feminist Theory* 1(1): 59-78.
43. PINK, Sarah. (2001), *Doing Visual Ethnography, Images, Media and Representation in Research*. London, SAGE.
44. PINK, Sarah. (2006), *The Future of Visual Anthropology: Engaging the Senses*. Oxford: Routledge.
45. PINK, Sarah. (2007a), *Doing Visual Ethnography: images, media and representation in research*, London: Sage Publications.

46. PINK, Sarah. (2007b), *Visual Interventions: Applied Visual Anthropology*, Oxford and New York: Berghahn.
47. PINK, Sarah. (2012), *Advances in Visual Methodology*. London: Sage.
48. PUSSETTI, Chiara. (2009a), *Migrantes e Saúde Mental: a construção da competência cultural*, Estudo 33 da Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, OI, ACIDI, Lisboa.
49. PUSSETTI, Chiara. (2009b), *Psicologias Indígenas: da antropologia das emoções à etnopsiquiatria*. Em LECHNER, Elsa. (eds.) *Migrações, saúde e diversidade cultural*, Lisbon: ICS, pp. 85-119.
50. PUSSETTI, Chiara. (2009c), "Biopolíticas da depressão nos imigrantes Africanos", *Saúde e sociedade* vol.18, n.4. São Paulo, pp. 590-608.
51. PUSSETTI, Chiara. (2010), "Ethnographies of new clinical encounters. Immigrant's emotional struggles and transcultural psychiatry in Portugal", *Etnográfica* 14(1), pp. 115-133.
52. PUSSETTI, Chiara. (2013^a), "Woundscape: Suffering, Creativity and Bare Life. Practices and processes of an ethnography-based art exhibition", *Critical Arts* (special issue Revisiting the ethnographic turn in contemporary art), vol 27, n. 5: 599-617.
53. PUSSETTI, Chiara. (2013b), "Woundscape: sofrimento e criatividade nas margens. Diálogos entre antropologia e arte", *Cadernos Arte e Antropologia*, n° 1/2013, pp. 9-23.
54. SCHNEIDER, Arnd e WRIGHT, Christopher. (2006), *Contemporary art and anthropology*. New York: Berg Publishers.
55. SCHNEIDER, Arnd e WRIGHT, Christopher. (2010), *Between art and anthropology: contemporary ethnographic practice*. New York: Berg Publishers.
56. SCHNEIDER, Arnd e WRIGHT, Christopher. (2013), *Anthropology and Art Practice*. Bloomsbury Academic.
57. STOLLER, Paul. (1989), *The Taste of Ethnographic Things. The Senses in Anthropology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
58. STROHM, Kiven. (2012), "When Anthropology Meets Contemporary Art. Notes for a Politics of Collaboration", *Collaborative Anthropologies* 5: 100-2.
59. TAUSSIG, Michael (2011), *I swear I saw this: drawings in fieldwork notebooks, namely my own*. Chicago: University of Chicago Press.
60. TYLER, Stephen. (1986), "Post-modern ethnography: from document of the occult to occult document", em CLIFFORD, James e MARCUS, George (orgs.) *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*, Berkeley: University of California Press, pp. 122-140.

61. WEISS, Gail (1999), *Body Images: Embodiment as Intercorporeality*. London: Routledge.
62. WIKAN, Unni. (1992), *Beyond the Words: The Power of Resonance*, "American Ethnologist", 19, pp. 460-482.

Submetido em 12 de Maio de 2014.

Aprovado em 17 de Setembro de 2014.

A vida de um monumento: arquitetura, memória e transformação

The life of a monument: architecture, memory and transformation

Resumo

Neste artigo, discuto uma perspectiva sobre o conceito de memória que emerge na rotina de conservação de um monumento arquitetônico – o Palácio Gustavo Capanema. Através da exposição de episódios de trabalho de campo, apresento e descrevo uma “memória cotidiana”, que se vale de experiências concretas e individuais do monumento, e é operada diante da evidência de transformações materiais. Ela contrasta com a “memória monumental”, que privilegia as imagens abstratas do projeto para este edifício e depende de sua estabilidade material. Sugiro que se, de um lado, a “perspectiva monumental” comporta memórias concluídas, de outro, a “perspectiva cotidiana” de memória organiza narrativas biográficas do edifício que se encontram em permanente elaboração. E que, longe de conformar dimensões separadas, tais perspectivas sobre “memória” participam das mesmas ações, fazendo-se em curso de modo inseparável na rotina de seus agentes.

Palavras-chave: Arquitetura, Memória, Etnografia

Abstract

On this article, I discuss a perspective on the concept of memory that comes up in the routine of conservation of an architecture monument – the Palacio Gustavo Capanema. Through the exposure of fieldwork situations, I present and describe a “quotidian memory” that lies upon concrete and individual experiences of the monument and is operated in front of material transformations’ evidence. It contrasts a “monumental memory” that praises abstract images of this building’s project and relies on its material stability. I suggest that whereas the “monumental perspective” upholds concluded memories, the “quotidian perspective” of memory organizes an ongoing elaboration of biographical narratives of the building. And that, far from concerning distinct dimensions, these perspectives on “memory” take part in the same actions, taking place in an undetached way on its agents’ routine.

Keywords: Architecture, Memory, Ethnography

INTRODUÇÃO

A relação entre espaço e memória é tema freqüente em reflexões sobre patrimônio (HALBWACHS 2006, HARTOG 2013, HUYSEN 2004, NORA 1981). A classificação de certos espaços como monumentos de memória se encontra, de fato, nas primeiras definições do termo “patrimônio” conforme os usos que hoje se fazem disseminados deste termo (CHOAY, 2001). Em certo sentido, espaços arquitetônicos dão forma à memória como patrimônio. Mas, quando falamos seja na construção de monumentos ou no registro de certos lugares como patrimônio, o que exatamente estamos entendendo por “memória”?

Respostas podem ser encontradas em um dos pressupostos centrais de tais iniciativas: a idéia de que arquitetura é capaz de resistir às transformações do tempo¹. Adrian Forty (1999) remete a relevância usualmente atribuída à estabilidade material de monumentos à tese aristotélica de que a memória constitui uma espécie de impressão que depende da sustentação em um suporte². Supõe-se que, na medida em que a mente humana comportaria um suporte frágil, as lembranças nela impressas tenderiam a se esvanecer³: daí, conforme explica, sua transferência para análogos materiais duráveis, tomados como capazes de conservá-las contra o esquecimento.

De acordo com Forty, a eficácia convencionalmente atribuída à arquitetura na consolidação de memórias deve ser atribuída a esta lógica. Por outro lado, o autor sugere que esta concepção de memória não apresenta validade universal. A seu ver, a relação entre a materialidade de monumentos e o trabalho de rememoração comporta nuances capazes de contestar a suposta dependência da memória em relação a suportes. Com Suzanne Küchler (1999), Forty problematiza esta dependência diante dos efeitos tanto de esquecimento produzidos por certos memoriais de guerra, quanto de rememoração de-

¹ Este pressuposto pode ser depreendido de abordagens clássicas a respeito da conservação de monumentos, dentre as quais destaca-se a obra de Alois Riegl (1987).

² Aspectos desta tese participam das discussões propostas por Maurice Halbwachs e David Lowenthal em *A memória coletiva* (2006) e *The past as a foreign country* (1985), respectivamente.

³ Conforme sugere Lowenthal (1985), um passado desprovido de “tangible relics is almost too abstract to be credible”.

sencadeados na destruição material de “monumentos efêmeros”.

O presente artigo propõe uma “desestabilização” semelhante da materialidade da memória, focalizando uma de suas instituições centrais: o campo do patrimônio. Discuto a presença de uma concepção de “memória” neste campo que se afasta da lógica aristotélica descrita por Fortý. A partir de aspectos de uma descrição etnográfica da rotina de conservação de um “patrimônio arquitetônico”, mostrarei como a “memória” pode prescindir da estabilidade de um suporte material. E como, indo além, ela pode ser catalisada pela transformação desse suporte.

As atividades de conservação de um monumento⁴ apresentam vínculos inegáveis com a mencionada concepção aristotélica de memória. Afinal, elas servem à manutenção da estabilidade de um suporte material de lembranças. Seu fundamento reside no princípio – enunciado em Alois Riegl (1987[1903]) – segundo o qual a evidência de transformações materiais pode comprometer as propriedades rememorativas atribuídas a certos espaços.

Ao longo do trabalho de campo junto a agentes de conservação, surpreendi, no entanto, situações nas quais a evidência de transformações materiais parecia suscitar – e não impedir – o trabalho de rememoração. Com alguma frequência, narrativas de memória seriam desencadeadas em torno de sinais de deterioração do monumento focalizado ou de antigas ações sobre sua forma.

Trata-se de uma possibilidade de relacionar “matéria” a “memória”⁵ que tende a ser tomada como um contra-senso por parte de perspectivas que assumem a concepção aristotélica de memória como predominante no Ocidente. Porém, se considerada de um ponto de vista antropológico – que presume coerência no modo como categorias de pensamento se relacionam e se inte-

⁴ Ao falar sobre monumentos no presente texto, tenho em mente definições que se aproximam do “monumento histórico” presente nas formulações de Riegl (1987), tal como apropriadas por Choay (2001) – que focaliza a patrimonialização moderna de espaços originalmente vinculados a destinações diversas. De toda a forma, ressalto que o foco, aqui, se encontra nos sentidos mais amplos da atribuição de propriedades rememorativas a espaços materiais.

⁵ A evidente alusão ao trabalho de Henri Bergson (1999) não corresponde aqui a uma apropriação imediata da concepção de “memória” por ele mobilizada. A pesquisa que fundamenta a presente discussão parte de uma perspectiva sobre a memória próxima àquela trabalhada por Maurice Halbwachs em diálogo com o mencionado autor. Aqui, Halbwachs a concebe como um trabalho de criação ativo – e fundamentalmente coletivo –, afastando-se da perspectiva de Bergson, em termos da qual a memória se aproxima a um conjunto de conteúdos situados de maneira estável no interior do indivíduo (HALBWACHS, 1925).

ressa pelos sentidos que a sustentam – , a concepção de “memória” revelada pelo trabalho de campo pode abrir novos caminhos para refletir sobre “espaço” e “memória”. Assim, este artigo pretende proporcionar uma perspectiva etnográfica a tais reflexões.

A pesquisa focalizou uma arquitetura à qual com frequência se atribui um lugar importante na história do pensamento sobre patrimônio no Brasil: o Palácio Gustavo Capanema – como atualmente se designa o edifício, localizado no centro do Rio de Janeiro, do antigo Ministério da Educação e Saúde Pública⁶. O Palácio possui projeto assinado por nomes como os de Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Le Corbusier, sendo com frequência enaltecido como ícone da arquitetura moderna no país. Elaborado e construído entre 1936 e 1943, o edifício remete a intenções de consolidação de identidade nacional, abrigando uma de suas agências centrais: o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHUVA, 2009). Não seria de todo inadequado aproximá-lo a uma espécie de “casa” do IPHAN⁷. De fato, a permanência do Arquivo Central no Palácio, mesmo após a transferência da capital federal para Brasília, pode ser tomada como indicadora de uma relação significativamente próxima entre esse monumento arquitetônico e a memória nacional.

Tal aproximação do Palácio Capanema a um “monumento de memória” não se deve exatamente ao seu tombamento, como bem artístico. Antes, ela deriva da ênfase atribuída, em debates acadêmicos e públicos, ao contexto histórico ao qual seu *projeto* remete – seja da cidade, do país, ou de um modo de construir⁸. Nesse plano de elaborações contemporâneas, o Palácio se revela valorizado sobretudo como uma imagem capaz de mediar uma determinada

⁶ Há uma literatura detida em torno dos aspectos históricos do projeto para o Palácio Capanema, da qual podem ser destacadas as contribuições de Cavalcanti (2006) e Lisovsky e Sá (1996). Vale lembrar que o edifício costuma ser designado tanto nos termos de sua denominação oficial (Palácio Gustavo Capanema), quanto como MEC, MES ou, ainda Palácio da Cultura. Ao longo do texto, alguns desses nomes serão mobilizados em sua referência, não havendo alterações semânticas significativas nos diferentes usos.

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁸ Alguns autores abordam a construção do Edifício como parte de um contexto mais amplo de consolidação de uma “tradição” e “identidade” nacionais. Iluminado por tal perspectiva, seus aspectos mais “modernos” e “inovadores” se revelam indissociáveis de uma busca por um Brasil “autêntico” tido como esquecido e passível de ser “resgatado” e “preservado”. É importante destacar, nesse sentido, o enigmático tombamento “precoce” do Edifício, em 1948 – ou seja, poucos anos após sua inauguração.

época. É nesse sentido que é possível sugerir que a “monumentalidade” conferida à sua arquitetura diz respeito ao seu papel de análogo material de memória.

Por sua vez, o trabalho de campo trouxe à tona uma perspectiva diferente sobre a “memória” mediada pelo Palácio: trata-se de uma “memória cotidiana”, vinculada às relações sociais e simbólicas de que o edifício faz parte e, assim, ao modo como é experimentado em sua existência concreta. Neste plano, a forma do monumento é experimentada não como uma imagem estável, mas como uma *construção permanente*⁹, relativa às transformações dos materiais que o compõem e às ações de conservação¹⁰ que as atingem.

Esta perspectiva contrasta com a “memória” que, atuante nas narrativas que focalizam o edifício enquanto projeto, se mostra “abstraída” de seu tempo presente. Operando no sentido oposto em relação a esta “memória monumental”, a perspectiva “cotidiana”¹¹ sobre um monumento supõe a introdução do tempo em uma matéria cuja função rememorativa parece, paradoxalmente, presumir sua supressão. No cotidiano da manutenção do Palácio, suas “memórias” se revelam em constante processo de elaboração. E tão instáveis quanto a forma que as sustenta.

⁹ A percepção de “formas arquitetônicas” como “processos” remete à perspectiva fenomenológica de Tim Ingold (2000) sobre a arquitetura. Ele propõe que construções sejam percebidas menos como projetos do que como processos de construção permanente. Esta perspectiva foi conformada como caminho metodológico ao desenvolvimento desta pesquisa, favorecendo a construção de perguntas relativas ao caráter transformador das ações de conservação. Como resultado, aspectos desta perspectiva se mostraram atuantes no universo pesquisado, conformando uma lógica de espaço que, no jargão antropológico, pode ser denominada “nativa”.

¹⁰ Fazem parte da manutenção do Palácio as ações tanto de “administração” – que dizem respeito ao controle de serviços como os de manutenção de elevadores e limpeza – quanto de “conservação”, que têm como objetivo manter estáveis suas qualidades de bem tombado. Como veremos, esses dois níveis dos cuidados diários com este edifício se entrecruzam, e por este motivo os sintetizo através do termo “conservação”.

¹¹ Michael Herzfeld (1991) discute, com base na distinção entre “tempo monumental” e “tempo social”, as diferentes perspectivas em termos das quais profissionais do patrimônio e habitantes de uma área patrimonializada a classificam e dela se apropriam. Sua abordagem evidencia o caráter conflituoso deste contexto de elaborações, marcado por eventuais divergências entre os usos cotidianos dos bens em questão e o controle institucional por parte da preservação histórica. Discussão semelhante é proposta por Izabela Tamasso (2006) com base em uma perspectiva etnográfica: a autora aborda as tensões entre as memórias “cotidianas” de um monumento e aquelas controladas por discursos oficiais. Ao mobilizar as noções de “monumental” e “cotidiano”, o presente artigo aproxima-se à perspectiva proposta por José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) a respeito das concepções de patrimônio elaboradas discursivamente pelo IPHAN. Aqui, o autor lança mão das idéias de “monumental” e “cotidiano” tal como trabalhadas por Mikhail Bakhtin (1981): nesse caso, o “cotidiano” diz respeito ao patrimônio do ponto de vista da “experiência” e da “materialidade”, ao passo que o “monumental” se associa a concepções mais “abstratas” de “patrimônio” (GONÇALVES, 2007).

Nas próximas páginas, apresento episódios de campo que colocam em relevo a presença, no campo do patrimônio, de uma perspectiva que parece acolher transformações materiais como “lugar de memória”¹². Eles dizem respeito a casos da rotina da conservação do Palácio que se fazem acompanhados por peculiares trabalhos de rememoração. Uma sessão específica do texto é então dedicada à descrição de um caso especialmente complexo: trata-se de uma situação caracterizada por uma total falta de controle sobre a estabilidade de um componente do Palácio. A atenção sobre as controversas narrativas de memória desencadeadas nessa situação conduz ao trabalho de análise realizado na sessão seguinte do texto. Nele, desenvolvo reflexões em torno da perspectiva “cotidiana” sobre “memória” surpreendida em campo. Conclui-se que, se de um lado esta “memória” se distingue de uma perspectiva “monumental” sobre o monumento, de outro, ela parece constituir seu reverso necessário.

Da monumentalidade de um projeto ao cotidiano de uma forma

Nas narrativas “monumentais” sobre o Palácio, os jardins de seu projeto costumam ser tematizados enquanto aspecto de seu valor de “marco” do modernismo na arquitetura e nas artes no Brasil. De um lado, eles condensam um dos elementos arquitetônicos enaltecidos na arquitetura moderna de Le Corbusier: a introdução de “terraços-jardins”, voltados a restituir, através da disseminação de cobertura vegetal pelas superfícies livres de um edifício, o “espaço verde originário” suplantado pela construção arquitetônica. De outro, os jardins constituem pedra de toque da obra de um personagem célebre: Roberto Burle Marx. A participação do paisagista no projeto para o MES é um dos aspectos em destaque nessas narrativas.

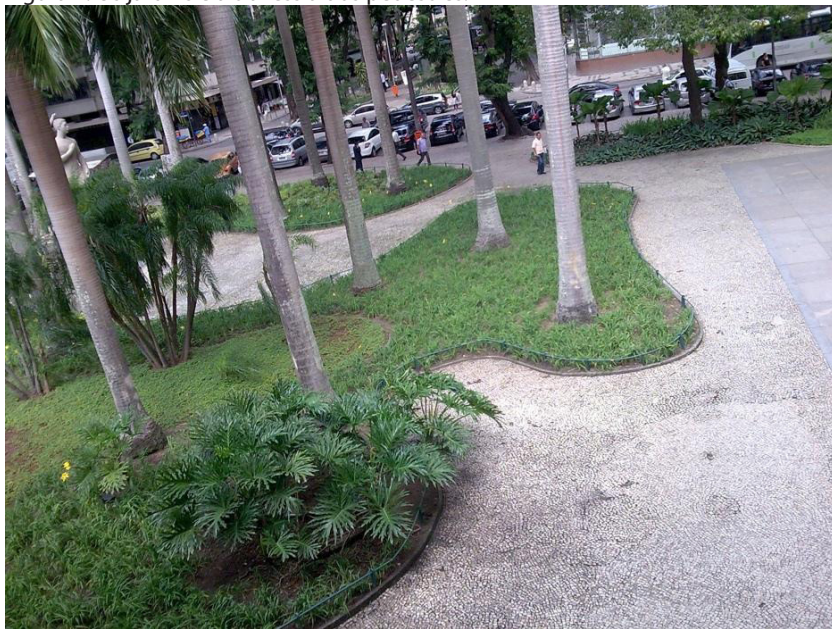
Conforme pode ser depreendido de uma literatura existente a esse respeito, não seria estritamente ornamental o papel desempenhado por tais jardins. O projeto paisagístico constitui parte do arquitetônico, ao qual seriam

¹² Embora a princípio a expressão “lugar de memória” remeta ao trabalho de Pierre Nora (1981), ela aqui é utilizada de acordo com a sugestão de Suzanne Küchler no artigo intitulado “The Place of Memory” (1999). Como veremos, esta aproximação se mostra adequada para lidar com a problemática da memória do ponto de vista da especificidade dos dados de campo aqui trazidos: trata-se do monumento como uma matéria instável, em transformação.

atribuídas qualidades de *dispositivo* de determinadas maneiras de pensar e agir (LISSOVSKY;SÁ,1996,p.xxiii). Distribuídos pelos espaços que conformam o térreo do Palácio, os canteiros ajardinados serviriam a intenções de disciplinar o olhar e a trajetória de passantes, direcionando-os por ângulos considerados privilegiados à contemplação do conjunto (DOURADO,2009,pp.232–235).

Com o passar do tempo, no entanto, uma parcela importante dos “receptores” de tais intenções se revelariam pouco dóceis ao projeto. Abrindo mão de quaisquer vistas privilegiadas, eles prefeririam atravessar os canteiros, cortando caminho através das plantas. A muitos desses passantes o Palácio não comportaria muito além de um lugar de passagem¹³ e, aos mais apressados, os jardins poderiam representar um atalho .

Figura 1: Os jardins e a travessia dos pedestres.



Esta apropriação “cotidiana” do projeto paisagístico, que diz respeito ao Palácio como parte da vida social da cidade¹⁴, surge na fala de dois interlocu-

¹³ Vale lembrar que o Palácio, situado entre as ruas Imprensa, Araújo Porto Alegre, Graça Aranha e Santa Luzia, constitui uma grande área de passagem entre elas e outras ruas adjacentes.

¹⁴ A proposta de focalizar o cotidiano de espaços planejados participa das formulações de Michel de Certeau (2013) a respeito desta dimensão da vida social.

tores que o experimentam de forma concreta, e não como a imagem abstrata de um projeto. Trata-se de Luciano Lopes e Jupiara Vieira, profissionais atuantes no Palácio enquanto objeto de ações, de um lado, de conservação como bem tombado e, de outro, de administração enquanto edifício público, que abriga escritórios das representações regionais do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura¹⁵.

Constituindo a rotina desses agentes da estabilidade material do Palácio, preocupações relativas ao cotidiano de um projeto não suscitariam interesse à mencionada produção bibliográfica, não sendo mero acaso sua ausência em tais narrativas. Interessada em saber a respeito desse plano cotidiano de um monumento, freqüentei, durante aproximadamente cinco meses, o ambiente da administração do Palácio Gustavo Capanema.

A imersão consistiu em um trabalho de observação participante, caracterizado pelo acompanhamento diário das atividades de Jupiara, que desempenhou na pesquisa um papel próximo ao do “informante privilegiado”. Ela incentivou minha integração nos assuntos diários da manutenção do Palácio, me introduzindo a agentes envolvidos nesses assuntos – alguns deles dotados de maior responsabilidade, como o mencionado Luciano, arquiteto do IPHAN enquadrado como técnico da conservação do edifício.

Visando acompanhar tais profissionais em ação, procurei me integrar em suas trocas discursivas, controlando-as, sempre que possível, através de perguntas elaboradas com base na “linguagem nativa” daquele contexto: a “materialidade” do monumento. Inspirada em contribuições dos chamados estudos de cultura material (TILLEY; KEANE; KÜCHLER; ROWLANDS; SPYER, 2006), a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa fundamentou-se na fórmula segundo a qual o foco sobre “materiais” serve como entrada para se conhecer as relações sociais e simbólicas dos contextos a que pertencem. Nesse sentido, os aspectos materiais do Palácio foram focalizados de modo que revelassem as categorias que regem a interação cotidiana com o edifício.

Tratava-se, mais precisamente, de perguntar a respeito dos componentes

¹⁵ Durante a realização de minha pesquisa (2011), além dos escritórios do MinC (tais como Iphan e Funarte), ainda se encontravam em operação algumas atividades do MEC, posteriormente removidas.

materiais que constituíam alvo daquelas ações. Por este caminho, perguntei a Jupiara, em uma ocasião específica, a respeito de uma baixa e discreta cerca em torno daqueles canteiros ajardinados. Ela discorreu sobre a relativamente recente introdução da cerca, narrando como a mencionada travessia dos passantes pelos jardins danificava as plantas, representando um problema para funcionários da Administração encarregados de mantê-los. Como podemos ver no seguinte trecho de diário de campo:

“Não podia continuar daquela maneira. Imagina, as pessoas passavam pelos jardins, assim, descaradamente. Sabe, no Iphan eles elaboraram um projeto, projeto mesmo, para a cerca. Fizeram a planta-baixa dessas estacas (...)” As estacas direcionariam longos e finos tubos que, conforme descreve, seriam de plástico pvc: “E esse tubo de pvc é pintado de verde, como a estaca. Deve ser do preto, não do azul; senão fica com a coloração diferente, isso o Luciano também explicou”.

Este trecho coloca em relevo o caráter eminentemente criativo e transformador das ações voltadas a conservar o edifício dentro de sua forma imaginada como original e definitiva. É com base em todo um processo de elaborações discursivas que tais transformações são construídas como legítimas e, seus resultados, como “autênticos”. À diferença das formas geradas pela travessia dos passantes, a cerca introduzida se torna aspecto “original” do Palácio, a ser preservado.

Se em aspectos do projeto para o Ministério podem ser lidos fatos de uma época, certos componentes materiais do edifício parecem sustentar histórias que poucas pessoas saberiam contar. Ao falar sobre o modo como um projeto é incorporado e ressignificado, tais histórias em certa medida compõem um quadro da vida cotidiana da cidade em se situa. Assim, elas fazem emergir uma determinada memória, relativa aos processos de elaboração simbólica dos quais nem mesmo os espaços mais “controlados” em termos semânticos – como monumentos – escapam enquanto parte de relações sociais.

Não seriam “estritamente simbólicos” os processos de transformação aos quais um monumento se submete no cotidiano. As narrativas que envolvem

a cerca dos canteiros possuem origem em processos de transformação material – no caso, os danos persistentes às plantas. E repercutem em novas transformações que, neutralizando as primeiras, restauram a estabilidade tida como ameaçada.

Por sua vez, o sucesso das ações de conservação parece residir no deslocamento que tais intervenções promovem sobre as mediações exercidas pelo edifício. Se seu valor de monumento deve se situar não no modo como é apropriado cotidianamente, mas na forma intacta de seus jardins, a criação “sobre” o projeto se torna menos “destrutiva” que a existência de plantas danificadas.

Como resultado, uma história se sobrepõe à outra. A partir do momento em que a estabilidade material é restabelecida, as construções narrativas que acompanham o processo – criativo e transformador – da conservação são esquecidas em nome da memória “monumental” do edifício. Nesse sentido, a discreta e, no entanto, visível cerca pode ser lida como um vestígio, um sinal quase imperceptível de certas memórias do Palácio que não participam de suas descrições “oficiais”. Memórias estas que compõem, talvez, um momento da biografia do Palácio¹⁶. Isso permite perguntar a respeito das transformações que não deixam quaisquer sinais – que histórias elas contam?

Memória de transformações

No início de 2011, época inicial do trabalho de campo, encontrava-se em elaboração no IPHAN um ambicioso “plano de ação” para o Palácio Capane-ma, voltado a restaurá-lo e modernizá-lo através de reformas de proporções inéditas. Passadas algumas semanas relativamente “estáveis” do acompanhamento das atividades da Administração, me vi aos poucos integrada em um contexto marcado por expectativas em relação às transformações iminentes. Mais freqüente na rotina daquele espaço, o escritório técnico do IPHAN¹⁷ se faria presente através das visitas não apenas de Luciano, mas também de re-

¹⁶ Este uso da noção de “biografia” remete às proposições de Igor Kopytoff (2008) a respeito dos processos de reelaboração a que objetos materiais se submetem em seu deslocamento através de diferentes contextos semânticos.

¹⁷ Vale, por sua vez, lembrar que o escritório técnico do IPHAN, responsável pela administração de bens tombados, é localizado não no Palácio, mas em outro edifício, na Av. Rio Branco.

presentantes de firmas de arquitetura interessadas em concorrer pela licitação das reformas.

Diante da nova situação, pude focalizar nas narrativas de tais arquitetos uma perspectiva totalizante do Palácio como objeto potencial de intervenções técnicas. Das trocas discursivas a respeito das reformas que estariam por vir, sobressaíram uma série de histórias a respeito de intervenções anteriores, contemplando inclusive revisões do projeto que se fizeram em curso durante a construção do Edifício.

Uma anedota compartilhada por Luciano nesse contexto diz respeito a um aspecto do edifício desconhecido pela produção bibliográfica: a presença de paredes estruturais. Presença esta capaz de contestar seu enquadramento como um marco da arquitetura moderna.

Luciano discorre a esse respeito referindo-se ao caso de uma reforma anterior, realizada no final da década de 1990. Ele conta que, em meio às obras, o arquiteto da firma licitada teria ordenado a demolição de paredes situadas no terceiro pavimento. Aparentemente, elas poluiriam um dos aspectos de destaque do projeto do edifício: a obediência ao princípio da “planta livre”, proporcionada pela substituição de paredes por colunas.

A presença de paredes estruturais condensa um dentre outros aspectos do projeto *revistos* no contexto da construção. Luciano remete a instalação de tais paredes a problemas decorrentes do aumento no número de andares previsto pelo projeto. Referência consultada pelo arquiteto, o livro *Colunas da Educação*, de Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá (1996), trata das intervenções no projeto durante a construção do edifício. Os autores chegam a mencionar sem, no entanto, explicar precisamente, a solução “elegante” do engenheiro Emílio Baumgart:

“O projeto original sofreu, no decorrer da construção, várias alterações. A primeira delas (...) implicou em modificações na execução da estrutura da obra, já que, a pedido de Capanema, elevou-se o pé-direito do primeiro andar de 4,25m para 4,90. A segunda dessas modificações atingiu o número de andares; já em novembro do mesmo ano constatava-se que os 12 inicialmente previstos não satisfaziam às ne-

cessidades do ministério, que (...) deveria contar com pelo menos 15 (...). No contexto destas modificações é que se percebe o papel desempenhado pelo engenheiro Emílio Baumgart, que não só resolvia ‘elegantemente’ os problemas de cálculo que o projeto exigia como antecipava-se muitas vezes aos problemas que ainda poderiam surgir”. (LISSOVSKY;SÁ, 1996,p.145).

Luciano admite que por pouco a demolição desses componentes “desconhecidos” – e, com isso, quicá do prédio inteiro – foi impedida. Como, afinal, seria possível adivinhar que a sustentação de um “marco” da arquitetura, dotado de todos os atributos reforçados por Le Corbusier, dependeria de paredes? Não há qualquer sinal visível de sua qualidade estrutural. Aproximando-se a um ato de *iconoclash*¹⁸, o gesto interrompido do arquiteto lícitado provocou o desencadeamento dessa narrativa, silenciosamente depositada no terceiro andar do edifício.

Em certos sentidos, as prestigiadas colunas do Capanema ocultam e revelam aspectos de uma história que não participa de narrativas oficiais, amplamente compartilhadas. Situada no volume do mezanino, uma dessas colunas, que contém uma passagem do térreo ao salão de exposições, resguarda outro caso de revisão no projeto. Em seu interior, fora improvisada uma passagem direta ao terraço-jardim. Esta intervenção remete a um tempo em que, além de concluído, o prédio já estaria sendo freqüentado. Conforme Luciano narra em um trecho de diário de campo, naquele tempo se fazia em curso no gabinete do ministro Gustavo Capanema

“um trânsito que era.. no mínimo.. esquisito... Em algum momento o ministro reparou nisso, e ordenou que “dessem um jeito” naquela situação. É que o jardineiro precisava atravessar todo o espaço do acesso ao gabinete para chegar ao jardim do terraço... Era uma movimentação esquisita aquela.. imagine, terra, adubo sendo derramado pelo caminho percorrido.. pelo ministro! Foi assim que veio à tona esta bri-

¹⁸ Bruno Latour (2008) designa através do termo “iconoclash” ações sobre imagens caracterizadas por uma profunda ambigüidade, não sendo possível distinguir se partem de intenções “iconófilas” ou “iconoclastas” e, nesse sentido, se destroem ou acolhem as imagens às quais se dirigem. O autor identifica no trabalho de profissionais de restauração um contexto suscetível à ocorrência de iconoclashes, e não parece impróprio aproximar esta possibilidade à área da conservação de monumentos.

lhante ideia: a criação de um acesso ao terraço-jardim no próprio volume do salão de exposições, evitando, assim, de uma vez por todas, aquela movimentação.. constrangedora...”

Trata-se de outro episódio envolvendo transformações na forma “original” do Palácio. Ao serem narradas, elas parecem suscitar outras histórias, que compõem uma memória cotidiana deste edifício e do contexto social que o envolve. Nesse sentido, ainda que contraste com a estabilidade das imagens do projeto, essa “materialidade instável” também exhibe contornos rememorativos.

Figura 2: Ao centro, o acesso do térreo ao salão de exposições e ao terraço jardim.



O caso narrado por Luciano diz respeito a uma espécie de colisão entre o projeto arquitetônico e o paisagístico, aplacada através de uma intervenção técnica discreta. Nas próximas páginas, será focalizada uma situação semelhante, envolvendo o espaço térreo do edifício e uma árvore de crescimento incontrolável. Trata-se, no entanto, de um caso mais complexo e desprovido de solução, que faz as vezes de um enigma aos agentes da manutenção do edifício. Evidenciando o equilíbrio tênue entre o conservar e o destruir, o conflu-

to entre, de um lado, a inércia e estabilidade de um projeto original e, de outro, a vida de uma matéria em transformação¹⁹, se apresenta como um terreno fértil à elaboração de narrativas de memória.

Edifícios como organismos vivos

“Pensei em procurar um fitopatologista” – confessa Luciano, diante da platéia de representantes de firmas de arquitetura em uma das visitas técnicas ao edifício. Eles se encontram reunidos próximos à árvore, situada na porção norte do pátio externo do edifício. Conforme prossegue:

“Mas logo cheguei à seguinte conclusão: em que um *fitopatologista* seria útil, se a árvore não está... exatamente... doente? O problema é, justamente, esse: ela está perfeitamente saudável. Até demais. Foi então que me veio à mente algo mais adequado: consultar um profissional que entenda da *saúde* – e não da *doença* – das plantas. Um *fitofisiologista*.”

Luciano então discorre a respeito de um estudo de *fitofisiologia* sobre o controle do crescimento de espécies vegetais via dosagem hormonal. Ele explica que a regulação das doses de *citocinina* e *auxina* – *fito-hormônios* responsáveis pelo crescimento lateral e axial das plantas – poderia auxiliar no controle da expansão daquela árvore, identificada como uma *bombacácea*.

Os efeitos produzidos por este organismo vivo²⁰ fazem parte da rotina de funcionários responsáveis por atender a reclamações freqüentes de tropeços e quedas ocasionados pela irregularidade do pavimento naquela porção do acesso ao edifício. São as raízes, em contínuo crescimento, que suspendem as pedras que revestem o piso, trazendo este resultado.

E é nos dias de chuva que o problema se faz especialmente evidente: uma única e larga poça se forma ao longo de toda a extensão ao redor da ár-

¹⁹ Embora, neste caso, a idéia de “vida” talvez seja atribuída à árvore, parece adequado esclarecer, com base em Tim Ingold (2011), que ela diz respeito a toda matéria que compõe o edifício focalizado. Este autor não recusaria “vida” ao concreto: a seu ver, tanto este elemento como as plantas de um jardim podem ser tomados como formas de processos de transformação permanente, distinguindo-se somente em termos das diferentes temporalidades que os regem.

²⁰ Numa determinada ocasião, Luciano sugeriu que certos edifícios se aproximam a “organismos vivos”. Como, talvez, o Palácio, formado por componentes dessa natureza.

vore, impedindo o acesso ao Capanema pela Av. Araújo Porto Alegre. À árvore, Jupiara remete certas transformações produzidas na forma do edifício, como a elevação de um novo mastro da bandeira nacional. Exigência oficial, a visibilidade da bandeira teria sido comprometida pela folhagem exuberante da *bombacácea*.

Quando, na visita técnica, Luciano se refere aos estudos de *fitofisiologia*, ele tem como objetivo estimular a imaginação dos arquitetos concorrentes. Isso porque é à firma licitada que caberá elaborar o projeto de restauração do edifício – e, conseqüentemente, um plano para solucionar de vez a questão da árvore.

“Mas vocês já tentaram isso? Tem comprovação de que funciona...?”
 – Uma arquiteta perguntou, ao que Luciano respondeu: “trata-se de um estudo aplicado somente em escala laboratorial. Se funciona mesmo ou não, se valeria a pena testar ou não.. Isso fica com vocês!” Luciano responde atribuindo à referência ao caso o tom de uma charada.

O técnico chegou a sugerir uma outra possibilidade: elevar o *grade* do pavimento externo de modo a encobrir o piso danificado e dissimular o crescimento das raízes da *bombacácea*. Ele se inspira em uma reforma anterior, na qual teriam sido trocadas cada uma das pedras deste pavimento. E reforça, por outro lado, que esta seria uma solução paliativa. Em seu crescimento ininterrupto, as raízes continuariam a ocasionar a suspensão do piso. Tentativas de podar galhos e cortar raízes teriam levado ao mesmo resultado, sendo desencorajadas.

Numa ocasião específica, Luciano apresentou-me aspectos dos estudos de “diagnóstico” do edifício indicando as causas do fenômeno do levantamento do piso. As “raízes” do problema se encontrariam não exatamente na árvore, mas no solo sobre o qual se ergue, que corresponde ao antigo Morro do Castelo, desmontado na década de 1920. É sobre o terreno criado a partir do desmonte que o Palácio foi construído (CAVALCANTI, 2006). Este solo, que corresponde às camadas geológicas mais profundas do antigo morro, seria denso, de pouca penetrabilidade. Impossibilitadas de se aprofundarem na busca por água, as raízes a teriam encontrado no canteiro diametralmente oposto

do pátio do edifício. Sua expansão até aquele ponto explicaria, finalmente, o porquê das rachaduras provocadas naquela extensão do pavimento externo.

Assim, o problema não estaria na “árvore em si mesma”: não se trata de um componente “natural” se opondo a um “construído”. Tanto a bombacácea quanto o piso que seu crescimento arrebenta presumem projetos e cuidados de conservação. Trata-se de algo mais complexo, de um “*iconoclash* extremo”, envolvendo os projetos arquitetônico, paisagístico e urbanístico que organizam aquele espaço. Como resultado, a expansão de um componente parece levar necessariamente à destruição do outro. Mantém-se a árvore como se encontra e o piso permanece em processo de deterioração. Ou restaura-se definitivamente o piso através da remoção da árvore.

De fato, se a ação de conservar supõe que sejam feitas escolhas, surpreende o fato de, ao menos até aquele momento, os mencionados interlocutores não terem considerado a remoção do componente *vivo* do monumento. Em parte, isso pode ser explicado pelas normas que circunscrevem a remoção de árvores em áreas públicas urbanas. A remoção seria permitida somente em casos específicos, caracterizados, por exemplo, por risco de queda – como, talvez, no caso de árvores que se apresentem “doentes”. Caso este afastado, com certa ironia, por Luciano. Mas isso não seria suficiente para explicar a permanência da árvore naquele espaço e o verdadeiro silêncio em relação à possibilidade de removê-la.

Aparentemente, seu lugar no edifício não se encontra em questão. É na qualidade rememorativa atribuída a este elemento do projeto paisagístico que podem ser encontrados caminhos para explicar esse fenômeno. Para além de um problema e mesmo uma “charada” aos executores da estabilidade do edifício, a bombacácea se revela como fonte de infindáveis histórias. Seu destino concentra elaborações discursivas freqüentes entre tais agentes – freqüência esta que aumenta consideravelmente no clima de expectativas formado em torno da iminência das reformas no Palácio. Nessas trocas, a árvore desempenha uma espécie de protagonista em “narrativas” sobre o edifício que se aproximam a “mitos de origem” – não apenas daquele espaço, mas da cidade e da nação.

Uma dessas narrativas tem a ver com a vida e a obra do paisagista Roberto Burle Marx: de certa forma, a bombacácea produz a mediação com essa história. Esta possibilidade não se faz presente apenas na literatura em torno do projeto para o edifício. Ela surge na fala de Jupiara, tal como registrada em meu diário:

Estávamos no pátio, quando Jupiara começou a dizer, contemplando a árvore: “Você sabe, o Burle Marx viajava pelo Brasil todinho em busca de espécies novas. Ele fazia isso sim, eu já pesquisei a esse respeito. Aí um dia ele trouxe essa semente, dessa árvore, para fazer esse jardim aqui..”

Jupiara menciona um aspecto da obra de Burle Marx recorrente na produção bibliográfica a seu respeito: suas expedições pelo país à procura de espécies vegetais desconhecidas. O interessante a ser destacado aqui é que, envolvida em procedimentos de caráter técnico e administrativo, a interlocutora não precisa em sua rotina de trabalho recorrer a esse tipo de pesquisa bibliográfica. Certo fascínio pelo edifício, construído ao longo dos vinte anos de sua carreira na administração, a teria levado a pesquisar, por conta própria, a respeito do projeto e do contexto que o envolve.

Dessa busca participam também as trocas cotidianas com o arquiteto Luciano, que lhe transmite aspectos de memórias “monumentais” do Palácio. E, ao falar sobre a origem da árvore, Jupiara aproxima sua perspectiva “cotidiana” daquele espaço a tais relatos históricos sobre seu projeto. De certa forma, a bombacácea produz o encontro entre sua vida no edifício e a vida de um dos “célebres criadores” daquela arquitetura.

Por sua vez, a sustentação acadêmica que Jupiara procura conferir ao seu depoimento não convenceria seu colega, atuante no edifício há tanto tempo quanto ela. Ele a interrompe, dizendo:

“Que isso, Jupiara, de onde você tirou essa idéia? Essa árvore aqui, ela não tem essa história não. Ela veio de um representante, acho que do Japão, se não me engano; ele trouxe uma semente como presente ao ministro, e aí ela foi plantada nesse ponto. Mas não é original do Burle Marx, não tem nada a ver. Deve ter uns vinte anos que está aí..”

Este segundo interlocutor encontra na mesma árvore outros aspectos de mediação entre experiências individuais e cotidianas, e histórias mais amplas sobre as origens daquele espaço. A narrativa que o irromper dessas raízes lhe desvela não tem a ver com Burle Marx, nem com qualquer projeto. A árvore protagoniza um cenário formado por autoridades públicas.

Já do ponto de vista de um terceiro interlocutor, atuante não na administração do Palácio, mas no IPHAN, as duas versões sobre a origem da bombacácea soariam absurdas. Para ele, a árvore seria “centenária”. E isso não entraria em contradição com a obra de Burle Marx. Conforme sugere, é como bom ambientalista que o célebre paisagista teria respeitado o lugar da bombacácea naquele espaço e desenhado, à sua volta, o canteiro do jardim em que se insere.

Uma breve pesquisa histórica pode trazer problemas às histórias narradas. As conhecidas viagens de Burle Marx teriam curso sobretudo em momentos posteriores de seu trabalho. Além disso, é pouco provável que uma árvore centenária tenha conseguido sobreviver intacta ao – já mencionado – desmonte do Morro do Castelo. Tudo isso, é claro, sem mencionar a história envolvendo ministros e autoridades japonesas.

De toda forma, questões relativas à existência ou qualidade de registros não parecem importar tanto nas estratégias retóricas de tais narradores, que se valem da confiabilidade de seu testemunho. É a experiência individual e cotidiana de cada um que se encontra no fundamento das narrativas de memória que compartilham.

Memória em Transformação

Qualquer que seja a versão “correta”, a permanência da bombacácea no edifício não se encontra em questão. Embora o tema da “origem” atravessasse as narrativas compartilhadas ao redor deste componente “vivo” do Capanema, ele não se mostra associado a questões de “autenticidade” – e, com isso, a deliberações em torno de uma possível remoção, talvez permitida se justificada por argumentos que reforcem sua “inautenticidade”.

O que vale ser destacado nesta situação é que são tais origens, eminentemente controversas, que parecem assegurar o lugar da árvore naquele espa-

ço. A bombacácea se mostra resguardada por origens discrepantes. Em certa medida, por uma espécie de “mito de origem” do Palácio que comporta “variantes”. Ou “transformações” (LÉVI-STRAUSS, 2008).

Em uma ocasião, surpreendi esses mesmos interlocutores prestigiando a beleza da árvore: eles relatam como, em certos momentos do ano, sua folhagem assume uma coloração amarelada, e, em sua queda, adorna toda aquela porção do pátio abrangida por seus galhos. Qualquer que seja o “mito” escondido e revelado por suas raízes em expansão, a árvore parece desempenhar um papel importante nessas trocas, vinculando experiências individuais a narrativas de memória mais amplas.

Conforme sugere Gonçalves (2007), é sobretudo nessa capacidade de mediação que residem as propriedades constitutivas de certos objetos, certos espaços como patrimônios. E será que tal mediação depende da estabilidade desses suportes materiais? Nos casos aqui considerados, ela é estabelecida não por estruturas ou jardins aparentemente estáveis, mas sim pela evidência de processos de transformação. Deterioração, de um lado; ciclos vitais, de outro.

Algo que pode ser afirmado a respeito das narrativas de origem da árvore é que elas evidenciam um processo “nativo” de “monumentalização”, no qual a forma material do edifício é construída conforme valores rememorativos. Mas seria adequado atribuir a esta experiência de patrimônio a mesma percepção de memória que opera a contemplação daquela arquitetura através da lente de seu projeto?

Enquanto uma imagem estável de um tempo bem delimitado e circunscrito, este “monumento” parece sustentar uma memória similarmente precisa, concluída e estável. Em outras palavras, uma memória “monumental”, desprovida de controvérsias. Não há dúvidas de que, por esse ponto de vista, o Palácio atua como um suporte de memória.

Por sua vez, enquanto uma matéria concreta e em transformação evidente, a mesma forma arquitetônica parece suscitar memórias que se encontram em processo de elaboração. Por esta perspectiva, a transformação material participa de maneira positiva do trabalho de rememoração: longe de impedi-la, a “instabilidade” material parece incitá-la.

Trata-se de uma possibilidade de relacionar “espaços” a “memória” que não é de toda estranha ao debate antropológico a esse respeito. Ao final de seu artigo, no qual discute uma concepção de “memória” independente de suportes estáveis, Suzanne Küchler (1999) lança a seguinte pergunta: onde, na experiência ocidental, podem ser encontrados espaços para uma memória livre de artefatos físicos?²¹ Neste texto, a autora descreve um complexo trabalho de rememoração ativado pela transformação material de certos artefatos, por ela denominados como “monumentos efêmeros”. No contexto etnográfico examinado, Küchler identifica uma concepção de memória que parece se valer menos de “suportes” do que de “processos de transformação”. Neles, e não em objetos ou espaços, reside o que ela define como *lugar de memória*.

A perspectiva etnográfica sobre o “monumento” Palácio Gustavo Capanema proporciona alguns caminhos para responder a pergunta da autora. Com base nos episódios aqui descritos, se torna claro como, de um lado, é preciso concordar a respeito da relevância desempenhada por suportes materiais na memória ocidental e moderna em que se inscrevem políticas de patrimônio. O edifício focalizado cumpre um papel de suporte de memórias. De outro lado, porém, tal suporte pode não ser necessariamente estável. Vimos como o trabalho de rememoração opera diante de processos de transformação material. Nesse sentido, o *lugar de memória* sobre o qual as atividades administrativas e técnicas do patrimônio operam talvez não seja o mesmo *lugar* referido nas narrativas que celebram monumentos enquanto formas estáveis e concluídas. Do ponto de vista “cotidiano” aqui descrito, a memória parece se encontrar nos processos de transformação do Palácio.

Talvez seja apenas como “potência” que esta memória resida no monumento como suporte material. Esta possibilidade tem a ver com uma concepção aristotélica de memória pouco considerada, a *mneme*. Küchler a identifica no caso dos mencionados monumentos efêmeros: eles contêm uma memória latente, que depende de um movimento, uma transformação, para ser desencadeada. No caso, a deterioração desses suportes.

²¹ Nas palavras da autora: “where are the spaces for memory, free of physical artefacts, to be found in modern Western experience?” (Küchler, 1999:p.68).

A *mneme* pode ainda ser aproximada a um caso clássico de desencadeamento de memória na literatura ocidental – a *madeleine* experimentada por Proust. Com base nesta noção, é possível imaginar, por exemplo, as mencionadas paredes estruturais do Palácio Capanema como suportes de uma memória latente, que aguarda uma ação, ou ao menos um gesto, para vir à tona.

Por sua vez, nas raízes ocultas da bombacácea parecem residir memórias semelhantes: literalmente subterrâneas²², elas irrompem no mesmo movimento e com a mesma força com que suspendem o chão. Será que uma árvore perfeitamente “controlada” – se é que é possível haver uma – se envolveria por tantas histórias?

Considerar esta memória “cotidiana” não significa, por outro lado, celebrar ou denunciar imprevistos ou deslizos dos agentes que se encarregam de manter tais bens arquitetônicos. Antes, a perspectiva sobre memória evidenciada pela etnografia permite direcionar um questionamento mais profundo a isso que nos habituamos a entender por memória: o que organiza, afinal, o prestígio a formas materiais *encerradas*? Por que atribuir a elas a denominação de “monumentos”?

Em certa medida, conservar implica produzir esquecimento. O sucesso de tais intervenções se encontra na discrição de seus resultados. Afinal, são determinadas – e não quaisquer – memórias que devem ser suscitadas pela forma de um monumento. Não registros de apropriações indevidas por parte de habitantes da cidade. Ou da presença de um componente arquitetônico capaz de desestabilizar a celebração daquele edifício como um “marco” do movimento moderno. Conservar significa manter vivas certas memórias e silenciar outras. E, se suplantadas freqüentemente nesse processo, essas narrativas “outras”, “variantes” desobedientes de uma origem única e inequívoca proliferam os poucos espaços em que a soberania do “autêntico” não consegue se exercer.

A perspectiva etnográfica sobre um monumento evidencia, assim, narrativas que articulam uma modalidade outra de conceber “memória”. Memória que, a princípio, diria respeito unicamente a contextos etnográficos “distantes” – ou, ainda, a uma determinada perspectiva aristotélica “esquecida” no advento da modernidade.

²² Trata-se de um jogo com a idéia de “memórias subterrâneas” desenvolvida por Michel Pollak (1989).

Os agentes focalizados pela pesquisa se mostram conscientes dos processos de transformação que caracterizam e, em certa medida, constituem a “vida” do Palácio. E, a partir de tais processos, narram sua “biografia”. Nessas narrativas, até certo ponto é possível dissociar aspectos da história do edifício das trajetórias de vida de seus enunciadores.

É o encontro entre tais *vidas*, em permanente transformação e elaboração, que constituem o cerne da conservação do monumento focalizado. Enquanto aspecto das elaborações de agentes em menor ou maior grau envolvidos com o IPHAN, a memória “cotidiana” surpreendida no Palácio Capanema não remete a um domínio distinto e separado em relação à memória “monumental”, abstrata e estável, que rege tombamentos.

Trata-se de diferentes concepções de “memória” atuando na mesma esfera institucional de controle sobre semióforos de memória coletiva. De um lado, a memória “monumental” se encontra no horizonte de ações de conservação. De outro, memórias “cotidianas” atravessam esse trabalho, deixando marcas nem sempre perceptíveis, “suportes latentes”. Em última instância, estamos falando dos mesmos agentes. Em seus corpos, estas duas concepções de “memória” confluem, organizando e misturando as ações de “transformar” e “estabilizar” que constituem o esforço de conservação.

Com isso, a “memória cotidiana” não seria necessariamente contraditória à “monumental”. E a ocorrência simultânea de ambas não constitui um paradoxo. Algo que, enfim, pode ser sugerido é que a memória desencadeada pela transformação material parece constituir o reverso necessário daquela que presume e ordena a estabilidade de monumentos.

Considerações Finais

Nesse artigo, procurei apresentar e discutir uma perspectiva etnográfica sobre “memória”. Ela emerge ao longo do trabalho de campo realizado em meio a agentes da manutenção diária de um monumento. Trata-se de uma “memória cotidiana”, que lida com um “monumento” – o Palácio Gustavo Capanema – não como um projeto abstrato, mas como uma forma concreta. Ela se desenvolve em meio aos processos de transformação material característicos da rotina de conservação do edifício focalizado.

A partir da descrição de alguns episódios de campo, procurei mostrar como tais ações de transformação se acompanham por narrativas de memória. Narrativas estas que relatam a seu modo aspectos da inserção do edifício na história da cidade, do país e da arquitetura.

Foram trazidos os seguintes casos de intervenção: a introdução de uma cerca em torno dos jardins do Palácio; a ação – interrompida – de remoção de uma parede localizada no terceiro andar; e a criação de uma passagem direta unindo o térreo ao salão de exposições. Cada um deles, correspondendo, por sua vez, a determinadas narrativas de memória – a travessia imprevista de passantes pelos canteiros ajardinados; o desconhecimento relativo à presença de paredes estruturais em um “marco da arquitetura moderna”; e, finalmente, elementos “constrangedores” nos caminhos percorridos por antigas autoridades de Estado.

Um caso específico mereceu especial destaque. Trata-se de um problema sem aparente solução envolvendo o crescimento de uma árvore. Como vimos, a transformação ocasionada por esta vida incontável suscitaria o desencadeamento de narrativas de memória profundamente controversas, cujo sentido se vincula às experiências pessoais de seus enunciadores.

Partindo de reflexões a respeito dos descritos episódios de campo, sugeri que, como experiência “concreta”, o monumento parece mediar memórias similares à sua materialidade: em permanente elaboração e transformação. E que a “memória cotidiana” não seria constituída de forma isolada em relação à “memória monumental”, que enaltece a estabilidade material de monumentos. Na medida em que são operadas por agentes de conservação, tais perspectivas se apresentam incontornavelmente associadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BAKHTIN, M. *The Dialogical Imagination*. University of Texas Press, 1981.
2. BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

3. CAVALCANTI, L. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.
4. CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Editora UNESP, 2001.
5. CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
6. DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 2013.
7. DOURADO, G. M. *Modernidade Verde: jardins de Burle Marx*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
8. FORTY, A; KÜCHLER, S. *The Art of Forgetting*. Oxford. New York. Berg. 1999.
9. GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Ed. Garamond/IPHAN. 2007.
10. HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.
11. _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
12. HARTOG, F. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
13. HERZFELD, M. *A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press, 1991.
14. HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.
15. INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
16. _____. "Materials against Materiality". In: *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.
17. KOPYTOFF, I. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. (org. Appadurai, A.). Rio de Janeiro: Ed.UFF, 2008.
18. LATOUR, B. *Iconoclash*. In: *Horizontes antropológicos*. vol.14 no.29. Porto Alegre, 2008.
19. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
20. LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996.
21. LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

22. NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.
23. PATERMAN, R. *Monumento e Cotidiano: uma perspectiva etnográfica sobre o Palácio Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: Dissertação, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2012.
24. POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, n. 3. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, 1989.
25. RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid, 1987 [1903].
26. TAMASO, I. “A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio” In: *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. (org FRÚGOLI, H; ANDRADE, L.T.; PEIXOTO, F.A.). Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp. 2006.
27. TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Editors). *Handbook of Material Culture*. London: Sage, 2006.

Submetido em 17 de Setembro de 2014.

Aprovado em 17 de Março de 2015.

TORNAR-SE MESTRE DE CAPOEIRA EM LONDRES

Mestre Fantasma e a realocalização da capoeira na Europa

Daniel Granada

Université de Paris Ouest – Nanterre La Défense / University of Essex¹

Antropólogo - Doutor em Antropologia e História

Professor de Antropologia, CCHS - Univates – RS – Brasil

Resumo

A partir da trajetória do capoeirista britânico Simon Atkinson, o artigo explora a apropriação da prática da capoeira, uma arte marcial de origem afro-brasileira, da perspectiva de um praticante “nativo”. Fruto de uma pesquisa de doutorado concluída em 2013, o artigo mostra as especificidades e obstáculos encontrados por um não-brasileiro para se impor neste mercado. Esta perspectiva busca privilegiar os atores na formação de um “campo social transnacional”, neste caso associado à prática da capoeira. O líder do grupo East London Capoeira é, provavelmente, o primeiro britânico praticante de capoeira angola a ser reconhecido mestre desta modalidade de capoeira que se reivindica como a “mais tradicional”, em Londres, em 2010. Possivelmente é o primeiro europeu a tornar-se mestre nesta modalidade. Este processo é atravessado por problemas associados à legitimidade e autenticidade de praticantes não-brasileiros. A narrativa de Mestre Fantasma evidencia as tensões e as relações de poder dentro da prática da capoeira na Europa, num mercado dominado pelos brasileiros para os quais a capoeira constitui muitas vezes a única fonte de recursos. A realocalização da capoeira é, assim, analisada sob a perspectiva do praticante local que se apropria dela e a traduz para seu contexto.

Palavras-Chave: Transnacionalização. Capoeira. Relocalização.

¹ Este artigo é fruto de uma tese defendida em 2013 na Université de Paris Ouest Nanterre La Défense e realizada em cotutela com a University of Essex sob a direção de Stefania Capone e Matthias Röhrig Assunção. Esta pesquisa foi possível graças à bolsa de cotutela e tese da Université de Paris Ouest Nanterre La Défense, à bolsa de cotutela de tese dispositivo SETCI (Soutien à l'Encadrement des Thèses en Cotutelle Internationale) atribuída pelo Conseil Régional d'Ile de France e do Bragan Fund do Departamento de História da University of Essex.

Abstract:

From the trajectory of British capoeirista Simon Atkinson, the article explores the appropriation of the practice of capoeira, an Afro-Brazilian martial art form, from the perspective of a “native” practitioner. Result of a doctoral research completed in 2013, the article demonstrates the characteristics, obstacles and the mechanisms employed by a non-Brazilian to ensure its legitimacy in this market. This approach seeks to privilege the actors in the formation of a “transnational social field”, in this case associated with the practice of capoeira. The leader of the East London Capoeira group is probably the first British practitioner of capoeira Angola to become recognized as master of this modality of capoeira that claims to be the “more traditional”. He is possibly the first European to have become *mestre* of capoeira angola. Beyond this process there are problems related to the legitimacy and authenticity of non-Brazilian practitioners. The narrative of Mestre Fantasma reveals the tensions and power relations within the practice of capoeira in Europe, a market dominated by Brazilians for which capoeira is often the only income. The relocation of capoeira is therefore analyzed from the perspective of the local practitioner who appropriates and translates it to its context.

Key words: Transnationalisation. Capoeira. Relocation.

É provável que a primeira onda de expansão da capoeira fora do Brasil seja, em grande parte, devida à circulação internacional de grupos que realizavam apresentações folclóricas e que incluíam capoeiristas entre seus membros. No entanto, outros capoeiristas, através de iniciativas individuais e buscando melhores condições de vida e trabalho no exterior, foram para os países do Norte e descobriram na prática da capoeira uma fonte potencial de renda. Assunção (2005, p.187-8) observa que o primeiro a ensinar capoeira no velho continente foi provavelmente Mestre Nestor Capoeira². Ele chegou a Londres em 1971 e ensinou capoeira durante um ano em uma academia de dança. Em seguida viajou pela Europa por três anos, período durante o qual ele trabalhou em várias cidades, antes de voltar ao Brasil.

² Conservo a forma utilizada nos grupos de capoeira para designar o capoeirista reconhecido como “mestre” por outros grupos por entender que esta categoria “nativa” possui uma significação simbólica particular neste meio.

Após este momento inicial, a instalação da capoeira no Reino Unido conta com a participação importante de Sylvia Bazarrelli, que funda o grupo London School of Capoeira e se constitui na primeira escola oficialmente constituída no Reino Unido³. Outro praticante que acompanhou e participou ativamente do desenvolvimento da capoeira no país desde seus primórdios foi Simon Atkinsons, o Mestre Fantasma. O caso de Fantasma e sua apropriação da capoeira descritos neste artigo demonstra que o processo de expansão da capoeira fora do Brasil não pode ser exclusivamente reputado à emigração de brasileiros para o exterior, mas deve ser entendido como um processo complexo em que os atores locais desempenham um papel importante na difusão e manutenção da expansão da prática.

Mestre Fantasma poderia ser visto como um mestre de capoeira improvável. Inglês com o típico humor britânico e de uma aparência que, em face dos jovens de penteado rasta que invadiram as rodas de capoeira nos últimos anos, poderia ser considerado como um capoeirista incongruente. No entanto, Fantasma foi reconhecido por seu mestre, Marrom do Rio de Janeiro, como mestre de capoeira em 2010, de uma “linhagem” que se reivindica como a mais “tradicional” da capoeira, a capoeira angola⁴. O debate sobre a construção da “tradição” e “autenticidade” nas escolas de capoeira angola contemporâneas e o contraste com os grupos de capoeira regional, de acordo com Vassalo (2005), passa pela apropriação e ressignificação de conteúdos considerados como “africanos” pelos seus praticantes. Através do estudo de dois grupos de capoeira que se reivindicam pertencentes à Escola Pastiniana (*Idem*, p. 162) a autora demonstra que a identidade coletiva destes grupos é construída sobre elementos se associam à reconstrução de laços que religuem seus praticantes a uma África mítica, construída a partir do Brasil e de seu contexto presente⁵. Este debate encontra reflexos mesmo dentro do processo de patri-

³ Em minha tese dedico um capítulo à LSC analisando a trajetória de Mestre Sylvia e a importância das mulheres no processo de relocalização da prática da capoeira no Reino Unido (Cf. FERREIRA, 2013, p. 194-222).

⁴ Para uma perspectiva histórica da construção das diferentes linhagens da capoeira ver Assunção, 2005. Vassalo, 2001, 2002, 2003 oferece uma perspectiva antropológica da importância dos intelectuais na formação da capoeira contemporânea e a importância dos intelectuais neste processo de construção.

⁵ Escola Pastiniana faz referência ao legendário Mestre Pastinha, considerado como o “guardião da capoeira angola” a construção da sua imagem como símbolo da capoeira tradicional é explorada por Vassalo (2002; 2003).

monialização da prática da capoeira, como explica Vassalo (2009), se os praticantes convergem na apreciação de que a prática constitui um patrimônio cultural, as questões relativas à categorização como prática brasileira ou afro-brasileira suscita calorosos debates e posições contrárias entre os praticantes de acordo com a linhagem com a qual se identificam.

O caso de Mestre Fantasma e seus alunos demonstra que existem, dentro do processo de transnacionalização da prática da capoeira, outros elementos que podem ser acionados na construção da autenticidade, o que faz com que enquanto não brasileiro e não podendo reivindicar um pertencimento étnico afrodescendente, Fantasma tenha que utilizar estratégias de diferenciação dentro deste mercado. Mesmo que alguns de seus pares ainda encontrem dificuldades em reconhecer seu título e apresentá-lo como mestre em rodas de capoeira, é inegável o fato do reconhecimento de seu mestre, que fez dele o primeiro mestre britânico de capoeira angola e, possivelmente, o primeiro europeu reconhecido como mestre desta modalidade.

Simon Atkinson, o Mestre Fantasma, é o líder das atividades de East London Capoeira, que tem como sede o Centro Comunitário Hackney Geffrye. No período desta pesquisa, o grupo contava com cerca de doze alunos adultos regulares, também havia oficinas para crianças, frequência dos alunos aos treinos e rodas é variável.



Este artigo visa, a partir da história de vida do Mestre Fantasma, pesquisa etnográfica multisituada (MARCUS, 1995, 2002) realizada entre 2009 e 2011 e entrevistas formais e informais com Fantasma e seus alunos, analisar as questões relativas à deslocalização da prática da capoeira do Brasil e sua consequente realocação no Reino Unido⁶. Por realocação entendemos o processo de apropriação e a capacidade de ação (agency) dos praticantes, com o objetivo de aclimatar a prática a prática da capoeira, transformando-a em versões locais e regionais adaptadas e apropriadas criativamente dentro dos contextos nos quais os agentes operam. Esta estratégia busca mostrar de que forma Fantasma constrói sua legitimidade face aos outros grupos para realizar sua inserção neste mercado. A noção da existência de um “mercado da capoeira” ou um “campo social transnacional da capoeira” repousa na ideia da constituição de um mercado, onde um campo ou um mercado podem ser vistos como um espaço estruturado de posições dentro do qual estas posições e as interações que delas decorrem são determinadas pela distribuição das diferentes formas de recursos ou “capitais” (BOURDIEU, 2002, p.113-20). Bourdieu assinala que: *“pour qu’un champ marche, il faut qu’il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l’habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux, etc.”*⁷ (Idem, p.114). Levitt et al. (2004, p.1009) utilizam o termo “campo social” como “um conjunto de redes interconectadas de relações sociais através das quais as ideias, as práticas e os recursos são trocados, organizados e transformados de forma desigual” (tradução do autor). Neste artigo o emprego do termo “mercado” ou “campo social” ligado à prática da capoeira, coloca em relevo as disputas existentes entre os diversos grupos de capoeira em Londres, evidentemente

⁶ Ao longo do artigo deste artigo decidi manter as citações das entrevistas na língua original com as devidas traduções em notas de rodapé. Os problemas associados à transcrição das entrevistas e à elaboração da escrita a partir do relato dos entrevistados, bem como os problemas decorrentes da transcrição das entrevistas (THOMPSON, 2000 : 257-264) foram objetos de reflexão neste trabalho. Visto a impossibilidade de dar conta da complexidade dos relatos, com suas pausas, entonações e erros, ou seja, transcrever exatamente aquilo que foi dito oralmente, a alternativa empregada foi a de reordenar os relatos com o objetivo de manter o seu sentido, e não necessariamente sua forma.

⁷ Tradução do autor: “Para que um campo funcione é preciso que existam desafios e pessoas dispostas a desempenhar seus papéis no jogo, dotadas de um habitus que implica o conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos desafios, etc.”

que estas disputas não são somente com relação a dinheiro, mas poder e reconhecimento entre os praticantes. A existência destas disputas não impede também a colaboração entre capoeiristas e grupos que atuam na cena local e transnacional da capoeira.

A análise detalhada da trajetória do Mestre Fantasma auxilia em uma melhor compreensão sobre como as relações de poder afetam a organização da capoeira fora do Brasil e coloca em evidência os mecanismos utilizados na construção da autenticidade e legitimidade dentro do grupo, bem como as relações com os outros grupos no contexto local. Esta perspectiva é parte de um esforço para focar os atores na criação de um “campo social transnacional” (LEVITT et GLICK-SCHILLER, 2004; GLICK-SCHILLER, 2010; CAPONE, 2010), associado aqui, é claro, à prática da capoeira.

A transnacionalização da capoeira

A noção de transnacionalização é importante para os estudos sobre a capoeira fora do Brasil porque não se trata mais de compreender a expansão da prática estando exclusivamente associada a um movimento migratório, mas igualmente a existências de redes sociais complexas que foram estabelecidas ao longo dos últimos anos entre brasileiros e não brasileiros, tanto no Brasil como alhures. Esta noção tem sido utilizada nos estudos sobre a capoeira fora do Brasil para designar fenômenos associados à imigração de brasileiros e a consequente circulação de bens e de ideias através das fronteiras nacionais. Estes estudos colocam em evidência relações entre o campo “cultural” e o “político” dentro de diversos contextos nacionais, bem como as implicações identitárias e as relações de poder decorrentes do encontro entre praticantes brasileiros e praticantes locais no Canadá (JOSEPH, 2008, 2008a), na França (FERREIRA, 2005, 2008, 2010, 2015 ; GRAVINA, 2010) e na Espanha (GUIZARDI, 2011, 2013), no Reino Unido (FERREIRA, 2015). Outro estudo recente analisa o impacto da transnacionalização desta prática no Brasil, com exigências crescentes sobre a legitimidade e profissionalização dos professores e mestres de capoeira (WESOŁOWSKI, 2012).

Assunção (2005) foi um dos primeiros a evidenciar a amplitude do fe-

nômeno da expansão da capoeira fora do Brasil e a problematizar o contato entre brasileiros e não brasileiros. Este tema também é tratado de forma sistemática por Delamont (2006), Delamont e Stephens (2007; 2008), Delamont et al. (2010) com relação aos grupos de capoeira no Reino Unido. Estes autores buscaram formas de escrita inovadoras sobre a prática da capoeira. Aceti (2013) também problematiza a realização da etnografia multisituada no estudo da capoeira e desenvolve as reflexões presentes em sua tese com relação às tensões entre o local e o global, bem como os desafios associados à desterritorialização e realocização da capoeira na Europa (ACETI, 2011, p. 238-9).

Como explica Capone (2010), será nos anos 1990 que o enfoque transnacional começa a ser afirmado no estudo sobre as migrações transnacionais. Esta nova forma de abordar os estudos migratórios coloca em evidência uma perspectiva dos migrantes, ou seja, uma perspectiva “*from below*”, “de baixo”, onde as redes familiares e os laços de amizade destes imigrantes ganham em visibilidade. Diferentemente da perspectiva das migrações internacionais, que coloca em evidência as trocas entre os Estados-nacionais o termo “transnacional” define toda atividade iniciada e promovida por atores não institucionais, sejam indivíduos ou grupos que cruzam as fronteiras do Estado-nação (CAPONE, 2010, p. 237). A noção de transnacionalização teria se expandido nos estudos antropológicos, em razão do fato do interesse crescente dos pesquisadores com relação às trocas e aos fluxos de pessoas e de elementos culturais através das fronteiras (BASCH et al, 1994, p. 50).

Estudos sobre a capoeira fora do Brasil

Os primeiros estudos que assinalaram a expansão da capoeira fora do País foram aqueles que trataram sobre a imigração brasileira nos Estados Unidos⁸. Geralmente associando a prática da capoeira com a do samba e batucada, esses estudos mostraram, no entanto, que a capoeira era uma forma de manifestação de brasilidade pouco praticada pelos brasileiros. Os grupos eram compostos principalmente de praticantes locais, onde apenas o mestre e alguns poucos alunos eram brasileiros (MARGOLIS, 1994, p.307). Em seguida,

⁸ Cf. MARGOLIS, 1994; MARTES, 1999; RIBEIRO, 1999; PENHA, 2001.

os estudos pioneiros de Travassos (2000) sobre a capoeira nos Estados Unidos e os de Vassallo (2001) sobre capoeira na França se dedicaram exclusivamente à prática da capoeira e da sua apropriação fora do Brasil.

A expansão da capoeira fora do Brasil pode ser classificada em três etapas, sem uma temporalidade estritamente definida entre elas. Primeiramente o integrante de grupos folclóricos que com relativo ou pouco conhecimento da prática da capoeira decide se lançar ao exterior e descobre na capoeira uma forma de inserção através da valorização positiva da identidade do país de origem⁹. Em seguida, a segunda fase pode ser caracterizada pelo capoeirista agora pertencendo a um grupo ou escola de capoeira no Brasil que se lança ao exterior sabendo que existe a possibilidade de sobreviver através da prática da capoeira, estes capoeiristas se mantêm, geralmente, ligados ao grupo de origem no Brasil. A terceira etapa da transnacionalização da capoeira é caracterizada pela apropriação da capoeira pelo praticante local, não-brasileiro, que se apropria da prática e opera verdadeiras adaptações ao contexto local. Mestre Fantasma e seus alunos representam e confirmam a terceira etapa da expansão da capoeira, o “capoeirista nativo”, que se apropria e opera a ressemantização ao contexto local¹⁰.

A trajetória

Fantasma é fruto da expansão da capoeira fora do Brasil. Praticante experiente de artes marciais, ele explica que foi durante uma oficina que ele participou de seu primeiro curso de capoeira, ministrado por Mestre Gato, em 1989, na cidade de New Castell:

It was in a castle outside the city, during a seminar martial art meeting with four martial art teachers, one was Gato. He was here on a scholarship with his work, engineer studying water. There was no difficul-

⁹ Desenvolvo um debate sobre o emprego da noção de “identidade” em minha tese (cf. FERREIRA, 2013, p.54-57), como empregado aqui o uso do termo se referindo a processos inacabados de “construção identitária” ao invés de algo de fixo e imutável, compreendida como processos de relação flexíveis e maleáveis.

¹⁰ Sobre o uso da categoria “nativo” em antropologia Appadurai conclui que o “nativo” é uma invenção da imaginação antropológica (cf. APPADURAI, 1988, p.39), a partir de outra perspectiva é possível interrogar a relação entre o “antropólogo” e o “nativo” na construção do saber antropológico e da relação existente entre ambos e enfim sobre a ideia de levar a sério o “nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.113-48).

ty learning Capoeira. I was born in Southend. I was living there and learning there. I had a berimbau, a video. I trained in Harlow with the people from Gato. We travelled by car to meet in Harlow. At first it was two, then ten. I started to teach in a car park. I used to charge one pound. Once a year, Gato and Peixinho (1947-2011) came. I became the teacher because I already taught Karate, a bit of Boxing, sticks”¹¹.

Ele se lembra de que nesta época, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ele não sabia sobre as atividades da London School of Capoeira (LSC)¹². Tampouco sabia de Mestre Ousado ou de Dimolinha, capoeiristas que davam aulas em Londres nesta época. Ele desconhecia a existência de aulas de capoeira na capital inglesa. Fantasma se interessou pela capoeira porque ele achava que ela era diferente de outros tipos de luta como o karatê e o kung-fu, em que o praticante, segundo ele, está restrito a certos movimentos. Para Fantasma a capoeira parecia mais inteligente porque o praticante poderia utilizar “qualquer movimento” e que era possível se esquivar também. Ele comenta que praticava a capoeira sem dificuldade alguma até encontrar os brasileiros que viviam no Reino Unido. Somente após este encontro é que os seus problemas começaram.

Segundo Fantasma, em 1992 foi organizado pela LSC um encontro em Londres para decidir o futuro da expansão da prática da capoeira no país. Nesta época, Fantasma afirma que não tinha consciência das questões políticas e identitárias da capoeira como aquelas encontradas em outras práticas como o karatê. Acompanhado de um grupo de praticantes ele se dirigiu ao espaço, pois pensava que todos participariam da roda de 17h que seria seguida do de-

¹¹ Trad.: “Foi em um castelo fora da cidade, durante um seminário de artes marciais com a presença de quatro professores de artes marciais, um era Gato. Ele estava aqui com uma bolsa de estudo de engenharia hidráulica. No início não existia dificuldade alguma para aprender capoeira. Eu nasci em Southend, eu estava lá e aprendia lá, eu tinha um berimbau e um vídeo cassete de capoeira. Eu treinava em Harlow, com os alunos de Gato. Nós viajavamos de carro para nos encontrar em Harlow. Primeiramente dois e em seguida éramos dez. Eu comecei a ensinar em um estacionamento, eu cobrava uma libra. Uma vez por ano, Gato e Peixinho (1947 – 2011) vinham. Eu me tornei professor porque eu já ensinava karatê, um pouco de boxe e luta de bastão”.

¹² A London School of Capoeira é a primeira escola de capoeira oficialmente instalada em Londres em 1988, criada e dirigida por uma mulher, Mestre Sylvia vinda do grupo Senzala da cidade de Santos no Estado de São Paulo.

bate¹³. Ele relata que todos estavam bastante entusiasmados com a ideia de participar desta atividade, mas chegando à porta do espaço, os organizadores interromperam a roda de capoeira e informaram que eles estavam convidados a assistir, mas não a participar da roda. A decepção fora perceptível, eles se retiraram e jogaram capoeira durante duas horas do lado de fora do espaço, Fantasma começa então a perceber que existem regras que estruturam este mercado, que nesta época começava a se estruturar fora do Brasil e onde os brasileiros lutavam pela exclusividade na condução dos cursos.

Com o tempo, ele voltou a frequentar as rodas da LSC, até o dia em que um aluno inglês lhe disse que como ele era britânico, ele não tinha o direito de dar aulas de capoeira. Por outro lado, Fantasma afirma ter tido o consentimento de outros capoeiristas para dar seus cursos, como Grego do grupo Muzenza que dava aulas na cidade. Fantasma se viu na necessidade de se afirmar enquanto não-brasileiro em um mercado em que os brasileiros queriam a exclusividade. Na época ele trabalhava como cozinheiro, limpador de azulejos e permaneceu durante muito tempo desempregado.

Ele havia se mudado para Londres em 1992 e não dava mais aulas fazia seis meses, quando, segundo ele, alunos da LSC, de Dimolinha e de Ousado começaram a vir treinar com ele. Quando ele visitava as rodas as pessoas perguntavam onde ele treinava, para em seguida se juntar a ele nos parques da cidade. Em 1993, Fantasma foi pela primeira vez ao Brasil para treinar com Mestre Gato no Parque Lage no Rio de Janeiro¹⁴. Fantasma explica que eles não se entenderam bem porque ele buscava algo diferente do que Gato propunha:

¹³ As rodas de capoeira são momentos de prática da atividade e que frequentemente são abertas à participação de convidados de outros grupos.

¹⁴ O Parque Lage é um parque da cidade do Rio de Janeiro, tornado patrimônio histórico da cidade classificado pelo IPHAN em 1957, e que desde 1975 acolhe a Escola de Artes Visuais do Estado do Rio de Janeiro.

Gato was my reference. I get on with him now, but at that time there were some things I didn't like. I was looking for something out of capoeira that he wasn't giving me. He wanted me to wear abada, doing the belts and all this and, I was like, well, we are being part of the group, we don't want to do it, my students don't want it, I don't want it, no one wants it. So this became an issue, then I went with Marrom"¹⁵.

Foi, portanto, em razão das exigências de Mestre Gato com relação ao uso do uniforme e da adoção do sistema de cordas, típico da maior parte dos grupos de capoeira regional, que Fantasma decidiu procurar outro grupo. Foi assim que ele começou a se aproximar do grupo de Marrom. As relações de Fantasma com Marrom foram facilitadas pela intermediação de um aluno de Marrom chamado Ferradura, que tinha morado em Londres durante o ano de 1992. Fantasma e ele se tornaram amigos e ele contou para Marrom do interesse de Fantasma pela capoeira, o que o ajudou muito em sua relação com seu mestre.

Em 1993, o Brazilian Contemporary Art preparou um encontro com Mestre João Pequeno (1917 - 2011)¹⁶. De acordo com Fantasma, os grupos inicialmente previstos para organizar as rodas teriam desistido no último momento em razão de problemas financeiros. Ele e seu grupo aproveitaram a ocasião e realizaram as rodas durante os quatro dias de oficina. Simon conta que ao final do evento, Mestre João Pequeno se aproximou dele e disse que ele deveria dar cursos de capoeira. Após este encontro, os alunos de outros grupos começaram a vir treinar com ele, afirma Fantasma.

Ninguém pode saber se esta situação realmente se passou desta maneira. De fato, existe um princípio de base em todas as entrevistas, e com os capoeiristas isso não é diferente: o informante pode querer enganar aquele que faz a entrevista, contando histórias que não se passaram exatamente desta ma-

¹⁵ Trad.: "Gato era minha referência. Eu estava com ele, mas, naquela época, tinha algumas coisas que eu não gostava. Eu estava procurando por algo na capoeira que ele não estava me dando. Ele queria que eu vestisse o Abadá, que utilizasse as cordas e, como eu fazia parte de um grupo, nós não queríamos. Meus estudantes não queriam fazer isso, eu não queria, ninguém queria. Então isso se tornou um problema e eu fui para o Marrom".

¹⁶ Mestre João Pequeno é um dos personagens mais conhecidos da capoeira, aluno direto do legendário Mestre Pastinha (1889 - 1981) reconhecido entre os capoeiristas como o "guardião da capoeira angola".

neira, ou mesmo criando fatos que nem mesmo tenham existido. No relato de seu passado, é certo que o informante vai colocar em evidência certos aspectos e omitir outros, mas o pesquisador deve se dedicar a encontrar os significados simbólicos que os detalhes contados colocam em evidência (THOMPSON, 2000, p.164-165).

Para os capoeiristas, as divisões hierárquicas, estilísticas e associadas a uma “genealogia” referente a ter sido aluno de um descendente legítimo de uma escola de capoeira que tornaria os capoeiristas legítimos ou não, são muito importantes e o pesquisador deve considerá-las uma vez em campo. O que é interessante no relato de Fantasma é seu esforço para afirmar que Mestre João Pequeno, aluno direto de Mestre Pastinha, uma das figuras mais reconhecidas da capoeira, lhe tenha expressamente autorizado a dar aulas de capoeira após somente quatro dias de oficinas com ele. Mais importante que a veracidade dos fatos, é a prova que Fantasma conhece bem as regras que estruturam o mercado da capoeira e que ele se submete. Ele deseja, deste modo, confortar sua posição de professor de capoeira, graças à apreciação positiva de Mestre João Pequeno, tentando convencer seu interlocutor que ele tenha de fato recebido a autorização para dar aulas, de um legítimo representante da capoeira “tradicional” da escola de Mestre Pastinha.

A crença nesta regra, que determina que todo o praticante de capoeira seja autorizado a dar aulas por um praticante tido como legítimo, constitui a base sobre a qual se instala o controle dentro da prática da capoeira. O poder e o prestígio são negociados com base no pertencimento e no reconhecimento, onde os indivíduos estabelecem laços que vão validar sua prática e que vão garantir seu lugar entre os legítimos protetores desta arte¹⁷.

¹⁷ Seria possível utilizar a palavra “carisma” conforme Weber (2006, p. 81) como um don associado ao objeto ou à pessoa, entretanto o conceito de “poder simbólico” de Bourdieu (2001, p. 210) reforça a característica que este poder não é intrínseco, mas que estabelece sua legitimidade sobre o reconhecimento da parte dos subordinados, portanto ele é constituído dentro das relações sociais. O prestígio, por sua vez, faz referência ao reconhecimento dentro de cada grupo social, que estabelece relações hierárquicas que classificam cada indivíduo em sua capacidade de incarnar nas suas aspirações e comportamentos, os valores essenciais destes grupos (LENCLUD e MAUZÉ, 2004, p. 600).

O reconhecimento dos outros¹⁸



Questionado sobre a forma como ele havia vivido a honra de se tornar o primeiro Mestre de capoeira angola britânico formado na Europa, Fantasma afirma que a decisão de Mestre Marrom foi uma grande surpresa. Ele presentia que Marrom queria tomar uma decisão neste sentido, mas como após nove anos ele não tinha mais conseguido ir ao Brasil, este reconhecimento tinha sido postergado.

Como os “graus de distinção” na capoeira se baseiam sobre o reconhecimento público do estatuto individual em face de outros praticantes ou grupos de capoeira, a presença de outros mestres de capoeira que validam este reconhecimento é considerada muito importante¹⁹. Neste sentido, a presença de outros mestres e capoeiristas tendo longa experiência da prática e um bom ní-

¹⁸ Foto do reconhecimento do grau de Mestre Fantasma. Em pé com o berimbau Mestre Marrom no momento de tornar público o estatuto do novo mestre em julho de 2010 no pub Charlie Wrights Bar, 45 Pitfield Street, London N1, durante o “Urban Ritual”. Agradeço ao Mestre Fantasma e a Guy Roberts me autorizaram formalmente a utilizar esta foto.

¹⁹ Existem diferentes graduações dentro os grupos de capoeira que correspondem a diferentes direitos e obrigações dentro dos grupos e nas relações com outros grupos. Cada grupo ou linhagem cria seu próprio sistema de classificação, atualmente inspiradas em outros grupos com os quais se identificam. No grupo de Mestre Marrom estes graus são divididos da seguinte maneira: aluno, trenel, professor, contramestre, mestre. Mesmo se geralmente há certa progressão de um grau a outro, no caso de Mestre Fantasma seu primeiro grau reconhecido publicamente por seu mestre foi o de mestre de capoeira.

vel de capoeira confirma a validade do grau alcançado pelo novo mestre. Seria possível compreender com Csordas, no caso da prática da capoeira, que “o local do sagrado é o corpo, porque o corpo é o terreno existencial da cultura” (CSORDAS, 1990, p. 39)²⁰. Assim, na capoeira a transformação do corpo do capoeirista naquele de mestre de capoeira se opera pela presença de outros capoeiristas que validam o espaço de consagração através do reconhecimento ao novo grau tornado público e, não menos importante, pela presença de outros capoeiristas que testemunham através de seus corpos seu aprendizado da capoeira bem como seu pertencimento a determinada linhagem ou grupo. A consagração deste capoeirista e sua transformação em mestre de capoeira se opera nas disposições pré-estabelecidas que conferem sentido à consagração, ou seja, para se tornar mestre é preciso primeiramente ser reconhecido por seu mestre e em seguida por seus pares.

Fantasma explica que Marrom desejava lhe dar o título no Brasil, mas como ele não teve a possibilidade de ir, o momento do reconhecimento havia chegado, eles se encontraram para isso em julho de 2010. Marrom o reconheceu mestre durante uma roda na Finlândia. Mestre Acordeon, Contramestre Dourado, Carcará, Forró e outros capoeiristas próximos do grupo de Marrom estavam presentes na roda. A apresentação de Fantasma como mestre de capoeira aconteceu em seguida em Londres. Apesar disso, Marrom ainda desejava confirmar a condição de Mestre de Fantasma no Brasil e, por isso, Fantasma planejava uma viagem em novembro de 2012.

O fato de conceder este título no Brasil confere ainda mais valor simbólico a ele, pois no mercado da capoeira se trata de uma consagração no “berço” da prática, o que contribuiria para afirmação de sua condição de mestre. É, portanto, necessário se confirmar no Brasil aquilo que já havia sido feito na Europa. Assim, o lugar de concessão do título de mestre adquire um sentido especial para os capoeiristas, porque a sua inscrição em um “lugar tradicio-

²⁰ Em seu artigo Csordas (1990) debate questões ligadas ao sagrado no domínio da experiência religiosa e faz uma crítica às explicações baseadas na dicotomia corpo-mente. Para o autor, o que pode se classificar como sagrado, são as evocações em ritual das disposições pré-orquestradas que lhe conferem sentido. (Idem, p.39) Deste modo, no caso da capoeira, o aprendizado está inscrito no corpo dos capoeiristas, e a consagração de um capoeirista e sua transformação em mestre de capoeira se opera pelo reconhecimento ritual pelos pares e a consequente transformação do praticante ordinário em mestre de capoeira.

nal” se mostra primordial. Além disso, a presença de outros mestres brasileiros convidados aos encontros fora o Brasil cria um “lugar simbólico” no qual o reconhecimento o novo mestre se torna possível.

A roda de capoeira, onde o reconhecimento da parte de seu mestre se torna público, é tornada possível graças à presença de outros capoeiristas que portam em última instância, inscrito em seus corpos, nas suas formas de realizar os movimentos e em seus cantos, o testemunho de seus lugares de origem. Eles levam para a roda estes saberes e participam conjuntamente da criação de um “lugar” que se termina no grito de “Iê” que marca o final da roda. Este “lugar” efêmero produz efeitos duráveis na criação de significados que vão modificar a prática dentro do grupo e suas relações com outros grupos.

Fantasma compreendeu que o fato de ter sido reconhecido enquanto mestre era importante para certas pessoas, enquanto outras não o aceitavam. Ele acrescenta que existem pessoas que dizem que ele não é reconhecido enquanto mestre na Bahia. Entretanto, recentemente, em Berlim, ele afirma ter sido muito bem recebido na ocasião de um evento organizado por Mestre Rosalvo, representante de uma linhagem da capoeira angola da Bahia naquela cidade. Fantasma conta ter hesitado, num primeiro momento, em aceitar o convite, porque este evento contaria com a presença daquele que é considerado por muitos atualmente como o maior mestre de capoeira angola em atividade, Mestre João Grande, vindo expressamente de Nova Iorque, e outros como Cobra Mansa da Fundação Internacional de Capoeira angola²¹. Ambos se estimam os “guardiões” da modalidade de capoeira angola. Fantasma conta que ele receava um pouco este momento, mas que ele fora muito bem recebido entre os decanos da capoeira, reafirmando assim seu novo estatuto.

Ser “branco”, inglês e mestre de capoeira

Some people, they want to be, to learn with someone who learned capoeira in Brazil and who is Brazilian. I had a very funny phone call once from someone that teaches in France. He rang up and said: “I’ve got a very big problem Simon (he is a Brazilian). I am white!” I said why

²¹ Sobre a Fundação Internacional de Capoeira Angola ver Ferreira, (2004) e Vassallo, (2005).

does it matter? - Because if you want to run a business, you run a business better if you wear dreadlocks and you're big and black because then you can represent! You can attract more people to your group. I mean that what he said. I didn't say that! I kind of understand that an English person would attract different people to train with them than a Brazilian person. I attract We, the English people, even black or Jamaican or whatever.... They are very British, they went to school here, they understand me and they respect me. They wouldn't go to another group. They probably would not go to a Brazilian. I've got a piece of the market that no one would get. Does it make sense? So, on one side there are some difficulties, but on the other side, you've got your own niche. I have my own place to attract students²².

Se a apropriação da capoeira feita por Fantasma é diferente daquela de seus colegas brasileiros, ele considera que o fato de ser britânico, de não ter o estereótipo dos capoeiristas negros e com *dreadlocks*, constitui uma vantagem face aos seus concorrentes. Fantasma aposta sobre sua diferença e a considera uma vantagem para atrair aqueles que, como ele, desejam uma prática melhor adaptada ao contexto local.

Fantasma possui seu próprio grupo de alunos, certamente pouco numeroso, mas que compreende um núcleo de seis ou sete praticantes regulares, aos quais se somam alunos periféricos que vêm treinar de forma intermitente e que gravitam em torno do grupo. Visitar seu grupo foi uma experiência singular, porque pela primeira vez eu me senti como um estrangeiro em um grupo de capoeira. Mestre Fantasma me acolheu no seu espaço em Hackney, um distrito da Grande Londres, localizado na zona leste da cidade, no meio de um grande conjunto de apartamentos populares. A aula se desenvolvia normalmente para uma aula de capoeira: aquecimento, movimentos, sequências individuais e movimentos dois a dois.

²² Trad.: "Algumas pessoas querem estar, querem aprender com alguém que aprendeu capoeira no Brasil e que é brasileiro. Eu recebi um telefonema muito engraçado de alguém que ensina capoeira na França. Ele ligou e disse: "Eu tenho um grande problema Simon (ele é brasileiro). Eu sou branco!". Eu disse: por que isso importa? - Porque se você quer ter seu negócio, você consegue fazer isso melhor se você usa dreadlocks e se você é grande e negro, porque assim você pode representar! Você pode atrair mais gente para seu grupo. Isso foi o que ele disse. Eu não disse isso. Eu entendo que uma pessoa inglesa vai atrair um público diferente que um brasileiro. Eu atraio "nós", o povo inglês, mesmo negros ou jamaicanos, ou o que quer que sejam... Eles são muito britânicos, eles foram à escola aqui, eles me entendem e me respeitam. Eles não iriam para outro grupo. Eles provavelmente não iriam treinar com um brasileiro. Eu tenho minha parte do mercado, que ninguém tomaria. Isso faz sentido? Então de um modo existem dificuldades, mas de outro, você tem seu próprio nicho. Eu tenho meu próprio espaço para atrair meus estudantes".

Ao final, uma pequena roda é improvisada. Nada de estranho, salvo que, ao final da roda, no momento de discutir sobre o treino, Fantasma começou a contar aos seus alunos as histórias de suas viagens ao Brasil e seu ponto de vista sobre os brasileiros. Foi neste momento que percebi que a perspectiva era completamente diferente, que era eu ali o estrangeiro, o brasileiro que para os capoeiristas não-brasileiros representa uma forma de rival em sua luta para se impor neste universo. Fantasma contava, com um humor tipicamente inglês, suas aventuras no Brasil. Seus alunos escutavam atentamente, sem me poupar de seus risos e piadas sobre o *Brazil* e *the Brazilians*...

Imagem SEQ Imagem * ARABIC 3: Roda em Reading, junho de 2011© Daniel Granada



O grupo de Fantasma me fez compreender que ele representa o terceiro momento do processo de transnacionalização da capoeira e o futuro de uma das formas de apropriação da capoeira neste processo, aquela do praticante local que se apropria da capoeira e a pratica a sua maneira. Neste sentido, Mestre Fantasma é um intérprete da capoeira porque ele descobre novas formas de torná-la inteligível para seus compatriotas. É gozando de uma liberdade mais expressiva que aquela dos brasileiros, que ainda estão ligados

ao seu país de origem e às “tradições” da prática, que Mestre Fantasma tem a possibilidade de utilizar sua criatividade para exercer sua capoeira. Esta liberdade criativa se exprime primeiramente pela escolha do espaço de sua roda mensal: um pub inglês onde ele realiza o que ele chama de “*urban ritual*”. Sua liberdade criativa se exprime também na ausência de uniforme para treinos e rodas. Claro que ele não é o único a não adotar uniforme, mas em seu grupo, o fato de não ter obrigatoriedade do uso de uniforme se liga a uma questão identitária, de se diferenciar daqueles que o utilizam. Sua criatividade se exprime também em sua forma particular de tocar o berimbau ou na supressão do atabaque do conjunto de instrumentos ordinariamente utilizados e, finalmente, pelo fato que ele não se sinta tocado pela africanidade da capoeira, mas somente pela brasilidade desta prática.

A apropriação da capoeira por Fantasma também tem implicações sobre sua visão desta prática. Diferente de tantos outros mestre e grupos que se identificam como praticantes da capoeira “tradicional” – e que estabelecem relações diretas entre a prática da capoeira, a África ou a africanidade – Fantasma afirma não acreditar que a capoeira tenha atualmente alguma relação com a África:

My links are with Brazil. I don't believe that the capoeira we play today came from Africa. It was influenced by Africa, it was African people actually, probably who created something new in Brazil because you don't see any evidence that the capoeira and the berimbau have been linked before Brazil. Capoeira as we play today, the kind of game [...] where you sing in Portuguese, why would you sing in Portuguese if it's African? My links are with Brazil. I have a great respect for Africa, but I don't try to link it with Africa directly. I have an African Drum teacher and he talks about his drumming is from Africa. He is white and I love what I learn. I just love that! But capoeira is connected with Brazil, not Africa²³.

²³ Trad.: “Minha ligação é com o Brasil. Eu não acredito que a capoeira que jogamos hoje tenha vindo da África. Ela foi influenciada pela África, foi provavelmente o povo africano que criou algo novo no Brasil porque você não encontra nenhuma evidência que a capoeira e o berimbau tenham estado ligados antes do Brasil. A capoeira como jogamos hoje é um tipo de jogo onde você canta em português, por que cantamos em português se é africano? Minha ligação é com o Brasil. Eu tenho um grande respeito pela África, mas não tento associar a capoeira diretamente com a África. Eu tenho um professor de percussão e ele fala que sua percussão é da África. Eu gosto disso! Mas a capoeira é conectada com o Brasil e não com a África”.

O relato de Fantasma mostra que podem existir formas de apropriação da capoeira vistas como “tradicionais”, onde a África adquire um papel secundário na criação de significados simbólicos, o que acarreta certamente o questionamento de sua legitimidade por aqueles grupos e mestres que, na disputa por este mercado, se estimam mais “tradicionais” e afirmam sua autenticidade através da ligação com a “África mítica” como nos casos dos grupos estudados por Vassalo (2005). A apropriação feita por Simon, de acordo com sua história de vida, transforma a capoeira em um produto associado ao Brasil, onde os africanos teriam criado algo completamente novo sem relação necessária com a África.

Os dias passados com Fantasma e seu grupo me permitiram ver que mesmo se ele afirma que sua ligação é com o Brasil, esta ligação é, primeiramente, pensada com relação ao seu mestre. Na realidade, o compromisso de Fantasma é antes de tudo com uma prática urbana reapropriada e resignificada em Londres. Esta prática, que convém ao seu estilo de vida, constitui uma verdadeira tradução da prática brasileira em Londres.

O relato dos alunos de Mestre Fantasma

Quando interrogamos os alunos de *Mestre Fantasma* sobre sua escolha de treinar com um *mestre* não brasileiro, eles respondem que Fantasma possui sua própria percepção da capoeira e que, além disso, ele não pretende partir ou voltar definitivamente para seu país de origem como os *mestres* brasileiros. Concluindo, Fantasma quer viver sua vida e ensinar aos alunos de Londres, enquanto os mestres brasileiros estariam mais interessados pelo ganho de dinheiro em Londres para em seguida voltar para o Brasil.

SJ

SJ começou a capoeira com *Mestre Fantasma* há seis anos. Nascido na Jamaica, ele vive em Londres há 20 anos e se identifica como *Londoner*²⁴. Para SJ existem muitas vantagens de treinar com Fantasma:

²⁴ A palavra “Londoner” faz referência ao habitante de Londres e seus subúrbios, sem que seja considerado o país de origem, deste modo um imigrante pode se considerar um Londoner. Esta palavra traduz uma identificação de pertencimento urbano que desvenda um certo estilo de vida associado a uma atitude descontraída e positiva.

I think in a way it's easier. What I've seen is that it helps that he speaks English in a country that speaks normally English because I think that's important. It's when you teach in England and you find English difficult, then I think you have trouble. I don't think the fact that he is English and not Brazilian is important from the teaching perspective. I think where he's gotten wise is the fact that he speaks Portuguese and has connections in Brazil, so we are still linked. We still have links with Brazil. We never thought that what we have in London is here. We always have to look back to what's going on in Brazil. We are always aware that Brazil is something very important. We always make a way to find that Brazil is important and we have to look for what's going on there²⁵.

Como ele explica, o grupo mantém ligações com o Brasil, que permitem deste modo que a sua capoeira permaneça em contato com a “fonte”. Esta perspectiva está de acordo com as ideias de Fantasma, na resposta de SJ não existe referência à África ou qualquer influência deste continente na capoeira que eles praticam em Londres. Ele acrescenta que ser inglês é importante para a comunicação e para o processo de ensino da capoeira, e afirma que se o mestre não sabe falar inglês ele pode ter dificuldades. Para ele é importante ser local e guardar contato com a fonte, o fato que Fantasma fale português preserva a conexão do grupo com o Brasil e confere legitimidade à sua prática. Certamente que a nacionalidade do entrevistador pode ter influenciado sua resposta, estar frente a alguém que veio do Brasil e que está pesquisando a capoeira de Londres pode pesar sobre o testemunho, no sentido em que a importância das ligações com o Brasil sejam reforçadas como meio de garantir e afirmar sua legitimidade e de seu grupo. Seu colega Nathan oferece outra perspectiva.

²⁵ Trad.: “Eu penso que em um certo sentido, é mais fácil. Daquilo que pude constatar, é que isso ajuda, de falar inglês em um país anglófono, eu penso que é importante. É quando você ensina na Inglaterra e você tem dificuldades com o inglês que, do meu ponto de vista, você tem problemas. Eu não acho que o fato que ele seja inglês e não brasileiro seja importante do ponto de vista do seu ensino. Eu acho que ele é esperto porque ele fala português e tem conexões com o Brasil. Nós nunca pensamos que o que temos em Londres é aqui, é preciso sempre se virar para ver o que se passa no Brasil. Nós somos conscientes que o Brasil é algo muito importante. Nós fazemos sempre de modo a assinalar a importância do Brasil e nós devemos nos interessa ao que se passa por lá”.

Nathan

Para Nathan, aluno avançado que começou a praticar a capoeira em 2001 na Nova Zelândia e que no momento desta pesquisa residia em Londres, a escolha de treinar com Fantasma desde sua chegada foi uma escolha pessoal e lógica:

I was interested in capoeira angola and one of the reason is that he was the main person who was staying here teaching it week-ends and weekdays whereas other people were somewhat wanting to teach capoeira angola, were doing it but not necessarily teaching it. I've always been interested in playing the berimbau and when I saw that I just wanted to be close to that, there was some other mestres, but they were here for short period of time, travelling and there weren't dedicated to staying here, so when I decided - Oh well I am going to be here for some time or whatever, it was a logical choice.

And I thought one of the interesting things is that it's always interesting to understand someone else's interpretation because obviously he's been doing capoeira for a long time and he has his vision and viewpoint of what is this and what is that. Sometimes it's easier to understand by the pure fact that he's English because we speak the same language, but on the other hand no. It's not a problem for me. We always have received many other mestres from many different places²⁶.

O que sobressai no relato de Nathan é que sua escolha se explica pela presença local e constante de seu mestre. Ser britânico é considerado como ponto positivo que pode auxiliar na compreensão da capoeira, uma vez que eles falam a mesma língua, neste sentido, ter um mestre inglês nunca foi um problema para Nathan, pelo contrário. Além disso, para ele Fantasma não faz “comércio” com a capoeira, isto o distingue de seus concorrentes brasileiros:

²⁶ Trad.: “Eu estava interessado na capoeira angola e uma das razões, é que ele era a principal pessoa na cidade que dava aulas nos finais de semana e durante a semana, enquanto outras pessoas davam aulas tentavam um pouco, praticavam, mas não ensinavam verdadeiramente capoeira angola. Eu sempre estive interessado pelo berimbau e compreendi que eu queria me aproximar disto. Tinha outros mestres mas eles ficavam por um curto período de tempo, eles viajavam e não os interessava permanecer aqui. Foi quando eu me decidi, – Bem, eu vou ficar um bom tempo aqui nunca se sabe, foi uma escolha lógica. E eu pensei, uma das coisas interessantes é que é sempre interessante compreender a interpretação dos outros, porque evidentemente ele faz capoeira há muito tempo e ele tem seu ponto de vista sobre o que é isso ou aquilo... As vezes, ele é mais fácil de compreender porque ele é inglês porque nós falamos a mesma língua, mas por outro lado não, mas não é um problema para mim. Nós sempre recebemos um grande número de mestres de diversos lugares diferentes”.

We don't do that because Fantasma has got quite a simple policy. You pay for the class and you come to the class. He wants a committed student rather than money. He wants you to be there training, go home, doing your homework, play the songs. No we don't pay for the t-shirt. We don't pay for the uniform. In fact, we don't really have uniforms, we have got t-shirts. We only wear it when it's an important occasion, a public thing or when we visit other group, but generally most people already know who we are, what we do already. We just say this is our t-shirt. We don't have a commercialization of capoeira. It's not really Simon's stuff²⁷.

Segundo Nathan, a capoeira de seu mestre é diferente. Ele não exige uniforme, também não faz seus alunos pagarem por ele. Nos grupos que exigem uso de uniforme, a venda de camisetas e calças de capoeira se tornam uma importante fonte secundária de recursos para os mestres. Principalmente quando elas são fabricadas no Brasil e revendidas em Libras no Reino Unido com generosas margens de lucro.

Para reforçar seu ponto de vista da ruptura com uma prática comercial e lucrativa, ele acrescenta que os capoeiristas em Londres devem se preocupar com a prática local, sem serem obrigados a estarem ligados ao Brasil ou mesmo à capoeira praticada por Brasileiros:

But there are also people in London who believe in their capoeira and what they are doing here now and they don't feel so strongly to bring someone over. Oh it's great to have João Grande here. I mean it's great! He's the biggest reference in capoeira isn't he? But some people think what's better to do? Clean your own house or pay a cleaner to come and clean the house? Some people think it's better and that's the difference. Sometimes, it's about how people perceive these types of things. What's your priority? Are you here? Let's focus here! Let's do this here! Don't worry about Brazil! Don't worry about these other things. It's here man! We're here now! So that's a different approach to it and

²⁷ Trad.: "Nós não fazemos isto porque Fantasma tem uma política muito simples, você paga pelo curso e você vem ao curso. Ele quer um aluno comprometido ao invés de dinheiro. Ele quer que você esteja nos treinos, que você vá para casa e que faça teu tema de casa, que você ensaie as canções. Não, nós não pagamos pelas camisas, não pagamos pelo uniforme, na verdade, não temos realmente um uniforme, temos camisas. Colocamos elas somente em ocasiões importantes, um evento público ou quando visitamos outros grupos. Mas em geral, a maior parte das pessoas sabe quem somos, o que já fazemos. Nós apenas dizemos é nossa camisa. Não fazemos comércio com a capoeira. Esta não é a coisa Simon".

some people have got their balance very well, some things Brazil, some things the UK²⁸.

O relato de Nathan testemunha o desejo de se distanciar do Brasil, de se voltar para uma capoeira de Londres, produzida e alimentada por pessoas que moram na cidade e que praticam a capoeira. Claro, esta distância se dirige também a outros que querem lucrar com a capoeira e aos brasileiros que fazem da capoeira seu meio de vida e se proclamam os legítimos detentores do saber e das “tradições” da capoeira, seu depoimento deixa claro as tensões que atravessam as disputas por poder e prestígio dentro do mercado local em que os não brasileiros devem negociar sua inserção, legitimidade e permanência. A ruptura proposta por Nathan explica o desejo de se apropriar de uma prática estrangeira e de transformá-la em uma prática relocalizada, neste caso em Londres e apropriada por praticantes locais, livrando a prática do domínio indesejado dos brasileiros com os quais disputam seu lugar como praticantes legítimos.

Considerações finais

O caso de Fantasma constitui o terceiro momento da expansão da capoeira fora do Brasil, ou seja, o do praticante que se apropria da prática e que opera uma tradução ao contexto local. O fato de se tornar mestre, segundo Fantasma, é devido à relação privilegiada que ele mantém com seu mestre. O que coloca em evidência a necessidade de se submeter ao controle de um mestre brasileiro que valide sua condição de praticante legítimo de capoeira. É através do reconhecimento do estatuto individual tornado público e confirmado por um mestre legítimo que se opera o controle da expansão da prática da ca-

²⁸ Trad.: “Mas também existem pessoas em Londres que acreditam na sua capoeira e no que eles estão fazendo aqui e agora. E eles não tem muita vontade de trazer pessoas de fora. Sim é genial ter Mestre João Grande aqui. Eu quero dizer que é genial, ele é a maior referência na capoeira, não é? Mas algumas pessoas pensam O que é melhor fazer? Limpar sua própria casa ou pagar alguém para limpá-la? Alguns pensam que o melhor é a diferença, as vezes é o modo como as pessoas percebem este tipo de coisa. Qual é a prioridade? Nós estamos aqui? Vamos nos concentrar aqui! Vamos fazer aqui Não se preocupe com o Brasil, não se preocupe com estas outras coisas. Nós aqui cara! Nós estamos aqui agora! Então é uma abordagem diferente e algumas pessoas encontram muito bem o equilíbrio, uma parte Brasil, outra Reino- Unido”.

poeira fora do Brasil. Deste modo, aqueles que não podem comprovar tais ligações encontram séria dificuldades de se impor neste mercado.

Com relação aos seus alunos é evidente a importância do pertencimento a uma escola de capoeira e a um mestre legítimo. Os elos com o Brasil sendo mais importantes para alguns do que para outros. O que os relatos deixam claro é que cada vez mais existe a busca de uma prática adaptada ao contexto local, neste sentido, a apropriação feita por Fantasma e seus alunos demonstra que os praticantes locais são, e foram muito importantes desde o princípio da expansão da capoeira. Eles também devem ser reconhecidos como ativos promotores da expansão e desenvolvimento da prática da capoeira na atualidade.

O caso de Fantasma e seu grupo demonstra que a desterritorialização, associada ao transnacional, faz com que outros tipos de apropriação da capoeira se tornem possíveis, neste sentido, novos discursos que colocam ênfase na brasilidade da capoeira podem ser acionados dentro do mercado local da capoeira no sentido de reivindicar a legitimidade dentro da modalidade de capoeira angola, num contexto onde o significante “afro” desempenha um papel secundário na criação de significado, abrindo novas maneiras criativas de apropriação simbólica da prática da capoeira.

BIBLIOGRAFIA:

1. ACETI, Monica. Ethnographie multi-située de la capoeira : de la diffusion d’une pratique “sportive” afro-brésilienne à un rituel d’énergie interculturel. *Ethnographiques.org* [en ligne]. Septembre 2010, n° 20 [consulté le 20/10/2010]. Disponible sur <http://www.ethnographiques.org/./2010/Aceti>
2. _____. Devenir et rester capoeiriste en Europe. Transmissions interculturelles et mondialité de la capoeira Afro-Brésilienne. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) Université de Franche Comté, Besançon, 2011.
3. APPADURAI, Arjun. Putting Hierarchy in Its Place. *Cultural Anthropology*, 1, p.36-49, 1988.
4. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*. London: Routledge, 2005.

5. BOURDIEU, Pierre. *Questions de Sociologie*. 2e Ed. Paris: Éditions de Minuit, 2002 [1982].
6. BOURDIEU, Pierre. *Langage et Pouvoir Symbolique*. 2e éd. Paris: Seuil, 2001 [1991].
7. CAPONE, Stefania. « Religions « en migration » : De l'étude des migrations internationales à l'approche transnationale ». *Autrepart*, 4, n.56, p.235-259, 2010.
8. CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a Paradigm for Anthropology. *Ethos*, 18, n.1, p.5-47, 1990.
9. CSORDAS, Thomas J. *Body/Healing/Meaning*. New York: Palgrave/Macmillian, 2002.
10. FERREIRA, Daniel Granada da Silva. *Brasileiros nos Estados Unidos: capoeira e identidades transnacionais*. Mestrado: Sociologia et Antropologia : Universidade Federal do Rio de Janeiro : 2004.
11. _____. *La capoeira du Brésil à Paris*. DEA : Paris III Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine : 2005.
12. _____. *Adaptação em Movimento : O processo de "transnacionalização" da capoeira na França*. *Revista Antropolítica*, 2008, n° 24.
13. _____. *A capoeira do Brasil até Paris: redes sociais, transformações e adaptações da prática da capoeira no Brasil e na França*. V Congresso europeu CEISAL [en ligne]. 2007. Disponible sur <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/MS-MIG/MS-MIG-2-Granada.pdf>
14. _____. *Les Mestres les groupes et les lieux dynamiques : identité et relocalisation de la capoeira à Paris et à Londres*. Tese em etnologia e história. Université de Paris Ouest Nanterre La Défense / University of Essex, Nanterre, 2013.
15. _____. *La pratique de la capoeira à Paris et à Londres*. Harmattan, Paris, 2015.
16. GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda. et SZANTON BLANC, Cristina. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, 68, n.1, p.48-63, 1995.
17. GLICK-SCHILLER, Nina. ; LEVITT, Peggy. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. *International Migration Review*, 38 n.3, p.1002-1039, 2004.
18. GLICK-SCHILLER, Nina. A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism. *Diaspora and Transnationalism* / ed. por FAIST, Thomas. ; BAUBÖCK, Rainer. Amsterdam: Amsterdam University Press, p.109-130, 2010.
19. GRAVINA, Heloísa. *Por cima do mar eu vim, por cima do mar eu vou voltar*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

20. GUIZARDI, Menara Lube. *Todo lo que la boca come. Flujos, rupturas y fricciones de la capoeira en Madrid*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 2011.
21. _____. Para pensar las redes transnacionales: itinerarios e historias migratorias de los capoeiristas brasileños en Madrid. *Vibrant*, Brasília, v. 10, n. 2, Dec. 2013.
22. JOSEPH, Janelle. Going to Brazil': transnational and corporeal movements of a Canadian-Brazilian martial arts community. *Global Networks*, vol.8, nº2, p.194-213, 2008.
23. _____. The Logical Paradox of the Cultural Comodity: Selling an "Authentic" Afro-Brazilian Martial Art in Canada. *Sociology of Sport Journal*, 2008 (a), vol. 25, p.498-515, 2008.
24. LENCLUD, Gérard ; MAUZÉ, Marie. Prestige. Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie / org. par BONTE, Pierre et IZARD, Michel. Paris: Presses universitaires de France, 2004, p.600.
25. MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, p.95-117, 1995.
26. _____. Au-delà de Malinowski et après Writing Culture: à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie. [S.I]: *Ethnographiques.org*, 1, 2002. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>. Acesso em: 22 jun.2012.
27. MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus, 1994.
28. MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
29. PENHA, Marcelo Montes. African Heritage and National Representation: Two cases of Brasilidade in New York City. *Raízes e Rumos*, vol.7, p.372-388, 2001.
30. REIS, Rossana Rocha. et SALES, Teresa. (orgs.). *Cenas de um Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
31. RIBEIRO, Gustavo Lins. 'O que faz o Brasil, Brazil: Jogos identitários em São Francisco'. In: Reis, R. R. et Sales, T. (orgs.) *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo: p.45-85, 1999.
32. SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
33. THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past*. 2e Ed, Oxford: Oxford University Press, 2000.
34. TRAVASSOS, Sonia Duarte. *Capoeira, difusão e metamorfoses culturais entre Brasil e Estados Unidos*. 2000. Tese em Antropologia-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

35. VASSALLO, Simone Pondé. *Ethnicité, tradition et pouvoir: le jeu de la capoeira à Rio de Janeiro et à Paris*. Tese em Antropologia-École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2001.
36. _____. La Capoeira Angola. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 49/50, p.69-85, 2002.
37. _____. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 106-124, 2003.
38. _____. As novas versões da África no Brasil: A busca das “tradições africanas” e as relações entre capoeira e candomblé. *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Vol. 25, nº 2, p. 161-188, 2005.
39. _____. O Registro da capoeira como patrimônio imaterial, novos desafios simbólicos e políticos. *Educação Física em Revista*, vol. 2, n. 2, 2008.
40. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8, n.1, p.113-48, 2002.

A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”

The transformation of the politics in the favelas: deconstructing the “State absence”

Marcella Carvalho de Araujo Silva

Doutoranda em sociologia do Iesp/Uerj, bolsista nota 10 da Faperj e pesquisadora do Cevis/Iesp – Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade. Sua dissertação intitulada “A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários” é fruto do mestrado em sociologia pelo PPGSA/UFRJ.

Resumo:

Este trabalho problematiza a ideia da “ausência do Estado” em favelas cariocas. O principal problema sociológico analisado são os dilemas dos agentes comunitários, moradores de favela contratados por programas de urbanização: “enquanto moradores”, eles “sofrem” com as “mentiras” contadas por eles mesmos em sua atuação “enquanto Estado”. Traçando linhas de continuidades e rupturas entre as associações de moradores e as organizações não governamentais para as quais os agentes comunitários trabalham, este artigo tem três objetivos: apresentar uma interpretação alternativa ao discurso do “vazio institucional” nas favelas, atribuído à crise de legitimidade que associações de moradores enfrentam desde o início da articulação do tráfico de drogas; dissociar o problema da segurança pública das mudanças na atuação política; e demonstrar o que venho chamando de a transformação da política.

Palavras-chave: associação de moradores, política na favela, agentes comunitários, organizações não governamentais, “ausência do Estado”.

Abstract:

This paper discusses the widespread idea of a “State absence” in Rio de Janeiro’s favelas. The main sociological problem analyzed here is the dilemma of the *agentes comunitários* (community workers), favela dwellers hired by urbanization programs: in their own words, “as *moradores*” (favela dwellers), they “suffer” with the “lies” they themselves tell while acting “on behalf of the State”. Tracing continuities and ruptures threads between *associações de moradores* (resident

associations) and nongovernmental organizations where the *agentes comunitários* work, this paper has three main goals. First, to present an alternative interpretation to the discourse of an “institutional vacuum” in the favelas, due to the formation of the drug and gun markets; second, to dissociate the security problem from the politics; and finally to demonstrate how the politics has changed.

Keywords: associação de moradores, politics in the favela, agentes comunitários, non governmental organizations, “State absence”.

INTRODUÇÃO

Com a consolidação do problema da segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 1990, a pesquisa sobre política na favela foi subsumida pela temática da violência urbana. Desde o início da redemocratização do país, o crescimento da criminalidade urbana passou a desafiar tanto a compreensão sobre o processo de construção da nossa cidadania, como o estabelecimento de formas de controle democrático do crime (Zaluar, 1999). Da parte de sociólogos e antropólogos, houve um deslocamento paulatino do foco da atenção dos movimentos sociais à criminalidade violenta, com o intuito de compreender se a pobreza, as desigualdades sociais e as instituições políticas desempenhavam algum papel no aumento da violência urbana (Valladares, 2005, p. 236)¹. Diante desse novo problema, as mudanças nas formas de organização e ação política nas favelas passaram a ser entendidas como efeitos da formação do mercado de drogas (Peralva, 2000).

Entre os atores da política na favela, também é amplamente compartilhada a relação entre a ação de traficantes armados e as mudanças nos modos de se fazer política. Segundo presidentes e membros de diretorias de associações de moradores, a perda de protagonismo político de suas instituições te-

¹ Foge ao escopo deste artigo esgotar a miríade de enfoques e interpretações distintas, desenvolvida pelas ciências sociais brasileiras. Para uma discussão aprofundada sobre a confusão entre problemas de representação e problemas de explicação sobre a relação entre crime e pobreza, tanto no imaginário social, como na literatura sociológica, cf. Misse, 1993.

ria uma dupla face: por um lado, elas se veriam acometidas por uma “crise de legitimidade”, atribuída à formação do tráfico de drogas; e por outro, elas passariam a disputar politicamente com organizações não governamentais (Silva & Rocha, 2008). Coordenadores de Ongs, por sua vez, também justificam sua atuação em favelas com o problema da segurança pública. Na opinião de muitos deles, elas acabam “tomando o lugar da associação de moradores”, pois as “ligações” mantidas entre estas e traficantes de drogas minariam sua credibilidade junto a moradores e órgãos governamentais.

Para aqueles interessados em compreender o crescimento de organizações não governamentais em favelas, a “crise das associações de moradores” tornou-se o principal problema a ser desvendado. Surgiram ao menos duas interpretações da perda de protagonismo político dessas instituições. Uma perspectiva mais institucionalista foca na crise de legitimidade e defende a leitura de um paradoxo entre a modernização sociocultural do país, que disseminou valores individualistas, e a incapacidade das instituições políticas em manter a ordem pública (Peralva, 2000). Tanto a polícia estaria envolvida em práticas criminais, como as instituições representativas passariam a ser “reféns” dos desmandos de traficantes. Outra perspectiva foca na crise de representatividade e argumenta em termos de transformações gerais do capitalismo, que tanto criaria zonas de indeterminação entre o trabalho social e a cultura (Rizek, 2011), como implicaria um melhor ajustamento de Ongs à atual lógica da governança por projetos (Rocha, 2013).

Mais do que uma transição entre mediadores políticos, houve um deslocamento da lógica da representação política à lógica das parcerias. As principais estratégias de inclusão empregadas por projetos sociais passaram a ser atividades culturais de dança, música e mais recentemente audiovisual, como tentativas de valorização da memória e da história de luta e, em alguns casos, de uma suposta “cultura da favela”². “Favela não é só violência” e “Tem que mostrar o lado bom da favela” são alguns comentários que, por bem denota-

² Como bem salientou Birman (2008), a pretensão de reconhecimento por parte de políticas de identificação acaba por limitar os sentidos políticos das (múltiplas) identidades que os moradores de favelas poderiam reivindicar.

rem o peso da vida sob cerco dos moradores³, expressam também a tensão de uma vida política constrangida e silenciada⁴ pelo tráfico. Devidamente articuladas ao imaginário social da violência e da juventude como seu principal público alvo, essa estratégia se tornou recurso político altamente eficaz. Assim, uma geração de “jovens de projeto” nasceu em oposição aos “meninos do tráfico”, tornando-se dois polos de classificação de suma importância na organização interna das favelas.

Contudo, mais do que uma substituição de uma lógica por outra, este artigo pretende demonstrar a transformação da lógica da representação em uma lógica de parcerias para governança urbana. Um primeiro passo, nesse sentido, é dissociar o problema da segurança pública do que venho chamando de transformação da política na favela.

O desafio de compreender a formação de novos e mais complexos mercados informais (e ilegais) foi encarado pela tese da acumulação social da violência, como um processo de historicidade própria (Misse, 1999). Mais especificamente, as “ligações perigosas” e as trocas de “mercadorias políticas”⁵ entre traficantes e policiais conseguiram explicitar o mecanismo por meio do qual se reproduz a contradição entre as políticas de criminalização e o que Misse chama de “avaliação estratégica” de traficantes e policiais quanto às possibilidades de minorar os efeitos da própria criminalização (1997; 1999).

Foge ao escopo da tese da acumulação social da violência, contudo, a investigação sobre a relação entre esse processo e a política na favela. Nesse sentido, o segundo passo dado por este artigo é investigar, por meio de uma etnografia densa, o processo político específico que levou à transição entre as associações de moradores e as organizações não governamentais.

De modo a defender a ideia de que há uma série de linhas de continuidade entre essas instituições, este texto apresenta como seu principal fio condu-

³ Sobre a vida sob cerco, cf. Machado da Silva, 2008.

⁴ Sobre o silenciamento de lideranças comunitárias em favelas dominadas pelo tráfico de drogas, cf. Rocha 2014.

⁵ As mercadorias políticas são recursos ou custos políticos (referentes a relações de poder e/ou de força) dotados de valor de troca a partir de equiparações com outros recursos políticos ou econômicos. Elas compõem um mercado informal simultaneamente econômico (pois de troca) e político (pois de relações assimétricas de poder).

tor a atuação de agentes comunitários, moradores de favelas contratados por programas governamentais. A história desse novo personagem da política na favela, nascido em 1979, suas lutas próprias e os dilemas de sua atuação, nos permitirão compreender o processo político particular que se desenrolou em paralelo à consolidação do problema da segurança pública. Nesse sentido, o principal problema deste artigo será a análise do dilema diário encarado por agentes comunitários. Nas próprias palavras desses atores, “enquanto moradores”, eles “sofrem” com as “mentiras” que eles mesmos contam em sua atuação “enquanto Estado”.

Esse dilema encerra a organização ativa e produtiva de formas de controle social que garantem a manutenção das rotinas nas favelas dominadas por tráfico de drogas, superando a perspectiva da pura coerção de traficantes e policiais, e do culturalismo problemático, de um controle social não mediatizado, a que pode chegar o discurso de segmentos do terceiro setor. Seu ponto de partida será a provocação de Pierre Clastres de que é crucial investigar o “sentido pelo qual, talvez misteriosamente, alguma coisa existe na ausência (do Estado)” (Clastres, 1978, p. 21)⁶.

A camisa do Estado

Meu trabalho de campo na favela do Borel foi iniciado no princípio de 2009, um ano antes da ocupação da Unidade de Polícia Pacificadora. Contudo, foi a instalação de uma UPP e a consequente inflexão nas forças locais que me permitiram tomar conhecimento do papel ativo do agente comunitário na política na favela. Com a ocupação da polícia militar, eu fui inserida pelas agentes comunitárias do PAC Favelas – Programa de Aceleração do Crescimento, que eu acompanhava, nas reuniões comunitárias do que veio a se con-

⁶ As discussões sobre a problemática do poder feitas por Clastres (1978) ajudam a superar as duas perspectivas reducionistas apresentadas pelos discursos típico-ideais da ausência do Estado. O poder não pode ser reduzido à pura coerção, como na perspectiva de “guerra às drogas”, tampouco ao controle social não mediatizado, em que pode descambar o discurso culturalista de segmentos do terceiro setor. Talvez não tão fortuitamente, como reflexões recentes de Pacheco de Oliveira (2014) fazem crer, estabelecendo comparações e aproximações nos usos de determinadas categorias centrais às gestões de populações indígenas e faveladas, a separação, tendo em vista uma limpeza moral, entre “comunidade” e tráfico seja também mais uma expressão de nossas imaginações políticas, que destituem sistematicamente atores subalternos de agência.

solidar como a Rede Social Borel, uma entidade horizontal, não representativa, formada por organizações não governamentais, igrejas e grupos locais.

As reuniões promovidas pela Rede Social tiveram como objetivo “fazer uma crítica qualificada ao processo de pacificação” e teve como primeira motivação contrapor o discurso do “vazio institucional” veiculado pelo BOPE – Batalhão de Operações Especiais, na primeira reunião dos agentes da pacificação com os moradores. A primeira estratégia da Rede foi recuperar a memória de luta local, mantida em arquivos e documentos por um dos vários grupos locais, os Condutores de Memória.

Como a associação de moradores era muito mal vista pelos policiais, que já atribuíam a ela antecipadamente uma falta de legitimidade, a principal forma de legitimação das “lideranças comunitárias” da Rede Social dizia respeito à construção de um discurso de “luta”, a partir de sua atuação em projetos sociais. Narrativas e mais narrativas se desenrolavam sobre as dificuldades de prestação de serviços, em meio aos tiroteiros e à falta de verba. Diante de um interlocutor que pleiteava ocupar por si mesmo o “vazio institucional” deixado pela “crise de legitimidade da associação”, as organizações do terceiro setor entravam na disputa pela mediação política reivindicando ocupar o espaço deixado em aberto pela “ausência do Estado”.

Assim, as reuniões comunitárias organizadas pela polícia militar e aquelas organizadas pela Rede Social Borel podem ser entendidas como um palco de disputa entre dois discursos sobre a ausência do Estado, que dizem respeito a duas críticas (típico-ideais) do Estado totalmente opostas.

No discurso da polícia, a ausência do Estado seria consequência da violência da criminalidade local. Os traficantes, sujeitos sociais da violência, são aqui representados como um “poder paralelo”, constituído por indivíduos dotados de uma violência inata⁷, que se insurgiriam contra o monopólio do uso da violência do Estado. Nessa perspectiva, a existência de grupos armados é lida principalmente pela lente do atentado contra a soberania do Estado, o que justificaria toda sorte de investimentos para a “retomada dos territórios”

⁷ Cf. Teixeira, 2013 para uma discussão sobre as teias de relações sociais que conferem significado social ao “bandido”.

controlados por traficantes e a “guerra às drogas”. Os paladinos da metáfora da guerra que ainda opera na lógica da pacificação (Leite, 2012), entendem que a violência dos “bandidos” levaria à “ausência do Estado”, que criaria terreno para a reprodução da criminalidade violenta. Assim, a violência geraria a própria violência.

Por outro lado, entre as lideranças comunitárias operava outro discurso crítico da “ausência do Estado”. Em diversas entrevistas que realizei, nos prédios dos grupos locais, muitas delas empregavam um discurso que criticava a incapacidade de o Estado prover a inclusão social de trabalhadores urbanos. Ainda que haja uma necessidade constante de limpeza moral, opondo “moradores”/“trabalhadores” aos “bandidos”/“vagabundos”, muitas vezes a adesão ao mundo do crime é explicada como mais uma forma de “viração” na informalidade, uma estratégia de sobrevivência ou uma opção para a realização de desejos de consumo. Não raro ouvi referências às atividades do tráfico de drogas como “o trabalho deles”.

Apesar de ocupar o lado oposto à perspectiva de “guerra às drogas”, no espectro político, essa crítica da exclusão social não consegue desfazer o caráter fantasmagórico da violência⁸. Aqui não é a violência que gera violência, mas o Estado ausente que levaria à opção pela criminalidade, que, por sua vez, dificultaria a atuação estatal junto às classes populares e ao consequente aumento da criminalidade urbana. Essa perspectiva não compreende o engajamento de uma reduzida parcela das classes populares na vida no crime (por que alguns virariam “trabalhadores” e outros “bandidos”?) e, perversamente, acaba por reforçar a associação entre pobreza e criminalidade feita pelas estatísticas oficiais, que, como sabemos, além de muito deficitárias, dizem mais sobre o modo de funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro (Misse, 1995).

⁸ Misse (1999) faz uma distinção entre o fantasma da violência urbana e o sujeito social da violência: o primeiro como uma coesão ilusória (assim como o fantasma metafísico do Marx), de origens pouco conhecidas, mas preñhe de causalidade; e o segundo, como a própria expressão já diz, um sujeito social, ancorado em práticas coletivas, motivações e causalidade, resultado do processo de acumulação social da violência. Em minha pesquisa de campo, identifiquei certa transição entre o fantasma e o sujeito, conforme houve a unificação de bocas de fumo por território, a organização do controle territorial, com distribuição de olheiros e soldados, a formação extremamente rarefeita de determinados códigos de conduta e a distribuição do poder e racionalização da atividade numa hierarquia do tráfico (processo cuja melhor descrição e análise é feita por Grillo, 2013).

Essas perspectivas divergentes sobre o Estado, construídas a partir da elaboração de representações sobre a criminalidade, apresentam também leituras diferentes sobre “a crise da associação de moradores”. No discurso da polícia, a expansão de uma determinada criminalidade violenta nas favelas não apenas se espalharia por sobre todas as atividades locais, como se tornaria o ponto focal da vida cotidiana: a economia local dependeria do mercado das drogas e as associações de moradores teriam sido colonizadas pelos traficantes e extirpadas de seu caráter representativo. A formação de um mercado de drogas criaria, assim, uma oposição e entre a “comunidade” e a “bandidagem”. O “vazio institucional” deixado pelas associações de moradores, para a polícia, deveria ser ocupado pelo Comando da UPP, para que houvesse um resgate da mediação política e os investimentos públicos pudessem ser realizados.

Entre os membros da Rede Social, de modo a disputar a mediação política com o comandante da UPP, foi preciso qualificar a crítica da exclusão social contra a da guerra às drogas. Ainda que nas negociações por diversos projetos e nas confrontações diárias contra a precariedade de serviços, as organizações não governamentais corroborem o discurso de um “vazio institucional” deixado pela crise das associações de moradores e ocupado por elas, a denúncia da ausência do Estado, em meio ao processo de pacificação, acabava por destituir os moradores de favelas de agência política.

Por isso, nas reuniões comunitárias, o discurso de crítica à ausência do Estado das lideranças da Rede Social sofreu uma importante metamorfose. O uso da memória de luta como instrumento político me sinalizou alguns deslocamentos temporais nas falas de algumas lideranças, projetando-as, em meio às reconfigurações políticas da pacificação, como personagens de proeminência “desde sempre” na história política local. Se antes da ocupação policial, a “ausência do Estado” era parte fundamental do discurso da violência urbana; com a pacificação, as novas lideranças comunitárias passaram a destacar sua história de “luta” e o desenvolvimento de diversos projetos sociais, em meio à atuação do tráfico de drogas. Assim, elas passavam a operar uma crítica importante à problemática oposição entre a “comunidade” e os “bandidos”, reivindicando agência política, a despeito da vida sob cerco.

Acompanhei as reuniões comunitárias da Rede Social Borel e, sempre que possível, também aquelas convocadas pelo Comandante da UPP entre 2010 e 2013. Foi nesses espaços que me deparei com situações que explicitavam o mecanismo que permite o emprego desses dois discursos da ausência do Estado. Fora das reuniões, desempenhando seus papéis como lideranças, elas empregavam o discurso de tomada do lugar da associação de moradores, que justifica os projetos sociais que realizam. Nas reuniões comunitárias, por outro lado, elas criticavam o discurso do vazio institucional, oscilando entre os papéis como liderança e como agente comunitário. Esse último papel é crucial, pois é por serem agentes comunitárias que essas lideranças podem afirmar a atuação em meio aos tiroteios, antes da pacificação.

Uma reunião preliminar de entrada do programa UPP Social explicita com clareza os jogos de papéis da atual política na favela. Em um levantamento dos grupos existentes no território da UPP Borel (que comporta além da favela que lhe dá nome, a Chácara do Céu, a Casa Branca, o Morro do Cruz, Catrambi, Indiana e Bananal), realizado pela equipe de Gestão Territorial da UPP Social, na conversa com a gestora, Maria apresentou-se como “liderança comunitária” vinculada a um grupo local; manifestou compreensão acerca das dificuldades de ordem burocrática para implantação de programas sociais em favelas, graças ao seu lugar como “agente comunitária”; e expressou, como “moradora”, seu descontentamento em relação à demora e à precariedade que acompanham a maioria deles. Ou seja, em uma mesma conversa, com um único interlocutor – sendo ele o “Estado” –, Maria teve a habilidade de mobilizar os três papéis que desempenha na política de sua favela.

Outra reunião, de junho de 2011, na semana em que a pacificação completava um ano, permite ir além e compreender os mecanismos de acionamento desses papéis. Nessa reunião, realizada no salão da capela do Morro do Cruz, estavam presentes algumas dezenas de moradores e representantes de órgãos públicos. Ela transcorreu com um debate acalorado até que uma fala específica chamou minha atenção: João⁹, ex-presidente da associação de mo-

⁹ Todos os nomes citados são fictícios, de modo a preservar a privacidade dos entrevistados, moradores ou não do morro do Borel. O nome da favela, entretanto, é mantido, uma vez que este trabalho trata de

radores do Borel, vestido com seu uniforme de obras, com o microfone na mão, dirigiu-se ao engenheiro da CEDAE e cobrou respostas mais imediatas ao problema de falta de água que muitos moradores vinham enfrentando, havia algumas semanas.

Surpresa por aquele funcionário do Estado direcionar-se a outro funcionário do Estado, seu superior, cobrando respostas ao problema que enfrentava como morador, observei com maior cuidado como se apresentavam os demais participantes da reunião. Surpreendi-me ao perceber que a esmagadora maioria dos presentes vestia uniformes de agentes comunitários¹⁰ de algum programa social ou era “liderança” ligada a alguma organização não governamental ou grupo local. A associação de moradores estava presente apenas em memória, remetida pela figura de João, já em novo cargo.

Além da inquietação frente ao elevado número de organizações não governamentais e à ausência da associação de moradores em reunião tão importante para a discussão de questões historicamente relacionadas à sua atuação política, chamou minha atenção o fato de os moradores estarem literalmente vestindo a camisa do Estado.

A trajetória de João, que eu já conhecia, me sinalizou que poderia haver uma conjugação feita de forma complementar entre três papéis da atual política na favela. Ele havia sido presidente da associação de moradores por dois mandatos, ao fim dos quais assumiu a diretoria executiva do Instituto da Cidadania do G.R.E.S Unidos da Tijuca, tendo sob sua responsabilidade o curso de informática oferecido pelo convênio com a Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica. Após deixar a diretoria da ONG, João voltou a ocupar o cargo de agente comunitário, dessa vez da CEDAE, posto que já havia ocupado como membro do Mutirão de Reflorestamento do programa Favela Bairro.

Por ter sido presidente da associação de moradores durante a fase final de realização das obras desse programa de urbanização, “mesmo afastado”,

um estudo de caso, que mobiliza a história e o desenrolar de fatos específicos do Borel para a análise de um processo político muito mais amplo.

¹⁰ Os agentes comunitários são moradores de favelas contratados por programas governamentais para a implantação das ações nos territórios. Analisei o surgimento dos agentes comunitários e os efeitos não previstos de sua atuação em minha dissertação de mestrado (Araújo Silva, 2013).

João se orgulhava de ter mantido o envolvimento com as obras da sua comunidade. Conforme me relatou, ele era constantemente chamado por Raquel, presidente da associação de moradores do Borel, para fazer a mediação entre engenheiros e agentes de obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. A interpretação que me deu do papel desempenhado pela associação de moradores em sua trajetória, relacionava a experiência como presidente a um acúmulo de “conhecimento”.

Tudo isso através da associação de moradores, conhecimento, aquela coisa toda. Eu costumo dizer que a associação não te dá nada, você não tem que chegar “ah porque eu vou ganhar dinheiro”. A associação não tem dinheiro, mas você faz conhecimento, você adquire conhecimento. Porque tudo hoje que eu sei, a associação de moradores foi assim uma escola, uma faculdade, principalmente na parte de relacionamento, de mediação de conflitos, de relacionamento com as pessoas. Você aprende muita coisa. [...] Contato tanto interno quanto externo.

A transição entre a associação de moradores e uma organização não governamental não foi, portanto, fortuita. Terminado seu mandato como presidente, ele pôde mobilizar os contatos acumulados para a obtenção de novos cargos, como o de diretor executivo da ONG mantida pela Unidos da Tijuca, coordenando projetos sociais proeminentes.

Contudo, ainda que a narrativa de João aponte para a centralidade da associação de moradores na formação de “lideranças comunitárias”, como um importante estágio na formação de carreiras políticas, o terceiro papel de sua trajetória sinaliza a existência de outros mecanismos da política na favela.

Em muitas negociações entre técnicos de programas sociais e os moradores do Borel, não raro eu os vi “vestir a camisa do Estado”. Muitas e muitas vezes eu presenciei situações em que os agentes comunitários, em atuação “enquanto Estado”, como comumente se referem ao seu trabalho, se valeram de suas identidades “enquanto moradores” e se colocaram, diante de outros moradores, como “pessoas que também estavam sofrendo com os problemas das obras”, de modo a driblar sua hostilidade. E também já participei de reuniões em que os agentes comunitários “enquanto Estado” prestaram contas nas as-

sociações de moradores. Nessa reunião acima citada, os agentes comunitários mobilizaram sua identidade de “moradores” para reclamar de problemas das obras e de sua identidade de “lideranças comunitárias” para cobrar do “Estado” soluções aos problemas. De forma então inesperada para mim, me dei conta de que eles participavam ativamente das negociações políticas em torno das obras de urbanização – que até então, a meu ver, eram atribuição da associação de moradores.

Na mesma reunião, dois novos projetos, os *Territórios da Paz* e o *Protejo*, ambos do governo federal, financiados pelo PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, foram apresentados aos moradores do Borel. Os representantes da SEASDH – Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, responsável pela realização desses projetos no estado do Rio, propuseram “parcerias” em que as organizações da favela cederiam espaço aos projetos e o poder público entraria com a verba.

Ao cabo da reunião, após um imediato rebuliço de insatisfação por parte dos moradores, críticos a esse modelo de “parceria”, que consideram “abusivo” e “exploratório”, alguns deles vestiram suas camisas oficiais e, desempenhando o papel de agentes comunitários, fizeram a mediação entre os representantes dos programas e as “lideranças comunitárias” ligadas a alguma organização não governamental, Igreja ou grupo local. Em alguns casos, os próprios agentes comunitários, apesar da identidade de “Estado” transmitida pela camisa oficial, eram as “lideranças comunitárias”.

Foi assim que Maria procedeu. Ao final da reunião, juntei-me a ela, moradora, agente comunitária, liderança comunitária e também universitária, e a vi desempenhar o papel de representante de um grupo local. Ainda ressoava a fala de Simone, companheira de Maria no grupo, manifestando em alto e bom som seu descontentamento em relação à “parceria” proposta pelo representante do programa social *Protejo*. Simone havia falado que achava um absurdo o Estado propor que projetos sociais fossem realizados nos espaços das organizações da favela, sem qualquer ajuda de custo para pagamento de aluguel, luz ou água. “Como se entrassem na nossa casa e depois perguntassem se a gente quer ou não”, na opinião dela. Após a reunião, ainda vestindo sua ca-

misa do Estado, Maria mediu contatos entre Amélia dos *Territórios da Paz* e Téo da *UPP Social*, que então começava, e representantes de organizações locais, entre as quais a dela própria. Só então me dei conta de que, na ausência da associação de moradores, a mediação política para implantação de projetos sociais ficava a cargo dos agentes comunitários.

Esse episódio, além de apresentar um encadeamento entre a atuação de associações de moradores, agentes comunitários e organizações não governamentais, evidencia as operações práticas da lógica dos projetos para governança urbana. Ainda que não seja possível dizer que as associações de moradores foram completamente solapadas pelas organizações não governamentais – pois elas continuam exercendo uma função importante de mediação política e formação de lideranças comunitárias –, fica evidente que a política na favela apresenta uma nova configuração e é operada por novos atores.

Como etnografar um processo político?

Situações como essa apresentada me colocaram o questionamento sobre a história e o papel dos agentes comunitários. Seria a trajetória de João um caso fora da curva? Outras trajetórias que eu conhecia me indicavam que não. Muitos agentes comunitários, que ocupam hoje papéis de destaque como lideranças comunitárias, antes de trabalharem em Ongs, já passaram pela associação de moradores. Haveria então alguma continuidade entre as ações dessas instituições?

Tendo em vista responder essa pergunta, meu primeiro esforço foi reconstruir, junto a antigos membros de diretorias da associação de moradores e me valendo de alguns jornais comunitários, a relação entre a associação de moradores e os traficantes de drogas. Se é a essa aproximação atribuída a crise de legitimidade das associações, que abriu espaço para as Ongs, eu queria entender a qualidade da relação e seu processo de desenvolvimento. Para tanto, explorei um caso muito conhecido na vida política do Borel – o “golpe na associação” –, na tentativa de compreender o processo de formação das “ligações perigosas” entre associação de moradores e tráfico de drogas.

Conversando com antigos membros da diretoria da associação de moradores e lendo as matérias publicadas no jornal comunitário *Folha do Borel*¹¹, no período da redemocratização, identifiquei uma história de muita efervescência política, capitaneada pela associação de moradores. Passei então a buscar o momento e principalmente o modo por meio do qual foi construída, ao longo dos anos, a história da decadência dessa instituição. Nas tentativas de costurar a memória de senhores de mais de 80 anos às histórias contadas por outras lideranças, percebi que a coincidência de personagens, em momentos muito distintos, tanto politicamente, quanto no que diz respeito à dimensão do problema da segurança pública, permitia os rápidos deslizamentos entre dois momentos cruciais da história da associação de moradores do Borel. Em 1980 e 1999, o mesmo presidente estava à frente da associação de moradores: José Ivan (nome verdadeiro, mantido em virtude do já falecimento deste ator).

Como pude checar junto a membros de antigas diretorias e também, entre 1980 e 1983, José Ivan era, pela primeira vez, presidente da associação de moradores, tendo vencido com uma chapa alternativa, que destituiu a consagrada diretoria de Sr. Bonifácio, Sr. José Lira e Sr. Calegário (todos nomes verdadeiros, que mantenho por já serem personagens falecidos). Nesse primeiro momento, ele foi eleito com o apoio de militantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro, em meio à grande efervescência política da redemocratização. Todavia, o mesmo José Ivan ressurgiu na história da associação de moradores duas outras vezes: entre 1988 e 1990, como presidente na data de inauguração do CIEP Dr. Antoine Magarinos Torres Filho, construído no terreno de um campo de futebol, em frente à já principal boca de fumo do Borel; e em 1999, dando o famoso “golpe”.

A trajetória de José Ivan entre a primeira presidência e a última, a mim narrada por vários atores e costurada com dificuldade devido às trapaças da memória, demonstrou um progressivo e conturbado envolvimento entre as-

¹¹ O jornal comunitário *Folha do Borel* foi criado, em 1979, como órgão informativo criado pelo departamento recreativo da União de Moradores do Morro do Borel por iniciativa de militantes do Partido Comunista que se haviam deslocado para o movimento comunitário, durante os anos de repressão (Amoroso, 2012). Ele acabou se tornando um instrumento de crítica política às velhas diretorias, pelos novos aspirantes à política comunitária, como o jovem José Ivan, então militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e presidente, pela primeira vez, em 1980.

sociação de moradores e traficantes de drogas: primeiro, com ameaças e constrangimentos vários; posteriormente, com coerções e intimidações; finalmente, com conchavos e desvios de verba.

Compreendida a progressiva aproximação entre esses atores, meu segundo passo foi então reconstruir as linhas de continuidade entre a associação de moradores e as Ongs. Aqui escavar a história dos agentes comunitários foi fundamental. Como foi graças a eles que a associação de moradores pôde expandir seu escopo de atuação no sentido da prestação de serviços públicos na favela, tomei-os como meus fios condutores para a etnografia do espaço construído. O processo de transformação da política na favela é o resultado da análise do processo de urbanização do Borel, que apreendi a partir de duas noções complementares: *empilhamento de serviços e circuitos políticos*.

Foi por meio de uma aproximação impressionista que tive acesso à história da urbanização. Uma das primeiras agentes comunitárias do Borel me conduziu por um “passeio guiado” pela favela. A estratégia de narrar a história da urbanização tomando o espaço como fio condutor me sinalizou a enorme concentração de equipamentos públicos na Igrejainha, um importante localidade interna. Esse artifício narrativo de Rita, não ocasionalmente, coincidia com seu argumento de que “a Igreja chegou primeiro às favelas e o Estado veio depois”. Do ponto de vista do espaço construído, ela me mostrou como o Estado foi progressivamente se sobrepondo fisicamente aos espaços da Igreja Católica. No prédio vizinho à Capela Nossa Senhora das Graças, construída em regime de mutirão ao longo do ano de 1975, ainda nessa década, começaram a ser oferecidos cursos profissionalizantes por militantes da Ação Popular; nos anos 1980, foi comprado um prédio para expansão do centro comunitário, onde, em meados dessa década, passou a funcionar uma creche comunitária; no prédio geminado, nos mesmos anos 1980, construiu-se uma escola, posteriormente incorporada à rede municipal de educação; em prédios anexos, nos anos 1990, passaram a funcionar um posto de assistência jurídica da OAB e um posto de saúde municipal; em frente, foi erguida, pelo Favela Bairro, nos mesmos anos 1990, uma quadra de esportes, nomeada em homenagem ao padre Olinto; embaixo da quadra, nos anos 2010, na esteira da pa-

cificação, foi inaugurada uma biblioteca.

Para que a concentração de equipamentos na *Igrejinha* se realizasse, a atuação dos agentes comunitários foi fundamental. Os primeiros deles foram conquistados no princípio dos anos 1980 e a associação de moradores só pôde expandir suas frentes de atuação, graças à contratação de agentes comunitários. Contudo, empenhados em lutas trabalhistas na prefeitura, por seu reconhecimento como servidores públicos, eles passaram a constituir novos canais de negociação política entre parlamentares e o movimento de favelados. Passando por cima da associação de moradores, até então única representante política reconhecida pelo Estado, houve negociações de troca de votos por conquistas trabalhistas. Assim, uma nova lógica de “parcerias” para prestação de serviços pontuais entrou em gestação. Disputando com os presidentes da associação esse diálogo com a burocracia estatal, os agentes comunitários puderam empilhar os inúmeros serviços urbanos nas adjacências da capela, construindo então um novo circuito político no Borel.

Para dar conta de analisar esse processo, formulei a noção (impressionista) de um *empilhamento de serviços*. Conforme fui destrinchando cada uma das histórias dos equipamentos da *Igrejinha*, fui construindo um processo político de deslocamento de serviços públicos do âmbito da associação de moradores ao do terceiro setor. A noção de empilhamento dá conta de capturar a imprevisibilidade dessas negociações.

O empilhamento de serviços e a construção sobreposta, geminada ou adjacente de determinados prédios e equipamentos fizeram da *Igrejinha* um lugar cuja arqueologia das construções me permitiu acessar as relações políticas que a ergueram. A rede de alianças de padre Olinto, responsável pela Pastoral de Favelas e pároco da capela Nossa Senhora das Graças, desde 1975, se expandiu e teve sua força catalisadora progressivamente potencializada. Em primeiro lugar, pela associação de moradores, que realizava o grupo de cinema no espaço da Pastoral e que, a partir da nova relação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, criada em 1979 e popularmente conhecida como “prefeitura dos pobres”, conquistou postos médicos e a creche. Em seguida, com grupos de esquerda no Borel, que passaram a oferecer teatro, cur-

sos profissionalizantes e também outro serviço de creche.

Mais ainda, ao empilhamento físico correspondia um circuito¹² político. A *Igrejinha* criou em seu redor um circuito católico progressivamente apropriado por outros movimentos sociais e pelo Estado. No início dos anos 2000, ele foi transferido do âmbito da Sociedade Beneficente São Camilo à ONG Ação Comunitária Pró-Favela – Dr. Marcelo Cândia. Enfocar, então, a *Igrejinha*, onde essas sobreposições de alianças se realizaram, conectando todos os atores envolvidos no processo de urbanização – associação de moradores, movimento social, Pastoral de Favelas e Estado – e desenvolver uma arqueologia das várias camadas que se acumularam me deram acesso ao processo, já estudado por Landim (1993), que conecta entidades eclesiais às organizações não governamentais.

Foi também a partir do empilhamento que tomei conhecimento da trajetória de alguns moradores do Borel que desenvolveram carreiras prestando esses vários serviços. Ou, como normalmente se diz, “fazendo trabalho social”. Muitos moradores conseguiram nos vários postos de trabalho que foram se abrindo – como merendeiros, agentes auxiliares de creche, agentes de saúde, supervisores de área, faxineiros, inspetores, etc. – soluções para a falta de emprego. Um número menor deles foi mais além e, como “referências” nas áreas temáticas com que trabalhavam (educação infantil, educação sanitária, etc.), se formaram como novas lideranças comunitárias.

Esse circuito político alternativo à associação de moradores aos poucos congregaria ao seu redor uma série de organizações não governamentais e outros grupos locais que existem e atuam segundo a lógica das “parcerias”, formando um grande, complexo e capilar circuito de Ongs¹³. Nesse sentido, a transformação da política envolveu a formação de uma nova centralidade política na favela, a reconstrução de seu processo de produção material e simbólica mostrou-se uma interessante estratégia metodológica.

¹² Como sugere Magnani (2002), a noção de circuito serve de princípio de classificação do exercício da sociabilidade. Apropriei-me dessa noção para enfocar as relações entre estabelecimentos e equipamentos urbanísticos e construir como objeto as dinâmicas (sociais) de construção social do espaço.

¹³ Minha pesquisa histórica vai até a transformação da Sociedade Beneficente São Camilo em Ong Ação Comunitária Pró-Favela, mas a complexificação do circuito do terceiro setor continuou, incorporando, ao longo dos anos 1990 e principalmente 2000, organizações ligadas a denominações protestantes.

As centralidades não apresentam existências em si mesmas. Segundo Le-febvre (2008), acerca da problemática urbana:

“Ora, o espaço é tão somente um médium, meio e mediação, instrumento e intermediário, mais ou menos apropriado, ou seja favorável. Ele jamais tem existência “em si”, mas remete a uma coisa outra. A quê? Ao tempo, existencial e simultaneamente essencial (...). A articulação “tempo-espaço” ou, se se preferir, a inscrição “tempo no espaço” torna-se objeto de conhecimento” (p.71).

Nesse sentido, venho cunhando o empilhamento como um processo de acumulação de práticas sociais no espaço. A forma “empilhada” é o resultado da inscrição de lógicas políticas de diferentes temporalidades no espaço. Apesar de seu caráter eminentemente intensivo, ela comporta ainda uma dimensão extensiva, na medida em que articula a partir da centralidade produzida um complexo organizado de relações, que conecta equipamentos em circuitos, segundo padrões de sociabilidade. Ela pode se dar consolidando um espaço já construído (aspecto criativo), como no caso da Rede, que, em grande medida, congrega várias organizações que foram se acumulando ao circuito político da finda Sociedade Beneficente São Camilo; ou, como no caso do processo de construção da Igrejinha como polo político, destruindo (por devastação, que faz terra arrasada, ou deterioração, que produz ruínas) um empilhamento precedente (no caso aqui analisado, o circuito da associação de moradores, com sua sede e seu próprio centro comunitário) e formando um novo (aspecto destrutivo). É na articulação mesma entre processos de acumulação intensiva e extensiva (de criação e estilhaçamento; concentração e dispersão; acumulação, implosão e explosão) que as centralidades são produzidas.

Considerações finais: uma nova interpretação da “ausência do Estado”

A genealogia do repertório político dos projetos sociais pode ser desconstruído de forma muito menos disruptiva se, de um lado, dissociarmos a “crise” das associações de moradores do processo de acumulação social da violência (Misse, 1999) e, por outro, levarmos em consideração a presença e atuação de

um quarto ator social, ao lado de associações de moradores, organizações não governamentais e tráfico de drogas: o agente comunitário.

Figura ambivalente, ora “morador”, ora “Estado”, o agente comunitário negocia muitos dos acordos e das alianças que subjazem à gramática da violência urbana¹⁴ (Machado da Silva, 2010). É sua habilidade e capacidade de mobilizar criticamente, como evidenciam pelo recorrente uso do advérbio “enquanto”, vários papéis sociais da favela, especialmente os de “morador”, “agente comunitário” e “liderança comunitária”, que garantem que os projetos sociais, que chegam às favelas orientados pela perspectiva amplamente compartilhada da “ausência do Estado”, se distribuam entre as várias organizações existentes. Mais do que isso, é propriamente a ambivalência entre os papéis “enquanto Estado” e “enquanto morador”, a “dupla personalidade” dos agentes comunitários¹⁵, que permite que o “Estado” esteja ausente, apesar de tão vivamente presente.

Mas que Estado é esse? A qualidade dos serviços também faz parte da questão. Em primeiro lugar, porque a precariedade das condições de trabalho, a intermitência dos projetos e programas sociais, em virtude dos curtos prazos dos contratos e dos financiamentos pontuais, e o rebaixamento dos salários são questões crassas do mundo do trabalho, que merecem ser levados em consideração para a compreensão desse mercado de trabalho social. Em segundo lugar, porque o “duplo fetichismo do planejamento urbano” (Lefebvre, 2008), preocupado em construir equipamentos que satisfaçam as supostas necessidades da população, dificulta a negociação para satisfações de necessidades e desejos construídos coletivamente. Produzindo, muitas vezes arbitrariamente, uma série de equipamentos em espaços que, apesar de parecerem vazios físicos e/ou de sentidos, são prenhos de usos coletivos locais, equi-

¹⁴ Ao problema da segurança pública corresponderia a consolidação de uma gramática da violência urbana, ancorada em três pilares: um medo generalizado, a percepção da ausência do Estado e a formação de uma sociabilidade violenta específica.

¹⁵ A “dupla personalidade” dos agentes comunitários e as “mentiras” que contam aos moradores de favelas se aproximam das “duas caras” e das “enganações” dos índios maias, na Guatemala, estudados por Nelson (2004). Assim como, para mim, a “dupla personalidade” permitiu compreender o mecanismo de ambivalência de papéis que permite o paradoxo da ausência presente do Estado, as “duas caras” permitiram que Nelson compreendesse a relação também paradoxal (legítima e corrupta, racional e mágica) entre o Estado guatemalteco e o movimento pelos direitos culturais dos Maias.

pamentos cujos serviços são prestados por trabalhadores terceirizados e precarizados de múltiplas formas, a intervenção urbanística acaba por apenas reformatizar a integração das favelas (Cavalcanti, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Araujo Silva, Marcella Carvalho (2013). A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Dissertação de Mestrado.
2. Birman, Patrícia (2008). Favela é comunidade? In: Machado da Silva, L.M. (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
3. Cavalcanti, Mariana (2013). À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228.
4. Clastres, Pierre [1974] (1978). A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
5. Grillo, Carolina (2013). Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Tese de doutorado.
6. Landim, Leilah (1993). A Invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutorado. PPGAS/UFRJ.
7. Lefebvre, Henri (2008). A revolução urbana. In: Belo Horizonte: Editora UFMG.
8. Leite, Márcia (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, volume 6, número 2, pp.374-389, ago/set.
9. Machado da Silva, Luiz Antonio (2008). Introdução. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
10. _____. (2010) “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v.23, n.59, maio/agosto 2010, pp.283-300.
11. Magnani, José Guilherme (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n.49, junho 2002.

12. Misse, Michel (1993). Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. Seminário Brasil em perspectiva: os anos 1990. Laboratório de Pesquisa Social, IFCS/UFRJ.
13. _____. (1995). Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos, n.91, agosto, pp.23-39.
14. _____. (1997). As ligações Perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. In: Contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro, ano 2, n.1, pp. 93-116.
15. _____. (1999) Malandros, Marginais e Vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IUPERJ.
16. Nelson, Diane (2004). Anthropologist discovers legendary two-faced Indian! Margins, the State, and duplicity in Postwar Guatemala. In: Anthropology in the margins of the State. Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar Series.
17. Peralva, Angelina (2000). Violência e democracia: o paradox brasileiro. São Paulo: Editora Paz e Terra.
18. Rizek, Cibele (2011). Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. XIV Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro.
19. Rocha, Lia. (2013). Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj.
20. Silva, I. & Rocha, L. (2008) Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: Justiça Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
21. Teixeira, Cesar (2013). A teia do bandido: um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Tese de Doutorado.
22. Valladares, Lícia (2005). A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV.
23. Zaluar, Alba (1999). Um debate dispero: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em perspectiva, v.13, n.3.

Circo, murga e tango em Buenos Aires: Processos de ressurgimento e Arte Popular da pós-ditadura (1983)¹

Circus, tango and murga in Buenos Aires: processes of resurgence and popular arts since post-dictatorial times (1983)

Julietta Infantino

Doctora en Antropología por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Es investigadora asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Ha publicado el libro Circo en Buenos Aires. Cultura, Jóvenes y Políticas en disputa, Ed. InTeatro (2015).

Hernán Morel

Doctor en Antropología por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Es investigador asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Ha publicado (en co-autoría) el libro La Política Cultural en Debate. Diversidad, Performance y Patrimonio Cultural, Ed. Ciccus (2015).

Resumo

O presente trabalho analisa as práticas artísticas em Buenos Aires relativas ao circo, ao tango-dança e à murga, a partir do período da pós-ditadura e da transição democrática, que se inicia, no caso da Argentina, no ano de 1983. De modo específico, abordamos distintas narrativas que descrevem este período como um momento de “ressurgimento” dos referidos gêneros populares através de novos espaços e instâncias de participação pública que tinham sido vedadas pelo governo militar. Propomos que, embora possam ser identificados diferentes aspectos em comum neste processo de “ressurgimento”, cada um destes gêneros populares se caracteriza pelo desenvolvimento de uma formação cultural particular. Neste sentido, consideramos essas formações culturais em relação ao contexto sociopolítico em que se situam, ao mesmo tempo que destacamos algumas semelhanças que observamos entre formações culturais aparentemente muito diferentes entre si.

Palavras-chave: Processos de ressurgimento; Formações Culturais; Gêneros populares.

¹ Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en la 29ª Reunión Brasileña de Antropología, realizada entre los días 03 y 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Agradecemos los comentarios allí recibidos que permitieron la reelaboración de algunos argumentos centrales de este trabajo.

Abstract

The paper analyzes artistic practices related to circus, tango-dancing and carnival arts in Buenos Aires from the period of post-dictatorship and the democratic transition that begins in Argentina in 1983. In particular, we address different narratives that describe this period as a time of “resurgence” of these popular genres through new spaces for public participation that had been forbidden by the military government. We argue that while there can be common aspects in this process of “revival”, each of these popular genres is characterized by the development of a specific cultural formation. In this regard, we consider these cultural formations in relation to the socio-political context that frames them, while we highlight some similarities observed between seemingly very different cultural formations.

Keywords: Proceses of resurgence; Cultural Formations; Popular Genres.

PRESENTACIÓN

El trabajo analiza el período que antecedió a la actual legitimación y puesta en valor de las prácticas artísticas referidas al circo, el tango-danza y las murgas (agrupaciones de carnaval) en Buenos Aires². Dado que desde el presente se enuncian a ciertos actores y grupos de artistas como los “precursores” o “antecesores” de distintas tendencias, movimientos y estilos que se irán afianzando en los años ‘90, planteamos que resulta imprescindible referirse a este proceso histórico-cultural de legitimación para comprender las tradicionalizaciones que operan en los actores contemporáneos. Frente a un contexto de desvalorización de estas prácticas culturales, este primer período de “resurgimiento” supuso un novedoso proceso de reelaboración de “viejas” tradiciones a partir de diversas experiencias de creación y de combinación de lenguajes locales que se “redescubren”. Si bien como desarrollaremos pueden hallarse distintos aspectos en común en el proceso de “resurgimiento” del arte de

² Los autores hemos trabajado con los casos abordados aquí en diversas investigaciones y en este artículo ponemos en diálogo fragmentos de dichas pesquisas, principalmente los vinculados al contexto de época seleccionado, el de los años ‘80 post-dictatoriales.

las murgas, del tango-danza y del circo, cada uno de estos géneros se caracteriza por el desarrollo de una formación cultural específica³.

En líneas generales el período analizado se caracterizó por varios factores entrecruzados entre los que podemos reconocer: la irrupción de nuevos modos de enseñanza didáctica a los que hasta el período no se había tenido acceso; la recuperación de géneros artísticos populares característicos del pasado vernáculo; la apropiación de espacios públicos y la inauguración de ámbitos novedosos de actuación y exhibición artística; la apuesta a la renovación artística enmarcada en el contexto post-dictatorial de transgresión, creatividad y libertad. A su vez, y en contraste al período anterior, se observa la progresiva incursión de nuevos agentes sociales representados por sectores juveniles y clases medias, estableciéndose un proceso de reapropiación de estas prácticas populares por parte de nuevos sectores sociales (MARTÍN, 1999; CAROZZI, 2005).

En este sentido, resulta central vincular estas formaciones culturales específicas con el contexto sociopolítico que las enmarca, incluyendo el rol de las políticas culturales públicas durante el período abordado. Tengamos en cuenta que en el escenario internacional, ya desde la década del 80 comenzó a instalarse un debate en torno al valor y la importancia de la identidad, las tradiciones y la salvaguarda del patrimonio inmaterial (UNESCO, 1982, 1989), debate que con el devenir de los años favoreció la emergencia de políticas culturales proclives a la promoción de ciertos saberes y prácticas culturales antes desestimados (CRESPO *et al.*, 2014). Asimismo, durante este período, distintos estudios en América Latina han puesto de relieve el papel jugado por las políticas culturales en relación al “redescubrimiento” y la puesta en valor de distintas expresiones de la cultura popular (GARCIA CANCLINI, 1987; GUSS, 1996; OLIVEN, 1982; WINOCUR, 1996).

De manera tal que, a lo largo de este trabajo, que se presentará principalmente como una detallada etnografía del resurgimiento post-dictatorial del

³ El concepto de formación cultural propuesto por Raymond Williams lleva a problematizar cómo, en distintos contextos, los artistas se unen para la prosecución común de objetivos específicamente artísticos y culturales. Si bien se destacan las dificultades metodológicas para su estudio por su escasa formalidad, permite analizar modos organizativos, experiencias compartidas, puntos de conjunción así como disputas al interior de los grupos y con agentes externos a los mismos (WILLIAMS, 1977).

circo, las murgas y el tango-danza, evidenciaremos algunas propiedades singulares de las políticas culturales de la época, caracterizadas tanto por una incipiente puesta en valor y apertura a expresiones culturales provenientes de los sectores populares y, a su vez, por cierta informalidad, innovación y experimentación, situación que habilitó el protagonismo de agentes relativamente autónomos. Artistas interesados por lenguajes populares locales, por una historia marginada, por saberes desprestigiados desde cánones hegemónicos de valoración artística, cuentan con ciertos intersticios oficiales para fortalecer la recuperación de este tipo de prácticas y saberes que, hasta esta coyuntura, eran exclusivos de los “viejos” practicantes de estas artes.

Trabajaremos entonces con trayectorias de vida de murgueros, bailarines de tango y cirqueros, pero también con historias de intelectuales y artistas de variadas procedencias que irán paulatinamente recuperando y reinventando estas artes. Para ello, como estrategia de análisis atenderemos a las narrativas y las trayectorias de algunos de los actores y los protagonistas de estos procesos, analizando sus relatos de vida⁴. De esta manera, proponemos recorrer en tres apartados diferenciados las características del resurgimiento del circo, la murga y el tango-danza, retomando las voces de sus protagonistas, analizando las características propias de cada una de estas prácticas artísticas y poniendo en evidencia para el lector, las particularidades y los puntos en común de estos procesos de resurgimiento de saberes y prácticas populares.

Intencionalmente trabajaremos con nombres propios, con instituciones, espacios, eventos y sucesos destacados en las narrativas estudiadas. Las mismas han sido obtenidas a través de prolongados trabajos de campo que ambos autores hemos desarrollado, a lo que adicionamos un amplio corpus de información que involucra publicaciones especializadas y entrevistas a actores destacados. En algunos casos analizaremos narrativas arraigadas al interior de las formaciones sociales abordadas; en otros, estudiaremos memorias

⁴ Elinor Ochs (2000) sostiene que el relato es un género narrativo específico que suele involucrar interpretaciones de sucesos pasados más que descripciones de los mismos, los relatos son selecciones antes que reflejos de la realidad. Desde esta aproximación a los modos en los que los sujetos narramos, podemos focalizar en las formas en las que se configura un relato. La autora sugiere que lo que distingue una lista de sucesos de un relato es, justamente, la estructuración del mismo creando tramas sobre la base de un punto de vista narrativo.

sociales que se ubican como fragmentarias, subordinadas y, en cierto modo, resistentes. Esto nos permitirá profundizar en una etnografía de un proceso histórico reciente, que aún se encuentra poco estudiado.

El “resurgimiento” del circo en la Buenos Aires de los años ‘80

El circo es un arte con una larga historia en Argentina. Tuvo sus “épocas de gloria” a fines del siglo XIX cuando fue reconocido como “cuna del teatro nacional”, encarnado en el Circo Criollo de los hermanos Podestá. Luego esta legitimidad transitoria fue desestimada, e, históricamente, ocupó espacios desvalorizados de arte en el país. Cabe destacar que las valoraciones jerárquicas del arte en la Argentina respondieron históricamente a la preponderancia de un canon estético clásico. Y el circo, desde sus orígenes como género artístico, se colocó en las antípodas de ese ideal clasicista, destacando aquello que el hombre moderno debía controlar: las pasiones, el goce, la risa, la imaginación. Todos elementos desjerarquizados por las culturas oficiales. Es desde las valoraciones hegemónicas de un arte decente, intelectualizado y “bello” que el circo fue ubicado históricamente en una escala valorativa de inferioridad, arte menor o mera curiosidad (Infantino, 2013).

Ese supuesto “arte menor” continuó gozando de gran popularidad recorriendo los pueblos más recónditos del país, hasta que en la década de 1960 comenzó a atravesar un proceso de deterioro en la cantidad y calidad de circos que en períodos anteriores se habían fortalecido. En los años 1980, una vez finalizada la última dictadura militar en Argentina (1976-1983) jóvenes artistas en su mayoría provenientes del teatro, comenzaron a recuperar los lenguajes del circo -destrezas corporales, técnicas y obras teatrales del género gauchesco que se realizaban en la segunda parte de los espectáculos de Circo Criollo- para llevarlos a plazas y parques en el espacio urbano. Desde la actualidad suelen ser pensados como “precursores” de distintos estilos y formaciones culturales que se irán afianzando en los años ‘90.

Básicamente en estos primeros años post-dictatoriales nos encontramos con un abanico de propuestas de arte callejero que involucra fusiones de lenguajes artísticos populares relacionados con la historia vernácula. Entre ellos,

cabe destacar algunas líneas de desarrollo específicas. Por un lado tendremos los grupos que en el segundo lustro de la década de los '80 se conformaron en el Movimiento de Teatro Popular (MO.TE.PO) integrado por distintos colectivos artísticos, entre los que podemos destacar al grupo de teatro Catalinas Sur, Los Calandracas, el grupo Teatral Dorrego y Teatro de la Libertad, entre otros. Intentaban recuperar cierto estilo y lenguaje escénico del viejo circo criollo, sus obras gauchescas, pero también, el uso del cuerpo en escena y ciertas destrezas circenses en tanto recursos comunicativos adecuados para la actuación en el ámbito callejero.

Llevar el arte a las calles se emparentaba con una búsqueda por vincular la práctica teatral con cierta concepción de lo “popular”, relacionada con la crítica y la denuncia de lo que habían sido las injusticias y atrocidades de la última dictadura militar. Ocupar el espacio público era ejercer la libertad de la que se había privado a la ciudadanía. Asimismo, involucraba la voluntad de un ejercicio creativo que se evidenciaba, por ejemplo, en propuestas que buscaban resignificar el arte teatral, recuperando y tradicionalizando el pasado. En este contexto, “se vuelve al pasado de diversas maneras: para la relectura de las más diferentes tradiciones codificadas (la gauchesca, el circo, la *commedia dell'arte*, el tango, el sainete, el melodrama, etc.) o para fundar nuevas tradiciones a partir de una revisión o reorganización de los materiales del pasado” (DUBATTI, 2002, p. 30).

Otra de las vertientes que se conforma en estos años se relaciona con la trayectoria de algunos artistas que para esos momentos estudiaban en la originalmente llamada “Escuela de Mimo, Pantomima y Expresión Cultural de Ángel Elizondo”. Los vínculos entre esta Escuela Argentina de Mimo, los protagonistas del Parakultural⁵, el clown argentino y Cristina Moreira⁶, el circo

⁵ El Parakultural es un espacio que comienza su funcionamiento en 1986 con performances trasnochadas de teatro, música en vivo y artes plásticas. Este espacio es evaluado como referencia obligada del teatro “under” de los años '80, ámbito en el que se gestaron grupos y estilos característicos de lo que algunos llamaron también Teatro Joven (GABIN, 2001).

⁶ Gran parte de los artistas locales consideran a Cristina Moreira como la madre del clown argentino contemporáneo. Los cursos que dictó desde 1983, basados en el método pedagógico de los franceses Jacques Lecoq y Philippe Gaulier, operaron como fértil semillero de actores cómicos y acabarían por convertirse, con el paso de los años, en una escena fundacional, casi mítica, del clown argentino”. FLORES-LEDESMA, en Revista Bondiola. Clown Argentino contemporáneo 1983-2003, 2006.

callejero y su precursor Chacovachi⁷ y el desarrollo de propuestas de Nuevo Circo en manos de Gerardo Hochman⁸, pueden ser leídos desde la actualidad a modo de eslabones reunidos en una coyuntura particular y que, con el paso del tiempo, se irán desplazando y abriendo caminos diferenciales.

Compartimos dos relatos que presentan algunos vínculos interesantes para pensar trayectorias artísticas y contexto sociopolítico. Cristina Martí, la payasa femenina del *Clú del Claun*⁹, recuerda sus acercamientos a los lenguajes del Clown de la siguiente manera:

“éramos muy jóvenes, terminábamos el secundario, a ver qué íbamos a hacer de nuestra vida (...) otra época, milicos¹⁰ en la calle, gente desapareciendo, no era una época fácil y aparece Cristina [Moreira], termina la guerra de las Malvinas, imaginen: amigos que no están más, amigos que se chupan, o que... imaginen, sólo imaginen. Entonces yo estaba haciendo expresión corporal y me entero que alguien va a dar un curso de clown que no tenía ni idea de lo que era un clown, ni conocía la palabra (...) voy al curso ese de clown, y me quedé... que nací, el cerebro se me destapó. Y dije: es esto lo que yo quiero hacer. (...) Bueno, tuve la suerte de ahí conocer a Batato, que en ese momento era Walter Barea, Guillermo Angelleli, a Gabriel, a Hernán, y quedamos tan calientes todos (...) después de ese curso (...) con ese entusiasmo nos fuimos todos por primera vez a hacer un número a la plaza, en esa época casi no había gente haciendo números en la calle” (Charla acerca del Clown y el Payaso entre Cristina Martí y Chacovachi en la *14ª Convención Argentina de Payasos, Circo y Espectáculos Callejeros*, 2010).

El payaso Chacovachi también relata sus inicios entrecruzando trayectoria personal y contexto sociopolítico:

⁷ Chacovachi, el Payaso terciarista, como se define a sí mismo, es un reconocido payaso callejero que comenzó a trabajar en plazas porteñas a principios de los años '80 y se convirtió en referente indiscutido del estilo de circo callejero que tomará fuerza en los años '90.

⁸ Artista y acróbata que inició su formación en la Escuela de mimo y se perfeccionó en la escuela de Circo de Cuba para finales de los '80. Es reconocido como el iniciador del llamado “Nuevo Circo” en Argentina.

⁹ El Clú del Claun fue una compañía integrada por Guillermo Angelelli, Cristina Martí, Hernán Gené, Gabriel Chamé Buendía, Danial Moranda y Walter (Batato) Barea. Se conocieron en los talleres de Cristina Moreira, comenzaron probando espectáculos en las calles y desbordaron las salas del Centro Cultural Ricardo Rojas y el Parakultural (GABÍN, 2001; GRANDONI, 2006).

¹⁰ Término coloquial para referirse a los militares.

“Yo tocaba el bajo en una banda de jazz-rock en los años 1977-78. Era muy mal músico pero tenía una ventaja por sobre los demás, era muy histriónico. (...) Todo esto se corta en el 81 cuando entro a la colimba¹¹ (...) Estuve dos años en la colimba, fui soldado y no estuve en el frente en la Guerra de Malvinas por esas casualidades (...) Terminé la colimba y no sabía que hacer de mi vida (...) Una noche, caminando por San Telmo fui a ver un espectáculo increíble (...) un mimo chileno (...) Cuando salgo veo un cartel de una escuela de mimo de Ángel Elizondo, esto fue en el 82' (...). En esa escuela descubrí todo un mundo. De ahí salieron las Gambas al Ajillo, el Clú del Claun, los Triciclos Clos, todo el Parakultural (...) Todos fueron compañeros míos de esa etapa. (...) Yo hice otro camino. Yo empecé a trabajar en las plazas por una cuestión política nada más. Estábamos en el 83 y todavía estaban los milicos...y fueron a la escuela a pedir un mimo que quisiera ir a trabajar a la plaza porque se hacía un encuentro en contra de los milicos. Y yo caí en una plaza en domingo, en Parque Lezama, y me morí. (...) Enseguida, me di cuenta que eso podía ser una punta para toda la vida (...) A partir de ahí, no paré de trabajar en la calle. Y tuve que aprender de la nada, porque cuando yo empecé (...) pero no existían ni los payasos, ni los malabaristas (...) Después aparecieron un par de grupos de payasos porque cae Cristina Moreira a dar clown y todos íbamos a tomar clases con ella. (...) Y de ahí salieron un montón de exponentes, el Clú del Claun, la Banda de la Risa, los Kelonios, todos compañeros de plaza míos” (Entrevista a Chacovachi, 10/03/2000).

Ambos relatos se organizan en una cadena secuencial que involucra personajes en común, pero también una estructuración similar: a estas narrativas las atraviesan la tragedia y la transformación a través del arte y la “libertad” del florecimiento democrático. También las atraviesan el cruce entre el descubrimiento de “nuevos” lenguajes escénicos o bien, el permiso para adaptar y reelaborar los viejos lenguajes populares.

Retomando la propuesta de Ochs (2000) acerca del *relato* como género narrativo que implica más que una lista de sucesos una interpretación sobre los mismos, una selección sobre la base de un punto de vista narrativo, tanto en el relato de Cristina Martí como en el de Chacovachi aparece la complejidad de un período de transición en el ciclo vital: “terminábamos el secunda-

¹¹ Término coloquial que refiere al Servicio Militar Obligatorio.

rio, a ver qué íbamos a hacer de nuestras vidas”, “terminé la colimba y no sabía que hacer de mi vida”. Esa transición al mundo adulto, se vincula en los relatos citados a un contexto social que acarreaba la tragedia vivida de la dictadura pero que al mismo tiempo abría posibilidades impensadas. Ambos relatos presentan su encuentro con nuevos lenguajes artísticos, que luego marcarían sus trayectorias de vida y profesionales, desde la casualidad, desde un hecho impredecible: “me entero que alguien va a dar un curso de clown”, “una noche, caminando por San Telmo (...) veo un cartel de una escuela de mimo”. Asimismo, en ambos relatos se lee la valoración positiva del encuentro de esos grupos de artistas que irán construyendo colectivamente “nuevos” estilos y espacios artísticos: “tuve la suerte de ahí conocer a...”, “en esa escuela descubrí todo un mundo”.

Ambos relatos presentan momentos de complicación o perturbación que luego devienen en desenlaces exitosos. Y esos desenlaces exitosos están enmarcados en una valoración de las posibilidades de una época en la que todo parecía estar por hacerse y en la que todo parecía posible. El humor, la risa, la improvisación, el trabajo colectivo, el protagonismo del cuerpo en escena, aparecían como espacios privilegiados para abordar la renovación artística así como para delinear modalidades de vida que disputaban la rigidez del período dictatorial.

Uno de los elementos centrales que se presentan en las narrativas de los artistas de la época se relaciona con la valoración de la apertura de espacios de enseñanza, en frases que plantean el “descubrimiento de nuevos mundos”. El acceso a la información a través de cursos, talleres, espectáculos que traen al país nuevas tendencias y que se conjugan con la recuperación de tradiciones vernáculos, es la marca del período. En este marco, el resurgimiento del circo en Buenos Aires se completa con la apertura de la *Escuela de Circo Criollo*, creada y dirigida por los “Hermanos Videla”. Jorge y Oscar Videla, artistas de tercera generación familiar circense, deciden para 1982 comenzar a enseñar las disciplinas circenses inaugurando el primer espacio de enseñanza de las artes del circo en el país. Cabe destacar que en el ámbito local las artes circenses, hasta este momento, eran saberes exclusivos, reservados al grupo fami-

liar dentro de la tradición de reproducción de estas artes¹². Oscar Videla recuerda que para los años 80'

“empezamos a ver que los circos ya no tenían más artistas. El que había tenido suerte se había ido a Europa o a Estados Unidos. Y ahí decidimos abrir la Escuela para incorporar sangre nueva. Y los primeros enemigos que tuvimos fueron los nuestros... estábamos abriendo un juego hasta el momento muy cerrado” (Entrevista a Oscar Videla, 9/12/2008).

En la narrativa biográfica presentada se reconstruye el pasado del género artístico reconociendo la coyuntura de retracción de las artes circenses. La misma es interpretada desde el presente como causa que empujó a “los Videla” a enseñar las artes del circo por fuera de su manera “tradicional” de enseñanza, dentro de las familias circenses. “Si no hacíamos algo íbamos a desaparecer”, suelen asegurar los hermanos. Y la escuela fue “un boom... fue como tirar una piedra en el agua y que se expanda... y así se expandió nuestro sueño. La gente pedía a gritos aprender las técnicas del circo, y nadie sabía cómo enseñarlas”, recuerda Oscar Videla.

Esa innovación inicial en la modalidad de reproducción de las artes circenses involucró una importante cuota de experimentación en cuanto a pedagogía. Es frecuente encontrar que el paso de una modalidad de aprendizaje imitativa, experimental, folklórica -como lo era el modo de aprender dentro de las familias de circo, como parte del proceso de socialización- a un modo de enseñanza formal, involucre la codificación y el desglose de movimientos y saberes que no se encuentran intelectualizados. Jorge Videla comentaba en una charla informal: “teníamos que pensar cómo enseñar cosas que uno sabía desde la cuna”.

No obstante, el proceso iniciado por los Videla comenzó a replicarse, a partir de inicios de los '90, con nuevas propuestas de enseñanza de los “secre-

¹² El circo, a lo largo de su historia, ha sido un arte profundamente endogámico. Las destrezas del circo se traspasaban de padres a hijos y se convertían en “secretos” guardados dentro de esas familias extensas que conformaban la empresa familiar circense. Este fenómeno guarda relación con el carácter trashumante de esta modalidad artística y con un modo de producción familiar.

tos del circo”, algunas de ellas en manos de artistas provenientes de “familias de circo” y otras a partir de la profesionalización de aquellos artistas de calle que se habían acercado a estos saberes desde los años ’80. Entre ellos, cabe destacar además de ciertas iniciativas privadas, el arribo para 1994 de los “Talleres integrales de circo” al centro Cultural Ricardo Rojas y la paulatina incorporación de talleres de enseñanza de distintas técnicas circenses en Centros Culturales pertenecientes al Programa Cultural en Barrios. Como planteamos anteriormente, en el contexto de época de la post-dictadura la mayoría de los programas de promoción social y cultural se consolidaban sobre las nociones de democratización y participación ciudadana (WINOCUR, 1996). El ingreso de saberes “populares” como es el caso del circo y veremos más adelante, el arte de las murgas y el tango-danza, a ofertas de enseñanza enmarcadas en políticas culturales públicas implicó una interesante instancia de reelaboración de paradigmas de valorización artística, históricamente vinculados a legitimar las bellas artes en desmedro de artes de tradición popular, local, vernácula.

La fiesta prohibida y la “recuperación” murguera del carnaval porteño

Las denominadas murgas o centro-murga han protagonizado gran parte del recorrido histórico de los carnavales porteños durante el siglo XX (PUC-CIA, 1973; MARTÍN, 1997). Si bien, en el contexto de Buenos Aires el arte de las murgas en la actualidad se extiende a casi todos los barrios, e incluso sus actividades en el año 1997 han sido reconocidas como patrimonio cultural de la ciudad, tiempo atrás se inscribían dentro de una manifestación cultural poco valorada y reconocida por algunos sectores de la sociedad porteña.

Digamos que desde el punto de vista del imaginario estético dominante, el arte de las murgas era considerado como algo peligroso, bárbaro y de “mal gusto”, al tiempo que se oponía a la sofisticación y los cánones de las “bellas artes”. Sin embargo, para los amantes de estas fiestas populares, el tiempo del carnaval era vivido como un momento único e irrepetible en las calurosas noches de verano porteño. Un momento “alocado” en el que los murgueros a través de un baile desalineado ponían en suspenso el devenir ordenado de la vida cotidiana, dando rienda suelta a un canto crítico y picaresco marcado por

el sonido del bombo y el platillo. Sin grandes expectativas ni ambiciones, producido artesanalmente en la bohemia barrial, las celebraciones del carnaval de las murgas eran un modo de ejercer el derecho a la diversión y la fiesta para los sectores populares que habitaban la gran urbe y sus alrededores.

En general, los festejos de carnaval han representado un fenómeno ambiguo y conflictivo para las autoridades y los controles públicos. De allí que el poder oficial estatal, en todos los tiempos y lugares, adoptó sutiles y permanentes vigilancias sobre estos festejos populares. En la Argentina un punto de inflexión ocurrió a partir de la dictadura militar instaurada el 24 de marzo de 1976, momento en que fueron suprimidos del calendario oficial los feriados de carnaval (decreto N° 21.329, 8/06/76)¹³. De este modo, los años oscuros de la última dictadura militar dejarían resultados dramáticos en el espacio de las organizaciones populares carnavalescas. Pese a este contexto hostil, en la ciudad de Buenos Aires y en el gran Buenos Aires algunas agrupaciones, y especialmente los centros-murga, mantuvieron vivo el espíritu festivo e insolente del carnaval que los sucesivos gobiernos autoritarios buscaron cercenar. A modo de una trama casi invisible, grupos de bailarines, poetas, músicos y cantores populares, protagonistas de esta historia, se siguieron organizando en asociaciones voluntarias e informales, muchas veces tan efímeras como los cuatro días que dura el carnaval (MARTÍN, 1997).

En 1983, el reinicio del período democrático en la Argentina abrió una nueva etapa de esperanza en la vida política del país. En el marco de una sociedad profundamente golpeada y desintegrada en sus lazos sociales, poco a poco, y de la mano de distintos entusiastas carnavaleros, los festejos públicos irán recuperando los espacios perdidos. En este proceso algunas antiguas murgas barriales se reactivan y se van poblando de nuevas generaciones de niños, adolescentes y jóvenes. Pero sobre todo, tras el retorno a la democracia y a lo largo de la década de los '90, fueron surgiendo una serie de diseminadas iniciativas y acciones artístico-culturales que permitieron ir transformando la imagen violenta, peligrosa y vulgar frecuentemente atribuida a las

¹³ A partir de los sucesivos reclamos por parte de las agrupaciones de carnaval en el año 2010 fueron reincorporados los feriados de carnaval a nivel nacional a través del decreto presidencial N° 1584/10.

actividades de las murgas. Estas distintas iniciativas tuvieron que ver básicamente con la paulatina incorporación de nuevos actores culturales y circuitos artísticos que entran en juego, el surgimiento de formas innovadoras de transmisión y enseñanza de las prácticas carnavalescas, así como con dispersas acciones formales y apoyos institucionales a las actividades de las agrupaciones de carnaval. Sobre la base de la participación y el protagonismo de los propios murgueros/as en estas distintas iniciativas, irán emergiendo espacios alternativos que permitieron ir delineando un carnaval con nuevos horizontes y proyectos artísticos-culturales.

Al respecto, una acción sin muchos precedentes aconteció a fines de la dictadura en 1983 cuando el Movimiento de Teatro Abierto¹⁴, luego del sorpresivo e intencional incendio del teatro Picadero, realiza un desfile público por la céntrica Avenida Corrientes. Esta actividad unió a los centros-murga de distintos barrios (Los Mimados de la Paternal, Los Calamares de Saavedra y Los Fantoques de Boulogne) con algunos artistas y escritores de la vanguardia del teatro porteño, hecho poco común por aquel entonces. Como afirma Martín (1999) este incipiente pero prometedor acercamiento significó la posibilidad de imaginar la existencia de un parentesco entre ambas formas culturales, uniendo lo que la cultura oficial intentaba separar.

En los años subsiguientes artistas e intelectuales de diversas procedencias fueron interrelacionándose y experimentando distintas posibilidades estéticas a través de elementos expresivos propios del carnaval porteño. Estos cruces, encuentros y situaciones de confluencia permitieron ir resignificando el valor y el sentido de estas artes populares barriales¹⁵, históricamente relegadas e inclusive desconocidas por muchos habitantes de la ciudad.

Una de las primeras producciones significativas que evidencia estas interrelaciones con nuevos circuitos de creación, difusión y consumo cultural de la murga es la realización, en 1986, de la película “Mocosos y Chiflados” diri-

¹⁴ En reacción a la dictadura militar argentina en 1981 se inició la organización del movimiento cultural Teatro Abierto, el cual tuvo una significativa repercusión en la sociedad así como en otras actividades artísticas.

¹⁵ Debemos mencionar que este dinámico proceso cultural se vio acompañado, en parte, por la difusión y extensión del pujante carnaval uruguayo, que influenciando por el poderoso movimiento murguístico montevideano comenzó a hacerse notar en producciones teatrales y musicales locales.

gida por el cineasta Eduardo Mignona a partir de un proyecto de la Secretaría de Cultura de la ciudad¹⁶. Otro antecedente de acercamiento entre artistas del teatro y protagonistas murgueros fue la puesta en escena de la obra “Un guacho al truco” (1987) realizada por el director teatral Quique Molina con la participación de actores teatrales junto a murgueros y murgueras de los “Mocosos de Liniers” y los “Fantoches de San Cristóbal”. El espectáculo narraba, a partir de un formato de murga con elementos del circo criollo, distintos momentos de la historia argentina y el peronismo sobre la base de un relato en clave de juego de truco.

Otro fenómeno sumamente renovador y controvertido por estos años fue la aparición de un nuevo modo de transmisión, enseñanza y aprendizaje de las artes carnales a través de los denominados “talleres de murga” (MARTÍN, 1999). Uno de los principales mentores del fenómeno de las murgas de taller, Coco Romero, relata cómo surgieron los primeros encuentros dentro del marco del Centro Cultural Ricardo Rojas:

“Durante 1988 abrimos en el Centro Cultural Ricardo Rojas, dependiente de la Universidad de Buenos Aires, los talleres de murga. Ese primer año lo realizamos junto con el antropólogo Ricardo Santillán Güemes y tuvo el formato de seminario de dos meses. El público que acompañó aquella experiencia fue muy significativo, músicos, teatros y los que añoraban la murga se dieron cita para escuchar y compartir las experiencias de los artistas de la calle. Preparamos el seminario cubriendo el aspecto teórico y dándole voz a las murgas y grupos que volvían al circuito del carnaval (...). La mayor parte de los participantes se convirtieron en nuevos eslabones y continuadores de la idea de recuperar la murga. El Rojas fue el espacio que nos permitirá desarrollar las ideas que entonces compartíamos con Santillán (...) Dará como fruto, en el 91, la presentación en sociedad de la agrupación murguera ‘Los Quitapenas’” (ROMERO, 2006, p. 228).

Como parte de estas primeras experiencias innovadoras que compartieron intelectuales y artistas de diversas disciplinas junto a artistas de distintos

¹⁶ La película fue emitida en el canal oficial (ATC) durante un ciclo llamado “Apuntes sobre la cultura popular”. En esta producción participaron conjuntamente actores profesionales, escritores, intelectuales (como David Viñas y Beatriz Sarlo), e integrantes no ficcionales de dos murgas del barrio de Liniers.

barrios del carnaval porteño se fue institucionalizando una nueva forma de hacer murga en Buenos Aires. Según el relato, empujados todos por “la idea de recuperar la murga”, Coco Romero convocó a los artistas carnavaleros y representantes murgueros a participar de un espacio cultural diferente al de su quehacer callejero y barrial. Con el transcurrir de los años estos talleres derivaron en un espacio desde donde irán saliendo distintas murgas, siendo “Los Quitapenas” la primera murga de taller constituida dentro de marco del Centro Cultural. De esta manera, una sucesión de camadas de jóvenes, principalmente provenientes de los estratos sociales medios de Buenos Aires, se irán formando en los talleres del Rojas bajo la dirección de Coco Romero. Durante los primeros años Coco Romero dictó los talleres junto a distintos colaboradores formados en la tradición barrial. En este sentido, Tato Serrano se acerca en febrero de 1992 y comienza a dar baile de murga en los talleres. Recuerda las diferencias entre una y otra forma de hacer murga:

“Hasta entonces yo jamás había desmenuzado un paso, ni siquiera en cámara lenta. Eso era un desafío: codificar cómo haces un paso, un baile, una cara, un corte, y pasárselo a la gente que jamás en su vida había visto a una murga, o se había puesto a mover el cuerpo (...) A mí me parecía que era bueno llevar la murga a cualquier ámbito. Antes en la murga vos salías y nadie te enseñaba ni a cantar, ni a escribir, ni a tocar, el bombo. (...) Porque cada uno cuidaba su quintita, entonces para aprender tenías que saber ver, escuchar, copiar en esos dos meses de ensayo. Y no había posibilidad de repetición, tenías que prestar mucha, mucha atención para copiar bien, y a partir de ahí tener tu propia personalidad con lo que hacías. Era mucho más difícil” (En VAINER, 2005, p. 85).

Como vemos, además del optimismo y el entusiasmo en torno a esta nueva forma de hacer y reproducir las artes carnavalescas, ello supuso la creación de nuevos modos de transmisión que incluyeron una didáctica específica para una práctica que antes no la tenía. Así, el ingreso de los alumnos del taller a las artes carnavalescas por medio de una institución formal representaba ya una clara ruptura con los patrones típicos de incorporación a las tradicionales murgas barriales. A su vez, paralelamente, muchos de estos nue-

vos murgueros y murgueras de taller fueron estableciendo contactos y vínculos con murgas tradicionales de distintos barrios a través de diversos encuentros y presentaciones que se realizaron por aquellos años¹⁷.

De todos modos, a partir de las novedosas modalidades de aprender y de hacer murga que surgieron de los talleres del Rojas emanaron nuevos sentidos, tensiones y rivalidades con las murgas preexistentes. Tengamos en cuenta que, en contraste a las murgas de taller, las formas asociativas de las murgas tradicionales, suponían redes informales de relaciones sociales que se construían a partir de los vínculos de proximidad barrial, de parentesco o de amistad, como narra un director de la murga “Los Amantes de la Boca”:

“Nosotros (...) todo el surgimiento de las murgas de taller al principio mucho no lo vimos porque nosotros teníamos nuestra historia en la Boca, salíamos por Flores, Av. de Mayo, Pompeya, Mataderos y después hacíamos provincia, entonces un poco estábamos metidos en nosotros mismos, no conocíamos a ninguna murga de ningún barrio, no hacíamos amistad con nadie, o sea, teníamos un crecimiento en la Boca entonces lo que pasaba afuera mucho no lo vivimos.” (Entrevista a Facundo Carman, 17/10/02)

De tal manera que a diferencia de las murgas de taller, las murgas tradicionales siguieron organizándose bajo la dirección de figuras con reconocimiento y liderazgo dentro de la red barrial. En general, estas continuaron funcionando en cada uno de sus barrios actuando sólo en épocas de carnaval y no durante todo el año -como si era el caso de las murgas de taller- frecuentemente presentándose en los corsos de su vecindario o pactando actuaciones para corsos de otros lugares.

En suma, a partir del surgimiento de las murgas de taller, y como parte de un fenómeno de amplificación de los canales de producción, apropia-

¹⁷ Por ejemplo, más allá del espacio de taller, una instancia desde donde se estrecharon vínculos entre los distintos murgueros de la ciudad fueron los ciclos de presentaciones organizados en 1996 en el Centro Cultural del Sur, desde donde “Los Quitapenas” compartían escenario con murgas invitadas así como con “viejos murgueros” de los distintos barrios porteños. El mencionado espectáculo se tituló “No cabe la Retirada” y fue registrado tanto en audio como en video. A su vez, luego de esta experiencia “Los Quitapenas” realizaron una producción especial junto y en homenaje a “los viejos murgueros” grabando temas (canciones, glosas y anécdotas del carnaval porteño que van desde la década del 40’ a la actualidad) que quedarán registrados en un disco compacto que dieron en llamar “Con el corazón en juego” (1998).

ción y difusión de las artes carnavalescas porteñas -históricamente restringidas al ámbito de circulación informal y callejero- estas manifestaciones periféricas y con leve visibilidad fueron insertándose en espacios con mayor legitimidad cultural.

Vuelve el tango y el baile de los milongueros

Existe una narrativa hegemónica relacionada con el “resurgimiento” del tango como prácticaailable en Buenos Aires que ubica a un espectáculo escénico llamado “Tango Argentino” como un hito que marcó un antes y un después en la revitalización del género a partir de la década del '80. El espectáculo de “Tango Argentino” fue exhibido en las principales capitales y países del mundo y se diferenció por agrupar en una misma compañía a destacadas figuras del tango porteño; fundamentalmente bailarines-milongueros, cantantes y músicos. El relato en torno al espectáculo de “Tango Argentino” enfatiza su gran “éxito” y repercusión basándose en el atractivo que éste ejerció sobre un público extranjero en tiempos en que el tango, por diversas razones, representaba una actividad artístico/cultural con muy poco interés. Como hemos señalado en un trabajo anterior (MOREL, 2012) este relato referido a un espectáculo internacional de tango tendió a invisibilizar distintos acontecimientos, acciones y políticas culturales que se produjeron en Buenos Aires en el contexto histórico de la década del '80 y comienzos de los '90. Como veremos estas narrativas sobre el “resurgimiento” del tango bailado ponen de manifiesto una tensión entre una concepción dominante, institucionalizada y unitaria frente a otras memorias sociales que se ubican como fragmentarias, subordinadas y, en cierto modo, resistentes¹⁸.

¿En qué circunstancias se encontraba el baile del tango a comienzos de la década del '80 en Buenos Aires? Al igual que con las prácticas del circo y la murga, tras el fin de la última dictadura militar en la Argentina se evidenciaba un efecto negativo en las actividades ligadas al tango así como un marcado retroceso tanto en la popularidad como en la creatividad de este género. Co-

¹⁸ En particular Allen (1997) invita a problematizar los discursos sobre el “resurgimiento” en relación a las danzas en India. Afirma que su uso intencional y celebratorio suele naturalizar procesos históricos complejos que involucran a diversos agentes y ejercicios de poder.

mo resultado de esta retracción social y artística que experimentaba el tango, tras la vuelta al gobierno constitucional se extendía un imaginario sobre el tango que lo vivenciaba como anacrónico, estancado y hundido inexorablemente en el pasado (PUJOL, 1999). En lo que refiere a la práctica del baile, a comienzos de la década del '80 continuaban funcionando escasas milongas y salones de baile, y tan solo algunos pocos y ocultos grupos de milongueros aficionados y profesionales, en su mayoría gente de edad mayor, lo seguían bailando y enseñando en la ciudad. Por su parte, la sensación de muchos de estos milongueros de edad avanzada era que el baile de pista y social que ellos ejecutaban se estaba “perdiendo” porque los jóvenes no lo apreciaban suficientemente, y, a su juicio, tampoco se veían estimulados a practicarlo. En un documental cinematográfico que realizó Zanada a mediados de la década del '80, un grupo de milongueros y milongueras mayores expresaba:

“Es que uno quiere que el tango siga viviendo (...) y no nos respalda nadie, no tenemos ningún apoyo. Pero lo estamos apoyando nosotros, los pocos que quedamos (...) nosotros mismos, estos que estamos acá podemos difundir el tango por las provincias y se mueren viendo bailar un tango. Porque no lo saben. No tenemos necesidad de ir a Europa. ¿Por qué vamos a ir a Europa? ¿A ver, por qué? (...) Porque, si llegara un momento en que desaparecemos nosotros, el día de mañana ¿Quién va a bailar el tango?” (Film documental *Tango Baile Nuestro* – 1987)

Vemos en esta narrativa, cómo la recuperación y la valorización del tango bailado es explicada en oposición a otras interpretaciones que presuponen el “éxito” del tango en Europa. En el año 1990 el mismo Juan Carlos Copes¹⁹ se refería a esta polémica diciendo:

“Había gente muy moralista que pensaba que el tango, debido a sus orígenes, no podía ser del acervo popular. Al tango le han metido muchas puñaladas, pero sigue y sigue. Y marginado: fue, es y será. A pesar de sus triunfos, como el *boom* de Broadway con *Tango Argentino* en el '83 y el movimiento de bailarines hacia el exterior. Países impor-

¹⁹ Bailarín y coreógrafo de tango con más de 50 años de profesión y 80 de edad, es considerado en la actualidad, por su repercusión y permanencia, uno de los bailarines más prestigiosos y emblemáticos del tango danza en la Argentina.

tantes piden el tango danza, pero sigue marginado en su lugar de nacimiento, en Buenos Aires, en el Río de la Plata, en la Argentina. (...) Ahora se está volviendo un poquito al baile” (en AZZI, 1991, p. 25)

Lo que nos interesa enfatizar aquí es que esta referencia temprana al espectáculo “Tango Argentino” que menciona Copes, con el transcurso del tiempo se convirtió en un relato dominante (MOREL, 2012). A través de la construcción del relato de “Tango Argentino” se advierte una especie de *explicación causal* (OCHS, 2000) a partir de la cual se interpreta que el interés actual por el baile a nivel local, nacional e internacional estuvo signado por la trascendencia de este espectáculo en el extranjero. En este sentido, con el correr de los años el espectáculo de “Tango Argentino” pasó a transformarse en un relato público poseedor de un argumento propio, relato que circulará reiteradamente dentro del ámbito de los milongueros y bailarines del tango de Buenos Aires. Para Ochs, los relatos están relacionados con “sucesos dignos de mención”, esto es, situaciones que se apartan de lo ordinario o de lo esperado y cuyo objetivo a menudo “(...) es la evaluación moral de un hecho acaecido, de una acción o de un estado psicológico en relación con una serie de acontecimientos” (OCHS, 2000, p. 282). Así, todo relato supone un *punto de vista* particular, pone en juego una interpretación que establece juicios de valor en tanto representa *una versión selectiva sobre sucesos del pasado*.

A pesar de la profunda aceptación pública en torno a este relato de “Tango Argentino”, simultáneamente circulan en Buenos Aires otras versiones narrativas sobre el resurgimiento del tango-danza. Por su parte, algunos actores (profesores, alumnos, bailarines, milongueros/as) han considerado que aquello que influyó en el interés por el baile a nivel local estuvo más relacionado con el contexto de regreso a un gobierno constitucional, lo cual en particular se expresó en el baile a través de que:

“... De repente, surgió una especie de optimismo colectivo y mucha gente se atrevió a hacer lo que tenía ganas. Algunas de esas personas empezaron a bailar tango y se dio una mezcla muy positiva entre viejos milongueros, jóvenes que se acercaron por curiosidad y estudiantes de danzas. Yo lo viví de cerca porque en los ‘80 conseguí con esfuer-

zo que me aprobaran un curso gratuito en el Centro Cultural General San Martín. El primer día ya había 400 personas y hubo gente que se quedó afuera. Tiempo después se empezaron a abrir los talleres de tango en los centros culturales barriales de la entonces Municipalidad”²⁰.

Como indica el relato de esta profesora, a partir del restablecimiento del orden constitucional irán surgiendo distintos ámbitos para la enseñanza, transmisión y práctica del baile dentro de la ciudad de Buenos Aires. Algunos de estos espacios, que se ofrecieron a modo de “clases”, “talleres” y “prácticas”, representaron una vía alternativa para el ingreso de distintos actores sociales que se aproximaban por primera vez al baile de tango por aquel entonces. En este sentido, si como mencionamos anteriormente, algunos bailarines y milongueros antiguos esgrimían que la juventud parecía no estar interesada por el tango bailado que ellos ejecutaban, por otro lado, a partir de algunos nuevos ámbitos ubicados relativamente por fuera de la “mirada” y la evaluación estricta de la ortodoxia milonguera, comenzó a verificarse una incipiente incorporación e interés por parte de nuevos actores, muchos de ellos jóvenes.

En el marco de la transición democrática, a partir del año 1984 la entonces Secretaría de Cultura de la Municipalidad de Buenos Aires crea una serie de actividades y programas culturales. Surge así el “Programa Cultural en Barrios” el cual implementa y pone en marcha Centros Culturales en distintos barrios de la ciudad en los que se realizan, entre otras actividades, talleres de tango para aprender a bailar. Uno de estos talleres dentro de un Centro Cultural fue analizado por un antropólogo para finales de los años ’80. Rabossi (1997) subraya que al centro cultural asistía gente de distintas edades y sectores sociales (chicos, adolescentes, jóvenes, madres, padres, trabajadores, empleados, jubilados). Asimismo, destaca que allí se conocían y creaban grupos de amistad, se establecían relaciones interpersonales, así como se organizaban fiestas los fines de semana o salidas a bailar con la gente del taller a salones bailables de la zona. Entre los motivos por los cuales las personas se acercaban al taller de tango se destaca que muchas de estas clases eran gratuitas y funcionaban en espacios abiertos, públicos y de fácil acceso, ubicados físi-

²⁰ Olga Besio - Revista El Tangauta N° 174, 2009.

camente en escuelas o centros educativos municipales. Junto a estos espacios también existieron pequeños emprendimientos en otros ámbitos (no necesariamente dependientes de la municipalidad) como locales partidarios, sociedades de fomento y clubes sociales. En muchos casos, estos nuevos espacios se caracterizaron por estar menos influidos por las exigencias y las presiones de algunos grupos de antiguos y establecidos milongueros, y sus evaluaciones sobre los “correctos” modos de ejecución del baile de tango.

Tengamos en cuenta que el intercambio generacional y el arribo de nuevos bailarines a las pistas de algunas de las milongas más tradicionales produjeron distintos tipos de conflictos y controversias. Estas tensiones perduran en la memoria de muchos milongueros y milongueras actuales que comenzaron a bailar entre mediados y fines de la década del ‘80, quienes en tanto “principiantes” sin mucha experiencia intentaban participar de los ámbitos de baile de las milongas de Buenos Aires.

G: En los centros culturales (...) la gente que iba, era gratuito o pagábamos muy poco y entonces los que iban era gente joven. Me di cuenta que éramos los únicos jóvenes cuando empecé, cuando me llevaron por primera vez a Villa Urquiza, ahí eran todos, todos, todos gente grande, en Villa Urquiza o en Canning o en Sin Rumbo. Ahí me di cuenta que era un mundo absolutamente diferente, denso con mucho código y que no era así tan divertido como el centro cultural que uno bailaba con uno, otro bailaba con otro, era mucho más “free”. Entrar en la milonga Sin Rumbo y... era denso, muy denso. Muy interesante, con el tiempo, pero tenías que pagar derecho de piso.

H: ¿Cómo mujer estas diciendo?

G: No, como joven. Entonces los jóvenes de esa época no éramos muchos...” (Entrevista a Graciela González, 3/12/08)

A partir de esta narrativa podemos deducir las dificultades y obstáculos que afrontaban aquellos principiantes que buscaban incursionar en algunos de los circuitos más tradicionales de baile de Buenos Aires. Podríamos afirmar que, siguiendo a Bourdieu (1990), dicha narrativa explicita las controversias y las lógicas en tensión que se estaban configurando dentro del campo social y cultural del baile y las milongas porteñas. Por una parte, aparecían mu-

chos jóvenes – en muchos casos de clase media-, que en tanto nuevos actores que *recién empiezan y llegan* al espacio de relaciones del baile, comienzan a participar de actividades y clases en lugares como centros culturales y ámbitos no tradicionales. Por otro lado éstos, por lo general, serán desaprobados por aquellos que *ya estaban*, y que poseían mayor reconocimiento, trayectoria y acumulación de un capital específico dentro del campo, representados tanto por los milongueros profesionalizados como por los *amateurs*. En general, a estos nuevos bailarines se los acusará de realizar distintas prácticas heréticas o incorrectas, sea por desvirtuar las modalidades de baile deseables o los *habitus* dancísticos de los milongueros establecidos, así como por no “respetar los códigos” o los comportamientos tradicionales de la milonga, de modo que, algunos calificarán peyorativamente y estigmatizarán a estos nuevos bailarines y participantes de la milonga.

No obstante, durante las décadas del '80 y los '90, será una constante la emergencia de este tipo de ámbitos relativamente novedosos, como por ejemplo “clases” y “talleres” donde aprender a bailar tango. Esto implicó nuevas formas de circulación, apropiación y práctica, instancias que posteriormente favorecieron una mayor multiplicación, diversificación y reproducción del baile en Buenos Aires.

CONCLUSIONES

“Creer que en los ochenta la llegada de la democracia bastó para instantáneamente borrar la rigidez y opresión cotidiana de los argentinos sería caer en simplificaciones infantiles. Todavía los cadáveres andaban entre nosotros y el aire estaba impregnado de miedo. La palabra transgresión (...), podía asociarse directamente con el desafío al que nos enfrentábamos los jóvenes creadores de la época: el ejercicio de la libertad” (Alejandro Urdapilleta. En: GABIN, 2001, p. 5).

Si bien el momento histórico de la década del '80 en la Argentina fue un contexto socio-político en el que se debatían grandes expectativas en torno a la recuperación de la democracia, al mismo tiempo este período no puede ser analizado sin pensarlo en vínculo con las consecuencias que la última dictadura militar argentina dejó marcadas en la sociedad. De allí que la emergencia de nuevas prácticas, relaciones y sentidos que describimos en relación al circo, la murga y el tango-danza en Buenos Aires, requiere ser analizado a la luz de este contexto específico de “miedos” y “expectativas”.

En los tres casos estudiados abordamos como sus protagonistas se identificaron con una época en la que valores como libertad, participación y transgresión se convertían en verdaderos desafíos. La dictadura no sólo había instalado el miedo, no sólo había cercenado espacios de experimentación y libertad sino que también había prácticamente borrado ciertas “tradiciones” populares y el desafío parecía ser recuperarlas. Es interesante destacar cómo entre cirqueros, murgueros y tangueros aparece la idea de *recuperar* asociada a aquello que se estaba perdiendo, aquello que había sido acallado y desvalorizado. Pero más interesante aún es resaltar que aquella recuperación impulsada por diversos actores sociales en cada caso, fue profundamente innovadora. No sin tensiones, los Hermanos Videla, representantes de “la tradición familiar circense” rompieron con aquellas formas tradicionales de producción y reproducción artística que habían caracterizado al circo, y abrieron el juego incorporando “sangre nueva” al aprendizaje de lo que hasta esa coyuntura eran “secretos de circo”; muchos murgueros barriales, empujados por “la idea de recuperar la murga”, comenzaron a vincularse con agentes externos a la propia “tradicción” participando en espacios institucionales como “el Rojas” que distaban del quehacer callejero y barrial, favoreciendo nuevas modalidades de producción y creación artística; al mismo tiempo que distintos milongueros que frecuentaban las tradicionales milongas, aún con importantes ambivalencias y reticencias, fueron abriendo el juego para que “el tango siga viviendo”, y de ese modo el baile pueda ser transmitido a las nuevas generaciones.

A su vez, al considerar esta coyuntura singular observamos la emergencia de tensiones creativas que se fueron desarrollando entre “viejos” y “nuevos”

practicantes de las tres modalidades artísticas estudiadas, un proceso impulsado por un profundo interés en recuperar algo propio que se “estaba perdiendo”, acompañado por una renovadora avidez juvenil que comienza lentamente a presionar espacios de apertura de esos saberes otrora exclusivos de “los viejos” practicantes. Actores, músicos, bailarines, jóvenes artistas de las más variadas procedencias se acercan a estos novedosos espacios institucionales -talleres, escuelas, espacios de encuentro, práctica y aprendizaje tanto públicos como privados- presionando, en cierta medida modificaciones en las tradicionales formas de producción, reproducción y circulación cultural. Analizamos las maneras en que el ingreso de nuevos actores sociales -en su mayoría jóvenes de sectores medios- a la práctica de estos saberes populares involucró nuevos modos de trabajo, transmisión y codificación en función de la enseñanza. Había que pensar cómo enseñar algo que los cirqueros habían vivido desde la cuna, recordaban los hermanos Videla; había que “desmenuzar” movimientos de algo que uno había aprendido con mucha atención, mirando en los dos meses de ensayo previo al carnaval, plateaban los murgueros barriales; entre los viejos milongueros, uno puede asumir que, aún bajo un importante recelo de los códigos de esas prestigiosas milongas donde bailaban los milongueros/as antiguos, había que negociar con aquellos jóvenes que presionaban espacios de participación y aprendizaje.

En este sentido sostenemos la importancia de trabajar con estos procesos sociales atendiendo a los llamados procesos de tradicionalización (BAUMAN Y BRIGGS, 1996). Desde esta perspectiva, la tradición no es un segmento histórico inerte, anclado en el pasado; es más bien, un activo proceso selectivo. Es entonces desde el presente que el pasado es activamente construido, seleccionando ciertos significados y prácticas mientras se excluyen otros (WILLIAMS, 1977). Desde la perspectiva de Williams, en este proceso intervienen tanto instituciones formales como formaciones culturales por lo cual la hegemonía no se puede reducir a las actividades de “un aparato ideológico estatal” sino más bien a un proceso de negociaciones entre instituciones y formaciones dinámicas. A través de las narrativas analizadas en este trabajo, que principalmente se centraron en referentes de las formaciones cultura-

les específicas, observamos cómo se fueron desarrollando esos vínculos entre propuestas de políticas públicas inmersas en un contexto de época particular y demandas, intereses y prácticas de formaciones culturales.

Siguiendo esta línea, analizamos este primer proceso de resurgimiento que se observa a partir de la década del '80 destacando cómo, sobre la base de un contexto político cultural caracterizado por una escasa, inestable y dispersa intervención directa de las políticas públicas, estas formaciones culturales tendieron a desplegar sus actividades con cierta autonomía relativa respecto de las políticas oficiales, sea autogestionándose, insertándose en espacios y circuitos culturales con exiguo apoyo oficial o bien desarrollándose en el marco de la actividad privada. Será recién a partir de fines de los años '90 que esta situación se revertirá ostensiblemente, momento en que se consolidó un nuevo paradigma en torno al rol de la cultura y el patrimonio inmaterial en las agendas políticas locales, nacionales e internacionales. A partir de este nuevo contexto las políticas culturales se despliegan como un espacio para el reconocimiento de la diversidad cultural, incorporándose, aunque de manera selectiva, ciertas expresiones provenientes de los sectores populares y subalternos al repertorio del patrimonio de la cultura "oficial" (CRESPO *et al.*, 2014). De manera tal que esta reorientación respecto al valor de la cultura y el patrimonio que se produjo favoreció la emergencia de nuevas arenas políticas proclives a la salvaguarda, el apoyo y la promoción de las actividades del circo, el carnaval y el tango, apareciendo como principal interlocutor el poder político estatal (CANALE Y MOREL, 2005; MOREL, 2009; INFANTINO, 2012). Así, en contraste a las acciones estatales de la post-dictadura, estas expresiones culturales fueron comenzando a ser objeto de políticas culturales públicas que fijaron y establecieron derechos, actividades y eventos culturales novedosos para con las mismas, lo cual posibilitó un progresivo ingreso de estas expresiones populares a esferas de la cultura oficial, un reconocimiento tiempo atrás impensado.

BIBLIOGRAFÍA

1. ALLEN, Matthew Harp. "Rewriting the script for South Indian dance". En: *Drama Review*, New York, vol. 41, n°3, p. 63-100. 1997.
2. AZZI, María Susana. "Antropología del tango. Los protagonistas". Provincia de Buenos Aires: Ed. de Olavaria. 1991.
3. BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. "Género, Intertextualidad y Poder Social". En: *Revista de Investigaciones Folklóricas*, Buenos Aires, n° 11, p. 78-108. 1996.
4. CAROZZI, María Julia. "La edad avanzada como valor en el tango bailado en Buenos Aires." *Revista Cuestiones Sociales y Económicas*. Buenos Aires, año 3, n° 6, p. 73-86. 2005.
5. BOURDIEU, Pierre. "Algunas propiedades de los campos". En: *Sociología y Cultura*. México: Ed. Grijalbo. 1990.
6. CANALE, Analía; MOREL, Hernán. "Actores y representaciones en la patrimonialización de las agrupaciones del carnaval porteño". En: *Revista Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n° 21, p. 111-139. 2005.
7. CRESPO, Carolina; MOREL, Hernán; ONDELJ, Margarita. "Presentación". En *La política cultural en debate. Diversidad, Performance y Patrimonio Cultural*. Carolina Crespo, Hernán Morel y Margarita Ondelj (comp.). Buenos Aires: Ed. Ciccus, 2014.
8. DUBATTI, Jorge. *El nuevo teatro de Buenos Aires en la postdictadura (1983-2001)*. *Micropoéticas I*. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2002.
9. GABIN, María José. *Las indepilables del Parakultural. Biografía no autorizada de Gambas al Ajillo*. Buenos Aires: Ed Libros del Rojas. 2001.
10. GARCIA CANCLINI, Néstor. *Políticas Culturales en América Latina*. México: Ed. Grijalbo, 1987.
11. GRANDONI, Jorge. *Clowns: saltando los charcos de la tristeza*. Buenos Aires: Ed. Libros del Rojas, 2006.
12. GUSS, David. "'Full Speed Ahead whith Venezuela". The tobacco Industry, Nationalism and the Business o Popular Culture". En: *Public Culture* 9, p. 33-54, 1996.
13. INFANTINO, Julieta. *Cultura, Jóvenes y Políticas en disputa. Prácticas circenses en la ciudad de Buenos Aires*. Tesis Doctoral. Universidad de Buenos Aires. 2012
14. _____. "El circo de Buenos Aires y sus prácticas: definiciones en disputa". En: *ILHA. Revista de Antropología*, vol. 15, n° 2, p.277-309, 2013.
15. MARTIN, Alicia. *Fiesta en la calle*. Buenos Aires: Ed. Colihue, 1997.
16. _____. "Murgas Porteñas: Tradición y apropiación en el Folclore", En: IV CONGRESO BINACIONAL FOLKLORE CHILENO-ARGENTINO, Tandil. 1999.

16. MOREL, Hernán. “El giro patrimonial del tango: políticas oficiales, turismo y campeonatos de baile en la Ciudad de Buenos Aires”. En: *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n° 30, p.155-172. 2009.
17. _____. “Vuelve el tango: ‘Tango Argentino’ y las narrativas sobre el resurgimiento del baile en Buenos Aires.” En: *Revista del Museo de Antropología*, vol. 5. 2012.
18. OCHS, Elinor. “Narrativa”. En: VAN DIJK Teun (comp.), *El discurso como estructura y proceso. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria*, Barcelona: Gedisa, p. 271-303. 2000.
19. OLIVEN, Ruben George. “As metamorfoses da cultura brasileira”. En *Violencia e Cultura no Brasil*. Petrópolis, Brasil: Ed. Vozes, p. 61-73. 1982.
20. PUCCIA, Enrique. *Breve historia del carnaval porteño*, Buenos Aires: Ed. de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. 1974.
21. PUJOL, Sergio. *Historia del baile*, Buenos Aires: Ed. Emecé, 1999.
22. RABOSSI, Fernando. *La cultura y sus políticas. Análisis del Programa Cultural en Barrios*. Tesis de Licenciatura, Universidad de Buenos Aires .1997.
23. ROMERO, Coco. *La Murga Porteña. Historia de un viaje colectivo*. Buenos Aires: Ed. Atuel. 2006.
24. UNESCO. “Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales”. México D.F. 26 de julio a 6 de agosto de 1982. *Informe final*, CLT MD 1, París, noviembre de 1982.
25. UNESCO. “Recomendación sobre la salvaguardia de la cultura tradicional y popular”, 25ª Conferencia General, París, 15 de noviembre 1989.
26. VAINER, Luciana. *La murga porteña. Recorrido por los carnavales de 1970 a 2004*. Buenos Aires: Ed. Papel Picado. 2005.
27. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Ed. Península. 1977.
28. WINOCUR, Rosalía. *De las políticas a los barrios. Programas culturales y participación popular*. Buenos Aires: Ed. FLACSO-Miño y Dávila. 1996.

Submetido em 26 de Setembro de 2014.

Aprovado em 17 de Março de 2015.

O **LHARES**
CRUZADOS

Apontamentos sobre a experiência da internacionalização da pesquisa acadêmica

Shirley Alves Torquato

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense- UFF-PPGA com período sandwich na École des Hautes Études en Sciences Sociales- EHESS, sob a co-orientação de Laurent Thévenot.

Resumo

O artigo a seguir tem como objetivo tecer uma pequena reflexão acerca da minha experiência na França como bolsista de doutorado sandwich, na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Procuro relatar inicialmente como se deu o processo de acolhimento nos grupos de pesquisa da universidade, os desafios para a realização de uma observação de campo em dois *logements sociaux* e a importância da internacionalização da pesquisa através de acordos, como o CAPES COFECUB.

Palavras chave: habitação - *logements sociaux* – apartamentos – aluguel social

Abstract

The following article has the purpose to reflect about my experience in France as a fellow doctorate student at the École des Hautes Études en Sciences Sociales. Initially, I seek to describe how was the reception procedure of the research groups at the university, the events attended, the challenges to conduct a field observation in two *logements sociaux* and the importance of research's internationalization through agreements, such as CAPES COFECUB.

Keywords: housing - *logements sociaux* – apartments – social rent

Este artigo tem como objetivo relatar brevemente a experiência que vivenciei por nove meses como bolsista de doutorado sandwich na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França entre setembro de 2011 e junho de 2012. A pesquisa realizada foi viabilizada pelo Acordo acadêmico e institucional CAPES-COFECUB n. 694/10, intitulado: *Regimes de Engajamento Particulares e Universais em Sociedades Plurais: processos de administração insti-*

tucional de conflitos, ações coletivas e demandas de direitos e reconhecimento em perspectiva comparada (Brasil/França), estabelecido entre a Universidade Federal Fluminense - UFF e a École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, através dos coordenadores Marco Antonio da Silva Mello (UFF) e Laurent Thévenot (EHESS).¹

É preciso ressaltar que a parceria Capes Cofecub tem sido de suma importância para o processo de internacionalização da pesquisa docente e discente no PPGA/UFF. Nos últimos quinze anos, três grandes acordos internacionais foram coordenados pelo professor Marco Antonio da Silva Mello e como decorrência, muitos docentes da Pós Graduação e estudantes de doutorado foram beneficiados com bolsas de pós doutorado, missões de estudo e doutorado sandwich em universidades da França, como principalmente na *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales* e na *Université Paris Ouest Nanterre La Défense*.²

Essas parcerias proporcionaram a inserção de pesquisadores, sobretudo, doutores e doutorandos numa rede acadêmica e institucional proporcionando-lhes intercâmbios com importantes centros de pesquisa, como o *Groupe de sociologie politique et morale* - GSPM e o *Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain* - CRBC.

O acordo CAPES-COFECUB n. 694/10 procurou investir em pesquisas cujas temáticas estivessem associadas à ação de atores sociais em situações de conflito, e suas diferentes atuações de engajamento frente às demandas de direitos e de justiça.

¹ Principais integrantes deste acordo: Felipe Berocan Veiga / Laura Graziela F.F. Gomes / Laurent Thevenot / Marc Breviglieri / Daniel Cefai / Fabio Reis Mota / Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto/ Leticia de Luna Freire e Pedro José García Sanchez.

² Todos os acordos envolveram alunos (sobretudo, de doutorado) e pesquisadores do PPGA UFF e pesquisadores associados ao LeMetro UFRJ/IFCS. Entre 2000 e 2001 os Profs. Marco Antonio da Silva Mello e Isaac Joseph coordenaram o Acordo CAPES-COFECUB UFF/ EHESS nº. 479/00-4 (BEX 0479/00-4) sobre políticas urbanas e associativismo no Rio de Janeiro e em Paris, intitulado Belleville: un exercice d'éthnographie sur la vie associatif en milieu urbain, dans une perspective comparative. O Convênio envolveu a UFF, a Université de Paris X-Nanterre, a EHESS e o Institut Parisien de Recherche: Architecture, Urbanistique et Societé- IPRAUS- CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Principais integrantes: Felipe Berocan Veiga / Patricia Brandão Couto / Soraya Silveira Simões. De 2004 e 2006, foi realizado o acordo CAPES-COFECUB n. 447/04, com o projeto: Sociologia da experiência privada e pública no Brasil e na França - A República no cotidiano: conflitos sociais, ações coletivas, engajamentos associativos e provas pessoais, também coordenado por Marco Antonio da Silva Mello contou com os principais integrantes: Roberto Kant de Lima/ Patrícia de Araújo Brandão Couto / Isaac Joseph / Marc Breviglieri / Michel Misse / Soraya Silveira Simões / Daniel Cefai / Kátia Sento Sé Mello/ Dominique Vidal.

A pesquisa de campo que desenvolvi para o meu doutorado com moradores recém removidos de uma favela na região fluminense para apartamentos populares construídos através Programa de Aceleração do Crescimento- o PAC Habitação, tratou a mudança de endereço como um evento que lhes acarretou a reformulação de sentidos - lógicos, pragmáticos e dramáticos (Bateson, 2008) no processo de “acomodação” à nova moradia (Thevenot, 1994; Miller, 2013). Essa experiência que acabou por gerar conflitos e diferentes formas de engajamentos para lidarem com a nova espacialidade. Havia, portanto, em minha problematização, uma consonância explícita com os propósitos do acordo internacional.

Prólogo

Ingressei no doutorado no Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense em agosto de 2008, na linha de pesquisa Antropologia do Consumo, sob a orientação da Professora Laura Graziela F. F. Gomes, com o propósito inicial de estudar consumidores em situação de dívida. Por dezoito meses realizei entrevistas e observações de campo no SE-RASA, SPC e em feiras de pagamentos de dívidas de pessoas físicas promovidas pelas duas instituições, no Rio de Janeiro e São Paulo. Até então, meu objetivo era o de estudar o tema da dívida e do endividamento entre indivíduos oriundos das camadas médias urbanas, e, mais especificamente, observar como utilizavam seus recursos financeiros para organizarem seus orçamentos e orientarem os gastos, tendo em vista, especialmente, o fato de pertencerem a uma sociedade na qual o consumismo constitui-se numa ideologia central e um importante valor, algo passível de atribuir e conformar identidades, estilos de vida e até mesmo definir formas de subjetividade.

Após a sugestão dos professores da banca de qualificação do doutorado, fui convencida de que mais do que estudar indivíduos isolados, seria mais interessante, do ponto de vista metodológico, utilizar um recorte etnográfico mais “clássico”, ou seja, um campo em que eu pudesse tomar como referência um grupo que se autodenominasse ou fosse percebido como endividado, e que, a partir daí eu pudesse observar seus padrões de gastos e despesas, tendo como ponto de partida seus hábitos de consumo.

Paralelamente a esse período, aconteceu uma aproximação maior dos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Modernidade- NEMO, núcleo coordenado por Laura Graziela F. F. Gomes, com o Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro³ (IFCS-UFRJ), coordenado por Marco Antonio da Silva Mello. Nesse sentido, passei a conhecer e a ter maior entrosamento com as atividades deste núcleo de pesquisa, motivo que foi crucial para a escolha de um novo campo empírico.

Formado por uma rede de pesquisadores, alunos de mestrado, doutorado e graduação, o Laboratório de Etnografia Metropolitana - LeMetro desenvolve pesquisas de caráter etnográfico em torno de projetos voltados à questão urbana, análises de políticas públicas de planejamento, intervenções no meio urbano, dentre outras temáticas que contemplem os fenômenos de metropolização.⁴

Foi a partir deste maior entrosamento com o LeMetro, que passei a vislumbrar um “campo moral” por excelência e projetei minhas expectativas e observações num conjunto habitacional recém construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Morro do Preventório, Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro.

O início da observação do PAC do Morro do Preventório se deu quando aceitei a sugestão do professor Marco Antonio da Silva Mello, de acompanhar uma colega francesa que estava em visita ao Brasil, por conta do acordo de colaboração internacional CAPES COFECUB, ao Morro do Preventório. Halima M’Birik, então estudante de doutorado em Antropologia da *Université Paris Ouest Nanterre La Défense*, naquela ocasião pesquisava na cidade francesa de Nanterre, formas de engajamentos políticos entre habitantes

³ O LeMetro integra um importante Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de conflitos- InEAC.

⁴ Distintas instituições acadêmicas compõem o corpo de pesquisadores do LeMetro, tais como: Departamento de Antropologia (DAC) do IFCS-UFRJ, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR-UFRJ, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do ICHF-UFF, a Escola de Arquitetura e Urbanismo - EAU-UFF, o Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da FEBF-UERJ, o Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP-UERJ, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPCIS-UERJ, o Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado - LESCE-CCH-UENF, o Departamento de Serviço Social da PUC-RJ e o Departamento de Ciências Sociais do IUPERJ-UCAM. Fonte: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/index.php>. Acesso em 28/07/2015.

dos *logements sociaux*⁵, e, por esta razão, tinha o interesse em conhecer favelas cariocas e suas respectivas associações de moradores. Por coincidência, na mesma época da visita da pesquisadora francesa, alguns pesquisadores da UFF e do LeMetro tinham iniciado contatos com a Associação de Moradores do Morro do Preventório (AMMP) em Niterói, dentre eles, minha orientadora Laura Graziela Gomes e Marco Antonio da Silva Mello, tendo em vista algumas demandas que a Prefeitura de Niterói havia feito ao grupo de pesquisadores da UFF, visando uma consultoria técnica para a implantação de um telecentro na localidade.

Acompanhei então a pesquisadora à localidade e apoiando-me no artigo de Collette Pétonnet, deixei-me conduzir pelas particularidades daquele campo, influenciada pela ideia da “observação flutuante” (2008; p.102), “prática” que consiste no pesquisador permanecer vago e disponível em toda a circunstância, e não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, e deixar-se “flutuar”, de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência e de convergências apareçam, e possa, então, descobrir algumas regras subjacentes do campo.

A partir desta visita, tive a certeza de que o conjunto habitacional do PAC do Morro do Preventório, que, naquela ocasião, estava em vias de finalização, era o campo empírico que eu precisava para analisar as dinâmicas e estratégias relacionadas à organização do consumo doméstico. Nesse sentido, resolvi estudar não a questão associada ao possível endividamento daqueles moradores que foram para os apartamentos, mas, sobretudo, os impactos socio-lógicos e as novas formas de engajamento associados às novas fontes de gastos e de consumo que a mudança de endereço desencadeou.

A preparação para o intercâmbio

Após a visita da pesquisadora francesa e da mudança do meu campo de pesquisa, comecei a vislumbrar a possibilidade de estabelecer um diálogo mais estreito com os pesquisadores franceses envolvidos do acordo CAPES COFE-CUB e estender minha observação através de um doutorado sandwich. Expus

⁵ Logements sociaux são habitações sociais existentes na França desde o final da década de 1950.

ao professor Marco Antonio da Silva Mello, coordenador do acordo, os meus planos e obtive uma resposta prontamente positiva e satisfatória.

A partir de então, durante 15 meses, intensifiquei minha inserção no novo campo etnográfico e paralelamente, dei andamento aos trâmites necessários para a concretização do estágio: aulas de francês, confecção do visto e do passaporte, estudo para a certificação de proficiência no idioma emitido pela Aliança Francesa e preparo de dossiê para pedido de moradia na *cité universitaire*, em Paris.    válido ressaltar que os funcionários da CAPES mantiveram contato frequente através de email para prestar orientações e tirar d  vidas em todo o processo.⁶

Seis meses antes do início de meu estágio na França, o professor Laurent Thévenot e três professores integrantes do *Groupe de sociologie politique et morale* GSPM – EHESS e pesquisadores associados ao LeMetro, Marc Breviglieri, Luca Pattaroni e Dominique Schoeni, participaram na UFF de um ciclo de palestras relacionadas ao Acordo CAPES COFECUB. Foi a primeira oportunidade que tive de conhecê-los e também de levar Laurent Thévenot, coordenador do acordo Cofecub e meu futuro orientador, para conhecer o meu campo empírico.

O estágio de imersão na língua: Vichy primeiro contato na França

As atividades discentes iniciaram-se em setembro na EHESS, no entanto, eu cheguei em junho em Vichy⁷ para o curso de francês, pois o lado francês do acordo, o Cofecub, patrocinou um curso de imersão linguística intensivo de 45 dias na cidade. A dinâmica do curso incluía aulas de gramática pe-

⁶ Para conseguir uma vaga na *cité universitaire*    preciso enviar um dossiê com no máximo dois meses de antecedência, que será avaliado pela gestão local. O valor do aluguel de um quarto na *cité*    considerado baixo em se tratando da cidade de Paris, por isso é um processo muito disputado. Há um regime de intercâmbio na própria *cité* em que cada *Maison*, deve abrigar no mínimo 20% de estudantes de outros países. Por essa razão, eu fiquei apenas um mês na *Maison du Brésil* e fui enviada no mês seguinte para o *Colegio D'Espagne*. Na *Maison Du Brésil* a maioria dos moradores    estudante de doutorado sanduíche ou pesquisador de Pós doutorado. Nas outras *maisons* há uma concentra  o maior de alunos mais jovens, em sua maioria, estudantes de Gradua  o, Master I e Master II.

⁷ Cidade onde foi realizado o curso de imersão na língua francesa. O Curso CAVILAM é o mais conhecido curso de imersão na localidade a atrai estudantes do mundo inteiro. A pacata cidade, de baixa densidade populacional, era de certa forma estigmatizada no país por ter sido chamada de França de Vichy, durante a segunda Guerra Mundial devido a forte influencia nazista.

la manhã e, oficinas de teatro, de vocabulário, de jogos, dentre outras atividades, no período da tarde. Nos finais de semana, havia uma agenda organizada pela equipe de apoio e acolhimento do curso, com atividades culturais e históricas, através de passeios à vilarejos e cidades vizinhos.⁸

A chegada à Paris

O primeiro mês em Paris foi norteador por resoluções ligadas à burocracia. Durante toda minha estada morei na *cité universitaire* sendo que no primeiro mês residi na *Maison du Brésil*, e no mês seguinte fui direcionada para o *Colegio d’Espagne*, habita  o que morei até o fim do estágio sandwich. Muito do que aprendi sobre mobilidade e resolu  o de questões burocráticas ocorreu através do apoio dos colegas da *Maison do Brésil*. Por isso é importante ressaltar a importância dos compatriotas e dos veteranos na aquisi  o do *modus operandi* na cidade.

A *cité universitaire* não é apenas um espaço de moradia. L   possui serviço de correios, academia de ginásticas, cafeteria, biblioteca, espaço para exposi  es e festas, banco e o restaurante universitário. Este último é mais interessante do ponto de vista etnográfico, do que propriamente pela alimenta  o que oferece. Devido a grande circula  o de pessoas, moradores ou visitantes, estudantes ou não, havia a possibilidade de sempre conhecer pessoas de diversas nacionalidades, como, turcos, marroquinos, mexicanos e mesmo os parisienses durante o almoço. Foi durante um almoço que conheci um colega que seria um futuro interlocutor da minha pesquisa.

Durante toda minha estada em Paris, morei na *cité universitaire*. Eram tantas festas e convites para jantares, almoços e passeios com os novos amigos que, para ficar sozinha, era preciso desligar o celular. Outra observa  o pertinente    que na *Maison du Brésil* havia um número expressivo de estudantes

⁸ Havia naquela ocasião, oito alunos de doutorado no país que foram para o estágio linguístico em Vichy, graças ao convênio CAPESCOFECUB. Apenas eu era do Rio. Dois estudantes eram de Minas Gerais, uma do Ceará, uma de São Paulo, um de São Carlos, uma do Rio Grande do Sul e outro de Pernambuco. Durante dois meses que antecederam a viagem, uma funcionária da Capes repassou os mesmos emails com cópia para os todos os oito alunos de doutorado, dando orienta  o para procedermos em rela  o é a burocr  cia da viagem (documenta  o necessária, local e horário do v  o e da nossa hospedagem em Vichy, dentre outras).

brasileiros e o convívio ostensivo com os compatriotas, dificultava a fluência do idioma local. Só quando fui para o *Colegio d’Espagne*, passei a me comunicar com mais frequência através do francês.

A vida na França é uma vida que inspira os estudos. As bibliotecas são espaços frequentados, não apenas por estudantes, mas por um público bem diversificado. Em todos os *arrondissements* – bairros – existe ao menos uma biblioteca que é mantida pela prefeitura. Além da busca pelo acervo, as pessoas tendem a procurá-las por ser um local onde é possível ler em silêncio e usar o *wifi*. As maiores bibliotecas, como a *Bibliothèque Nationale de France* (BNF) funcionam de segunda à domingo até às 20 horas e possuem uma grande frequência. Mas, em Paris, as pessoas lêem em todos os lugares: no ônibus, no metrô, no ponto de ônibus, dentre outros.

Eu costumava frequentar a biblioteca da EHESS, por causa das amizades que fiz com os estudantes de doutorado, pois sempre saíamos para piqueniques às margens do Rio Sena, logo após o fechamento. Outra biblioteca que eu tinha o prazer de frequentar era a do *Musée Quai Branly*, que tinha o acervo especializado em Etnologia, no entanto, a motivação era de outra ordem, a sua localização. O trajeto, que eu percorria de bicicleta, era muito agradável aos sentidos. Próximo ao museu eu deparava-me com a Torre Eiffel. Era uma alegria diária fazer aquele passeio e quando já estava na sala da biblioteca, eu podia ler e ainda olhar para a Torre através da janela. Graças ao acervo desta biblioteca eu consegui um rico material sobre aspectos sociológicos da casa.

Finalidades do estágio sandwich

Embora o intuito primordial da tese e do estágio sandwich não tenha sido a realização de um estudo comparativo entre habitações populares no Brasil e na França, considere fundamental conhecer habitações sociais francesas, pois os *logements sociaux* representam o produto mais exemplar da política de habitação popular na França e no mundo.

No entanto, se no Brasil eu poderia facilmente me apresentar como uma pesquisadora a algum morador, representante ou presidente de associação de moradores e pedir para conhecer a localidade (e até tirar fotos de sua casa),

essa facilidade eu não encontraria na França, principalmente pelo fato de ser eu uma estrangeira.

A importância de ter um campo (e um informante) na França

Em todos os *arrondissements* deparei-me com os conjuntos habitacionais, principalmente na parte sul de Paris, onde havia a maior concentração de imigrantes (18 émmes, 19 émmes e 20 émmes), no entanto, em todas as ocasiões em que tentei estabelecer uma aproximação com algum morador, fui recebida com desconfiança e cautela. Era nítido que eu precisava de um informante privilegiado francês, que fosse morador ou pesquisador.

A estudante francesa Halima M'Birik, que fez parte da equipe de pesquisadores da *Université Paris Ouest Nanterre La Défense* e aluna do professor José Sanchez, pesquisou *logements sociaux* na cidade de Nanterre, *banlieue* próximo de Paris, mas, por questões pessoais, precisou abandonar o curso de doutorado um pouco antes de minha chegada à Paris. Consequentemente, eu precisei rever meus métodos de inserção no campo.

Eu sabia que o fato de eu ser estrangeira e de até então, não dominar o idioma, dificultaria muito a entrada solitária em qualquer habitação social. Desta maneira, num primeiro momento, minhas atividades acadêmicas ficaram direcionadas somente aos seminários de estudos na EHESS, às palestras e aos congressos.

A École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS

A EHESS é um dos mais prestigiosos estabelecimentos europeus de ensino superior e de pesquisa na área de Ciências Sociais. Seus núcleos de pesquisa tendem a seguir uma abordagem interdisciplinar e multidimensional. Chama atenção pela excelência de seu quadro de pesquisadores e docentes e pelo número de estudantes e diretores de estudos conveniados com importantes instituições estrangeiras.

Laurent Thévenot, importante diretor de estudos da instituição, coordenador francês da Convention CAPES COFECUB, responsável pela co-orientação de estudos e o acolhimento dos bolsistas, na ocasião de minha estada em

Paris, passou por um período sabático, e por esta razão encontrei-o em poucas oportunidades. No entanto, debatemos um pouco sobre a minha pesquisa e ele indicou o professor Daniel Cefai, diretor de estudos da EHESS, pesquisador do GSPM, membro do *Centre d'étude des mouvements sociaux* – *Institut Marcel Mauss* CEMS–IMM e pesquisador membro da convenção CAPES COFECUB para que me desse toda a orientação que fosse necessária.

Na EHESS cursei a disciplina ministrada por Daniel Cefai *Sociologie des mobilizations collectives*. Tivemos reuniões de orientação e recebi sugestões bibliográficas e de metodologia. Me indicou pesquisadores da EHESS, como uma aluna de doutorado, que na ocasião escrevia uma tese sobre consumo doméstico em Cuba, Margareth Mullet. Me reuni com a referida pesquisadora na EHESS e conversamos sobre nossos campos empíricos e trocamos referências bibliográficas e informações sobre metodologia. Frequentei também o Seminário de Estudos *Metropolisation et subjectivités*, organizado pelo diretor de estudos, Michel Agier. A dinâmica deste Seminário foi estruturada através de palestras apresentados por pesquisadores que eram convidados a cada encontro.

Fui à colóquios e congressos, tanto na EHESS, quanto na *Université Paris Ouest Nanterre La Défense*. Nesta universidade fui recebida pelo professor Pedro José García Sánchez, também membro associado ao Acordo CAPES COFECUB e ao LeMetro, em seu gabinete, onde recebi orientações de estudo.

Tive o privilégio de fazer doutorado sandwich na EHESS no mesmo período em que minha orientadora brasileira, Laura Graziela F.F. Gomes, esteve lá para realizar uma pesquisa de pós doutorado, através do mesmo Acordo CAPES COFECUB. Na ocasião, ela frequentou o grupo coordenado pela diretora de estudos da EHESS, Mônica Raisa Schpun, o grupo de trabalho *Migrations et espaces urbains* do *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (CRBC-EHESS).

Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC – EHESS)

À convite de minha orientadora brasileira, Laura Graziela Gomes e da diretora de estudos e coordenadora do grupo de trabalho *Migrations et espaces ur-*

bains, no *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain*-CRBC – EHESS, Paris), Monica Raisa Schpun, participei das reuniões mensais do grupo, e tive a oportunidade de apresentar dados sobre a tese para a equipe de pesquisadores que frequentavam o grupo e recebi grandes contribuições teóricas e metodológicas.

Conhecendo um *logement social* em Paris

Apesar da participação ativa em eventos na universidade e seis meses após o início do estágio sandwich, eu não havia descartado a possibilidade de realizar um estudo de campo nos *logements sociaux* franceses, no entanto, sabia o quanto seria necessária a presença de um informante. Despretensiosamente, no entanto, enquanto almoçava no restaurante da *cité universitaire* com um colega francês, Philippe, comentei sobre a minha ansiedade. Foi quando, para o meu espanto, ele falou que morava num *logement social* há dez anos, próximo a *cité* e que poderia ser um interlocutor para mim. Sugeriu que marcássemos inicialmente com o guardião do conjunto habitacional, uma espécie de síndico, para que ele pudesse me explicar melhor a dinâmica deste tipo de habitação. Para a minha sorte, Philippe conseguiu marcar para dois dias depois.

Philippe mora no 13º *arrondissement*, alguns quarteirões após a *cité universitaire*. A localidade do 13 * mme* é um distrito considerado de classe média, muito bem localizado em termos de serviços e o *logement* e fica próximo à estação de Tramway, de ônibus, do metrô e de um comércio variado. Ao chegarmos em seu prédio, logo após o almoço, Vincent, o guardião, foi muito simpático e receptivo. Philippe nos apresentou e eu comentei o interesse daquela visita. Vincent me explicou inicialmente que em todos os *logements sociaux* existe a figura do guardião. Os guardi es exercem a fun  o de um administrador ou síndico, prestando apoio aos locatários dos apartamentos e resolvendo questões burocráticas associadas à Prefeitura. Este encontro foi providencial, pois ele pôde responder-me a muitas questões sobre consumo doméstico, inadimplência dos moradores e sociabilidades entre vizinhos.

O local é extremamente limpo e arborizado. Segundo Vincent, l  possui uma média de 1 mil moradores. Enfatizou que devido à política de *mixiet  sociale* - definida como “mistura social”, onde há a presença simultânea ou co-

abitação de pessoas de diferentes grupos sociais, culturais ou etários, origens e nacionalidades diferentes - os vizinhos possuem estilos de vida, profissões e salários variados: “Tem de tudo aqui. Gente que ganha bem e gente que quase não tem dinheiro nenhum”.

O condomínio é bem limpo, arborizado, com muitas flores na sacada e super silencioso. Há coleta seletiva de lixo. As crianças são proibidas de brincarem nos corredores, para evitar barulho e incômodo aos demais moradores. Segundo relatou, os moradores são calmos e não há casos de violência ou roubo.

Vincent mora no primeiro dos treze blocos de apartamentos. Em seu apartamento há uma antesala, onde ele recebe os moradores para prestar esclarecimentos ou tirar quaisquer dúvidas referente aos imóveis ou aos espaços comuns. Existem quatro tipos de imóveis no *logement* que administra: *studios* no último andar (para solteiros), apartamentos de um quarto, dois quartos e três quartos. O menor tem 20 metros quadrados e o maior, 60 metros quadrados. O valor do aluguel (com as despesas do condomínio inclusas) variava entre 200 e 600 euros.

Esse tipo de habitação também recebe o nome de HLM (*habitation a loyer modéré*) por possui um aluguel abaixo do valor do mercado imobiliário. Fora do circuito dos HLM, o aluguel de um *studio* de 30 metros quadrados naquela área, custaria não menos do que 1.100 euros.

Segundo Vincent, cada interessado por um apartamento como este necessita preencher e enviar à prefeitura um dossiê em que conste, dentre outras informações, o estado civil, a profissão, a renda familiar e demais dados de todos os possíveis moradores. Ressaltou, porém que por conta de restrições de investimento público na construção de novos prédios nos últimos quinze anos, a espera por um apartamento nesses moldes, leva no mínimo dez anos. Na análise dos dossiês, a prefeitura tende a respeitar a necessidades dos moradores, principalmente quanto ao tamanho para alojar todos os membros da família e as possibilidades de gastos com o apartamento.

Philippe, que mora sozinho, por exemplo, explicou que, se porventura convidasse a namorada para morar com ele, deveria antes pedir permissão à Prefeitura, uma vez que, morando num *studio*, construído para solteiros (

por isso, paga 200 euros), abrigar uma segunda pessoa significaria, em termos objetivos, que ela poderia dividir as despesas, ao mesmo tempo, poderia desgastar demais o espaço que inicialmente fora construído para abrigar apenas uma pessoa. A alternativa, do ponto de vista legal, seria, formalizar o pedido de um apartamento maior, através do envio de um novo dossiê e enquanto o novo apartamento demandado não fosse liberado, o casal deveria desocupar o imóvel ou continuar morando em casas separadas, pois, caso contrário, se descobertos, poderiam ser multados e não teriam mais nenhum pedido aprovado, no caso de pedidos futuros.⁹

Quanto à manutenção dos prédios e dos apartamentos, todos os reparos, que porventura sejam necessários, devem ser avisados pelo morador à prefeitura. Obras e modificações via de regra, são proibidas, salvo quando antecipadamente são comunicadas à prefeitura e acordado com ela.

A prefeitura é quem custeia a manutenção dos prédios e apartamentos. Como pertencem ao Estado, não podem ser alugados ou sublocados por terceiros. Qualquer novo membro que, por alguma razão, saia do imóvel ou passe a morar nele, a informação deve ser passada à prefeitura, que pode julgar conveniente ou não (sobretudo, no último caso).

Eu perguntei sobre possíveis moradores despejados por dívida com aluguel e Vincent respondeu que apesar de muitos moradores exercerem atividades profissionais instáveis, os assistentes sociais da prefeitura, auxiliam para que isso não ocorra.

No térreo de cada um dos treze prédios, eram afixados cartazes e avisos com observações da prefeitura local sobre os cuidados que deviam ser tomados pelos moradores com as crianças, com os animais de estimação e com a manutenção dos apartamentos. Cada prédio possui um elevador, que cabem apenas duas pessoas espremidas. O elevador só vai até o penúltimo andar. Philippe precisa subir um lance de escada para chegar ao seu apartamento.

⁹ Certa vez acompanhei uma amiga que estava à procura de um quarto para alugar e fomos até o endereço anunciado na internet, que ficava no 17^o étage. Por coincidência, ao chegarmos no local vimos que era num logement social. A moradora pedia 400 euros mensais pelo aluguel do quarto. Num caso como esse, se a locatária fosse descoberta pela Prefeitura, perderia o direito de continuar no imóvel, bem como qualquer outra possibilidade de fazer novo pedido de aluguel social.

O apartamento de Philippe possui 20 metros quadrados composto por: sala, lavabo e cozinha. O sanitário fica no corredor externo ao apartamento e é dividido com uma idosa, moradora do *studio* ao lado. Philippe pediu permissão à prefeitura para construir um pequeno box com *sale de bain* para aumentar seu conforto e não precisar ter que tomar banho em banheiros públicos, sobretudo no inverno. Os seus móveis são amontoados devido ao espaço reduzido e, devido a isso, comentou que tem em sua casa apenas o que considera imprescindível: uma cama de casal beliche, para receber amigos, uma geladeira (com pouca ou quase nenhuma comida, pois ele diz preferir fazer suas refeições fora de casa, nos restaurantes populares), uma televisão, um aparelho de DVD, uma mesa, um pequeno gaveteiro e uma caixa onde guarda roupas limpas (as roupas sujas ele lava e seca nas lavanderias públicas existentes na cidade, principalmente na Cidade universitária, próximo de onde mora).

Philippe não trabalha e vive de economias que fez ao longo de dez anos, quando trabalhou como professor, somados a uma pequena herança que recebeu após a morte dos seus pais. Lamenta que vive com um orçamento bem restrito, por isso suas despesas são bem muito bem equilibradas: paga o aluguel de 200 euros; almoça e janta no restaurante universitário, por considerar mais acessível do que fazer compras no supermercado, e num mês sem imprevistos, diz gastar em torno de 450 euros, com todas as despesas inclusas.

Logements sociaux em Nanterre

Os *logements sociaux*, são habitações públicas sociais que possuem o aluguel a “preços moderados”. A sua criação no país ocorreu na década de 1950 e teve como objetivo suprir a falta de moradia para a classe operária, formada principalmente por imigrantes das ex colônias francesas que viviam em habitações insalubres com suas famílias nas *bidonvilles*¹⁰.

A França desde a década de 1950 tornou-se um paradigma no que se refere ao planejamento de políticas públicas de habitação aliado às lutas da classe operária. Apesar do modelo francês se distinguir em larga medida da realidade brasileira, desde o início do estágio sanduíche tracei como meta conhe-

¹⁰ A tradução literal para *bidonvilles* seria: cidade de lata.

cer um pouco sobre os *logements sociaux*, para criar algumas indagações referentes ao modelo adotado pelo PAC, em especial sobre o que vi no PAC do Morro do Preventório.

A política habitacional baseada na construção de grandes blocos de apartamentos de habitação social - *Logements sociaux* - iniciou-se nos anos 1950 em meio à hegemonia do modernismo fordista e à consolidação do Estado de bem-estar social, o que promoveu o apaziguamento das tensões sociais a partir da transferência de centenas de famílias mais pobres, sobretudo de imigrantes de colônias francesas, que viviam em favelas – as chamadas *bidonvilles* – para apartamentos populares, com aluguéis a valores considerados abaixo dos valores de mercado – *Habitation a loyer modéré*- HLM.

Paralelamente ao contato que estreitei com Philippe ao conhecer o *logement* em que morava, busquei por sucessivas vezes uma aproximação com Halima para que ela pudesse intermediar o meu contato com os membros da Associação de Moradores de Nanterre, cidade emblemática no que se refere à consolidação das habitações sociais no país. Nosso encontro aconteceu um mês antes do fim do meu estágio sandwich.¹¹

Combinamos nosso reencontro na Estação do RER- Nanterre Universit¹². Ao chegar lá pude perceber que a atmosfera local se diferenciava bastante de Paris. Havia uma forte presença de descendentes de argelinos, marroquinos e tunisianos. Nas ruas da cidade, as famílias eram mais numerosas; muitas mulheres usavam véus, lenços e roupas bem compridas de acordo com a cultura muçulmana.

Ao chegarmos na associação, a pesquisadora Halima MBirik me apresentou à Imbrahim Redha, presidente da associação dos moradores dos conjuntos habitacionais *Marcellin Berthelot* e de *Provinces Française*. Esses conjuntos, eram, segundo Redha, os mais antigos *logements* da cidade de Nanter-

¹¹ Nanterre é um banlieue que fica no máximo a 25 minutos de distância (de RER) de Paris. A cidade é conhecida pela Universidade Paris Nanterre Ouest e pela luta dos imigrantes por habitação popular na década de 1960.

¹² RER É a sigla em francês para: Réseau Express Régional. Rede Expressa Regional. Uma rede ferroviária urbana que serve as grandes aglomerações e consiste na integração das linhas da periferia a uma rede subterrânea ou ao ar livre que atravessa o centro das aglomerações. Possui correspondências com o trem metropolitano.

re, datados do final da década de 1950. Nesta ocasião conversamos um pouco sobre a minha pesquisa no Brasil e expus o meu interesse em conhecer alguns moradores daquela localidade. Marcamos um novo encontro na semana seguinte, num dia em que Redha avisou que haveria uma festa promovida pela prefeitura de Nanterre, para reforçar o lazer e a sociabilidade entre os moradores dos dois conjuntos habitacionais. Seria, portanto, uma oportunidade para conhecer outros funcionários da Associação e alguns moradores.¹³

A festa estava marcada para começar às 14 e 30. Fui escalada para montar os brinquedos (mesas de jogos de totó, cadeirinhas de balanço e mesas de desenho) e tirar fotografias. A festa aconteceu na área externa do conjunto habitacional de *Marcelin Berthelot*. Os vinte e cinco prédios do conjunto habitacional eram rodeados por muitas árvores. Havia uma grande área gramada com brinquedos para as crianças e instrumentos de ginástica para os adultos. A limpeza, organização e a aparente tranquilidade do local, de nada lembraram os conjuntos habitacionais cariocas, como o PAC do Morro do Preventório. Os funcionários da associação e alguns moradores levaram brinquedos, jogos, chás e biscoitos para as crianças e seus familiares que participaram da festa.

No evento, Redha me apresentou à alguns a moradores e funcionários da prefeitura de Nanterre que lá estavam presentes. Conversei com muitos moradores, dentre eles crianças, adultos, homens e mulheres. Joseph Ridolfi, um dos membros da associação, me relatou que a rua em que está localizado o conjunto habitacional de *Marcelin Berthelot* chama-se 17 de outubro em homenagem a data em que ocorreu o massacre contra os operário argelinos, em 1961 pela polícia francesa. Segundo o Ridolfi, *Marcelin Berthelot e Province Française* possuem juntos em média 8 mil habitantes. Segundo dados da pre-

¹³ Segundo Donzelot (2012) no final dos anos 1960, o modelo de logements sociaux começou a receber críticas devido a homogeneidade tipológica, monotonia arquitetônica, perda da escala humana, falta de integração com o restante do espaço urbano e, principalmente, pela segregação socioespacial que ajudou a produzir. Em 1973, uma diretiva do governo francês proibiu a construção de novos conjuntos compostos por mais de 500 unidades residenciais. Uma década após, o ideário de mixité sociale - mistura social - foi acionado pelo discurso oficial. A partir dos anos 1980, inúmeras pesquisas atribuem à segregação determinados problemas sociais, tais como desemprego, violência, delinquência juvenil e baixos rendimentos escolares. É nesse contexto que toma forma o elogio à diversidade e à heterogeneidade e a mistura social alcança status de política pública, passando a ser acionada como uma das soluções para a crise urbana que atingia as sociedades do capitalismo central.

feitura, em Nanterre 75% dos imóveis são habitações sociais.

Durante as conversas com moradores, percebi que o passado de seus familiares imigrantes é ainda muito presente e tende a ser uma importante referência para se pensar a vida na cidade e naqueles apartamentos. Muitos deles, argelinos ou descendentes, tiveram seus pais e avós estimulados a irem para França com suas famílias, para trabalharem nas fábricas e montadores de automóveis, como a *Citroen*. No entanto, ao chegarem em Paris, havia um grande déficit habitacional e o valor dos aluguéis eram incompatíveis com os seus baixos salários, logo, tinham condições de morar apenas em barracos improvisados e insalubres, que foram posteriormente chamados de *bidonvilles*. Durante anos, muitos foram os protestos nas ruas e nas fábricas, reivindicando melhores condições de trabalho e melhores salários, no entanto, devido a truculência da polícia, diversos trabalhadores morreram em confronto.

É preciso ressaltar que logo ao sair da Estação do RER, em Nanterre, fiquei impressionada com a quantidade de prédios em vias de construção. Foi quando me informei sobre o Programa Nacional de Renovação Urbana (PN-RU), lançado pelo governo francês em 2003, cujo o objetivo é promover a transformação dos subúrbios populares -os *banlieues*- através de uma série de ações, como a promoção da diversidade funcional e a instalação de equipamentos públicos, além da reforma e demolição dos grandes conjuntos habitacionais ocupados por famílias de baixa renda. A proposta é que o modelos antigos de *logements*, sobretudo aqueles que existem nos *banlieues*, sejam derrubados e que os moradores passem a residir em prédios mistos, para reforçar a política de “*mixité sociale*”. Prática, que no entanto, anda é vista com desconfiança por parte dos urbanista e pelos moradores.¹⁴

¹⁴ “A recém criada autoridade metropolitana de moradia deverá elaborar um plano metropolitano do habitat, incluindo metas quantitativas e de territorialização. O objetivo é produzir 70 mil novas habitações por ano – incluindo todas as faixas de renda –, distribuindo as de forma mais equitativa e de acordo com a oferta de transporte e serviços pelo território da aglomeração (lembrando também que está em curso uma grande operação de ampliação do metrô na escala metropolitana de Paris). Na prática, ao invés de cada município da aglomeração elaborar e aprovar seu plano diretor, cada municipalidade deverá aprovar um plano diretor intercomunal, que deve estar de acordo com o plano metropolitano de habitat. Inclusive no que se refere ao número de unidades residenciais que deverão ser abrigadas e sua localização. Um fundo de investimentos urbanos estará disponível para ajudar as prefeituras a construir os espaços e equipamentos públicos necessários”. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/03/06/pariscriaorgaometropolitanodehabitacao-temosalgosemelhanteporaqui/>. Acesso em 26/12/2012

Tecendo as redes em Nanterre

No evento promovido pela associação, além de eu ter auxiliado na organização da festa, conhecido moradores e funcionários da prefeitura local, fui convidada pela coordenadora de desenvolvimento local, Aline Adouane, para participar de um comemoração sobre a história da cidade, mais especificamente sobre a história de uma família moradora de uma *bidonville* de Nanterre. Este evento, que aconteceria uma semana depois, compreendeu uma exposição de fotografias de Monique Hervo, lançamento do livro de Laurent Maffre, além da exibição de um longa metragem de Brahim Benaïcha.

O evento ocorreu no Théâtre Nanterre-Amandiers, com direito a buffet argelino para os convidados. Estavam presentes no evento funcionários da prefeitura e pesquisadores de centros de estudos, como por exemplo, d'Abdelouahab Zahri, responsável pelo polo de estudantes secundaristas e superior de Nanterre; Joseph Ridolfi, representante dos moradores de Berthelot e de Provinces Françaises; Magali Fricaudet, relações públicas da prefeitura e cooperação com o mundo; Aline Adouane, coordenadora e agente de desenvolvimento local da prefeitura de Nanterre; Alain Boquet, responsável pela sociedade de História de Nanterre e Brahim Benaïcha, autor do filme produzido em 1998 e exibido nesta ocasião.¹⁵

As fotografias de Monique Hervo são registros das *bidonvilles* de Nanterre, no período de 1962 à 1966, quando trabalhou como voluntária no auxílio aos moradores daquela localidade. Tais fotografias e suas respectivas análises, estão presentes ao final do livro de Laurent Maffre, que também foi lançado naquela ocasião, cujo título, *Demain, demain – Nanterre, Bidonville de la folie*, retrata em quadrinhos a história do filme *Vivre au paradis*, produzido em 1998, por Brahim Benaïcha. O enredo narra o drama das famílias de imigrantes argelinos que foram para a França trabalhar na construção civil sem, no entanto, possuírem remuneração digna que os garantisse a mínima qualidade de vida e de moradia.¹⁶

¹⁵ Resenha do filme. Disponível em: http://www2.cndp.fr/TICE/teledoc/dossiers/dossier_vivre.htm. Acesso em 18/08/2012.

¹⁶ Link do livro: http://legrenierdechoco.overblog.com/articledemaindemainlaurentmaffre_104098584.html. Acesso 14/08/2012.

O evento foi impactante e ao final da exibição, o filme foi aplaudido, e na sequência houve debate com o cineasta e a fotógrafa.

Conhecendo um apartamento num logement em Nanterre

Conforme combinado anteriormente com Ridolfi, visitamos uma moradora, que eu já havia conhecido na festa da associação. Ela estava ciente de minha pesquisa e me recebeu de forma calorosa e simpática. De origem argelina, Simira é funcionária da prefeitura de Nanterre e mora há quinze anos em um dos apartamentos desde que sua filha nasceu. Paga um aluguel de 450 euros no imóvel de 55 metros quadrados, distribuídos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

O *Logement* em que mora tem mais de trinta blocos de apartamentos e parte deles será demolida, pois segundo relatou, uma estrada será erguida nos arredores, o que implicará na remoção de famílias que moram ali. De janela de sua sala, Simira aponta os escombros de alguns blocos que foram derrubados, e os novos que estavam sendo construídos no entorno. Segundo ela, a preocupação dos seus vizinhos é que os aluguéis ficarão mais caros devido ao tamanho maior e a modernização dos novos prédios. O aluguel de um apartamento nos moldes do seu, num prédio novo, custaria em torno de 750 euros, ou seja, quase o dobro do valor que ela pagava naquela ocasião.

O valor do aluguel em *Berthelot* ou *Province Française* variava entre 300 e 600 euros para apartamentos de dois a quatro quartos. Segundo Simira, moradores com dificuldades financeiras recorrem ao “plano de família”, o qual a prefeitura gera múltiplas possibilidades para pagamento das dívidas. Assim como em Paris, cada interessado por um apartamento social deve entregar um dossiê e espera, em média, cinco anos.

Mãe solteira, Simira recebe 1800 euros de salário em seu emprego na Prefeitura de Nanterre, mas sempre realiza trabalhos extras nos finais de semana (como babá, cozinheira, etc.) para manter um padrão de vida melhor e ter mais conforto. Ressaltou, no entanto, que não considerava as despesas domésticas caras (aluguel, eletricidade, água, telefone e internet) e não costumava trocar mobílias e eletrodomésticos com facilidade, pois julgava desnecessário.

Relatou que morar numa habitação social em Nanterre confere um status negativo, pois as pessoas de fora da cidade tendem a construir representações estigmatizantes devido à fatores geográficos e sociais: à relativa distância de Paris, a forte presença de imigrantes, o passado da cidade marcado pela existência das *bidonvilles* e a baixa produção de atividades culturais, como peças de teatro, exposições e cinema.

Através desse relato, é possível identificar que arbitrariamente, a história de militância na cidade transformou-se num estigma para os moradores, pois, os conjuntos habitacionais passaram a ser identificados como espaços de “má reputação”, reforçando a identificação dos bairros populares como guetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que o meu propósito durante o doutorado sanduiche não tenha sido o de realizar um estudo comparativo para a tese entre habitações populares na França e no Brasil, as observações etnográficas que fiz em Paris e em Nanterre foram fundamentais para que eu pudesse identificar com mais clareza as especificidades do meu campo, no PAC Morro do Preventório.

No caso do PAC Habitação a transferência da propriedade dos apartamentos para os moradores foi uma condição *sine qua non* do projeto, afinal os moradores foram removidos de suas habitações antigas na favela e “recompensados” com a posse e propriedade dos apartamentos, no entanto, contraditoriamente, não teriam o direito de vendê-los ou alugá-los. Os apartamentos populares na França, permaneciam como propriedade do Estado, que cobrava um aluguel com valores menores do que os de mercado para a população de renda mais baixa, mas toda a manutenção era de responsabilidade do Estado.

No que se refere aos moradores das habitações sociais na França, a primeira questão importante a se destacar quanto às origens dessa população. No caso de Nanterre, eram todos imigrantes ou descendentes em segunda e terceira gerações. Em termos europeus, especialmente na França e em Paris, a “pobreza” possui uma dimensão étnica. No Brasil, esta dimensão existe, mas ela é

naturalizada, diferentemente do que ocorre na França. Disso decorre que em ambos as sociedades os estigmas existem, mas eles são diferentes e possuem funções também diferentes como operadores no sistema social para definir o conceito de pobreza. Nesses termos, no caso francês, a pobreza não é percebida como propriamente “nativa”, ela é “de fora”, pois diz respeito aos imigrantes.

A segunda questão foi a constatação da existência de uma história relativamente longa e complexa sobre a existência de uma política social do Estado Francês e a manutenção de uma relativa continuidade, em que pese diferentes governos que se alternam no poder. Boa parte das pessoas com as quais conversei nesses *logements* eram moradores antigos, muitos nasceram e viveram boa parte de suas vidas neles.

Quanto aos efeitos socioespaciais do PNRU, se para as famílias com rendimentos superiores à média as intervenções foram recebidas positivamente, significando a oportunidade de reorganizar suas vidas sociais e familiares em um novo ambiente, a renovação, para os mais pobres, pode ser encarada como uma transformação que os projeta para um futuro incerto, visto o rompimento de determinados elos sociais que garantiam a neutralização de precariedades e ausências, bem como o pagamento de um aluguel social acima dos valores que já estavam acostumados.

O encontro e a festa em Nanterre me mostraram, que, através dos bens culturais ali apresentados e produzidos no âmbito desses projetos de patrimonialização, tais como exposição de fotografias, livros e filmes, pretende-se construir uma memória do programa ao longo de sua existência, ao mesmo tempo política, institucional e coletiva, não apenas do ponto de vista dos governos e instituições, mas, sobretudo do ponto de vista de seus moradores e dos demais habitantes dos lugares onde se encontram.

No Brasil, apenas recentemente, as favelas vem sendo recuperadas sob o ponto de vista patrimonial, como um elemento importante da paisagem e da cultura urbana brasileira. Isso vem acontecendo, sobretudo em relação a algumas favelas históricas, consolidadas a partir dos projetos de urbanização e de “pacificação” de que foram objetos, como é o caso de Santa Marta (CUNHA & MELLO, 2011), mas não existe nada ainda sobre os PACs, especialmente

voltado para os modos de vida de seus moradores e ligações com as culturas locais onde estão inseridos.

Por fim, o “sonho da casa própria” é muito mais comum entre os brasileiros do que entre os franceses. Segundo os franceses é menos dispendioso viver num imóvel alugado pela prefeitura. Retomando à fala de Vincent, o guardião do logement do 13^e éme de Paris: “Aqui se der algum problema de infiltração no corredor, por exemplo, o morador entra em contato com a gente e logo o serviço será realizado pela prefeitura. Os moradores não tem que pagar por isso, porque já pagam o aluguel”.

Estes apontamentos foram possíveis graças à experiência privilegiada que tive durante o estágio sandwich. As contribuições para a tese foram incontáveis: pude conhecer dois *logements sociaux* franceses, importante referência em habitação popular da Europa, pude estabelecer contato com moradores de alguns apartamentos sociais, conhecer dois desses apartamentos e identificar valores e hierarquias de consumo doméstico predominantes nos dois universos observados. Esse olhar para o “outro” foi de suma importância para que eu pudesse aprofundar o meu olhar sobre as particularidades da “habitação social” do campo do PAC Morro do Preventório. Ademais, viver numa metrópole como Paris durante um ano para fins de estudos e ter contato com a infinidade de fontes de história e de pesquisa potencializa a importância do exercício científico. Não tenho dúvidas do quanto o contato com os campos empíricos (embora breves) e o diálogo estabelecido com pesquisadores consolidados e em formação, fizeram e continuarão fazendo toda diferença em meu percurso universitário e em minha história de vida. Sinto-me muito mais fortalecida profissionalmente e com um diferencial positivo para lidar com as múltiplas especificidades do universo acadêmico. Os acordos acadêmicos, sem dúvida, são uma importante ferramenta de internacionalização dos profissionais da ciência e fundamentais para pensarmos melhor a realidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BATESON, Gregory. **Naven**: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
2. CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 4, n. 3 JUL/AGO/SET2011 pp. 371-401. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello_e_cunha_novos_conflitos_na_cidade.pdf Acesso 30/07/2013.
3. DONZELOT, Jacques. À quoi sert la rénovation urbaine. Paris: PUF, 2012.
4. MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
5. PÉTONNET Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisien-se. In: **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia — (n. 25, 2o sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: EdUFF, 2009.
6. THÉVENOT, Laurent. Le régime de familiarité. Des choses en personne. In: **Genèses**, 17, 1994. Les objets et les choses. pp. 72-101. Disponível em : <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/religions/le-regime-de-familiarite-des-choses-en-personne-article-n-1-972611> . Acesso em 15/08/2013.

R ESENHA

MILLER, DANIEL.

Trecos, Troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material.

Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Autor da Resenha: Rafael Velasquez

Mestre em Antropologia (PPGA/UFF). Pesquisador no Núcleo de Estudos da Modernidade (NEMO).

Com formação inicial em arqueologia e, em seguida, antropologia e arqueologia, Daniel Miller tem diferentes trabalhos publicados sobre consumo, relacionando a indumentária, a habitação, mídia e redes sociais. Como ainda é pouco conhecido do leitor brasileiro, vale a pena citar alguns títulos de sua bibliografia, tais como: *Material Culture and Mass Consumption*, 1987; *The Internet: an ethnographic approach*, com D. Slater, 2000; *Home Possessions* (org.), 2002; *Materiality* (org.), 2005; *The Cell Phone: an anthology of communication*, com H. Horst, 2006. *The comfort of Things*, 2008, entre outros. Como se pode observar, apesar de possuir uma vasta e variada bibliografia, *Trecos, Troços e Coisas* é seu segundo livro publicado no Brasil. O primeiro foi *Teoria das Compras* em 2002, pela Exame.

Em *Trecos, troços e coisas*, título em português para *Stuff*, Miller faz um exame retrospectivo de suas pesquisas anteriores dialogando com trabalhos de seus orientandos e estabelecendo um debate com outros antropólogos, tais como Latour, Gell e Keane. Mais do que um debate, o livro em si é uma defesa dos estudos de cultura material. Sem pretender colocá-la em um pedestal muito menos enterrar a ideia de sociedade, o autor pretende incluir as coisas e sua materialidade como parte necessária do processo que nos torna o que somos.

As bases de análise de Daniel Miller para os estudos da cultura material são duas: Goffman e Gombrich. Com Goffman o comportamento humano é, em grande medida, determinado pelos quadros que constituem o contexto de uma ação, tal como uma encenação. São “as deixas”, os objetos de cenas, o cenário e os adereços, que nos informam de forma inconsciente se o desempe-

nho da ação é ou não é *apropriado*. Isto se dá de forma inconsciente. O argumento de Gombrich, quando uma moldura de uma obra de arte é *adequada* ao quadro ela simplesmente se torna oculta aos olhos de quem o vê. E estas molduras nos passam a maneira com que devemos enxergar aquilo que enquadra. Portanto, os objetos matérias são como um cenário e/ou como uma moldura, eles nos orientam e nos informam quais as práticas que são mais adequadas e apropriadas para a atuação e compreensão da ação. Portanto, quando menos houver consciência da presença desses objetos em cena, maior será a influência que eles exercerão sobre as ações desempenhadas e no seu convencimento.

Contudo, é a partir da teoria de Bourdieu que o autor refina a sua análise da cultura material a respeito de como as pessoas se tornam a ser o que são e a enxergar o mundo da maneira particular como fazem. O agente fundamental neste processo de sociabilidade são, novamente, os trechos. Aprendemos a nos habituar com a ordem entorno deles. E, o mais importante, somos educados com eles e através deles. Os nossos comportamentos, nossos corpos, nossos sentimentos e até os nossos sonhos passam por uma “domesticação” mediada pelos tais objetos. Crescemos admitindo as normas que os objetos nos impõem. E assim, resumidamente, que Miller afirma: a cultura vem dos trechos.

A premissa que perpassa por todo o livro é a da construção dialética entre sujeitos e objetos. Ao passo que os homens produzem coisas, por meio do trabalho, trechos; eles por sua vez, “constroem” os homens. Um processo dinâmico e recíproco que produz simultaneamente o criador e a criatura. A este processo o autor chama de *objetificação*, no qual objetos e sujeitos se misturam. Assim, estes trechos podem se tornar opressivos a tal ponto que podemos esquecer de que um dia nós os criamos. Esta é uma contradição inerente aos trechos.

Outra discussão fundamental que seu livro trás é sobre a materialidade. Ela diz respeito tanto aos significados de materialidade quanto às suas implicações. A questão da materialidade das coisas está presente, como coloca Miller, nas religiões, sobretudo as do sul da Ásia como o hinduísmo e o budismo, abarcando o próprio catolicismo. Essa questão é o que nos remete ao que é aparente e superficial. Segundo Miller, a busca das religiões é transcen-

der a materialidade do mundo, em busca da imaterialidade. É nesse contexto que a questão a ser buscada pelos pesquisadores, de acordo com Miller, é saber o que as pessoas dizem sobre a materialidade, quais são as suas estratégias para escapar (de que ou quem?) e como elas a empregam esta ideia na prática.

Os paradoxos da materialidade são demonstrados por meio das pesquisas empíricas: o imaterial que se expressa pelo material, pessoas sem materialidade, as economias de objetos que não existem, moedas que expressam de um lado as trocas seculares e do outro a divindade... A observação desses fenômenos sociais é motivos para se dar mais atenção às coisas e não ignorá-las com algo frívolo e de menor importância. Uma oposição entre sujeito e objetos não é mais uma possibilidade para uma ciência social moderna. Não se pode condenar a materialidade focando no idealismo. Temos que aceitar tanto a nossa própria materialidade quanto a do mundo, argumenta nosso autor.

Assim sendo, o estudo da cultura material, este rearranjo da oposição entre pessoas e coisas, sujeitos e objetos, não implica numa pretensão em se abordar verticalmente os trechos, de maneira a colocá-los acima ou abaixo da humanidade, mas trata-se, antes, de situá-los numa perspectiva horizontal, na qual humanos e coisas possam ser observados e percebidos a partir das inúmeras relações entre eles. Isto representa jamais perder o foco nas coisas. Desse modo, a abordagem de Miller pretende ir além dos estudos semióticos, onde os objetos materiais são considerados apenas como signos e, assim, relegados a formas de comunicação.

Como a maioria dos antropólogos ingleses, a etnografia não serve para ilustrar a sua teoria, mas ao contrário, a teoria está atrelada à etnografia. É por meio dela, que o autor, compara os diferentes desempenhos dos trechos em cada capítulo de seu livro. A começar pela indumentária.

Neste caso, a indumentária em Trinidad, na Índia, em Madri e em Londres possui não só diferentes sentidos, mas funções distintas. Ele observa que o vestuário cumpre papéis muito diversificados além de comunicar um sentido. Em Trinidad até mesmo os mais pobres possuem uma grande preocupação com suas roupas, chegando a possuir diferentes números de peças e de calçados. Para eles o que uma pessoa aparenta ser é o que diz o que essa pes-

soa é. Na Índia um sári é mais do que uma roupa. Ele é compreendido, de fato, como uma extensão do corpo da mulher. E, nesta sociedade, ser mulher é usar sári. Afora isto, o sári possui outras funções que vão desde o transporte de filhos até ao auxílio nas funções domésticas. Em Madri, o vestuário aparece duramente dividido entre roupas para se usar na rua e aquelas velhas, surradas e puídas para ficar em casa exclusivamente, o que é de uso público e de uso privado. Em Londres o que marca é a crise de saber se vestir, sobretudo para mulheres, o que é mais compatível ao próprio corpo e sem ficar fora de moda. E há uma grande procura por especialistas que possam ajudar estas mulheres a se vestirem de maneira “adequada”. Não por menos, este livro se torna uma leitura indispensável para aqueles pesquisadores interessados em discutir moda e vestuário.

E também para os que investigam o consumo doméstico, habitação e acomodação, faz-se conveniente a leitura de *Trecos*. Afinal, o que é uma casa se não um dos maiores bens materiais em nossas sociedades urbanas? A agência que a casa exerce sobre as pessoas pode transformar ou oprimir o comportamento de seus moradores. Isto é sugerido há tempos com as histórias de casas mal-assombradas e ou de fantasmas que nela habitam que enchem nossas imaginações e, que de alguma forma, deixam implícito a força que a casa tem. E como alerta Miller sobre a agência dos objetos, eles nem sempre fazem conosco aquilo gostaríamos que fizessem.

Tal como os trecos, as mídias também vêm provocando transformações radicais nas sociedades. Algumas abordagens teóricas tendem a acusá-las como algo maléfico, devido ao seu papel central tanto na criação quanto na difusão da cultura de massa. Milller apresenta outras perspectivas. A internet foi apropriada em Trinidad pelos católicos como um meio de afirmar presença daqueles viviam longe da catedral de Port of Spain, mas que queriam fazer parte da diocese. Ela também modificou não apenas o tempo das respostas, como a qualidade das respostas. Potencializando naquilo que eles poderiam vir a ser. E uma novela americana não tornou os trinitários mais americanizados; como se poderia supor, ao contrário, o seu consumo a tornou tão trinitária como se tivesse sido feita por eles mesmos. As cenas das novelas eram

assimiladas partir dos seus repertórios trinitários. O telefone celular modificou abruptamente também as relações interpessoais. Relacionamentos foram redefinidos e estabelecidos pelo número de mensagens trocas entre os filipinos. Na Jamaica esperava-se que como chegada do celular diminuiria o desemprego, mas acabou recebendo outra finalidade, sendo mais utilizado para ter acesso a internet, download de músicas, do que para realizar chamadas.

A publicação de *Trecos, troços e coisas* vem em momento oportuno para pesquisadores da antropologia econômica e do consumo em que a presença da materialidade se faz sentir e também para aqueles em que os objetos, em campo, parecem quase ocultos. O estudo da cultura material é interdisciplinar, mas para Miller o envolvimento etnográfico busca algo mais do que olhar simplesmente para as coisas, mas ver qual o seu impacto na vida humana, como eles se apropriam e quais são as transformações causadas por estes trecos, troços e coisas. O que não podemos mais negligenciar.

Submetido em 12 de Janeiro de 2015.

Aprovado em 13 de Fevereiro de 2015.